

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Caroline Santos de Oliveira

GUIAS DE DESIGN E CONSERVAÇÃO DO CARÁTER DA PAISAGEM URBANA:
redescobrimo um instrumento

Belo Horizonte
2024

Caroline Santos de Oliveira

GUIAS DE DESIGN E CONSERVAÇÃO DO CARÁTER DA PAISAGEM URBANA:
redescobrimo um instrumento

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título Mestra em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Linha de Pesquisa: Patrimônio e Memória

Área de Concentração: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

O48g	<p>Oliveira, Caroline Santos de. Guias de design e conservação do caráter da paisagem urbana [manuscrito] : redescobrimo um instrumento / Caroline Santos de Oliveira. - 2024. 286f. : il.</p> <p>Orientador: Leonardo Barci Castriota.</p> <p>Dissertação (mestrado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.</p> <p>1. Cidades e vilas - Aspectos ambientais - Teses. 2. Proteção ambiental - Teses. 3. Lojas - Localização - Manuais, guias, etc. Teses. 4. Comércio - Teses. 5. Patrimônio - Teses. 6. Estados Unidos. I. Castriota, Leonardo Barci. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.</p> <p>CDD 307.76</p>
------	---



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**"GUIAS DE DESIGN E CONSERVAÇÃO DO CARÁTER DA PAISAGEM URBANA:
redescobrimo um instrumento"**

CAROLINE SANTOS DE OLIVEIRA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia **primeiro de agosto de dois mil e vinte e quatro**, pela Banca Examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais constituída pelos seguintes professores:

Profa. Dra. Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues

Universidade Estadual de Londrina/UEL

Prof. Dr. Frederico de Paula Tofani

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota - Orientador

Escola de Arquitetura/UFMG

Prof. Dr. Nivaldo Vieira de Andrade Junior

Universidade Federal da Bahia/UFBA

Belo Horizonte, 1º de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, Usuária Externa**, em 02/08/2024, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Paula Tofani, Professor do Magistério Superior**, em 02/08/2024, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nivaldo Vieira de Andrade Junior, Usuário Externo**, em 05/08/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Barci Castriota, Professor do Magistério Superior**, em 07/08/2024, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3426651** e o código CRC **EA68409F**.

Referência: Processo nº 23072.242729/2024-99

SEI nº 3426651

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001".

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

Dedico a trajetória deste trabalho – e a da minha vida – à minha mãe, que pelas suas forças e fraquezas, dores e alegrias, fez da sua vida um ato de fé e de coragem. Também dedico à minha amada avó, de quem todas nós, mulheres dessa família, herdamos toda força de ser! E, por fim, em memória de Elisa Roberta Zanon, dedico a todas e todos que, pelo amor à cidade, ao patrimônio e à paisagem, veem um pouco de si em seu lugar de morada.

AGRADECIMENTOS

Finalizar esta dissertação não consiste apenas ao cumprimento de uma das etapas para obter a titulação de mestra, mas simboliza um processo que caminhou junto a tantos outros acontecimentos e foi alimentado por um desvelar de muitas coisas, pessoas e de mim. A todas e todos que, de uma maneira ou de outra, viram-se envolvidos nesse processo de desvelar e caminhar, deixo aqui meus singelos agradecimentos.

Ao meu orientador, Leonardo Barci Castriota, que pela graça do olhar e a gentileza do acreditar, orientou-me com tanta maestria!

À Eloisa Ramos Ribeiro Rodrigues, pela força do incentivo, a humildade da troca, a sutileza do conhecimento e a grandiosidade da sabedoria.

Ao professor Flávio de Lemos Carsalade que, com muita leveza e humor, trouxe-me o sabor da dúvida e o desejo pela resposta.

À Elisa Roberta Zanon e Tayza Codina de Souza que, pela grandeza do coração, incentivaram-me quando aluna e me encantaram pela docência.

À Maria Cristina Villefort Teixeira, por me relembrar o valor do processo.

À Ideni Terezinha Antonello, pelo alvorecer na pesquisa.

À minha pequena-grande Ravena, por todo amor incondicional.

À Lígia Piassi Masetto, pela leveza no silêncio e a grandiosidade na amizade.

À minha amada “pêxa” que, com tanto carinho e amor, deu luz aos caminhos tortuosos da vida.

Às minhas tias por parte de mãe, especialmente à Léa Maria, pelo conforto do incentivo e do abraço distanciado pelo espaço.

À Lívia e Ítalo que, pelo encontro no desencontro, acolheram-me entre besteiras e baixarias.

Às minhas amigas de vida, por serem e estarem presentes no meu caminhar.

Aos amigos e amigas que a Escola de Arquitetura me proporcionou, pelas trocas, risos e (quase) choros de desespero.

Ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, professores e funcionários, que mostraram a importância da inter e transdisciplinaridade no ensino, pesquisa e extensão.

À Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Viva ao ensino público,

gratuito e de qualidade!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela oportunidade e apoio financeiro.

Aos programas do *Main Street America* que, com muita prontidão, sanaram todas as minhas dúvidas e curiosidades.

À Graziela Camargo que, por ser uma profissional extraordinária, desvelou o valor dos limites com tanta leveza.

E, por fim, (des)agradeço a todos aqueles que, acautelados pelo ideário de “família” e pelo “poder” de ser homem, fizeram-se presentes pelo depreciar, desacreditar e desvalorizar. Sem vocês, fiz de mim eu mesma!

PROTOPOEMA

*Do novelo emaranhado da memória, da escuridão dos
nós cegos, puxo um fio que me aparece solto.
Devagar o liberto, de medo que se desfaça entre os
dedos.
É um fio longo, verde e azul, com cheiro de limos,
e tem a macieza quente do lodo vivo.
É um rio.
Corre-me nas mãos, agora molhadas.
Toda a água me passa entre as palmas abertas, e de
repente não sei se as águas nascem de mim, ou para
mim fluem.
Continuo a puxar, não já memória apenas, mas o
próprio corpo do rio.
Sobre a minha pele navegam barcos, e sou também os
barcos e o céu que os cobre e os altos choupos que
vagarosamente deslizam sobre a película luminosa
dos olhos.
Nadam-me peixes no sangue e oscilam entre duas
águas como os apelos imprecisos da memória.
Sinto a força dos braços e a vara que os prolonga.
Ao fundo do rio e de mim, desce como um lento e
firme pulsar do coração.
Agora o céu está mais perto e mudou de cor.
É todo ele verde e sonoro porque de ramo em ramo
acorda o canto das aves.
E quando num largo espaço o barco se detém, o meu
corpo despido brilha debaixo do sol, entre o
esplendor maior que acende a superfície das águas.
Aí se fundem numa só verdade as lembranças confusas
da memória e o vulto subitamente anunciado do
futuro.
Uma ave sem nome desce donde não sei e vai pousar
calada sobre a proa rigorosa do barco.
Imóvel, espero que toda a água se banhe de azul e que
as aves digam nos ramos por que são altos os
choupos e rumorosas as suas folhas.
Então, corpo de barco e de rio na dimensão do homem,
sigo adiante para o fulvo remanso que as espadas
verticais circundam.
Aí, três palmos enterrarei a minha vara até à pedra
viva.
Haverá o grande silêncio primordial quando as mãos se
juntarem às mãos.
Depois saberei tudo.*

(Saramago, 1987, p. 54-55)

RESUMO

A assimilação da paisagem urbana enquanto um campo complexo de permanências e transformações traz grandes desafios à sua compreensão na alçada do patrimônio cultural. Quando em enfoque áreas comerciais, os desafios associados à conservação vão de encontro direto com as rápidas transformações condicionadas pelo setor terciário. Em vista disso, a presente pesquisa visou realizar a investigação e redescoberta de um instrumento passível de contemplar as complexidades presentes no processo interventivo sobre o caráter da paisagem urbana de áreas comerciais: o Guia de Design. Para tanto, como recorte de pesquisa, a investigação se centrou em um conjunto de Guias de Design direcionados às áreas comerciais participantes do programa *Main Street America*, nos Estados Unidos da América, a fim de detectar as potencialidades e fragilidades dos Guias como instrumento para gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana, articulando o patrimônio ambiental urbano com o planejamento urbano das cidades. A isso, vinculou-se uma discussão sobre como lidar com a gestão da paisagem urbana por meio da conservação integrada do caráter formal que a compõe. Diante disso, a pesquisa se apoiou em três pilares teóricos correlatos: o comércio, a paisagem e o patrimônio. Para além, também se apoiou em uma análise quali-quantitativa referente ao conjunto de Guias de Design elencados como estudos de caso. Com isso, foram definidos cinco Guias que abrangem diferentes escalas (nacional, estadual e municipal/local), a fim de se construir um debate sistemático acerca deste instrumento. A partir disso, observou-se que os Guias de Design podem exercer o papel de instrumento para promoção da conservação integrada do caráter formal da paisagem urbana de áreas comerciais a partir de uma conduta contextual que atua e atinge três dimensões: espaciais, temporais e socioculturais.

Palavras-chave: Guia de Design. Paisagem Urbana. Patrimônio Ambiental Urbano. Comércio. Main Street America.

ABSTRACT

The assimilation of the urban landscape as a complex field of permanence and transformation brings great challenges to its understanding in the area of cultural heritage. When focusing on commercial areas, the challenges associated with conservation directly confront the fast transformations caused by the tertiary sector. In view of this, the present research aimed to investigate and rediscover an instrument capable of contemplating the complexities present in the intervention process on the urban landscape character of commercial areas: the Design Guide. For this purpose, as a research focus, the investigation focused on a set of Design Guidelines of the Main Street America programs in the United States of America, in order to detect the potentialities and weaknesses of the Guides as an instrument for management, conservation and safeguarding of the urban landscape character, articulating the urban environmental heritage with the urban planning of cities. To this end, the discussion was linked on how to deal with the management of the urban landscape through the integrated conservation of the formal character that composes it. Therefore, the research was supported by three related theoretical pillars: commerce, landscape and heritage. Furthermore, it also relied on a qualitative-quantitative analysis regarding the set of Design Guidelines listed as case studies. For this, five Guides were defined covering different scales (national, state and municipal/local), in order to build a systematic debate about this instrument. From this, it was observed that the Design Guides can play the role of an instrument for promoting the integrated conservation of the urban landscape formal character of commercial areas from a contextual conduct that acts and reaches three dimensions: spatial, temporal and sociocultural.

Keywords: Design Guidelines. Urban Landscape. Urban Environmental Heritage. Commerce. Main Street America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. <i>Framework</i> : pilares teóricos e relações.....	29
Figura 2. <i>Framework</i> : métodos e abordagens.....	30
Figura 3. Comércio e cidade: espaços de troca	33
Figura 4. Fenômenos de vacância, desinvestimento e declínio: Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR)	39
Figura 5. Fenômenos de homogeneização e importação dos meios e modos de se construir o comércio	42
Figura 6. Fenômeno da descaracterização	43
Figura 7. Fenômeno da descaracterização: fragmentação da unidade. Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR)	44
Figura 8. Fenômeno da descaracterização: remoção de ornamentos. Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR)	45
Figura 9. Diagrama de compreensão da paisagem.....	57
Figura 10. Dimensões concêntricas: teoria, recorte e objeto de pesquisa	59
Figura 11. Ilustração conceitual do instrumento "Guia de Design"	67
Figura 12. Exemplo de recursos visuais e linguagem gráfica do Guia de Design de Melbourne	74
Figura 13. Quatro áreas principais do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.....	76
Figura 14. Capa do Guia de Design do Corredor Cultural - "Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural"	77
Figura 15. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 1 – apresentação.....	78
Figura 16. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 2 – introdução	79
Figura 17. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 3 – como reformar ou construir seu imóvel (parte 1)	80
Figura 18. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 3 – como reformar ou construir seu imóvel (parte 4)	83
Figura 19. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 3 – como reformar ou construir seu imóvel (parte 5)	84
Figura 20. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 4 – letreiros, toldos, isenções.....	85

Figura 21. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 5 – como recuperar e conservar seu imóvel	86
Figura 22. Macrocategorias fundantes da anatomia de um Guia de Design	88
Figura 23. <i>Mount Vernon, Williamsburg e Independence Hall</i> respectivamente	94
Figura 24. <i>Four-point approach</i>	107
Figura 25. Os três passos iniciais: <i>Organization</i>	108
Figura 26. Os três passos iniciais: <i>Economic Vitality</i>	109
Figura 27. Os três passos iniciais: <i>Promotion</i>	110
Figura 28. Os três passos iniciais: <i>Design</i>	111
Figura 29. Estrutura organizacional do <i>Main Street America</i> : esfera territorial	114
Figura 30. Estrutura organizacional do <i>Main Street America</i> : níveis das comunidades oficiais	115
Figura 31. Estrutura organizacional do <i>Main Street America</i> : esfera de atuação....	117
Figura 32. Estrutura organizacional do <i>Main Street America</i> : organização transversal	119
Figura 33. Mapeamento dos Programas Coordenadores vigentes no ano de 2022 por estado	123
Figura 34. Mapeamento dos programas e comunidades oficiais vigentes no ano de 2022	124
Figura 35. Mapeamento dos programas Filiados vigentes no ano de 2022 por estado	125
Figura 36. Mapeamento dos programas Credenciados vigentes no ano de 2022 por estado	126
Figura 37. Capa do “ <i>The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings</i> ”	137
Figura 38. Exemplo de disposição gráfica das diretrizes do <i>The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties</i>	147
Figura 39. Correspondências entre <i>The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings</i> e a anatomia de um Guia de Design	151
Figura 40. Logo do programa <i>Main Street Iowa</i>	152
Figura 41. Capa do “ <i>Downtown Design Guide</i> ”	153

Figura 42. Diagrama das "fachadas comerciais" e vitrines.....	166
Figura 43. Temas e elementos a se considerar em Planos Master.....	169
Figura 44. Glossário e esquema gráfico dos elementos que compõem uma edificação comercial.....	171
Figura 45. Exemplos de projetos de intervenção – <i>Downtown Design Guide</i>	173
Figura 46. Correspondências entre o <i>Downtown Design Guide</i> e a anatomia de um Guia de Design.....	175
Figura 47. Logo do programa <i>Uptown Marion Main Street</i>	176
Figura 48. Capa do <i>Uptown Design Guidelines</i>	177
Figura 49. Localização do <i>Uptown Marion Main Street District</i>	178
Figura 50. <i>Uptown Design Guidelines</i> : Parte 3 – exemplo de esquema gráfico.....	179
Figura 51. <i>Uptown Design Guidelines</i> : Parte 4 – esquemas gráficos.....	181
Figura 52. <i>Uptown Design Guidelines</i> : Parte 5 – localização de uma sinalização ..	183
Figura 53. <i>Uptown Design Guidelines</i> : Parte 5 – requisitos	184
Figura 54. <i>Uptown Design Guidelines</i> : Parte 5 – exemplo de localização e proporções	185
Figura 55. Aplicabilidade do <i>Uptown Design Guidelines</i> : comparativo entre paisagem urbana atual anterior a 2014 – preexistente	187
Figura 56. Aplicabilidade do <i>Uptown Design Guidelines</i> : comparativo entre paisagem urbana atual anterior a 2014 – novas construções.....	188
Figura 57. Aplicabilidade do <i>Uptown Design Guidelines</i> : <i>Marion Memorial Hall</i>	189
Figura 58. Correspondências entre o <i>Uptown Design Guide</i> e a anatomia de um Guia de Design	190
Figura 59. Logo do programa <i>Main Street Marshfield</i>	191
Figura 60. Capa do <i>Main Street Marshfield Design Guidelines</i>	192
Figura 61. Capa do <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i>	193
Figura 62. <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : capítulo 2 – fachada comercial tradicional.....	196
Figura 63. <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : capítulo 3 – diretrizes e imagens representativas.....	198
Figura 64. <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : capítulo 3 – <i>Painting Brick</i>	199
Figura 65. <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : capítulos 4, 5 e 6 – diretrizes e imagens representativas	201
Figura 66. <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : capítulo 8 – simulações projetuais	

.....	203
Figura 67. Aplicabilidade do <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : comparativo entre paisagem urbana de 2008, 2018 e 2023 – parte 1.....	204
Figura 68. Aplicabilidade do <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : comparativo entre paisagem urbana de 2008, 2018 e 2023 – parte 2.....	205
Figura 69. Correspondências entre o <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> e a anatomia de um Guia de Design.....	206
Figura 70. Logo do programa <i>Rawlins DDA Main Street</i>	206
Figura 71. Localização da <i>main street</i> da cidade de Rawlins, no estado de Wyoming.....	207
Figura 72. Capa do <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i>	208
Figura 73. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : parte 1 – esquema gráfico da paleta de cor.....	211
Figura 74. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : parte 2 – capítulo 2.....	213
Figura 75. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : parte 2 – capítulo 3.....	214
Figura 76. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : parte 2 – capítulo 4.....	215
Figura 77. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : parte 3 – capítulo 1.....	216
Figura 78. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : parte 3 – capítulo 2 a 4.....	219
Figura 79. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : parte 3 – capítulos 5 a 6.....	221
Figura 80. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : parte 4 – capítulos 1 a 3.....	223
Figura 81. Aplicabilidade do <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : comparativo entre paisagem urbana de 2011 e 2021.....	226
Figura 82. Correspondências entre o <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> e a anatomia de um Guia de Design.....	227

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Resultados de pesquisa no Portal CAPES.....	26
Quadro 2. Pensamento econômico e atividades terciárias	35
Quadro 3. Partes correspondentes entre as bibliografias e as macrocategorias da anatomia de um Guia de Design: <i>National Main Street Center</i>	88
Quadro 4. Partes correspondentes entre as bibliografias e as macrocategorias da anatomia de um Guia de Design: Byrnes	89
Quadro 5. Partes correspondentes entre as bibliografias e as macrocategorias da anatomia de um Guia de Design: Corredor Cultural do Rio de Janeiro.....	89
Quadro 6. Resumo dos resultados do Programa de Demonstração Urbana aplicado em oito localidades.....	105
Quadro 7. Os oito princípios do <i>Main Street America</i>	112
Quadro 8. Dados estatísticos de reinvestimento do <i>Main Street America</i> em 2022	121
Quadro 9. Quantidade de programas do <i>Main Street America</i> vigentes por estado no ano de 2022	126
Quadro 10. <i>Search Operators</i> utilizados para localização dos Guias de Design disponíveis em rede aberta	129
Quadro 11. Síntese do levantamento dos Guias de Design vinculados ao <i>Main Street America</i>	131
Quadro 12. Parâmetros de escolha: padrão 3.....	134
Quadro 13. Conceitos e abordagens de preservação, reabilitação, restauração e reconstrução adotados no <i>The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties</i>	140
Quadro 14. <i>The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties</i> : capítulo 5 - subcapítulo 5.1	142
Quadro 15. <i>The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties</i> : capítulo 5 – subcapítulo 5.2	143
Quadro 16. <i>The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties</i> : capítulo 5 – subcapítulos 5.3 a 5.5.....	144
Quadro 17. <i>The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties</i> : capítulo 5 – subcapítulos 5.6 a 5.9.....	145
Quadro 18. <i>Downtown Design Guide</i> : Parte 2.....	159
Quadro 19. <i>Downtown Design Guide</i> : Parte 3.....	161

Quadro 20. <i>Downtown Design Guide</i> : Parte 4 – capítulo 1	163
Quadro 21. <i>Downtown Design Guide</i> : Parte 4 – capítulos 2 a 11	164
Quadro 22. <i>Downtown Design Guide</i> : Parte 5.....	168
Quadro 23. <i>Downtown Design Guide</i> : Parte 5 – capítulo 3.....	170
Quadro 24. <i>Uptown Design Guidelines</i> : Parte 4.....	180
Quadro 25. <i>Uptown Design Guide</i> : Parte 5 – capítulo 1.....	183
Quadro 26. <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : capítulo 3.....	197
Quadro 27. <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : capítulos 4, 5 e 6	200
Quadro 28. <i>Downtown Marshfield Design Guidelines</i> : capítulo 7 – tipos de manutenção	202
Quadro 29. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : Parte 2 – capítulo 1 a 4	212
Quadro 30. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : Parte 3 – capítulo 1 a 4	217
Quadro 31. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : Parte 3 – capítulos 5 e 6	220
Quadro 32. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : Parte 4 – capítulos 1 a 3	222
Quadro 33. <i>Downtown Rawlins Design Guidelines</i> : Parte 5 – capítulo 1	224
Quadro 34. Síntese comparativa entre os estudos de caso: padrões 1, 2 e 3	229
Quadro 35. Comunidades Oficiais do <i>Main Street America</i> : programas Filiados em 2022	251
Quadro 36. Comunidades Oficiais do <i>Main Street America</i> : programas Credenciados em 2022	261

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Quantidade de estados dos EUA participantes do <i>Main Street America</i>	122
Gráfico 2. Quantidade de Programas vigentes do <i>Main Street America</i> no ano de 2022	125
Gráfico 3. Gráficos conceituais: relações entre informações específicas sobre o lugar, área de incidência de um Guia de Design e conduta contextual.....	230
Gráfico 4. Gráficos conceituais: relações entre informações específicas sobre o lugar, conduta contextual, especificidade dos atributos básicos e das diretrizes de um Guia de Design	231
Gráfico 5. Gráficos conceituais: área de incidência e especificidade dos atributos básicos e das diretrizes de um Guia de Design	232
Gráfico 6. Gráficos conceituais: área de incidência e Guia de Design específico ao comércio.....	233

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP	Convenção Europeia da Paisagem
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
DDA	Downtown Development Authority
EUA	Estados Unidos da América
HABS	Historic American Building Survey
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IEDA	Iowa Economic Development Authority'
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
JMA	John Milner Associates
LCA	Landscape Character Assessment
MTA	Menelaos Triantafillou & Associates
NEA	National Endowment for the Arts
NHPA	National Historic Preservation Act
NPS	National Park Service
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	Objetivos.....	27
1.2	Procedimentos metodológicos.....	28
2	DAS EXISTÊNCIAS E DAS LACUNAS: A CIDADE, O COMÉRCIO E A PAISAGEM URBANA	31
2.1	A cidade e o comércio: dinâmicas e movimentos	31
2.1.1	<i>Main Streets</i>	47
2.2	Paisagem urbana e patrimônio	49
2.2.1	Caráter da paisagem	55
2.3	Das lacunas: conservação da paisagem urbana	59
3	DAS ALTERNATIVAS: O INSTRUMENTO “GUIA DE DESIGN”	64
3.1	Guia de Design: “o que é isso que há?”	64
3.2	A anatomia de um Guia de Design	72
3.3	Crônica da (in) fidelidade: uma via de mão dupla.....	90
4	DAS POSSIBILIDADES: O PROGRAMA MAIN STREET AMERICA	93
4.1	O movimento preservacionista nos Estados Unidos da América.....	93
4.2	Main Street America: revisitando uma história.....	100
4.2.1	A abordagem “quatro-pontos”	106
4.2.2	A estrutura organizacional	113
5	DOS CASOS: GUIAS DE DESIGN DO MAIN STREET AMERICA	120
5.1	<i>Main Street America</i> hoje.....	120
5.2	Dos casos	132
5.2.1	Padrão 1: <i>Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties</i>	135
5.2.2	Padrão 2: Guias de Design para o estado de Iowa para a <i>main street</i> de Marion (IA)	151
5.2.3	Padrão 3: Guias de Design para as <i>main streets</i> de Marshfield (WI) e Rawlins (WY)	190
5.3	Intersecções	228
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
	REFERÊNCIAS	239
	APÊNDICE – LEVANTAMENTO DAS COMUNIDADES OFICIAIS DO MAIN STREET AMERICA	251

1 INTRODUÇÃO

Segundo Choay (2014), a palavra patrimônio, etimologicamente, liga-se à ideia de uma herança que é transmitida ao longo das gerações entre pai e filho. De acordo com a autora, com a ampliação do conceito de patrimônio, o termo se transfigurou, apresentando diversas concepções que foram discutidas e atualizadas conforme as evoluções teóricas realizadas no campo. Aqui, os princípios de identidade, autenticidade, espaço, tempo, cultura, dentre outros, convergem em uma ação conjunta para a construção de seu sentido.

De acordo com Le Goff (1998), é apenas no século XVIII que a questão patrimonial se torna pauta para o Estado, sendo abordada como uma maneira pela qual se poderia construir uma ideia de nação. Neste amálgama entre Patrimônio e Estado, construiu-se um culto aos monumentos históricos e artísticos – o qual emerge com a própria modernidade –, no qual o patrimônio edificado de caráter excepcional ganha destaque e promove a imagem de um Estado de poder, sob uma presença concreta e irrevogável, como um objeto do saber erudito e/ou de fruição artística (Choay, 2014). Paulatinamente, junto ao advento e incorporação da visão antropológica de patrimônio, o termo foi ganhando uma abrangência que não mais se referia apenas aos monumentos históricos e artísticos, passando de um patrimônio antes histórico, estilístico e material, para um patrimônio social, reivindicado, material e imaterial, construindo assim uma nova semântica acima daquilo que hoje se entende por patrimônio cultural (Castriota, 2009; Martins, 2015).

Mas afinal, o que é patrimônio?

O arquiteto Francois LeBlanc, em seu texto *Values, Authenticity and Integrity for Good Management* (2017), apresenta um dos maiores dilemas que permeia o campo: sua própria definição. Em sua vida profissional (enquanto professor e técnico atuante), LeBlanc desenvolveu uma forma simples – mas não simplificada – para explicar o que é *Heritage* (patrimônio):

Em termos simples, explico que o patrimônio é 'o que cada um de nós deseja individual ou coletivamente preservar e passar para as próximas gerações'. Se queremos preservar algo, então é o nosso patrimônio. É claro que isto varia consideravelmente, dependendo da pessoa ou do grupo de pessoas que manifestam o seu interesse e do tipo de recurso que pretendem preservar (LeBlanc, 2017, p. 79, tradução própria).

Essa concepção vai de encontro direto com a redação do artigo 216 da Constituição brasileira, o qual estabelece – a partir de uma visão ampliada – que os bens são patrimônios *per se*, cabendo ao Estado e à sociedade civil apenas o seu reconhecimento. Neste sentido, algo não se torna patrimônio cultural pela incidência de alguma política pública ou pelo tombamento do bem para, assim, elevá-lo à categoria de “patrimônio”; mas sim, faz-se pelo seu próprio estado de existência cujos valores agregados elevam-no a patrimônio.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988, art. 216).

Portanto, entende-se aqui que o patrimônio cultural se é por si. Traz à tona os valores da sociedade, colocando em evidência os meios e modos de ocupação do espaço, as formas e tradições que possibilitaram tal ocorrência, as memórias, as relações entre ser humano e natureza, sejam elas construídas ou naturais, materiais ou imateriais, dentre tantas outras formas de referências passíveis de serem legadas às gerações futuras. A partir disso, compreende-se que se deve “considerar qualquer intervenção sobre o patrimônio como uma ação sobre o presente e uma proposta para o futuro” (Castriota, 2009, p. 87), fato que dialoga diretamente com o desenvolvimento sustentável, uma vez que este reside, eminentemente, no movimento de olhar ao passado para promover as mudanças no presente sem que se comprometa as gerações futuras (CMMAD, 1991; Gražulevičiūtė, 2006).

Nesse cenário, as paisagens e espaços urbanos vão se constituir enquanto palco de morada, portadores de referência à identidade, à ação e à memória social cujos valores empregados a eles, elevam-nos à estratificação de patrimônio cultural tomado individualmente ou em conjunto. De acordo com a UNESCO (2011), são nas áreas urbanas, em especial as históricas, que se encontram as manifestações mais abundantes e plurais do patrimônio “comum”. Neste sentido, a paisagem urbana que contempla essas áreas é testemunho vivo das gerações, conformando valores, tradições e culturas das sociedades, construindo-se enquanto um patrimônio cultural

dinâmico. É neste cenário que o patrimônio ambiental urbano “comum”, do dia-a-dia, emerge enquanto esfera e estado de valor à sociedade.

Cabe aqui, na interpretação das cidades e da paisagem urbana, iniciativas para se ler e lidar com os conjuntos urbanos, em especial a paisagem urbana e seus valores patrimoniais, entendendo-os enquanto um movimento dinâmico de permanências e transformações, devendo, portando, ser assistida por instrumentos e políticas que não promovam sua estagnação e congelamento das áreas as quais contemplam.

Sob essa visão, a Carta de Washington já havia estabelecido que esses centros e bairros históricos, e conseqüentemente sua paisagem urbana e histórica, expressam valores próprios de gerações e culturas (ICOMOS, 1986). Um dos epicentros representativos desta categoria da paisagem, e conseqüentemente do patrimônio ambiental urbano, corresponde às *main streets*¹, as quais apresentam um caráter majoritariamente comercial. São nessas áreas comerciais em que se figura a relação simbiótica de surgimento das cidades (Vargas, 2018).

Diante do caráter patrimonial que a paisagem urbana das áreas comerciais centrais (*main streets*) assume e, portanto, diante do papel destes lugares para a imagem urbana e para formação de uma identidade local, surge o *Main Street America* criado nos Estados Unidos da América (EUA) (National Main Street Center, 2009; c.2023). O programa tem como propósito a reestruturação e reabilitação de áreas históricas e comerciais a fim de alavancar a economia sem que haja a desestruturação das *main streets*, promovendo, portanto, a salvaguarda de seu caráter (Balsas, 2019). “O National Main Street Center lidera um movimento comprometido com o fortalecimento das comunidades por meio do desenvolvimento econômico baseado na preservação de centros históricos e áreas comerciais tradicionais” (National Main Street Center, c.2023, [n. p.], tradução própria).

O programa se estrutura em quatro pontos, dentre eles o “Design”, o qual compreende uma iniciativa de alavancar as características e particularidades dessas áreas comerciais, celebrando o caráter de suas paisagens urbanas, e promovendo uma atmosfera convidativa aos usuários. Essa estratégia – “Design” – apoia-se, em diversos casos, nos *Design Guide* ou *Design Guidelines* (Guias de Design) a fim de

¹ Em suma, o conceito de *main streets* aqui adotado consiste em uma urbana comercial de especial destaque à cidade em detrimento de seus valores, como será apresentado e melhor aprofundado nos capítulos que seguem a dissertação, especialmente no subcapítulo 2.1.1 *Main Streets*.

direcionar os comerciantes, proprietários e a comunidade local em como desenvolver intervenções sob o ambiente construído pré-existente de maneira a suscitar a salvaguarda a longo prazo destas áreas comerciais históricas e patrimoniais à cidade. Com isso, as ações de gestão, conservação² e salvaguarda não se restringem a uma atividade de responsabilidade limitada à governança nacional e/ou municipal. Assim, tal estratégia viabiliza uma integração das diferentes esferas da organização social, compatibilizando interesses comuns de ordenamento, manutenção e, principalmente, conservação da paisagem urbana existente, construindo um diálogo direto com o desenvolvimento e reabilitação da área (National Main Street Center, 2009; c.2023; Means, 2021).

É neste cenário que se encontra o recorte da presente pesquisa. Visa-se investigar um dos instrumentos e estratégia de gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas: o Guia de Design. A pesquisa, portanto, propõe-se analisar sistematicamente um conjunto de Guias de Design destinados às áreas comerciais das comunidades oficiais do programa *Main Street America*, a fim de identificar as potencialidades e fragilidades que este instrumento de conservação da paisagem urbana apresenta.

A isso, associa-se a discussão de como se lidar com a gestão da paisagem urbana por meio da conservação integrada do caráter formal que a compõe, evidenciando, assim, a interseccionalidade e as possibilidades que competem aos temas aqui envolvidos: a gestão e conservação do caráter da paisagem urbana.

Assim, parte-se da hipótese de que os Guias de Design podem exercer o papel de instrumento para promoção da conservação integrada da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas, articulando a salvaguarda do patrimônio ambiental urbano com o planejamento urbano das cidades, uma vez que o instrumento atua e atinge as lacunas que ambos campos apresentam quando em enfoque a gestão e conservação da paisagem urbana de áreas comerciais.

² Na presente pesquisa, o termo “conservação” será compreendido diante da definição da Carta de Burra: “significa todos os processos de cuidado com um lugar, de modo a manter o seu significado cultural” (ICOMOS, 2013, p. 2, tradução própria). Diante disso, “[d]entre os estudiosos e organizações [...], parece-nos que a maioria comunga a ideia de que a conservação consiste lato sensu no processo – ou conjunto de ações continuadas – que é realizado por um grupo ou ser humano com vistas a perpetuar algo. Portanto, a conservação, no âmbito patrimonial, pode ser entendida como o processo realizado com vistas a perpetuar o que se entende como os principais atributos de um bem. A conservação consiste em um valor de continuidade, implica a permanente manutenção do bem e, conforme as circunstâncias, implica ou não ações de restauração e/ou de preservação – que, por sua vez, não se opõem a ela e não são sinônimos dela. A conservação, assim entendida, é um processo atemporal” (Tofani, 2020, p. 22).

Para fins de comprovar (ou até mesmo refutar) a hipótese aqui apresentada, parte-se de dois questionamentos centrais: como esse instrumento – Guia de Design – se comporta perante a gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana no contexto de áreas comerciais, em especial as históricas? E, quais as fragilidades e potencialidades que o instrumento apresenta quando em enfoque a gestão da paisagem urbana através da conservação integrada do caráter que a compõe?

A partir disso, a pesquisa permeia três grandes áreas: o patrimônio, a paisagem e o comércio. No campo do patrimônio, visa-se um recorte centrado na concepção de patrimônio ambiental urbano, atrelando-o às formas de se ler e lidar com as cidades, circunscrevendo, aqui, políticas e instrumentos associados à preservação³ e conservação patrimonial, como o Guia de Design. Na área da paisagem, o enfoque se dá, essencialmente, para a paisagem urbana e a existência de transformações e permanências que a acometem ao longo dos tempos. E, por fim, no campo do comércio, centrar-se-á nas relações e dinâmicas que o espaço terciário apresenta para com a cidade e a paisagem para, assim, localizar as complexidades que permeiam as iniciativas da conservação patrimonial do caráter da paisagem urbana dessas áreas.

Aqui, vale destacar que esta pesquisa foi motivada por um conjunto de relações pessoais, profissionais e acadêmicas da autora para com os três campos. No que concerne às motivações pessoais e profissionais, entre os anos de 2020 a 2022, a autora fez parte de um projeto que transcorreu no município de Londrina (PR): “Avenida Duque de Caxias: o patrimônio histórico entre transformações e permanências”, no qual foi realizado um extenso trabalho de inventariamento da avenida, carinhosamente chamada de Duque (Campos, Oliveira, Rodrigues, 2022; Oliveira *et al.*, 2022; Henning *et al.*, 2023). Neste projeto, articularam-se os três principais campos que permeiam a presente pesquisa – comércio-patrimônio-paisagem –, reforçando uma relação íntima, e entusiasta, da autora para com as áreas. Para além disso, a autora ainda teve a possibilidade de elaborar um Guia de

³ Em mesma medida, para a presente pesquisa, o termo “preservação” será compreendido diante da definição da Carta de Burra: “significa manter o lugar em seu estado atual, retardando sua deterioração” (ICOMOS, 2013, tradução própria). Frente a isso, “a preservação, no âmbito patrimonial, pode ser entendida como o processo de contribuir para a conservação de um bem por meio da salvaguarda de seus principais atributos contra potenciais ameaças e danos futuros. Trata-se, portanto, de um processo com ênfase no futuro” (Tofani, 2020, p. 22).

Design para esta mesma avenida (Oliveira, 2022 [2021]; Oliveira, Campos, Rodrigues, 2023), viabilizando um contato prático para com o instrumento que se torna objeto de pesquisa e análise do presente trabalho.

Ao longo da jornada de construção do “Guia de Design Urbano para o trecho histórico da Avenida Duque de Caxias” (Oliveira, 2022 [2021]), foram encontradas uma série de motivações de cunho acadêmico. Num momento inicial, uma das grandes dificuldades para elaboração do instrumento, à época, foi a escassa bibliografia encontrada, principalmente em língua portuguesa, no que concerne à caracterização e conceituação do que é um Guia de Design, fato que se repete até o presente momento em que esta pesquisa se desenvolve (Quadro 1).

Quadro 1. Resultados de pesquisa no Portal CAPES

Portal CAPES	
Combinação de termos pesquisados	Número de resultados encontrados
Guia de Design	0
<i>Design Guidelines*</i>	15.774
<i>Design Guidelines + landscape</i>	202
<i>Design Guidelines + heritage</i>	70
<i>Design Guidelines + landscape + heritage</i>	9
<i>Design Guidelines + landscape + heritage + commercial</i>	0

* *Design Guidelines* é uma expressão também utilizadas em outras áreas do conhecimento, não sendo, necessariamente, utilizada como nome próprio para designação de um instrumento, tal qual é para o campo da conservação patrimonial da paisagem

Fonte: Portal CAPES, jun. 2023. Dados organizados pela autora.

Por fim, uma última motivação que incentivou a autora a realizar a pesquisa foi a identificação e contato com certas lacunas que os instrumentos de preservação patrimonial e de planejamento urbano apresentam quando em enfoque a conservação do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, levando-a a investigar instrumentos alternativos e complementares capazes de promover uma conservação integrada, tal como ocorre quando efetivamente aplicado o Guia Design.

Com isso, os capítulos que estruturam o presente trabalho contemplam uma narrativa construída por meio de cinco palavras: existências, lacunas, alternativas, possibilidades e casos. Ao longo dos capítulos, visa-se uma fundamentação teórica de conceitos que, em seu escopo, contribuem diretamente para justificar a importância do trabalho, em especial no campo do patrimônio e da paisagem de áreas comerciais.

Neste sentido, a narrativa textual da estrutura aqui apresentada se inicia a partir da apresentação “das existências” do espaço urbano, numa tentativa de investigar e evidenciar as dinâmicas e movimentos que circunscrevem as cidades, focalizando as áreas comerciais nesse cenário, e como tais transformações – ou permanências – reverberam na paisagem urbana. A partir dessa contextualização, buscou-se realizar a identificação “das lacunas” presentes nos processos de gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais.

Após a compreensão das existências e das lacunas, o capítulo que se segue objetiva realizar um aprofundamento “das alternativas” focais do presente trabalho: o Guia de Design, conceituando-o, caracterizando-o e analisando-o criticamente perante sua atuação para com a conservação do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas. Para um recorte de aprofundamento, o capítulo seguinte objetiva realizar uma apresentação “das possibilidades” de como, e onde, aplica-se o instrumento Guia de Design. Nesse capítulo, apresenta-se o programa *Main Street America*, como uma das possibilidades para se lidar com as existências.

Por fim, o último capítulo da narrativa textual visa a investigação “dos casos”, numa tentativa de se apresentar casos concretos de Guias de Design utilizados e elaborados para as comunidades oficiais do programa *Main Street America*, finalizando assim a estrutura organizacional do conteúdo central do trabalho. Neste capítulo, ainda se faz presente a sistematização do conjunto de dados coletados que foram essenciais para definição dos casos aqui escolhidos para se aprofundar e pesquisar.

Em seguida, no último capítulo, são apontados algumas considerações finais que versam principalmente sobre as contribuições da pesquisa. Ao final, apresentam-se demais apêndices elaborados pela autora.

1.1 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa consiste em investigar um conjunto de Guias de Design direcionados à gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas, tendo como recorte de pesquisa os Guias desenvolvidos para os conjuntos urbanos integrantes do programa *Main Street America*, a fim de identificar potencialidade e fragilidades que esse instrumento apresenta quando em enfoque a gestão da paisagem urbana através da

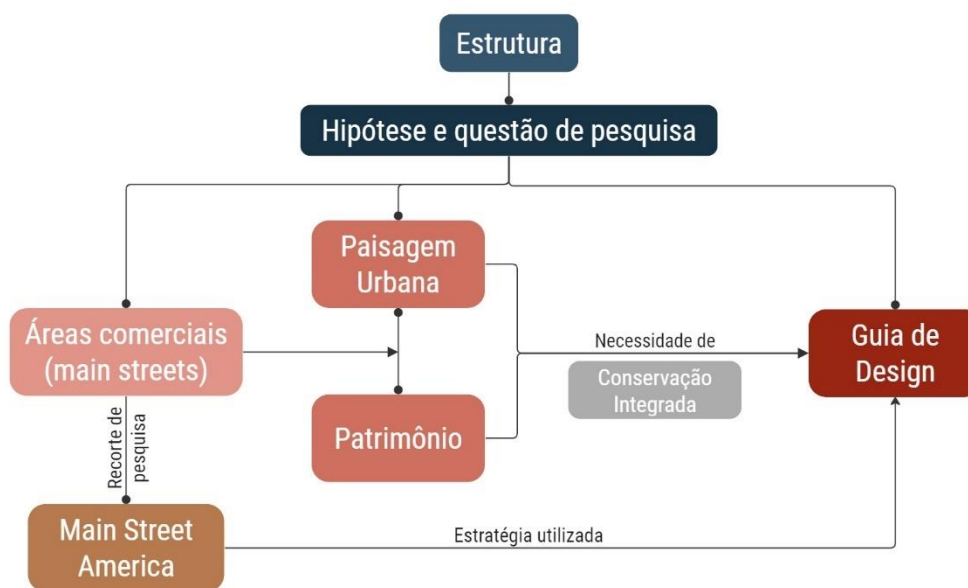
conservação integrada do caráter formal que a compõe.

Como meio de se atingir o objetivo geral, tem-se como objetivos específicos: (A) Identificar valor da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas, no campo do patrimônio cultural; (B) compreender as práticas/sistemas do comércio, a fim de identificar as dinâmicas de transformações (ou permanências) específicas das áreas comerciais para, assim, reafirmar sua carência de assistência no campo da salvaguarda; (C) articular o campo do patrimônio cultural e da paisagem urbana; (D) identificar as lacunas presentes nos campos da preservação patrimonial e planejamento urbano quando em enfoque a gestão, conservação e salvaguarda da paisagem urbana de áreas comerciais, a fim de se localizar como o Guia de Design poderia contribuir ou preencher tais hiatos no campo da conservação integrada; (E) conceituar e caracterizar os Guias de Design; (F) identificar o funcionamento do *Main Street America* e onde – e como – os Guias de Design atuam no programa; (G) levantar e mapear as comunidades oficiais associadas ao programa *Main Street America*; e, (H) sistematizar e articular os estudos de caso, a fim de avaliar as possibilidades, potencialidade e/ou fragilidades do instrumento (Guia de Design) para a conservação integrada da paisagem urbana de áreas comerciais.

1.2 Procedimentos metodológicos

Como já apontado, a pesquisa objetiva investigar um conjunto de Guias de Design direcionados à gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas, tendo como recorte de pesquisa os Guias desenvolvidos para os conjuntos urbanos integrantes do programa *Main Street America*. Com isso, a investigação visa detectar as potencialidades e fragilidades dos Guias de Design como instrumento de conservação integrada do patrimônio ambiental urbano que integra a paisagem urbana das áreas comerciais.

Para realização e concretização da pesquisa, o processo metodológico dar-se-á a partir do estudo e fichamento da literatura correlata aos temas essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, os quais são definidos a partir de quatro pilares: (1) áreas comerciais e *Main Street America*; (2) paisagem, em especial a urbana; (3) patrimônio cultural e ambiental urbano; e, (4) Guias de Design (Figura 1).

Figura 1. *Framework*: pilares teóricos e relações

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como é possível observar, a pesquisa ainda se apoia metodologicamente no uso do método “Estudo de Caso”, o qual consiste em um estudo profundo sobre um objeto específico, de maneira a se obter uma descrição e compreensão significativa e relevante àquilo que se objetiva comprovar, demonstrar e/ou avaliar ao longo do trabalho (Fachini, 2005). Ao que concerne à presente pesquisa, o estudo de caso se concentra nos Guias de Design do programa *Main Street America*.

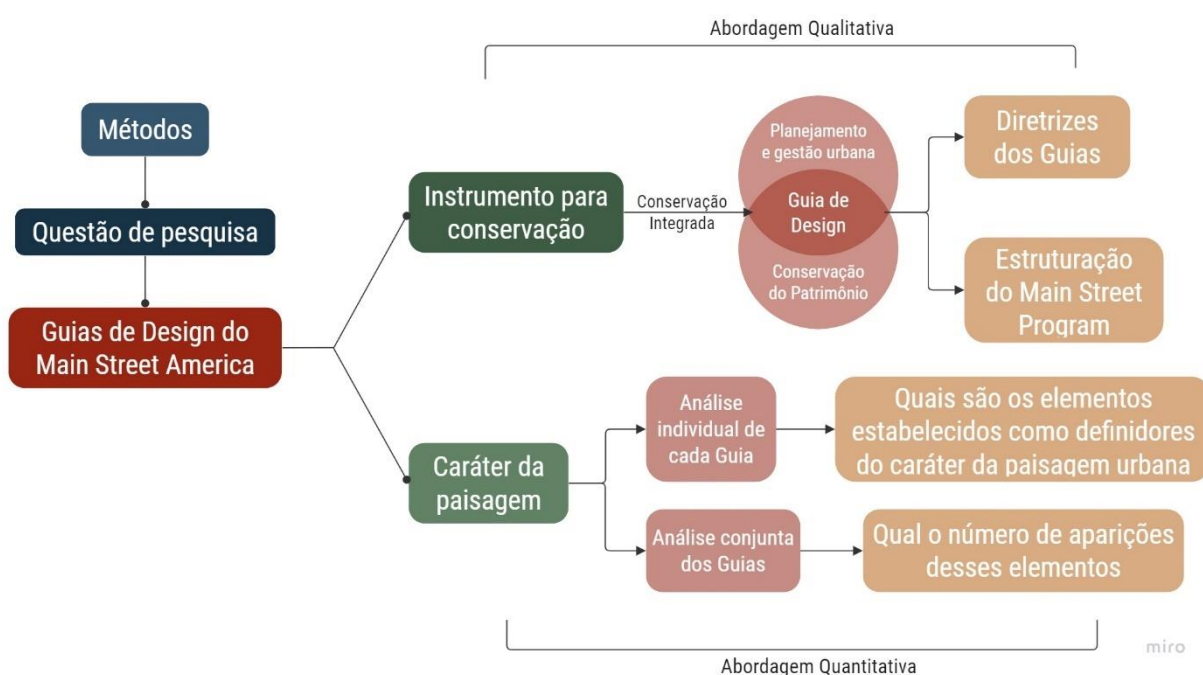
Como métodos e técnicas complementares, foram utilizadas a “Pesquisa Documental” e “Pesquisa Bibliográfica”, como meio de coleta de dados, respectivamente, de fontes primárias e secundárias ao que concerne aos casos elencados para a presente pesquisa. Ambas técnicas – complementares entre si –, segundo Marconi e Lakatos (2003), correspondem a duas maneiras de se realizar o levantamento de dados necessários para o desenvolvimento do trabalho de interesse ao pesquisador.

Ainda, ao que se concerne ao estudo aplicado do conjunto de Guias de Design voltados às áreas comerciais das comunidades oficiais do programa *Main Street America*, utilizou-se uma abordagem quantitativa a fim de se identificar quais são os atributos básicos e elementos característicos que os Guias localizam enquanto essenciais para a definição do caráter da paisagem urbana, em especial a histórica. Neste passo, realizou-se uma sistematização analítica e comparativa dos Guias, de maneira a elencar um sistema de identificação, no qual foi detectado cada atributo

básico definidor do caráter da paisagem urbana abordado em cada Guia de Design estudado. Assim, viabilizou-se uma análise quantitativa referente ao grau e frequência com que esses elementos e atributos aparecem no instrumento e, a partir do método indutivo, induziu-se quais são os atributos básicos definidores do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais para o instrumento Guia de Design.

Não obstante, a partir dessa sistemática, ainda foi realizada uma avaliação qualitativa acerca das diretrizes voltadas a estes elementos definidores de caráter da paisagem urbana, detectando as potencialidades e fragilidades dessas orientações/diretrizes – presentes nos Guias de Design elencados para o estudo de caso – quando em enfoque a conservação integrada da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas (Figura 2).

Figura 2. *Framework*: métodos e abordagens



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

2 DAS EXISTÊNCIAS E DAS LACUNAS: A CIDADE, O COMÉRCIO E A PAISAGEM URBANA

Neste capítulo, objetiva-se abordar e discutir as relações, movimentos, transformações e/ou permanências que circunscrevem as cidades, focalizando as áreas comerciais – *main streets* – nesses processos, bem como as implicações oriundas do setor terciário a essas áreas. A partir disso, observar-se-á como essas dinâmicas reverberam na paisagem urbana para, assim, dissertar sobre conceitos e abordagens que contribuam diretamente em formas de se ler e lidar com as complexidades que permeiam o processo de conservação da paisagem, como o conceito de patrimônio ambiental urbano.

2.1 A cidade e o comércio: dinâmicas e movimentos

Desde o surgimento daquilo que hoje se entende por “civilização”, o ato processual da “troca”⁴ esteve presente, conduzindo o encontro interno e externo entre povos, e sedimentando a construção de vínculos. À vista disso, a troca adquire um caráter eminentemente social, uma vez que, para a troca ocorrer, existe a necessidade do encontro, seja ele com o outro, com o próximo, com a “coisa” e/ou com a imaterialidade da espiritualidade, por exemplo (Mauss, 2003; Vargas, 2018).

Contudo, “o encontro só se realiza porque existe a necessidade ou desejo pelo bem” (Vargas, 2018, p. 3), seja ele de ordem material (como os produtos) ou imaterial (como os serviços e/ou espiritualidade). Nesse sentido, num segundo momento, o ato processual da troca também foi causa e consequência da necessidade de abastecimento das comunidades (autossuficientes ou não). Nasce, a partir desse ato baseado na díade desejo-necessidade, o próprio comércio.

Com isso, a indispensabilidade do encontro para realização da troca condicionou a atividade comercial, segundo Vargas (2018, p. 4), a “procurar os lugares mais propícios a esse encontro, os quais coincidiam com o cruzamento de fluxos de pessoas ou com os locais das demais atividades sociais”, as quais se apresentavam nas mais

⁴ As realizações de “troca” aqui são compreendidas em consonância ao conceito de hospitalidade. À vista disso, a hospitalidade consiste nas práticas cotidianas referente ao “acolher” o outro a partir de um ato processual de troca presente em todas as realizações e relações humanas, em especial nos acontecimentos do comércio. Assim, a hospitalidade reside nas relações socialmente estabelecidas, configurando coesão social, consolidando-se a partir do ciclo sistêmico da reciprocidade, dádiva, acolhimento e do “dom” (dar-receber-retribuir) (Brusadin, 2017; Brusadin, Netto, 2017; Mauss, 2003).

diversas ordens, como atividades políticas, culturais, religiosas e de lazer, por exemplo. Assim, o comércio e a cidade apresentaram uma relação de origem, simbiótica entre si, isto é, uma relação entre duas “espécies” (comércio-cidade) da qual ambos se beneficiam reciprocamente a partir das relações do encontro e da troca (Vargas, 2000; 2018). “Ambos são causa e efeito da mesma centralidade que pressupõe o encontro do fluxo de pessoas, mercadorias, idéias e mensagens” (Vargas, 2000, p. 1). Em visto disso, o comércio pode ser entendido como uma atividade eminentemente social integrada com as demais áreas da sociabilidade humana. “Existe, portanto, uma relação umbilical entre comércio e as demais atividades sociais, que raras vezes foi rompida. Além disso, [...] quando o rompimento dessa relação aconteceu, imediatamente essa ligação teve de ser recuperada” (Vargas, 2018, p. 4).

Ao que vale à presente pesquisa, Vargas (2018) retoma um processo fundamental para a compreensão do próprio comércio: a observação.

A grande inventividade do setor, a dinâmica da sua atuação e a velocidade na absorção das mudanças sugerem, sempre, o procedimento da observação. Olhar, observar, perceber, descobrir o comércio acontecendo. [...]
Observar, fotografar e documentar as atividades terciárias em funcionamento, em todas as oportunidades criadas, continua a ser uma prática constante e necessária que ensina a ler e a interpretar essa sua relação com a cidade (Vargas, 2018, p. XVIII).

Nesse sentido, não apenas pela construção teórico-científica vale discorrer sobre o comércio e o espaço que o dá suporte. Vale também, aqui, um ato exploratório, percorrido, descrito e fotografado pela própria vivência da autora enquanto indivíduo em meio à paisagem urbana, da qual faz usufruto do comércio – em seu sentido mais amplo do ato processual da troca – e observa as mudanças pelas quais o espaço terciário opera, deriva e emana. Sob essa ótica, ao longo do presente subcapítulo – e sempre que pertinente à narrativa textual – serão apresentados registros fotográficos a título de exemplificação das dinâmicas e movimentos aqui elucidados e, também, experienciados pela autora. Com isso, a Figura 3, num exercício empírico de observar e fotografar, exemplifica o comércio e o espaço da troca em meio à cidade.

Figura 3. Comércio e cidade: espaços de troca



Fonte: Levantamento de campo em Belo Horizonte (2023, 2024); Lapinha da Serra (2022); Londrina (2021, 2022). Fotos: Autora. Org.: Autora, 2024.

Ainda, a concepção de comércio aqui adotada⁵ não pode ser compreendida – em seu sentido mais amplo – sem adentrar nas ideias e estudos que permeiam o próprio setor terciário. Para tanto, antes, cabe aqui compreender o papel e a dimensão para os quais os setores da economia se direcionam, assim: (1) o setor primário abrange as atividades relacionadas à agricultura em seu sentido restrito, isto é, atividades relativas à exploração direta dos recursos naturais de origem vegetal, animal e mineral, sem agregação de valor industrial; (2) o setor secundário, em contrapartida, compreende as atividades de transformação dos bens através de processos industriais, por muito advindos do setor primário; e, por fim, (3) o setor terciário, o qual corresponde às atividades econômicas relacionadas ao comércio de produtos e serviços, caracterizado essencialmente por não produzirem bens

⁵ Para a presente pesquisa, em se tratando da palavra “comércio”, há de se ressaltar sua adoção em seu sentido mais amplo, entendendo-o e contemplando como o ato processual da troca de produtos, serviços e demais ritos que englobam o ciclo sistêmico da dádiva da troca (dar-receber-retribuir), compreendendo-o sob a luz de uma atividade socialmente regida e estabelecida, seja para fins econômicos (advindos da atividade terciária) ou não. Em se tratando das dinâmicas, movimentos e especificidades que o permeia, terminologias, expressões e adjetivos foram acrescidos para fins de especificação do conteúdo.

materiais. Abrangem-se, portanto, as atividades que nem produzem, nem alteram a materialidade. Assim, o setor terciário incorpora diversas categorias de atividades, podendo ser subdivididas em três níveis: de comando (voltadas aos setores de gestão, decisão e administração, por exemplo), de serviços ao consumidor e, por fim, de serviços de produtos e bens. Com isso, a depender da sua função exercida, as atividades terciárias podem ser, por exemplo: comércio varejista e atacadista de produtos, prestação de serviços, educação, lazer, turismo, administração, sistema financeiro, dentre outros (Almeida, Silva, Angelo, 2013; Vargas, 2018).

Ao compreender a própria natureza do setor terciário, observa-se que a atividade terciária comercial apresenta, segundo Vargas (2018, p. 14), “um alto grau de efemeridade e ausência de corporeidade. Isto é, ela encerra-se no momento do ato da troca e, portanto, é efêmera e não se materializa por meio de nenhum produto, é apenas um ato, portanto, não tem corpo”. Sob esta díade (efemeridade e falta de corporeidade), e em consonância à indispensabilidade do encontro para realização da troca, o espaço físico – que dá suporte às atividades terciárias – toma especial destaque no ato processual do comércio, uma vez que o ambiente construído e suas paisagens urbanas participam naturalmente no transcurso da troca. Compreendê-lo, portanto, torna-se de fundamental interesse quando em enfoque a própria constituição cultural, econômica, política e demais dimensões da vida social que se estabelecem em meio à cidade.

Uma certeza que fica de toda essa análise é que as atividades terciárias de comércio e serviços varejistas, marcadas pelo encontro de fluxos, têm como essência a sociabilidade e, portanto, só acontecem com o êxito em conjunto com as demais atividades sociais, presenciais ou virtuais. Essas atividades sociais, que formam a base do encontro de fluxos e que efetivam a troca em sentido amplo, precisam do espaço físico, qualquer que seja ele, para acontecer e se materializar, antes, durante ou depois (Vargas, 2018, p. 248).

Segundo Vargas (2018, p. 71) a “arquitetura é a mais social das artes. Pode-se compreender muitas coisas sobre as preocupações da sociedade olhando os edifícios que ela constrói”. Assim, compreende-se que a Arquitetura⁶ – numa visão abrangente

⁶ De acordo com Carsalade (2018), o conceito abrangente de Arquitetura se refere a todos os espaços criados pelo ser humano, desde a edificação até as cidades e paisagens – urbanas ou não. Ainda, em consonância com o pensamento de Aldo Rossi (1995, p. 1), entende-se a Arquitetura não apenas como a “imagem visível da cidade e ao conjunto de suas arquiteturas, mas antes à arquitetura como construção”, isto é, “à construção da cidade no tempo [...], como uma criação inseparável da vida civil e da sociedade em que se manifesta”. Com isso, a visão abrangente de Arquitetura ratifica a concepção de que a construção no tempo – cidade, paisagem, edifício e demais meios e modos da forma no tempo – assume e anuncia valores e significados (culturais, políticos, econômicos e demais campos) da própria sociedade que a constitui.

de seu conceito – representa ao menos “um aspecto de uma realidade mais complexa, de uma estrutura particular”, sendo, com isso, uma presença “útil verificável” da própria realidade, da qual “constitui o ponto de vista mais concreto com o qual se pode encarar o problema” dentro da própria urbanidade e de suas respectivas paisagens (Rossi, 1995, p. 13). Nesta ótica, ao se tratar do ambiente construído para fins comerciais, Vargas (2018) reforça que é apresentada ao menos uma visão oficial da própria constituição da vida social, uma vez que a transformação da troca, *per si*, em comércio, provocou a gênese dos mercados e espaços terciários. Com isso, anunciam-se como aqueles que compõem determinada civilização fazem usufruto de seu tempo e seu espaço, posto que o ato processual do comércio implica no encontro e na díade necessidade-desejo, assim como representa uma atividade eminentemente social (Aguiar, 2016; Perrone, 2018; Vargas, 2018).

Função desempenhada pelo exercício do comércio e prestação de serviços, quase sempre vinculada às práticas nas cidades, as operações de compra e venda construíram e estabeleceram a dinâmicas urbana: entre mercadorias e pessoas, instituições e estabelecimentos, lugares e indivíduos, culturas e regiões e entre sonhos e realizações (Perrone, 2018, p. IX).

Contudo, apesar de sua evidente importância social e cultural, o comércio, por também ser uma atividade econômica, é objeto de um “preconceito” que o acompanha ao longo dos séculos, sendo visto como uma atividade “indigna” e “menos nobre”, atrelando-o apenas aos discursos econômicos de (im)produtividade, como pode ser observado no Quadro 2.

Quadro 2. Pensamento econômico e atividades terciárias

Pensamento econômico e atividades terciárias	
Corrente de pensamento	Visão sobre a atividade terciárias
Fisiocratas	Improdutivas; não geram produto que acarrete aumento de riqueza. Séculos XVII e XVIII.
Clássicos	Necessárias, mas não produtivas; mais produtivas – menos produtivas. Final do século XVIII.
Marxistas	Parcialmente improdutivas; não pertencem ao fundo potencialmente disponível para propostas de desenvolvimento econômico. Final do século XVIII.
Neoclássicos	Produtivas se consumíveis; só existe produção quando existe consumo. Séculos XIX e XX.
Keynesianos	Produtivas e mensuráveis; qualquer atividade que faz jus a uma recompensa monetária é útil e produtiva por definição. Século XX.

Fonte: Vargas, 2018, p. 22-23. Adaptado pela autora.

Tais correntes de pensamento, e as visões de (im)produtividade, restringiram a aceção ampliada do comércio (ato processual de trocas) que, fundamentalmente, caracteriza uma atividade social que se reverbera no lugar/espço comercial, limitando-o à apenas visões econômicas.

Primeiramente, é necessário observar que o “preconceito” existente com a relação às atividades terciárias e, em especial, com o comércio e serviços varejistas, tanto relacionado com a nobreza, dignidade e honestidade da atividade como por sua contribuição para a criação de riquezas e para o desenvolvimento econômico, deixou essas atividades, por muito tempo, à margem dos estudos considerados científicos e de interesse para a sociedade [...] sobretudo nas ciências que trabalham com a repercussão territorial dessas atividades (Vargas, 2018, p. 23).

Ao se inserir nas demais áreas do conhecimento, como no campo do patrimônio cultural, a Arquitetura (em seu sentido mais amplo) dos espaços terciários, por muito, ainda se encontra à margem das discussões. Como exceções, o lugar dos mercados de rua (feiras ao ar livre, por exemplo) ainda toma certo protagonismo nos debates; todavia, aquilo que se entende, aqui, como o lugar do comércio – espaço simbiótico com a cidade, público ou privado, interno ou externo – ainda se encontra à margem, desvelando-o ao livre funcionamento e regimento do capital e da lógica de mercado predatório e internacional⁷, condicionando-o a uma série de “fatores de risco”⁸, como é apresentado a seguir.

Ao compreender a ressonância que o comércio – em seu sentido mais amplo – promove no ambiente construído, e em suas respectivas paisagens, observa-se que as mudanças que acompanham o setor terciário, por sua vez, acarretam consequentes efeitos no espaço/lugar do comércio. Neste sentido, mudanças no perfil demográfico, nos produtos e serviços, no surgimento de novas tecnologias e nas

⁷ Não se torna objetivo do trabalho um aprofundamento *stricto sensu* do próprio funcionamento do capital, do capitalismo, da globalização e/ou do mercado internacional; aqui, o foco central se dá aos efeitos que se reverberam à Arquitetura dos espaços terciários e ao comércio – em seu sentido mais amplo. Contudo, reconhece-se a importância e relevância dos temas e, portanto, ressalva-se a compreensão desses sistemas e processos em consonância a autores como: Botelho (2007); Carlos, Souza e Sposito (2011); Castells (1983); Corrêa (1989); Harvey (2005; 2008; 2011); Lefebvre (1991); Santos (2009); Singer (1980) e Sposito (2008) que abordam a questão urbana sob a luz dos processos-sistemas capitalista que regem, por muito, a produção e reprodução social-política-econômica-cultural.

⁸ Para a presente pesquisa, as expressões “fatores de risco”, “risco(s)” e “ameaça(s)”, serão utilizadas para identificação das circunstâncias que, devido ao seu *modus operandi*, proporcionam à concepção ampliada de comércio (atividade eminentemente social) um reducionismo que está serviço do capital, da lógica de mercado, da globalização, dentre tantos outros sistemas e processos que, apesar de característicos ao tempo presente, configuram constantes “ameaças” ao patrimônio cultural, às cidades e suas respectivas paisagens, e, por conseguinte, à própria configuração social.

redes de valores que permeiam – e muitas vezes regem – uma sociedade, afetam diretamente a configuração do próprio comércio e a forma como este se estabelece com/no espaço.

Sob esta ótica, verifica-se que o processo de mudanças é parte inerente ao comércio e ao espaço físico que o dá suporte (Vargas, 2018). Portanto, ressalva-se que as mudanças vão constituir um dos movimentos e dinâmicas de maior impacto e importância sobre o campo. Nesse sentido, é de fundamental assimilação que estes processos são iminentes, sejam eles para fins de transformações ou de permanências. Cabe aos campos da gestão, conservação e salvaguarda, a construção de estratégias abrangentes e integradas para se lidar com tais áreas, de maneira a subsidiar a não estagnações/“congelamentos” a esse processo (dinâmico e inerente) da cidade e do comércio.

Nesse processo de mudanças, dentro da atividade terciária, existe o ciclo de vida do próprio estabelecimento varejista (comercial), o qual é marcado por um período de inovação/surgimento, crescimento, maturidade e declínio. Na contemporaneidade⁹, de acordo com Vargas (2018, p. 235), os “ciclos tendem a incorporar um período cada vez menor, devido aos avanços tecnológicos e à dificuldade de manutenção de sigilo por um período longo. A imitação surge rapidamente e, com ela, a concorrência e a diminuição dos lucros”, levando o estabelecimento ao processo de declínio, segundo a autora. Ao transpor a escala do estabelecimento varejista para uma área comercial, esse ciclo de vida, quando em estado de declínio, acomete uma área urbanizada por inteira, levando-a a processos de abandono e de degradação que impulsionam a vacância do lugar, por exemplo.

Compreende-se, aqui, que os ciclos de vida dos estabelecimentos comerciais varejistas de uma área da cidade não ocorrem em uníssono, isto é, não ocorrem ao mesmo tempo (Vargas, 2018); contudo, a vacância de um estabelecimento terciário, em muitos casos, corrobora diretamente para o aumento da taxa de esvaziamento e abandono das áreas já em curso de vacância, levando-a a uma menor “atratividade” de investimento e cuidados para com a área, conduzindo-a a ameaças e riscos iminentes à gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana comercial (Bonfim, 2004).

⁹ Para a presente pesquisa, o termo “contemporaneidade” é utilizado apenas como marcação temporal de um tempo presente. Nesse sentido, não constitui nenhuma aplicação de juízo de valor sobre conceitos como modernidade e pós-modernidade.

Retomando o procedimento empírico de vivenciar os espaços terciários por meio dos atos de olhar, observar, perceber, descobrir e fotografar o comércio acontecendo, para elucidar os fenômenos do esvaziamento e da vacância, toma-se como exemplo os processos vivenciados e observados na Avenida Duque de Caxias, na cidade de Londrina (PR) – objeto de estudo e trabalho que impulsionou a autora a investigar os temas aqui tratados, como já apresentado na introdução desta pesquisa. Sob uma breve caracterização da paisagem e conjunto urbano – por não configurar objetivo central do trabalho –, a Avenida Duque de Caxias se circunscreve num contexto de valores e importância morfológica, cultural, econômica e social para o município de Londrina (PR), assim como para a esfera regional do norte paranaense. Contudo, a *Duque* passou por longos períodos de desinvestimento, esvaziamento e, em alguns casos, abandono em decorrência (e não apenas) de um decreto de 1995 que previa a duplicação do trecho de maior valor histórico, cultural e social da Avenida, fato que se perdurou até a contemporaneidade. A Duque de Caxias, de caráter essencialmente comercial desde sua origem, com isso, foi acometida por um longo processo de vacância, muito agravado entre os anos de 2020 a 2022, devido ao Covid-19, levando o conjunto a um processo evidente de declínio (Campos, Oliveira, Rodrigues, 2022; Oliveira, Campos, Rodrigues, 2023; Oliveira *et al.*, 2022; Oliveira, 2022 [2021]; Henning *et al.*, 2023). Nesse sentido, apenas para fins exploratórios de exemplificação das dinâmicas e movimentos aqui tratados, a Figura 4 apresenta registros fotográficos do fenômeno da vacância que, devido à sua natureza e origem, por muito corrobora para um aumento do desinvestimento da área¹⁰.

¹⁰ O chamado trecho histórico da Avenida Duque de Caxias, hoje, é alvo de pesquisas e ações de salvaguarda oriundas de projetos de pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que, por sua reverberação, ainda proporcionou ações advindas de grupos voluntários da sociedade civil dos quais a autora do presente trabalho participou. Para além, a *Duque* ainda é alvo de programas destinados à sua recuperação e reinvestimento, como o Grupo Nossa Duque, subsidiado pelo SEBRAE do município de Londrina (PR).

Figura 4. Fenômenos de vacância, desinvestimento e declínio: Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR)



Fonte: Levantamento de campo em Londrina – PR, 2021. Fotos: Autora, set. 2021. Org.: Autora, 2024.

Tais processos – declínio, abandono, degradação, desinvestimento e, por conseguinte, vacância – são intensificados quando observado que hoje as mudanças na cidade, no comércio e em suas respectivas paisagens urbanas, são cada vez mais rápidas, “sobretudo devido à internacionalização do capital, aos novos hábitos de consumo, de deslocamento e de lazer” (Balsas, 2019, p. 147). Somado a isso, Vargas (2018) ainda ressalta o papel que a globalização e os sistemas do próprio capital assumem no processo de aceleração das mudanças.

Diante da velocidade crescente com que essas mudanças vêm ocorrendo, é fácil imaginar a dimensão do impacto socioeconômico e cultural que acarretará e o consequente efeito do seu rebatimento no espaço físico, quer em termos de localização, quer em termos de formatos e atividades dos estabelecimentos (Vargas, 2018, p. 234).

Como já tratado, ressalta-se que o movimento de mudanças nas cidades e na paisagem urbana é inerente às suas dinâmicas (Balsas, 2019; Carmona, 2011; Castriota, 2009; Lage, 2023; UNESCO, 2011; Vargas, 2018). Contudo, os limites entre

as dimensões – às vezes dicotômicas – da permanência e da transformação podem ratificar uma contribuição direta à determinada cultura, assim como pode subjugar-la ao desaparecimento, descaracterização e/ou desestruturação, colocando-a em risco (Carsalade, 2007; Castriota, 2009).

Quando em enfoque o comércio e os espaços terciários (desde o estabelecimento varejista à paisagem urbana), seus processos de transformações e/ou permanências acompanham diretamente os poderes hegemônicos que conduzem as dinâmicas terciárias (capitalismo, globalização, lógica de mercado internacional e predatório, por exemplo), uma vez que os “[...] processos de mudança econômica seja, ao mesmo tempo, causa e efeito dos padrões espaciais existentes” (Vargas, 2018, p. 29). Como já apontado, isso se reforça, em especial, dados os preconceitos que recorrentemente acometem o campo do comércio, colocando-o à margem das discussões associadas à gestão, conservação e salvaguarda do próprio setor e do espaço urbano que o dá suporte (Balsas, 2019; Vargas, 2018).

Uma das características originárias dos espaços terciários corresponde à sua acepção, utilização e qualidade enquanto um espaço público. Isso se dá em virtude da sua relação simbiótica com os fluxos e atividades sociais estabelecidas na cidade; assim como por sua essência advinda do ciclo sistêmico da troca que se constitui como um ato processual acessível a todos, de livre interação, seja em uma área coberta/fechada ou não (espaços internos ou externos). Por ser efeito e causa das próprias mudanças econômicas, o comércio – sendo submetido e regido pela lógica de mercado e do capital, num contexto de desenvolvimento varejista a partir do século XIX – foi perdendo sua essência de espaço público, passando a adotar características de espaço essencialmente privado, uma vez que “mudança nos espaços varejistas foi resultado do próprio desenvolvimento da atividade, que, muitas vezes, viu-se submetida às exigências das novas formas de produção, principalmente após as revoluções industriais” (Vargas, 2018, p. 72).

Dentro dessa nova dinâmica, a cidade, em especial as áreas comerciais, passam a ser apropriadas pelo capital imobiliário, recorrendo – e incorporando – novas estratégias de venda, muitas vezes sob a luz da globalização e da internacionalização do mercado, contribuindo diretamente para a importação dos meios e modos de se construir a Arquitetura comercial de contextos geográficos distintos que, em especial nas últimas três décadas, vem contribuindo para uma homogeneização dos espaços. Essas mudanças, intensificadas pelo caráter privatizador que recaiu sobre a atividade

terciária, consolidaram um “empobrecimento” arquitetural dos lugares do comércio, construindo espaços monótonos, homogêneos (sob uma ótica internacional) e sem expressão para com as particularidades locais (Vargas, 2018). Nesta tríade, a mudança é regida pela transformação, com o subjugamento da dimensão material e imaterial do próprio lugar do comércio, onde a “permanência” apenas se constitui pela manifestação de uma Arquitetura – em seu sentido mais abrangente – universalizada, igualmente reproduzida nos mais diversos espaços, sem uma “contextualidade” para com o lugar onde se insere. Com isso, essas dinâmicas comerciais, tendem a estabelecer padronizações universais, desconsiderando as singularidades e individualidades urbanas, sobretudo pela expansão das grandes redes/franquias de varejo, a exemplo das redes de farmácias e franquias de *fast-food* e *fast-fashion* (Ortigoza, 1997; Cachinho, 2021).

O sistema de franquia carrega consigo, além de uma “marca” forte, um “produto” que tem um “uso” pré-determinado: ele vem pronto e acabado, é igual em todos os pontos de vendas e, no local em que se instala, ele dita as regras: quem vai consumir, como vai consumir, como vai manipulá-lo, etc (Ortigoza, 1997, p. 3).

Resgatando o procedimento de olhar, observar, perceber, descobrir e fotografar o comércio acontecendo, a Figura 5 apresenta os fenômenos de homogeneização e universalização do caráter formal da Arquitetura – em seu sentido mais abrangente – em contextos geográficos distintos, colocando-a em prol das dinâmicas aqui abordadas. Para tanto, traz-se como exemplo redes varejistas de farmácia e *fast-food* que, arquiteturalmente, são reproduzidas independente da “contextualidade” local.

Figura 5. Fenômenos de homogeneização e importação dos meios e modos de se construir o comércio



Fonte: Levantamento de campo em Belo Horizonte (2024); Londrina (2024); Maceió (2024); Street View (2019-2024). Fotos: Autora; Paula D. Mincov; Ítalo M. O. M. Gomes; Street View. Org.: Autora, 2024.

Somado a esses fenômenos, encontra-se o consumo desenfreado (consumismo) que se estabelece na contemporaneidade (Bauman, 2008; Cachinho, 2021; Vargas, 2018). Segundo Bauman (2008), esse processo é marcado por uma sociedade de consumidores que reivindicam e atendem ao desejo pelo consumo imediatista, tornando-se, nesse processo, mercadorias. De acordo com o autor, o consumismo surge – e se torna elemento central – de maneira determinada, isto é, não ocorre de forma natural, mas se estabelece pelas, e em prol das, dinâmicas das instituições que o promovem, como os sistemas do capital, capitalismo, globalização, lógica de mercado internacional e demais temas aqui abordados. Com isso, o consumo desenfreado se fortifica pelo imediatismo, pelo excesso e pelo desperdício. Sob a lógica do consumismo, as disputas de mercado se tornam latentes, uma vez que, hoje:

a grande intenção do comércio e do setor industrial tem sido a de chamar a atenção do consumidor para o seu produto a qualquer custo, sem a menor

preocupação com a qualidade dessa imagem.

Essa situação reflete-se fortemente na imagem da cidade e na qualidade ambiental urbana dos centros terciários, que envolve poluição visual, dificuldade de orientação e dificuldade de deslocamento nas ruas e nas calçadas pelo uso indevido (Vargas, 2018, p. 264).

Quando em enfoque o caso da Avenida carinhosamente chamada de *Duque*, outros fenômenos são de fácil percepção, dentre os quais se destacam o ato de “chamar atenção a qualquer custo” que, por sua essência, muitas vezes leva a um segundo fenômeno: a descaracterização da Arquitetura do comércio, fazendo com que os significados sejam, muitas vezes, substituídos e/ou acobertados em prol de um dito “beneficiamento”/retorno econômico imediato. A título de exemplificação, o “chamar atenção” pode se manifestar nas mais diversas ordens, em especial aquelas que se traduzem na qualidade formal de sua existência. Aqui, a aplicação de cores vibrantes¹¹ e materiais incompatíveis com o sistema construtivo tomam especial destaque nesses fenômenos (Figura 6).

Figura 6. Fenômeno da descaracterização



Belo Horizonte (MG)



Londrina (PR)

Fonte: Levantamento de campo em Belo Horizonte (2024); Londrina (2021). Fotos: Autora. Org.: Autora, 2024.

¹¹ Chama-se atenção para o uso de cores vibrantes quando sua natureza ocorre na faculdade de descaracterização, conduzida para uma lógica de mercado sob o intuito de se promover compras por impulso e/ou para que o estabelecimento (ou área comercial) sobressaia aos olhos do consumidor em relação ao seu “vizinho” (competitividade de mercado). Reconhece-se que, em raras exceções, o uso de cores vibrantes, diversificadas, representam parte da cultura arquitetural local, como no caso de Areia (PB), apresentando “um certo quê de ‘tradição’” (Oliveira, 2020, p. 83).

Ainda sobre a aplicação de cores, outro fator se destaca quanto à percepção de conjunto daquilo que conforma a paisagem urbana: a fragmentação visual. Neste contexto, em se tratando de áreas comerciais, uma mesma edificação pode comportar diversos estabelecimentos varejistas, locada para diferentes comerciantes que, em um cenário de disputa de mercado, optam pelo “destaque” e diferenciação para com seu “concorrente”. Com isso, em muitos casos, aplicam-se uma diversidade de cores sob uma mesma edificação, fragmentando-a perante sua percepção visual. Assim, confere-se uma quebra da unidade, escala e proporções, as quais, em conjunto, podem ser elementos fundamentais para o caráter da paisagem urbana de determinada área. A exemplo, têm-se alguns casos na Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR), em que são aplicadas cores distintas em uma mesma edificação¹² (Figura 7).

Figura 7. Fenômeno da descaracterização: fragmentação da unidade. Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR)



Fonte: Levantamento de campo em Londrina. Fotos: Autora, set. 2021. Org.: Autora, 2024.

Nessa dinâmica, impulsionada pela disputa de mercado, os atributos básicos

¹² Ao longo dos trabalhos que a presente autora realizou na Avenida, a percepção da unidade total das edificações apenas foi possível quando em contato para fins científicos, isto é, de pesquisa. Enquanto usuária do espaço terciário da Avenida, nas “correrias” da vida cotidiana, e em detrimento da própria escala da rua, da edificação e do conjunto, a fragmentação das edificações foi iminente, conduzindo a percepções distintas quanto ao caráter estabelecido na escala da quadra. Em conversas e trocas de ideias com demais usuárias e pesquisadoras da área, tais percepções corriqueiras da vida cotidiana também se repetiram.

que podem definir o caráter da Arquitetura de um conjunto urbano comercial – como ornamentos – ficam suscetíveis à “reinventividade” do setor terciário. Sob tal ótica, os elementos que definem caráter, muitas vezes são acobertados por novos materiais (como o ACM – Material Composto de Alumínio) ou removidos do conjunto edificado (Figura 8). Forjam-se transformações com vistas à “grande intenção do comércio” de “chamar a atenção do consumidor para o seu produto a qualquer custo, sem a menor preocupação com a qualidade dessa imagem” (Vargas, 2018, p. 264).

Figura 8. Fenômeno da descaracterização: remoção de ornamentos. Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR)



Fonte: Nascimento, Campos e Rodrigues, 2019, p. 1. Org.: Autora, 2024.

Em detrimento dos valores, importância, dinâmicas, movimentos e fenômenos do comércio – em seu sentido mais amplo – aqui apresentados, segundo Vargas (2018, p. 67), “[r]ecentemente tem sido discutida a capacidade de resiliência urbana a partir do setor de comércio e serviços”, uma vez que o comércio e a cidade apresentam uma relação de origem, simbiótica. Dentre esse contexto, a autora reforça que as inovações e reinvenções do setor terciário passam a ser constantemente imitadas e rapidamente superadas, fato que dificulta a própria manutenção do comércio local e dos mais diversos centros urbanos. Sob o viés da chamada “resiliência urbana” a partir das áreas comerciais, segundo Balsas (2019, p. 30),

“implantam-se projetos e arranjos urbanísticos de curto prazo com o objetivo de atenuar os primeiros sinais de declínio urbano. Na maior parte dos casos, esta solução conhecida como ‘tiro de pistola’ não dá resultados significativos”, uma vez que são implantadas estratégias pré-concebidas e universais baseadas em uma análise superficial. Em muitos casos, tais intervenções apresentam efeitos reversos aos desejados, uma vez que

[...] tem-se verificado que há intervenções urbanas que destroem bairros inteiros (e não apenas quarteirões!) para construir estes ‘destinos comerciais’ que supostamente vão revitalizar o comércio urbano. E isto porque, assim como os problemas do centro das cidades são estruturais e resultam de uma acumulação de inatividades ou desatenções prolongadas por parte dos atores urbanos, também as soluções para os resolver necessitam ser desenvolvidas e implementadas a longo prazo e não de um modo instantâneo (Balsas, 2019, p. 42).

Com isso, o “projeto de arquitetura, então, vai enfrentar um grande desafio. Deve tirar partido das especificidades do lugar para se tornar único e insubstituível” (Vargas, 2018, p. 239). Nesse cenário, nos estudos sobre o comércio, setor terciário e negócios varejistas, surge o conceito de *localization* (“lugarização”) que, segundo a autora, centra-se na inserção do “negócio varejista (arquitetura, serviços e produtos oferecidos, horário de funcionamento, etc.), contrariamente à padronização imposta inicialmente pela globalização” (Vargas, 2018, p. 239), tomando como partido as especificidades e “contextualidade” da cultura local na qual o comércio acontece. Torna-se necessário, para além de uma conduta contextual, o uso de estratégias e instrumentos abrangentes e multifacetados que comportem as complexidades não apenas do comércio, da cidade que o dá suporte e da paisagem urbana (Balsas, 2019; Vargas, 2018). Compreender que o movimento de mudanças nas cidades e na paisagem urbana é inerente às suas dinâmicas, faz-se de fundamental interesse na construção de estratégias (públicas e/ou privadas). Nesse sentido uma “legislação orientadora, uma fiscalização eficiente e, principalmente, uma conscientização dos varejistas [...] podem ser um primeiro passo para a mudança da situação hoje existente nos espaços comerciais internos e externos” (Vargas, 2018, p. 265).

Neste trabalho, defende-se, assim, a importância de iniciativas que operem sobre o contexto ao qual pretendem incidir, promovendo uma gestão, conservação e salvaguarda capaz de se integrar com as dinâmicas, movimentos, legislações e, em especial, o caráter da paisagem urbana local. É neste cenário em que o instrumento

de salvaguarda “Guia de Design” (objeto central da pesquisa) se insere, uma vez que, quando em enfoque as paisagens urbanas de áreas comerciais, os Guias de Design desempenham um importante papel de assistir o processo interventivo no conjunto do espaço edificado, de forma orientar a comunidade envolvida através de diretrizes urbanas e arquitetônicas de cunho técnico e acessível à comunidade. Esse instrumento traz à tona ferramentas de identificação do caráter das paisagens urbanas existentes, a fim de reconhecer seus elementos constituintes e, desta maneira, construir diretrizes integradas com o planejamento urbano, voltando-se à gestão, conservação e salvaguarda de sua unidade existente, evitando a descaracterização e homogeneização decorrente de processos de intervenções, como será melhor aprofundado no capítulo “Das alternativas: o instrumento ‘Guia De Design’ ”.

2.1.1 *Main Streets*

Nesta subseção, objetiva-se apresentar o conceito de “*main street*”, demonstrando sua amplitude para além da tradução livre enquanto uma “rua principal”, evidenciando sua caracterização conceitual enquanto eixo e/ou área articuladora das cidades, em especial das norte-americanas.

Nesse sentido, o conceito de *main street* aqui adotado corresponde a uma área¹³ urbana comercial de especial destaque à cidade em detrimento de seus valores sociais, culturais, econômicos, políticos e demais campos de valor. Num contexto urbano geral, as *main streets*, portanto, representam as principais áreas comerciais de uma determinada cidade. Sob tal ótica, são lidas, em muitos casos, como o “coração” e/ou “alma” da própria *urbe*. Concretizam-se como parte integrante da vida cotidiana, pelo lugar do mercado, espaço da troca, encontro de fluxos, simbolizando o comércio em seu sentido mais abrangente (Arlington, 2007; Francaviglia, 1996). “As *main streets* nos contam quem somos e quem éramos, e como o passado nos moldou” (National Main Street Center, 2009, p. 7, tradução própria), uma vez que “ao observar atentamente a *main street* de uma determinada cidade ao longo do tempo, pode-se ler ou interpretar como a arquitetura se desenvolveu para atender às necessidades da comunidade” (Francaviglia, 1996, p. 5, tradução própria).

¹³ Enquanto área, entende-se um determinado espaço urbano que pode se configurar linearmente ou poligonalmente. Assim, uma rua (simbolizada por uma linha), um bairro ou conjuntos independentes de delimitação territorial (representados por um polígono) podem se enquadrar em uma configuração de “área”.

Nessas áreas comerciais socialmente reconhecidas, transcorre principalmente o desenvolvimento varejista não planejado, o qual consiste naquele “gerado espontaneamente, por meio do aparecimento de estabelecimentos comerciais, construídos ou não para essa finalidade, característicos da formação dos próprios centros urbanos” (Vargas, 2018, p. 75). Nesse tipo de desenvolvimento varejista, faz-se comum a presença do chamado comércio tradicional que, segundo Vargas (2000, p. 2), “acontece através de lojas de ruas, ao qual chamamos de comércio independente, por não pertencer a cadeias de lojas ou estar inserido em Shopping Centers, é a alma da cidade. Ele nasce com ela”. Ainda, a autora observa que são nesses centros de comércio – não planejado – em que se encontram a manifestação de uma “arquitetura de transição”, isto é, uma Arquitetura suscetível a alterações no tempo e espaço decorrentes da própria dinâmica inerente às cidades, ao comércio e à paisagem urbana: a mudança.

Grande parte da dinâmica e da imagem da cidade é devida a este comércio realizado pelas pequenas lojas. Mas, o despreparo, conservadorismo, antiguidade, problemas de propriedade e resistência às mudanças encontrada na maior parte dos pequenos comerciantes, responde em parte por sua difícil situação em termos de negócio, que se reflete na imagem deteriorada do ambiente construído (Vargas, 2000, p. 2).

Para além disso, nas *main streets*, a partir da caracterização e estruturação do setor terciário¹⁴, encontram-se dois níveis principais: o chamado nível de comando, no qual se estabelecem as atividades destinadas à tomada de decisões, isto é, atividades relacionadas à direção e a administração de empresas, onde são desenvolvidas negociações entre setores privados e públicos, por exemplo. E, o segundo nível – sem caráter de hierarquização –, o qual corresponde ao de atendimento/serviços ao consumidor, isto é, atividades varejistas que fornecem bens e serviços (Vargas, 2018). Com isso, esses níveis de atividade comerciais, no contexto das *main streets*, sucedem-se em estabelecimentos varejistas que operam diretamente com os mais diversos níveis do tecido social.

As *main streets* são lugares que importam porque são locais de memória partilhada onde os cidadãos ainda se reúnem para trabalhar, viver e interagir uns com os outros. Numa era de centros indistinguíveis e homogeneizados,

¹⁴ “Quanto à sua estrutura, segundo Rochefort (1976), a atividade terciária pode ser classificada em três níveis: o de comando, o de serviços ao consumidor e o de serviços ao produtor”, sendo este último mais descentralizados em relação aos mercados, concentrando-se em locais de boa acessibilidade de transporte e infraestrutura (Vargas, 2018, p. 32).

elas são mais importantes e atraentes do que nunca.
Num cenário de baixo investimento e de expansão desenfreada, as *main streets* [...] assumiram uma nova importância, como um importante componente para qualquer iniciativa comunitária sustentável.
[...]
Porque as *main streets* são importantes, a recuperação e a gestão abrangente dessas áreas se tornaram essenciais para a saúde e vitalidade de cada comunidade (National Main Street Center, 2009, p. 7-8, tradução própria).

Em se tratando do contexto norte-americano, o uso do termo “*main street*” é parte integrante da cultura territorial do país, fato pelo qual organizações como o *Main Street Program* – que será abordado no decorrer da dissertação – incorpora o termo em seu nome e constrói estratégias abrangentes com ações destinadas à recuperação, gestão e conservação dessas áreas comerciais (National Main Street Center, 2009).

2.2 Paisagem urbana e patrimônio

No presente trabalho, muito irá se tratar da ideia de paisagem, em especial a urbana. E não apenas a partir de sua compreensão isolada, mas principalmente atrelada ao campo do patrimônio cultural. Nesse sentido, torna-se fundamental apresentar os conceitos e abordagens de ambos campos – pertinentes ao trabalho – , de maneira a articulá-los perante sua compreensão, causas e efeitos sobre áreas comerciais (ou *main streets*).

Sob esta ótica, vale uma retomada do conceito de patrimônio já brevemente trabalhado na introdução dessa pesquisa. Como já abordado, ao longo da história e da historiografia, o conceito de patrimônio sofreu mutações quanto à sua semântica perante à sociedade na qual se estabeleceu. Choay (2014) identifica a ampliação do conceito a partir de três categorias centrais de expansão: tipológica, cronológica e geográfica. A ampliação tipológica se refere à contemplação e valoração de arquiteturas não monumentais, modestas, que foram renegadas à sua condição de patrimônio, como a arquitetura vernácula. Frente a essa expansão, os objetos alvo da preservação passam a ser mais diversos e complexos, uma vez que, com a própria intensificação da expansão urbana, conjuntos urbanos, paisagens e cidades inteiras também passam a ser propósito patrimonial. A cronológica, por sua vez, corresponde à ampliação dos períodos históricos valorados, saindo de uma visão restritiva que destina a preservação apenas aos bens considerados “antigos” e “históricos”,

incluindo desde bens e Arquiteturas – em seu sentido mais abrangente – mais primitivos até os mais contemporâneos. Por fim, a ampliação geográfica se refere à disseminação do próprio conceito de patrimônio e das práticas de preservação pelo mundo, não se restringindo às políticas e discussões que foram endossadas na França do século XVIII (Choay, 2014). Assim, observa-se que as três ampliações caminham conjuntamente na construção polissêmica do que se entende e entendeu enquanto patrimônio ao longo dos anos.

Nesse sentido, não cabe aqui uma compreensão restrita dos significados e significâncias em torno do conceito de patrimônio, especialmente em se tratando de patrimônio cultural¹⁵, uma vez que a própria palavra que o adjetiva (cultura), caracteriza-se pela sua dinamicidade perante o espaço, o tempo e o social. Aqui, a cultura é entendida sob a luz da ideia de “processo”. Processos estabelecidos pelos diversos níveis de interdependência social (indivíduo, grupo, sociedade); pelas relações abertas para com as mais distintas culturas; pela oscilação e variação de valores no espaço e tempo; pela troca; pela produção e reprodução socioespacial; pelos símbolos e referências explícitos ou implícitos, dentre outros (Bosi, 1987; Carsalade, 2007). Nesse sentido, a cultura aqui é compreendida frente aos seus processos social, espacial e temporalmente estabelecidos e regidos. A “cultura é vida pensada [...] A cultura é um processo” (Bosi, 1987, p. 38).

Assim, para pensar o patrimônio cultural, para a presente pesquisa, parte-se do pressuposto de um campo mutante, aberto, e por isso o reconhece perante sua concepção ampliada apresentada na introdução do presente trabalho. Não cabem, aqui, construções restritivas e universais ao próprio conceito de patrimônio cultural, em especial ao tratá-lo perante ao “modo” patrimônio que se estabelece nas áreas comerciais – lugares fundamentalmente processuais. Ao compreendê-lo sob uma ótica ampliada, permite-se identificá-lo frente aos valores que recaem sobre o próprio bem cultural (material ou não).

Reconhece-se, assim, em consonância ao Art. 216 da Constituição Brasileira e às concepções de LeBlanc (2017) e Carsalade (2007), que o patrimônio cultural se é por si, isto é, existe pela sua própria condição de *ser*, sustentado pela cultura que o dá suporte e, quando valorada pela sua condição existencial frente à sociedade onde

¹⁵ Para a presente pesquisa, adota-se o “patrimônio cultural” como o chamado “conceito guarda-chuva”, entendendo-o como aquele que contempla as demais manifestações e modos patrimônio, sejam eles materiais, imateriais, arquitetônico, religioso, dentre tantos outros “modos”.

se realiza, adentra num “modo” patrimonial.

[o patrimônio] nos ajuda, pela sua presença e permanência, a criar um cosmo ordenado dentro de um caos sem ordem, um terreno existencial firme onde assentar o pé; um “centro” reconhecido que extrai a sua centralidade do fato de ser um ponto de referência de um mundo circundante; uma sensação de “estar em casa” (pertencimento); a qualificação especial de um lugar dentro da percepção do espaço extenso, um centro como partida de uma ordenação possível do mundo (lugar de onde saio para todos os caminhos, lugar onde me situo). O lugar criado pelo patrimônio, pela sua presença no espaço (que se refere ao modo próprio) e pelo lastro histórico que traz consigo (que se refere também ao modo impróprio), permite que o ser lançado ao mundo o ordene, se identificando e se orientando.

[...]

O patrimônio normalmente nos é apresentado através da intermediação da cultura e da tradição e, por elas, inclusive, tematizado (Carsalade, 2007, p. 204-209).

É claro que a abrangência do conceito se estabelece para além daquilo aqui tratado. Compreender o patrimônio cultural sob as óticas abordadas, no que se vale à presente pesquisa, constitui uma iniciativa para identificá-lo frente ao conceito de paisagem, em especial a urbana, e às áreas comerciais.

Nesse sentido, parte-se da concepção da paisagem enquanto um espaço percebido, isso é, um fenômeno estabelecido frente à sua presença concreta à percepção, seja ela individual ou coletiva. Essa perspectiva se integra às reflexões contemporâneas sobre a paisagem enquanto ambiente experienciado, como abordado por Lage (2023). Sob este viés, a percepção é compreendida à luz dos múltiplos sentidos que integram o observador (coletivo, individual, público ou privado), dentre os quais podem se destacar a visão, o tato, o olfato, o paladar e a própria aceção simbólica que acompanha determinada cultura. Nesse sentido, ao considerar a paisagem frente à sua condição de espaço percebido e sentido, “somos levados a nos libertar do dualismo do pensamento ocidental” (Lage, 2023, p. 41) que ora pensa a paisagem enquanto natureza, ora pensa como lugar antropizado; ora a entende até onde a vista alcança, ora a entende como espaço pictórico; ora sob um ponto “X”, ora sob um ponto “Y”, constantemente constituindo uma díade fragmentada entre um ou outro. Segundo a autora, essa dificuldade do pensamento ocidental de pensá-la como um todo integrado, onde não se estabelecem relações de exclusão entre um ou outro, mas sim de somatória entre um e tantos outros, é reflexo da própria fragmentação construída sobre o ser humano e o seu meio. É pela própria cisão entre indivíduo e natureza, advinda da era moderna, que o então sujeito moderno e a paisagem, até

então pictural, rompem-se.

Essa concepção ampliada daquilo que se entende por paisagem foi embrionada nos pressupostos da Convenção Europeia da Paisagem (CEP) nos anos 2000, a qual parte de uma compreensão holística da paisagem para, assim, poder ler e intervir sobre ela a partir do seu todo. Na CEP a paisagem é definida como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos” (Conselho da Europa, 2000, art. 1º). A paisagem, enquanto construção e constructo social e natural, é submetida às lentes que a própria cultura irradia sob sua compreensão. Nesse sentido, enquanto fenómeno holístico, não se pode ser compreendida pela fragmentação de suas partes, para, assim, analisá-las pelo seu papel individualizado perante as outras. Isto se dá uma vez que esses “fragmentos” exercem forças diretas umas sobre as outras. Segundo o geógrafo Marc Antrop, ainda se faz possível uma avaliação das partes individuais que compõem a paisagem, contudo, só se é possível compreendê-las quando inseridas em seu contexto, isto é, perante seus valores intrínsecos e contextuais. A “paisagem é composta por diferentes componentes, todos com dinâmicas próprias” (Antrop, 1998, p. 156, tradução própria). Corresponde ao “resultado de um processo de acumulação contínua no espaço e no tempo, tendo um conjunto de formas visíveis e invisíveis em constante transformação, em constante mudança” (Lage, 2023, p. 208). Aqui, a própria dimensão da mutabilidade da paisagem passa a ser valorada.

Só se pode falar de paisagem a partir de sua percepção. Com efeito, diferentemente de outras entidades espaciais, construídas pela intermediação de um sistema simbólico, científico (o mapa) ou sociocultural (o território), a paisagem define-se inicialmente como espaço percebido: ela constitui “o aspecto visível, perceptível do espaço”.

Mas, se essa percepção distingue-se de construções e simbolizações elaboradas a partir dela, e exige outros métodos de análise, seu aparente imediatismo não deve fazer esquecer que ela não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes dar um sentido. A paisagem percebida é, desse modo, construída e simbólica (Collot, 2012, p. 11).

Faz-se claro, a partir disso, as relações intrínsecas que a paisagem e o patrimônio vão estabelecer conceitualmente. Dotados das dimensões espaciais, temporais e socioculturais, em constante estado processual de mudança, ambos vão expressar as marcas e os valores que os originam e/ou recaem sobre eles. Recolhem-se contextos que se apresentam na sua própria condição de ser e/ou estar patrimônio

e paisagem. “A forma simbólica que filtra e emoldura nossas percepções da paisagem está incluída num sistema de orientações e de valores combinados, produto de uma gênese” (Lage, 2023, p. 91). Na CEP, faz-se parte fundamental de suas medidas o próprio reconhecimento da paisagem perante sua condição patrimonial: “Reconhecer juridicamente a paisagem como uma componente essencial do ambiente humano, uma expressão da diversidade do seu patrimônio comum cultural e natural e base da sua identidade” (Conselho da Europa, 2000, art. 5º).

Neste amálgama, quando acompanhada do qualitativo “urbana”, a paisagem vai focalizar um dos espaços que converge uma das maiores diversidades de manifestações e fenômenos que transcorrem nas dimensões espaciais, temporais e socioculturais: as cidades (UNESCO, 2011). Na qualidade de paisagem urbana, as cidades se circunscrevem na condição de suporte passivo e ativo da própria paisagem percebida e experienciada. Segundo Rossi (1995), a cidade é *locus* da memória coletiva. E são especialmente nos espaços urbanos, como já destacado, que o lugar do mercado e o comércio acontecem. O comércio, assim, faz-se parte integrante da paisagem urbana e do sujeito que a vivencia.

Pensar a paisagem urbana, para a presente pesquisa, corresponde ao seu enfoque à luz das cidades, do espaço urbano e do lugar do comércio. Nesse sentido, não a coloca isolada perante seus demais contextos que o permeiam (como a natureza), ao contrário, a compreende pela sua articulação. Aqui, a paisagem é vista como categoria de pensamento e a paisagem urbana como um recorte pontual integrante da paisagem como um todo, na qual se focalizam as cidades e os espaços urbanizados valorados. Frente a isso, articulando o conceito de paisagem endossado pela CEP com o seu qualitativo – urbana –, pode-se compreender a paisagem urbana como uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujos valores ambientais e urbanos são reconhecidos, diante das dimensões do tempo, espaço e sociocultural, e cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos.

A partir dessa relação entre patrimônio e paisagem urbana das cidades – e não apenas – na década de 1970, endossa-se o conceito de “patrimônio ambiental urbano”. O conceito, tratado extensivamente por Ulpiano Meneses (1978) e Eduardo Yázigi (2006; 2012), parte de uma visão holística do espaço urbano perante sua paisagem e condição patrimonial. Enceta a conservação urbana condicionada, e condicionante, do próprio contexto espacial, temporal e sociocultural que o

circunscreve, entendendo-os frente às suas inter-relações de maneira integrada com vistas à melhoria da qualidade de vida da população. Consiste em lugares que transcendem a obra isolada e são caracterizadores da cidade devido aos seus valores empregados, uma vez que

o patrimônio ambiental urbano é, antes de mais nada, um fato social, produto de uma sociedade específica, e que é só na prática social que ele poderá ser apreendido.

[...] patrimônio ambiental urbano é um sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações de um ambiente urbano.

[...]. Trata-se de um processo em ação contínua [...] (Meneses, 1978, p. 45).

Aqui, a noção de “ambiente” passa a ser compreendida de maneira ampliada, não sendo apenas ligada à concepção de natureza natural, mas à noção de conjunto integrado. A preservação do patrimônio ambiental urbano pressupõe a preservação “do equilíbrio da paisagem e as inter-relações entre a infraestrutura, o lote, a edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural” (Cagriota, 2009, p. 89).

O patrimônio ambiental urbano é constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e a natureza existente na cidade, regulados por relações sociais, econômicas, culturais e ecológicas, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. Portanto, ele acompanha o processo social, assumindo todas as modernidades necessárias. É reconhecido e preservável por seus clássicos valores potencialmente qualificáveis: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamentos. Geograficamente, podem se manifestar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo unidades de significado autônomo. O conceito se reporta tanto a um conjunto existente como a um processo em permanente construção, ou seja, patrimônio ambiental deve se configurar como o ser e o porvir (Yázigi, 2012, p. 28).

Meneses (1978, p. 46) ainda destaca que tratar sobre patrimônio ambiental urbano e patrimônio cultural é, direta ou indiretamente, abordar a dimensão da memória social, da qual se enunciam “as significações que vão enformar as representações da cidade”. Assim, segundo Cagriota (2009, p. 89), pensar a “cidade como um ‘patrimônio ambiental’ é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando o processo vital que informa a cidade e não apenas monumentos ‘excepcionais’ isolados”. Em se tratando do lugar do comércio, enunciam-se e se experienciam processos vitais da troca, informando e

qualificando a paisagem urbana frente à sua dimensão de patrimônio ambiental urbano. Aqui, à medida que se reconhece seus valores para além do “econômico”, dedicam-se ações de conservação. Diante disso, a paisagem urbana de áreas comerciais, em sua contemplação enquanto um patrimônio ambiental urbano é:

um constructo social em constante desenvolvimento mediado pela cultural. Sua valorização parte de suas características físicas, espaciais, simbólicas, estéticas, econômicas, sociais e culturais, em sua relação com o homem. Sua preservação e manejo devem considerar todos os seus diversos significados, considerando também a possibilidade de mudança inerente ao conceito e com o objetivo de preservar para gerações futuras suas principais características, assim como a possibilidade de intervenção de acordo com seus próprios conceitos. Devido à sua abrangência, a paisagem deve ser gerida de forma conjunta, envolvendo todos os atores responsáveis por sua construção e transformação ao longo dos tempos (Lage; Cury, 2023, p. 42).

É a partir desse cenário que a presente pesquisa se estabelece. Frente a isso, como já apontado, visa-se investigar um dos instrumentos e estratégia de gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas: o Guia de Design. A pesquisa, portanto, propõe-se analisar sistematicamente um conjunto de Guias de Design destinados às áreas comerciais, tendo como recorte o programa *Main Street America*, nos EUA, a fim de identificar as potencialidades e fragilidades que este instrumento de conservação integrada da paisagem urbana apresenta.

2.2.1 Caráter da paisagem

Ao tratar da paisagem experienciada – e da Arquitetura em seu sentido mais abrangente –, muito se trabalha com a concepção de “caráter do lugar”. Segundo Norberg-Schulz (2006) e Rossi (1995), o “lugar” é parte íntegra da existência humana, seja ele pela sua experiência individual ou coletiva. O “lugar” se é pela sua condição de espaço habitado/vivenciado, onde se atribuem significados e significâncias frente à sua condição simbólica e formal. Apresenta uma identidade própria, dotada de valores agregados pelas dimensões espaciais, temporais e socioculturais.

O lugar, como o acontecimento, é um elemento que se vivifica no tempo e do espaço contínuo, se constituindo em um momento e espaço específicos e diferenciados, conseguindo, assim, uma identidade própria, constituída por atributos específicos. O lugar, através dos seus atributos formais, concretiza uma existencialidade. Essa existencialidade está tão presente na compreensão que o homem faz dos lugares, que possibilitou, em algumas

culturas, a criação do conceito de *genius loci* na Roma Antiga e dos deuses lares na Grécia Clássica, dentre outras versões orientais correlatas. O *genius loci*, ou *espírito do lugar* é o espírito guardião de cada lugar independente, responsável por seu caráter ou sua essência, ou seja, o conjunto de atributos para que determinado lugar seja como é. O conceito de *genius loci* aponta para a *coisidade* única que cada lugar expressa e que o torna diferente e singular (Carsalade, 2007, p. 111).

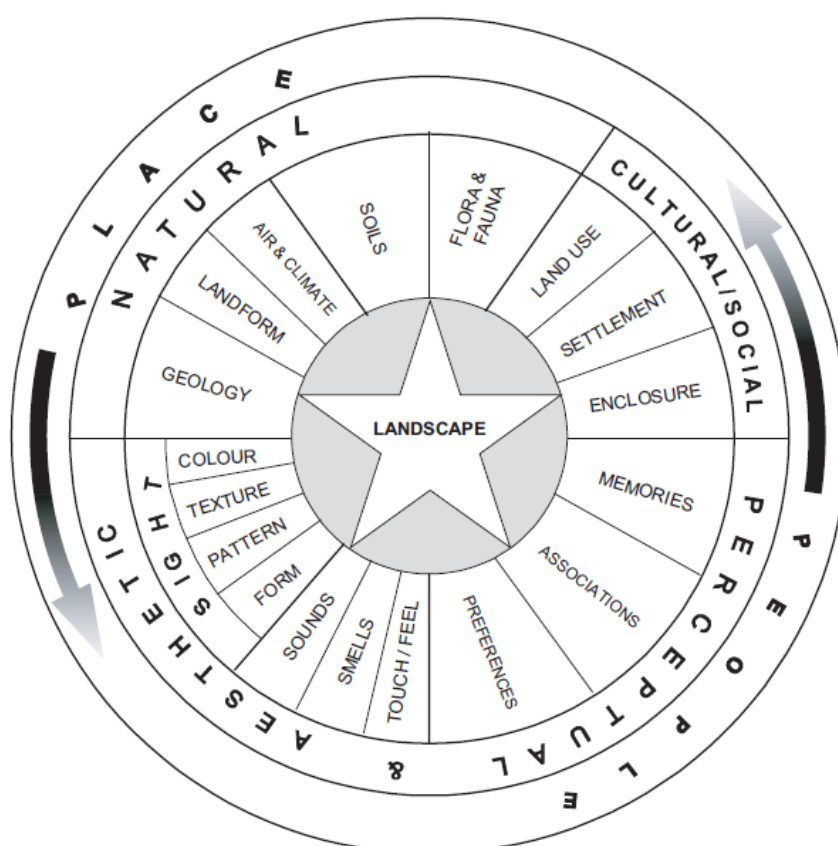
Tanto Rossi (1995) quanto Norberg-Schulz (2006) vão trabalhar com o conceito de *genius loci*, convergindo seus entendimentos para com a compreensão do “lugar”. Norberg-Schulz (2006) compreende que o lugar é a manifestação do habitar, sendo o habitar aquilo que dá suporte à própria existência do ser humano que se estabelece entre o céu (intangível) e a terra (tangível). Para o autor, o caráter reside na dimensão simbólica que atribui ao lugar – aqui atrelado à paisagem –, isto é, dispõe significado à maneira como o lugar se articula. Essa constituição intangível se manifesta, muitas vezes, pela sua configuração tangível e formal, uma vez que ambas dimensões apresentam uma estreita inter-relação. Assim, o caráter denota uma atmosfera geral e substancial do próprio lugar e “não se pode dissociar os componentes físicos da paisagem de suas ressonâncias existenciais e simbólicas” (Lage, 2023, p. 90). Sob este viés, Carsalade (2007, p. 124-125, grifo próprio) destaca:

O espaço, portanto, não é um campo neutro e a Arquitetura ao instalar nele os seus lugares, lhe impregna de significados. Portanto, a Arquitetura não é um ato abstrato que se dá apenas no mundo das ideias e da representação no papel ou na tela do computador. Arquitetura é construção e esta se dá em determinado local físico, modificando e qualificando o lugar enquanto o preenche com novos significados. Ao mesmo tempo em que a Arquitetura precisa do lugar, ela o recria. **Não há Arquitetura sem o lugar e não há lugar criado pelo homem sem a sua Arquitetura.** Assim, a Arquitetura não apenas materializa as instituições, mas as cria em determinado local, criando uma ponte entre instituição e lugar, o que lhes confere a ambos uma unicidade fenomenológica importante: **se estivesse em outro lugar, talvez a instituição se materializasse de outra forma.** Retoma-se assim a visão heideggeriana do acontecimento arquitetural entre o céu e a terra. A verdade da obra arquitetural é o ente que se manifesta na sua coisidade, em um lugar específico, “sobre a terra, sob o céu”, referente à comunidade dos homens. Existência e essência são, portanto, aspectos integrais da mesma totalidade, do mesmo acontecimento arquitetônico. A Arquitetura é uma encarnação no mundo concreto - o qual pressupõe um lugar - e sua verdade é a não-ocultação do seu ser, mas a sua revelação.

Frente a isso, e em consonância à concepção de paisagem experienciada, a partir da década de 1980 foram endossadas iniciativas com o objetivo de se construir bases metodológicas para se identificar e avaliar o caráter do lugar/paisagem. Aqui, destaca-se a *Landscape Character Assessment* (LCA). A LCA compreende o caráter

de paisagem como “o padrão que surge da combinação particular dos diferentes componentes, os quais podem proporcionar um senso de lugar ao nosso entorno” (Swanwick, 2002, p. 3, tradução própria). Essa metodologia inglesa, apropria-se da concepção ampliada da paisagem, diante da sua própria condição dinâmica e mutável, compreendendo seu caráter frente à sua dimensão simbólica propiciada por um conjunto de fatores e componentes que se estabelecem no tempo, no espaço e no sociocultural (Figura 9).

Figura 9. Diagrama de compreensão da paisagem



Fonte: Swanwick, 2002, p. 2

Nessa abordagem, parte-se de uma leitura integrada e reconhece-se que o caráter de uma determinada paisagem pode partilhar de “características genéricas com outras áreas do mesmo tipo, mas têm identidade própria e particular” (Swanwick, 2002, p. 40, tradução própria). Sob este mesmo viés, Rossi (1995, p. 152, grifo próprio) já havia reconhecido que, ao “locus”,

[o] pensamento de uma mesma arquitetura se manifesta em lugares diversos; podemos, pois, derivar de um princípio idêntico as nossas cidades,

apreendendo o concreto de cada experiência singular.

[...]

Então, para nos darmos conta dos contornos desse problema tal como ele é, ou como confina com o domínio da arquitetura, **convém ressaltar os aspectos individuais, distintivos, aquelas relações que podemos ver em seus limites recíprocos**. Talvez possamos perceber melhor alguma coisa de um lugar, que às vezes nos parece só silêncio, olhando-o do outro lado, a partir dos aspectos que penetram nele com contornos mais racionais, por certo, porém mais familiares, mais conhecidos – e isso enquanto pudermos continuar a apreender esses contornos, que depois se esfumam e desaparecem.

Esses contornos dizem respeito à individualidade dos monumentos, da cidade, das construções e, portanto, ao conceito de individualidade e seus limites, onde ela começa e onde ela acaba; dizem respeito à relação local da arquitetura, ao lugar de uma arte. **E, portanto, aos vínculos e à própria particularização do “locus” como fato singular determinado pelo espaço e pelo tempo, por sua dimensão topográfica e por sua forma, por ser sede de acontecimentos antigos e novos, por sua memória.**

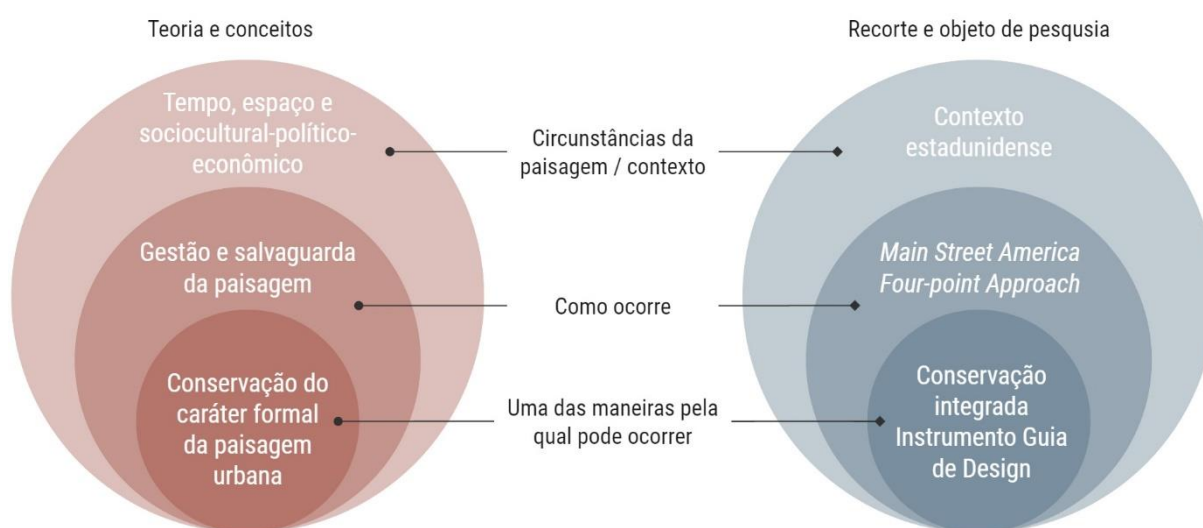
Talvez seja pela compreensão dos aspectos distintivos que os instrumentos utilizados nos EUA operam – como no caso dos *Preservation Briefs* e o *The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties*. Neles, a dimensão tangível (natural ou construída) tomam especial destaque, reforçando seu papel perante sua reverberação simbólica ao caráter do lugar. Em especial no espaço urbano, o “locus” da paisagem urbana vai operar à vista da própria Arquitetura – em seu sentido mais abrangente – contemplando a materialidade que a circunscreve e que enuncia à paisagem sua condição de lugar habitado, caracterizando-a no espaço, tempo e sociocultural.

Neste trabalho, pensar a ideia de caráter da paisagem frente à sua condição formal, em especial em seu modo patrimônio, não parte de uma tentativa de elevar a identificação do caráter da paisagem urbana a um método universal, isolando os próprios elementos que definem o caráter do lugar. Ao contrário, parte-se do pressuposto da identificação dos atributos básicos perante seu contexto no espaço, no tempo e no sociocultural para que assim a construção de políticas e instrumentos com vistas à conservação adentrem à realidade de exequibilidade frente às rápidas mudanças – sejam elas de permanências e/ou transformações – em meio às cidades. Aqui, pensar e identificar os elementos que dão caráter se faz fundamental para o ser lançado ao mundo, sob a luz simbólica que a materialidade pode atribuir, como os valores, a cultura, a memória, a herança; marcas construídas no tempo e espaço que se reverberam na própria paisagem habitada/experienciada. “Essa paisagem habitada é formada por campos de relações entre as coisas, contextos que recolhem significados e se apresentam a nós como o lugar onde a vida acontece” (Carsalade,

2007, p. 204). Assim, compreende-se e se reforça o papel dos elementos que definem caráter à paisagem urbana, mas não os eleva à condição de unidade universal. Ao contrário, nesta pesquisa, reforça-se a importância de se entender a paisagem como um todo, para assim ser passível identificar as partes que a compõe, em especial quando em enfoque o lugar do comércio.

Frente à concepção de paisagem e patrimônio aqui adotados, e em consonância com a importância simbólica do caráter do lugar, ao que concerne aos objetos e recortes de pesquisa – Guias de Design das comunidades oficiais do *Main Street America* – a Figura 10 apresenta as dimensões concêntricas que circunscrevem o trabalho e que serão abordadas ao longo da dissertação.

Figura 10. Dimensões concêntricas: teoria, recorte e objeto de pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

2.3 Das lacunas: conservação da paisagem urbana

No ano de 1986, sob encomenda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para publicação na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos escreve um texto intitulado “Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo”. O artigo, entretanto, foi vetado pelo editor à época, sob pretexto do escrito ofender os brios – valores, dignidade, honra – da própria arquitetura nacional. No texto, o autor critica e questiona

a práxis preservacionista do órgão, o qual era arraigado sob uma atuação essencialmente centrada no tombamento; ótica que passou a se estender nas formas e maneiras de se lidar e ler o urbano. Contudo, o autor chama atenção para as existências urbanas: a inevitabilidade da mudança e as dinâmicas e pluralidades que circunscrevem as cidades. Em vista disso, não cabe a elas um olhar restrito, monumentalista e “tombamentista” tal qual ocorria na atuação do IPHAN à época (Santos, 1986).

Em muitos países, em especial no Brasil, ainda se constrói uma gestão cultural arraigada nos instrumentos de preservação e planejamento urbano tradicionais, nos quais se rompem as ligações diretas entre ambos, compartimentalizando-os frente à sua atuação isolada. Assim, esses instrumentos, por muito, não apresentam uma comunicação clara entre si, compatibilizando uma gestão fragmentada (não integrada) do patrimônio ambiental urbano, implicando em um desenvolvimento não sustentável e no comprometimento da paisagem urbana às gerações futuras (Catriota, 2009; Lage, Cury, 2023).

Pode-se perceber, em diversas cidades, uma desconexão entre o planejamento territorial e a preservação do patrimônio cultural. Enquanto geralmente os planejadores olham para o futuro, aqueles que se preocupam em proteger o patrimônio tentam excluí-lo da dinâmica do desenvolvimento social. O planejamento, ao invés de demonstrar a continuidade entre o passado e o futuro, na prática, muitas vezes estabelece uma quebra de continuidade, dando pouca atenção aos traços físicos do passado. A proteção estatutária é, por sua própria natureza, defensiva, baseada na ideia de um finito recurso patrimonial que está sob ameaça constante da dinâmica espacial, que vêm diminuindo gradualmente e perdendo qualidade. Como resultado, o ambiente histórico não é reconhecido como parte integrante do sistema de planejamento, sendo separado por uma listagem e designação, e regulado por regimes específicos de conservação, gerando uma sobreposição de legislações (Lage; Cury, 2023, p. 44).

Assim, observa-se uma construção não integrada, na qual as ações e políticas de preservação se centram num ideário de passado imutável, contribuindo para uma atuação do poder público com o uso desses instrumentos tradicionais que versam premissas restritivas, indo em desacordo ao movimento dinâmico de transformações presentes nas cidades; e, as de planejamento urbano com vistas a um futuro a ser alcançado pelo constante desenvolvimento. Aqui, para o campo da preservação patrimonial, a dimensão temporal do presente simboliza apenas ameaças concretas e incríveis ao bem; enquanto ao planejamento urbano, o presente é lidado frente às suas potencialidades de desenvolvimento ao futuro. Constrói-se uma lacuna entre

ambos os campos, renegando a condição da própria cidade: a sua mutabilidade. Perdem-se de vista a iminência da mudança e que, frente a isso, ações, políticas e instrumentos devem contribuir ao seu manejo frente às dinâmicas que recaem ao lugar. A exemplo das áreas comerciais que, dentre os espaços urbanos, compatibiliza um dos lugares com maior incidência de transformações. Pensar a sua preservação e o seu planejamento urbano recai diretamente numa necessária articulação entre os campos para se pensar as três dimensões temporais frente à sua condição de mudança.

Ocorre que esta visão mais conservadora tem, muitas vezes, negligenciado as transformações recentes da sociedade, o que inclui mudanças comportamentais relacionadas a estilos de vida, composição familiar, migrações e fluxos demográficos provocados por alterações nas bases econômicas, mudanças climáticas ou conflitos armados, por exemplo. Nas práticas de proteção e gestão de núcleos urbanos protegidos, prevalece uma visão fragmentada do todo urbano, muitas vezes voltada à escala arquitetônica, sem uma abordagem urbanística ampliada, necessária para o trato com as cidades, especialmente considerando o cenário geral de vacância e despovoamento observado nos núcleos urbanos protegidos (Weissheimer, 2020, p. 2)

Ao compreender que a paisagem, em especial a urbana de áreas comerciais, diante de suas dinâmicas e movimentos, insere-se num processo contínuo de – rápidas – mudanças, deve-se ter à vista que algumas dessas transformações podem contribuir diretamente para a descaracterização do próprio caráter do lugar, levando à perda da identidade local da paisagem experienciada.

Com a rápida transformação da sociedade, novas paisagens são criadas e ao mesmo tempo, gerando uma rápida deterioração das paisagens existentes [...] que perdem suas qualidades e valores, diversidade, coerência e identidade, com a introdução de novos elementos parecidos com quaisquer outros de qualquer lugar (Lage; Cury, 2023, p. 42).

Fundado nisso, cabe, de acordo com Castriota (2009), uma revisão e uma ampliação dos instrumentos aplicáveis à preservação, uma vez que essa dissociação e utilização restrita dos instrumentos tradicionais incide diretamente, e de maneira danosa, sobre o desenvolvimento e conservação da paisagem urbana, visto que, a exemplo do Brasil, “instrumentos como o tombamento, que se mostraram importantes [...], passam agora a expor, de uma maneira cruel, suas limitações e têm, a nosso ver, que ser revistos à luz de novos condicionantes e critérios” (Castriota, 2009, p. 86).

Assim, em se tratando da paisagem urbana, das cidades e especialmente das áreas comerciais – diante de suas dinâmicas e movimentos:

[n]o que se refere à preservação do meio ambiente urbano, temos, então, um duplo condicionamento: por um lado, sendo este um organismo vivo, não há que se impedir o processo de renovação, intrínseco a ele, e que acompanha o próprio desenvolvimento da vida humana. Por outro lado, no entanto, cabe à sociedade e ao Governo orientar essa renovação e transformação, para que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento (Castriota, 2009, p. 88-89).

Frente a essas lacunas – arraigadas pela desarticulação entre do patrimônio cultural e o planejamento urbano – que comprometem diretamente a gestão da paisagem urbana, em especial de áreas comerciais, as premissas da conservação integrada¹⁶ vão contribuir diretamente para a consolidação de iniciativas com vistas à totalidade de conjuntos.

Por sua vez, a conservação integrada consiste em uma abordagem que compreende a fundamental necessidade de se integrar o planejamento das cidades frente à sua condição patrimonial, articulando a gestão urbana com a conservação do patrimônio ambiental urbano. À luz dessa abordagem, leva-se em consideração uma compreensão holística – do todo – da condição urbana, com a aplicação de técnicas, instrumentos, políticas e ações sensíveis ao contexto, em especial o local, atentando-se à pluralidade de valores visando julgamentos equilibrados (Zancheti, 2006; Zancheti, Lapa, 2012), visto que pensar o patrimônio ambiental urbano e pensar a paisagem não se é possível por um olhar desarticulador, isolado e fragmentado perante o contexto no qual se inserem. Faz-se necessário perspectivas integradas entre si e entre as demais áreas do conhecimento.

Sob tal perspectiva, em diálogo direto com a conservação integrada, tem-se a abordagem do *Design Guidance*, a qual adentra na ordem prática da conservação e intervenção em áreas urbanas, trabalhando diretamente com instrumentos e ferramentas que subsidiem a intervenção nas cidades frente à sua condição de mutabilidade no espaço, no tempo e no sociocultural, especialmente nas áreas de trato comercial. “Em sua forma mais básica, *design guidance* pode ser definida como

¹⁶ Segundo Zancheti e Lapa (2012, p. 19-20), a “conservação urbana integrada (CI) teve origem no urbanismo progressista italiano dos anos 1970, representado pela experiência de reabilitação do centro histórico de Bolonha, no final da década de 1960. [...]. A sistematização dos princípios da conservação integrada foi realizada em 1975 e expressa na “Declaração de Amsterdã”, influenciada pelo sucesso na recuperação de áreas históricas degradadas em Bolonha, habitadas por grupos de baixa renda. Essa declaração foi o produto final do ‘Congresso sobre o Patrimônio Arquitetônico Europeu’, realizado durante a reunião do Conselho da Europa no mesmo ano”. Ainda, de acordo com os autores, a apropriação dos princípios da conservação integrada também teve grande reverberação nas políticas norte-americanas destinadas à recuperação das *main streets*.

um termo genérico para uma variedade de ferramentas que estabelecem parâmetros de design com a intenção de direcionar melhor o desenvolvimento” (Carmona, 2011, p. 288, tradução própria).

Dentre as formas de apresentação dessa abordagem, tem-se o instrumento Guia de Design (*Design Guidelines* e/ou *Design Guide*), enfoque do presente trabalho. No cenário de políticas de desenvolvimento urbano e salvaguarda patrimonial, os Guias de Design configuram um instrumento que subsidia a população no processo interventivo, ao levar em conta a inevitabilidade da mudança e a necessidade de assistir tais processos a nível local. Comumente, as ferramentas orientativas da abordagem *Design Guidance* são produzidas pelo Estado, mas não são de exclusividade de tal entidade, podendo ser elaboradas por diversos agentes (públicos ou privados). Em casos em que o Estado não apresente recursos suficientes, ou efetiva ação, para a conservação das cidades e, por conseguinte, da paisagem urbana, torna-se necessário a construção e disponibilização de instrumentos que subsidiem e assistam as diferentes esferas da organização social, estimulando uma responsabilidade coletiva sobre a conservação dessas áreas e suas respectivas paisagens urbanas, em especial as históricas. “Devido à sua abrangência, a paisagem deve ser gerida de forma conjunta, envolvendo todos os atores responsáveis por sua construção e transformação ao longo dos tempos” (Lage; Cury, 2023, p. 42). Assim, como será melhor demonstrado no decorrer deste trabalho, os Guias de Design configuram instrumentos para promoção da conservação integrada do caráter da paisagem urbana, uma vez que contemplam e articulam não apenas os múltiplos agentes envolvidos nas paisagens, mas principalmente integram os campos da preservação-conservação patrimonial e do planejamento urbano.

3 DAS ALTERNATIVAS: O INSTRUMENTO “GUIA DE DESIGN”

O presente capítulo se propõe a conceituar e caracterizar um instrumento para gestão, conservação e salvaguarda da paisagem urbana: o Guia de Design. Parte-se da premissa de um instrumento que, em sua atuação, viabiliza a conservação integrada dos conjuntos e elementos que conformam o caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, na medida em que articula o planejamento urbano e a conservação e preservação patrimonial.

Em um processo investigativo de pesquisa bibliográfica, ao imergir na (pouca) literatura específica sobre Guias de Design, observa-se uma abordagem muito mais descritiva acerca do instrumento, descrevendo sua composição e seus efeitos esperados – quando efetivamente implantado –, do que a construção de um conceito. Em vista disso, este capítulo busca conceituar o que é um Guia de Design, respaldando-se em uma abordagem etimológica e partindo de uma discussão inicial advinda da ontologia (principalmente no campo da Ciência da Informação), isto é, definindo-o e conceituando-o a partir da ontologia da “coisa”, tal como é, real e verdadeiramente.

3.1 Guia de Design: “o que é isso que há?”

O termo “Ontologia” tem sua origem atrelada ao campo da Metafísica¹⁷ e sua etimologia tem raízes na expressão grega *ta onta*, a qual se relaciona às coisas existentes, os entes e os seres (Chauí, 2000). De acordo com Braidão e Krause (2008), o termo ainda deriva do grego *logos*, o qual é atribuído aos sentidos de discurso e razão, motivo pelo qual “logia” vai corresponder ao estudo e conhecimento. Neste sentido, segundo Chauí (2000), a Ontologia – com “o” maiúsculo – é atrelada ao conhecimento sobre o ser e os entes em si, tais como são, real e verdadeiramente.

Um modo contemporâneo de compreender o significado e o conceito de Ontologia abordado por Braidão e Krause (2008, p. 19) é

pensá-lo como a elaboração formal, conceitual e metódica, das respostas às questões primárias e cotidianas “O que é isso?” e “Isso existe?”, as quais podem ser reunidas na pergunta “O que é isso que há?”. Os termos “é” e “há” são em geral nominados como “ser” e “existência”. O que significam esses

¹⁷ A Metafísica corresponde a uma disciplina da Filosofia Primeira, proposta por Aristóteles, destinada à investigação do ente e de seus atributos essenciais (Chauí, 2000; Braidão, Krause, 2008).

termos nos seus diferentes empregos? Que conceitos eles expressam quando usados teoricamente? Que conceitos são necessários para que essas perguntas possam ter uma resposta passível de exame objetivo? Responder a essas questões hoje é a tarefa da investigação ontológica.

No campo da Ciência da Informação a “ontologia” – com “o” minúsculo¹⁸ – corresponde a uma “especificação formal e explícita da conceitualização” na qual “um corpo de conhecimento formalmente representado está baseado em conceitualização”, sendo essa simbolizada por “objetos, conceitos ou outras entidades sobre os quais o conhecimento e suas relações são expressos” (Schiessl; Bräscher, 2011, p. 301-302). A partir do campo da Ciência da Informação, compreende-se a ontologia como uma explicação sistemática da própria existência das coisas (como os objetos) a partir de seu contexto prático e representacional, não restringindo o campo aos entes e os seres que competem à esfera filosófica da Ontologia – com “o” maiúsculo.

Vale ressaltar que não se torna objetivo do trabalho uma discussão histórica das aproximações, divergências e/ou alterações que o conceito de Ontologia – e ontologia com “o” minúsculo – sofreu com o passar do tempo, cabe aqui entendê-lo em seu sentido mais objetivo para que, assim, possa-se construir os processos investigativos ontológicos daquilo que este capítulo aborda: um conceito do instrumento Guia de Design. Assim, levando em consideração esse modo contemporâneo de compreender a ontologia das coisas, abordado por Braida e Krause (2008), articulado à ontologia do campo da Ciência da Informação e trazendo à tona e colocando em enfoque o objeto central aqui abordado – “o que é isso (Guia de Design) que há?” –, vale um retorno às origens dos termos que compõem o nome do instrumento como uma das maneiras pelas quais se pode alcançar a especificação formal e explícita da conceitualização. Afinal, como já apontava Le Goff (1997, p. 10), “[u]m pouco de etimologia nunca é tempo perdido”.

O nome composto “Guia de Design” corresponde à junção do substantivo “guia” – derivado do verbo transitivo direto “guiar” – com o termo “design”. De acordo com Machado (1952-59, p. 1145) a etimologia do verbo “guiar” advém do latim popular *guidāre*, baseado em *widare* de origem germânica, com provável advento da palavra

¹⁸ Para a presente pesquisa, adota-se “Ontologia”, com “o” maiúsculo, quando inserida no campo da Filosofia; e, “ontologia”, com “o” minúsculo, quando inserida no campo da Ciência da Informação, uma vez que “o termo ontologia no contexto prático da representação do conhecimento é escrito com letra minúscula. Apesar do empréstimo do nome da filosofia, o propósito é mais humilde que a explicação da própria existência” (Schiessl; Bräscher, 2011, p. 303)

gótica *widan*, a qual significou “juntar, juntar-se” e, posteriormente, “escoltar, acompanhar”. Para Nascentes (1955, p. 251), “guia” é aquele “que acompanha um estrangeiro”, isto é, aquele que se junta ao disperso, desconhecido, forasteiro à realidade a qual se insere, para acompanhá-lo, escoltá-lo, guiá-lo, “uma pessoa que acompanha ou dirige outra(s) para mostrar-lhe(s) o caminho” (Houaiss; Villar, 2001, p. 1496). Em consonância aos dois autores, Cunha (2010, p. 328) ainda atribui à etimologia da palavra as ações de “orientar, aconselhar, ensinar, dirigir, encaminhar, governar” que se atrelaram às representações de “guiar” constantes nos documentos ao longo da história.

Assim, observa-se que o verbo “guiar” – com base nos dicionários etimológicos, ortográficos e latinos-português, e em suas aparições ao longo da história – foram-lhe atribuídos sentidos que remetem a um ato de aglutinar, juntar, aglomerar para assim conduzir, direcionar, acompanhar, escoltar, orientar, aconselhar, ensinar.

O termo “design”, por sua vez, provém do latim *dēsignāre* – de *dēsignō* – advindo da união dos radicais latinos *de* + *signum* (Webster, 1953, p. 707). Segundo Faria (1956, p. 284) *dēsignāre* e *dēsignō*, contemplam as ações de “designar, indicar, marcar, traçar, representar”, e em sentido figurado, “ordenar, dispor, regular”; de acordo com Cunha (2010, p. 210), ainda contempla o ato “desenhar”. A preposição *de* “denota proveniência, remetendo para a mudança de algo que transita de um estado para outro e aportando, por isso, ao conceito o sentido de ação transformadora” (Moura, 2019, p. 64). Já o radical *signum* significa “sinal, marca distintiva” (Torrinha, 1945, p. 797). Assim, *de* + *signum* contempla a ação transformadora de um signo, de uma marca distintiva, isto é, uma ação transformadora de cunho ordenador, dispositivo, dos atos de designar, desenhar, marcar, traçar, representar. Uma passagem de “A” para “B”, como um ato transformador pensado, projetado, ordenado com base nos signos e marcas distintivas que os compõem.

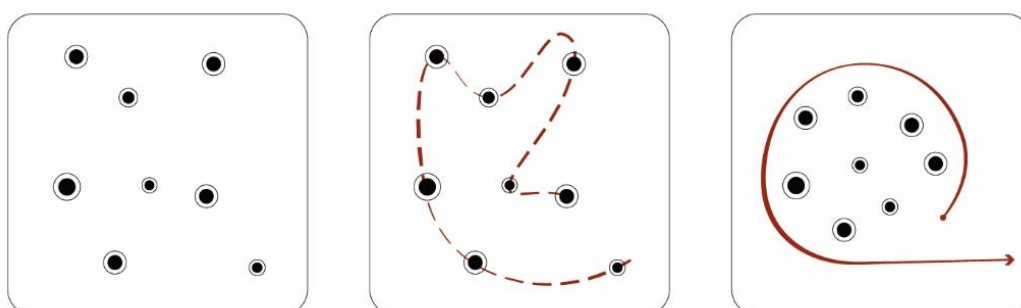
Ressalva-se que o termo “design”, de acordo com Flusser (2007) e Moura (2019), foi apropriado e incorporado na linguagem e na sociedade de maneira a se construírem semânticas distintas – em alguns casos divergentes entre si –, corroborando para construção de abordagens e conceituações amplamente definidas pelos valores que lhe são atribuídos, configurando polissemias e ambiguidades ao termo ao longo da história e ao longo dos valores semânticos da linguagem. Assim, o presente trabalho se atenta à etimologia do termo como forma de exploração da palavra e os significados e significâncias passíveis de serem extraídos dela.

A partir disso, ao unir as palavras “guia” e “design” para nomear um instrumento, observa-se uma construção semântica-etimológica que recai sobre a noção de um instrumento que aglutina, junta, contempla e aglomera as ações transformadoras dos signos, do desenho, das marcas distintivas, para que assim seja possível conduzi-los e ordená-los ao longo do processo transformativo.

Ao colocar em enfoque contexto da paisagem urbana, os signos, as marcas distintivas e o desenho se atrelam às dinâmicas e movimentos de transformações (ou permanências) da paisagem, os quais se encontram em estado de dispersão nas cidades, sob principal influência dos sistemas do capital e, por consequência, do comércio. Assim, o Guia de Design, enquanto instrumento para promoção da conservação integrada da paisagem urbana, atua como aquele que aglutina, contempla e junta tais dinâmicas de maneira a conduzi-las e ordená-las ao longo dos processos. Desse modo, configura-se na qualidade de um instrumento destinado a guiar as transformações dos signos, marcas distintivas e desenhos urbanos que compõem a paisagem urbana, de maneira a orientar em como intervir nessas áreas sem que esta perca o caráter de sua paisagem.

Em uma tentativa visual de representar esse processo que compõe a semântica e o conceito do nome “Guia de Design” aqui construído, em especial no contexto da conservação da paisagem urbana, a Figura 11 apresenta uma ilustração na qual os desenhos, os signos, as marcas distintivas, os projetos e os planos, em seu estado de transformação, são contemplados e aglutinados numa tentativa ordenatória e orientativa.

Figura 11. Ilustração conceitual do instrumento "Guia de Design"



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em sua caracterização mais prática da matéria – para um aprofundamento nas concepções e compreensões do Guia Design –, corresponde a um instrumento que

contempla, em forma de documento, um conjunto de diretrizes e critérios mínimos aplicáveis às paisagens urbanas às quais pretendem incidir.

No que concerne às diretrizes, abrangem orientações que instruem a comunidade geral em como intervir e projetar nas áreas de interesse à cidade, em especial aqueles diretamente envolvidos com o ambiente construído e o patrimônio ambiental urbano. As diretrizes do “Guias de Design não prescrevem um método ou tratamento absoluto que deve ser seguido, mas identificam uma hierarquia de tratamentos que devem ser considerados” (JMA, 2006, p. 4, tradução própria). Desta maneira, compreendem um conjunto de critérios que identificam as características e preocupações acerca da área, apresentados com o objetivo de ajudar *stakeholders*, isto é, as partes interessadas – como governos municipais e proprietários locais – a garantir que as alterações e intervenções respeitem e conservem o caráter de uma área, e sua respectiva paisagem, como um todo (Kapp, 2020). Assim, os Guias de Design

são descritos principalmente como documentos de planejamento suplementares que fornecem informações e orientações adicionais em questões de design urbano. Eles explicam como tipos específicos de desenvolvimento podem ser realizados de acordo com as políticas de design de um plano. Um Guia explica um conjunto de princípios de design relacionados a esse tópico, define falhas comuns de design e ajuda a evitá-las, apoiando as autoridades locais na comunicação com todos os envolvidos no processo de desenvolvimento (Polat; Tümer Yildiz, 2019, p. 71, tradução própria).

Os Guias de Design, numa caracterização utilitária, atuam em escalas distintas, e complementares entre si, podendo indicar diretrizes acerca do próprio desenho urbano até a escala da paisagem urbana, contemplando orientações que incidam sobre um conjunto edificado e sobre aqueles elementos que definem o caráter de tal paisagem. Estudam-se e se identificam as características formadoras de conjuntos, colocando em foco diversos elementos e atributos básicos formais que, pela sua qualidade e valores simbólicos, atribuem caráter, podendo ser centrados em ornamentos e detalhes dos conjuntos de edifícios, até suas volumetrias e suas relações com as quadras (Planning Department of the Hong Kong Special Administrative Region, 2015). Para tanto, num processo de elaboração do instrumento, “envolve primeiro a definição dos elementos essenciais de qualquer edifício (ou grupo de edifícios) que devem ser cuidadosamente protegidos durante o desenvolvimento” (Whittaker, 1989, p. 85, tradução própria), para que assim se possa

promover a gestão, conservação, preservação e/ou manutenção de determinada área da cidade.

A incorporação do caráter da paisagem para construção de um Guia de Design configura um olhar atento aos elementos e atributos básicos formais que, quando em conjunto, provocam a dimensão simbólica da essência, identidade e “espírito”, isto é, caráter do lugar. Assim, no que concerne aos efeitos práticos do instrumento, não se trata do ato de preservar a totalidade edificada que compõe a paisagem urbana, mas sim conservar tais atributos básicos – signos, desenho urbano, marcas distintivas ou elementos característicos (elementos que definem o caráter do lugar). Portanto, devem ser cuidadosamente protegidos no decorrer dos processos e dinâmicas de transformações que circunscrevem as cidades, para que, assim, a conservação do caráter da paisagem contribua diretamente para a construção e salvaguarda do senso de lugar e da identidade distintivos daquela paisagem.

Entende-se, aqui, que incorporar o caráter da paisagem urbana para a construção de um Guia de Design compatibiliza uma estratégia contextual para se consolidar um instrumento composto por orientações e diretrizes factíveis e exequíveis às dinâmicas e movimentos que permeiam as áreas comerciais e suas respectivas paisagens urbanas. Neste cenário, quando em enfoque áreas urbanas de interesse patrimonial à cidade, a paisagem desses conjuntos toma especial destaque na elaboração dos Guias de Design que irão operar sobre aquela região, uma vez que, “[e]specialmente em sítios patrimoniais, os governos central e local realizam o desenvolvimento urbano seguindo as diretrizes dos guias de design urbano para preservar as características locais” (Polat; Tümer Yildiz, 2019, p. 71, tradução própria).

Compreendendo as transformações e mudanças promovidas pela urbanização desenfreada, pelas dinâmicas e sistemas do capital e pela globalização, os quais fomentam a inevitabilidade da mudança e, por muito, ameaças substantivas à paisagem urbana, em especial as históricas – no que concerne à perda da identidade local e homogeneização de cunho universalizador –, “é fundamental que cada comunidade identifique e mantenha seus próprios traços característicos que refletem a diversidade e a identidade do lugar” (Gražulevičiūtė, 2006, p. 74, tradução própria). Aqui, os Guias de Design, qualificam um protagonismo nessa atuação, uma vez que contemplam um conjunto de diretrizes e orientações que vão atuar, eminentemente, sobre a gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem com vistas à conservação integrada e ao desenvolvimento sustentável da área, isto é, garantindo

a conservação do patrimônio ambiental urbano e da paisagem urbana no presente e também para sua manutenção ao futuro. Quando centrados em áreas de interesse histórico e regiões comerciais, contemplam dois grandes temas: (A) necessidade de preservação; e, (B) necessidade de promover o desenvolvimento e expansão comercial coerente com as estruturas preexistentes (MTA, 1999).

Os Guias de Design estabilizam e protegem as características que definem o caráter de uma área, protegendo-as do desenvolvimento inadequado, e protegendo as edificações de negligências prejudiciais ou alterações insensíveis. Ao manter o que é significativo e valioso do passado, os Guias de Design protegem um recurso valioso da comunidade e ajudam a sustentar ou revitalizar a viabilidade comercial (Byrnes, [2007?], p. 1-2, tradução própria).

Observa-se, a partir disso, que os Guias de Design se tornam um instrumento com vistas à conservação integrada, uma vez que compreendem o movimento dinâmico de transformações inerentes à paisagem urbana e, por isto, sua necessidade de ser assistida ao longo do tempo através de políticas e instrumentos do campo da preservação patrimonial; e, para além, também configuram um instrumento complementar aos de gestão e planejamento urbano, uma vez que os Guias trabalham em conjunto aos mesmos, atendendo às especificações legais e suprimindo as lacunas de preservação e conservação que planos diretores, parcelamento, uso e ocupação do solo e código de obras apresentam, por exemplo.

Os Guias de Design locais, por exemplo, muitas vezes abordam contextos específicos (como centros urbanos, áreas de conservação, áreas residenciais, áreas rurais) ou tipos, ou aspectos específicos do desenvolvimento (por exemplo, fachadas de lojas, paisagismo, habitação, materiais). Esses guias geralmente são muito mais detalhados do que as políticas dos planos de desenvolvimento. Eles expandem e explicam para seu público-alvo, relacionando as políticas gerais a áreas ou desenvolvimentos específicos. [...]. Os autores de Guias argumentam que essa abordagem garante que a política vá além das aspirações generalizadas e explicam como os princípios podem ser interpretados à luz de circunstâncias particulares. (Carmona; Heath; Oc; Tiesdell, 2003, p. 247, tradução própria).

Assim, o que está em pauta não é um controle incipiente e descomedido das áreas urbanas às quais os Guias de Design incidem, mas sim entender que as mudanças e as dinâmicas de transformações dos signos, marcas distintivas, desenho urbano e da paisagem em geral, são intrínsecas e iminentes às cidades. Os Guias de Design compreendem fundamentalmente a eminência das transformações, e contemplam as diretrizes de como intervir nas áreas urbanas sem que ocorra a perda

do caráter local. A partir disso, configuram um instrumento chave ao desenvolvimento sustentável¹⁹ e à conservação integrada da paisagem urbana, em especial a histórica, uma vez que esse documento não nega tais movimentos. Não se é incomum, portanto, que os Guias de Design versem sobre o desenvolvimento sustentável em sua estruturação, contemplando diretrizes e orientações que discorram diretamente e indiretamente sobre o tema.

Mas afinal, o que é isso que há?

A partir de uma abordagem etimológica – instigada por uma discussão inicial sobre a ontologia (com “o” minúsculo) da coisa – acerca do Guia de Design, observa-se que “o que há” corresponde à existência de um instrumento que, em sua concepção – “o que é isso?” –, consiste naquele que aglutina, junta, contempla e aglomera as ações transformadoras dos signos, do desenho, das marcas distintivas, para que assim seja possível conduzi-los e ordená-los ao longo do processo transformativo de tal maneira que, quando inserido no contexto da paisagem urbana, viabiliza-se a promoção de sua gestão, conservação e salvaguarda, e até mesmo a preservação e manutenção dos atributos básicos e elementos que definem o caráter de tal paisagem.

Em se tratando de Guia de Design, comumente se trabalha com uma lógica de se “evitar” condicionantes estritamente restritivas, fechadas e monumentais naquilo que compõe os conjuntos – como a Arquitetura que os permeiam e que delineiam a paisagem urbana –, uma vez que é preciso que haja adesão popular e responsabilidade coletiva frente à condição simbólica e existencial da paisagem urbana em si, assim como, para isso, torna-se fundamental o estabelecimento de parâmetros e diretrizes exequíveis à realidade local e ao conjunto. Assim, observa-se um instrumento que adentra à complexidade das cidades, entende e contempla a inevitabilidade das transformações, guiando aqueles diretamente envolvidos no processo interventivo das áreas urbanas. Em vista disso, supre, em determinada medida, as lacunas presentes no campo do planejamento urbano e da preservação do patrimônio cultural quando em enfoque a conservação do caráter da paisagem urbana, em especial de áreas comerciais, consolidando um instrumento para a conservação integrada.

¹⁹ Segundo a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, o “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46), sejam essas sociais, econômicas, industriais e culturais. Neste sentido, ao tratar sobre as cidades e a paisagem urbana, em especial a histórica, o desenvolvimento sustentável compreende um papel fundamental de como lidar com tais áreas.

3.2 A anatomia de um Guia de Design

Segundo Rubinstein (c.2000), a palavra “anatomia” tem sua origem etimológica no termo grego *anatome*, sendo a junção dos radicais *ana* (através de) e *tome* (corte), significando, assim, o ato de cortar em partes. A partir disso, a presente seção objetiva apresentar a “anatomia” de um Guia de Design, “cortando-o” e “dissecando-o” nas partes que compõem sua estruturação fundamental.

Para além das diretrizes orientativas em como intervir no ambiente construído e nos elementos que definem o caráter da paisagem urbana, de acordo com o *National Main Street Center* (2018), também são partes de interesse para integrar o instrumento: (a) um mapa da área a qual o Guia pretende incidir; (b) identificação dos estilos arquitetônicos e/ou atributos básicos definidores e característicos da área; (c) ordenanças, marcos legais e normativas da área pertinentes às diretrizes do instrumento; (d) códigos de postura, obras e zoneamentos locais relevantes ao instrumento; (e) procedimentos de licenças e aprovações da região; (f) processos de revisão do design local; (g) apresentação dos incentivos municipais, estaduais e/ou nacionais no que concerne ao uso do instrumento e na conservação histórico-patrimonial da área; (h) informações e contatos das entidades diretamente envolvidas no movimento preservacionista da área; e, (i) informações e contatos de funcionários, técnicos, inspetores e profissionais afins que contribuam para efetiva aplicação do instrumento (apoio técnico-profissional).

Tais indicações do *National Main Street Center* (2018) compreende uma iniciativa de como construir o instrumento Guia de Design de maneira a atender demandas externas que constituem os processos relacionados ao *Design Guidance*, como já apontado em um primeiro momento do presente texto. Isto é, tais partes configuram uma tentativa de se construir um instrumento que contemple a complexidade dos fatores externos à sua atuação, para que assim apresente maior efetividade de aplicação.

Os Guias de Design são o elo entre uma concepção de projeto e o produto final. Eles são diretrizes específicas de projeto que especificam as metas e os padrões de design para alcançá-lo. Eles são diretivas que garantem que a intenção da concepção de projeto seja atendida. Eles precisam ser especificados com clareza porque são usados como base para estabelecer legalmente os incentivos e controles necessários para implementar um projeto (Lang, 2017, p. 130, tradução própria).

Apesar de tal iniciativa, a anatomia de um Guia de Design não se restringe à complexidade compositiva apresentada pelo *National Main Street Center*. Sob um olhar de sua configuração básica, cabe aos Guias de Design, segundo Byrnes ([2007?]), essencialmente uma pesquisa aprofundada sobre os traços, signos, marcas distintivas e atributos básicos que definem o caráter da paisagem urbana da área em questão, para assim apresentar diretrizes apropriadas à realidade local (conduta contextual), de maneira a contribuir diretamente para consolidação daquilo que Vargas (2018) vai abordar sobre *localization* e Carsalade (2007) vai defender enquanto “desenho contextual”²⁰. Para além desses dois componentes centrais – identificação dos atributos básicos do caráter da paisagem urbana local e diretrizes específicas em como tratar e intervir na área –, Byrnes ([2007?]) ainda chama atenção para a importância de se incorporar ao instrumento ao menos uma seção destinada à história, importância e significância do lugar, uma vez que o Guia de Design mais efetivo corresponde àquele de base local, fundado na história e nos recursos locais, contribuindo para uma crescente do desejo comunitário de gerir, conservar e salvaguardar suas paisagens urbanas.

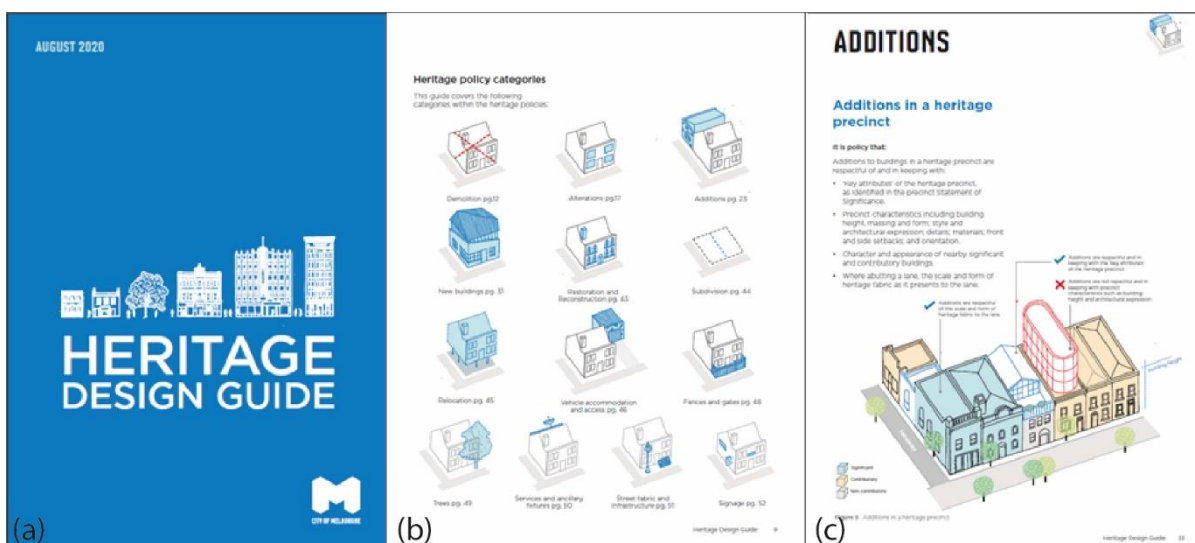
Assim, o

processo de criação do Guia de Design pode transformar cidadãos passivos em *stakeholders* proativos da comunidade e defensores eficazes para consolidação de um espaço público de qualidade. [...]. Guias de Design capacitam os cidadãos a gerenciar a mudança e o crescimento [da área urbana em questão], fornecendo uma estrutura objetiva para promover o potencial de design [urbano] proposto para aprimorar as qualidades do conjunto (Byrnes, [2007?], p. 1-2, tradução e comentários próprios).

Para uma efetiva adesão das partes interessadas e agentes com ação concreta sobre a paisagem urbana, torna-se necessário, ainda, que os Guias de Design apresentem uma estruturação textual e visual “amigável”, isto é, que utilize uma linguagem acessível ao público geral (sem perder o rigor técnico necessário), utilizando recursos visuais e esquemas gráficos que facilitem a compreensão das diretrizes do instrumento, subdividindo o documento em seções para facilitar a localização de informações quando estiver em efetivo uso (Figura 12).

²⁰ “Desenho Contextual pretende entender a nossa relação/ intervenção no patrimônio se fundando a partir das relações existenciais que com ele estabelece a presença (o ser lançado no mundo, nos modos próprio e impróprio) na sua existencialidade espacial e temporal” (Carsalade, 2007, p. 90).

Figura 12. Exemplo de recursos visuais e linguagem gráfica do Guia de Design de Melbourne



(a) capa; (b) seções; e, (c) esquema gráfico das diretrizes

Fonte: Melbourne, 2020, p. 9-23. Organizado pela autora, 2023.

Considerando que os Guias de Design contemplam e compreendem, em forma de documento, a inevitabilidade da mudança, devem, portanto, ser um instrumento vivo, sendo revisado – em intervalos de anos estabelecidos em cada contexto – para garantir que atenda aos objetivos da comunidade e dialogue continuamente com as transformações das cidades – um organismo vivo.

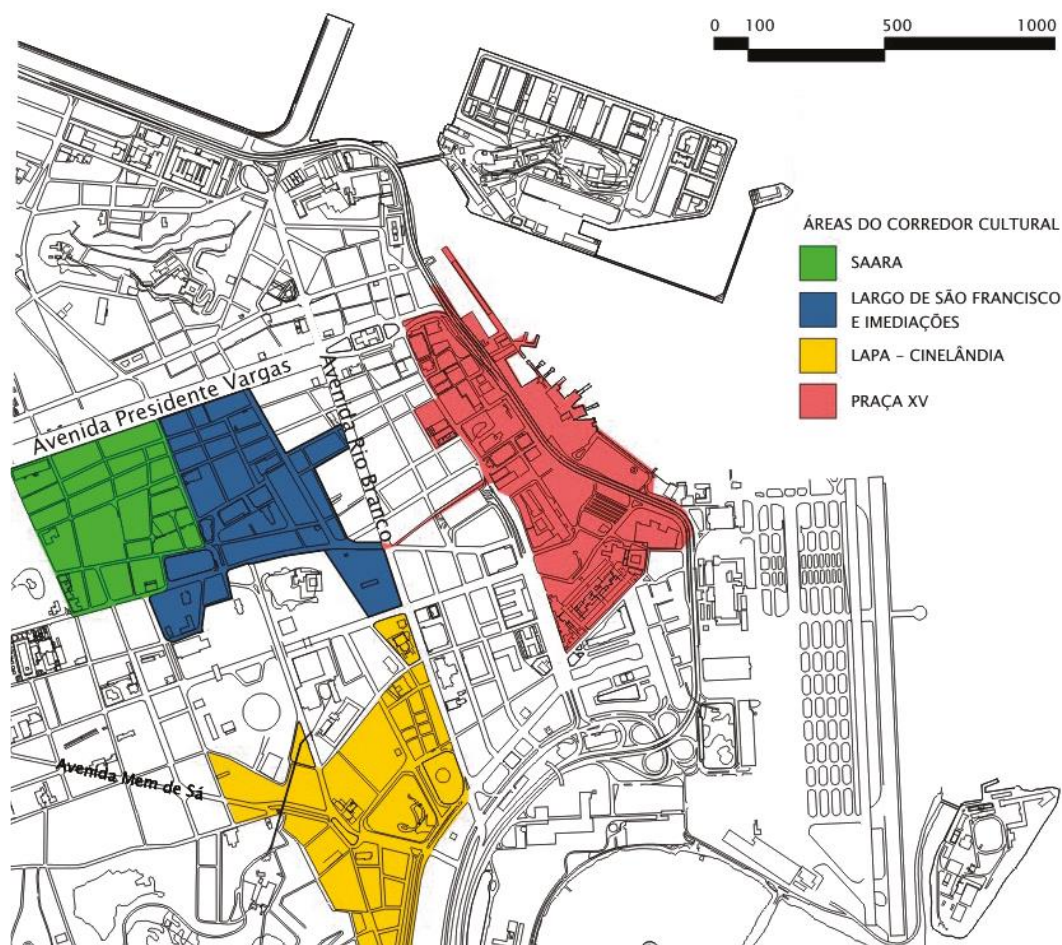
Ainda, numa tentativa prática de aproximar a presente pesquisa às discussões em língua portuguesa, vale aqui também contemplar brevemente a história do Corredor Cultural do Rio de Janeiro, uma das poucas – se não a única – experiência brasileira efetiva com Guia de Design, destrinchando-o pragmaticamente esse instrumento que foi publicado e documentado fisicamente (RIOARTE; IPLANRIO, 1985).

Em suma, o Corredor Cultural corresponde a um projeto desenvolvido no Rio de Janeiro, com iniciativas encetadas por volta do final da década de 1970 e início de 1980. Neste período, o cenário político reverberava uma fase de redemocratização no país (pós-ditadura militar), na qual os movimentos sociais e a participação popular começavam a ganhar força nas decisões e atividades públicas (Fonseca, 2009; Oliveira, 2020). Nesse cenário, no que concerne ao contexto do Rio de Janeiro e o projeto do Corredor Cultural,

[...] as associações de comerciantes localizados no centro do Rio naquele momento se viam ameaçados por planos urbanísticos que visavam a renovação, a abertura de novas e largas vias e a verticalização, o que inviabilizaria a permanência dos seus comércios naquela região (Oliveira, 2020, p. 48-49).

Ainda, na década de 1980, o país passou por um processo de recessão e crise econômica cujos efeitos desaceleraram o chamado “desenvolvimento” urbano, permitindo avanços no pensamento acerca do patrimônio cultural das cidades (Pinheiro; Del Rio, 1993). Nasce, nesse contexto (sucintamente apresentado, visto que não se torna objetivo do trabalho o seu aprofundamento), o projeto do Corredor Cultural, o qual se voltava à salvaguarda de áreas do centro da cidade encetado por iniciativas de planejamento urbano a partir de trabalhos desenvolvidos pelo arquiteto Augusto Ivan de Freitas Pinheiro (Del Rio, 1992; Fonseca, 2009; Oliveira, 2020; Pinheiro, Del Rio, 1993). O “[...] projeto do Corredor começou muito mais como um projeto de planejamento urbano do que de patrimônio histórico, e sua origem está no interior de uma Secretaria de Planejamento” (Fonseca, 2009, p. 38) – do qual A. I. F. Pinheiro fez parte. O arquiteto entendia que certas áreas do centro carioca, em especial aquelas do comércio remanescente local, constituíam a ambiência da chamada “cidade maravilhosa” (Rio de Janeiro). Assim, o projeto do Corredor Cultural se transformou em lei específica do município com trâmites realizados entre os anos de 1979 e 1984 (Fonseca, 2009; Oliveira, 2020). Nessa lei, foram definidas quatro zonas com suas respectivas características, valores e especificidades (Figura 13).

Figura 13. Quatro áreas principais do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.



Fonte: Fonseca, 2009, p. 39.

Foi aprovada como Lei nº 506 de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, conhecida como Lei do Corredor Cultural. O texto privilegiava a proteção das fachadas e dos telhados das edificações, sendo pouco rígida quanto as intervenções nos interiores.

O período posterior à aprovação da lei foi marcado por um esforço de conscientização dos usuários a respeito dos bens conservados. Fonseca (2009) destaca dessa fase a criação do Escritório Técnico do Corredor Cultural, criado em 1987, com a função de orientar os usuários e acompanhar as obras de recuperação. Apoiando-se na ideia de conscientização e de democratizar o acesso à informação, várias publicações foram feitas através da prefeitura, dentre as quais [...] o manual **“Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural”** (Oliveira, 2020, p. 49, grifo próprio).

Segundo Del Rio (1992) e Pinheiro e Del Rio (1993), este “manual” – “Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985) – corresponde ao instrumento Guia de Design, destinado diretamente aos moradores, usuários e, principalmente, comerciantes locais, estabelecendo diretrizes às quatro zonas identificadas enquanto Corredor Cultural

(Figura 14). “O Corredor Cultural institui zonas de preservação, promove revitalização e **exige guias de design específicos** para o centro da cidade do Rio” (Pinheiro; Del Rio, 1993, [n. p.], tradução e grifo próprios).

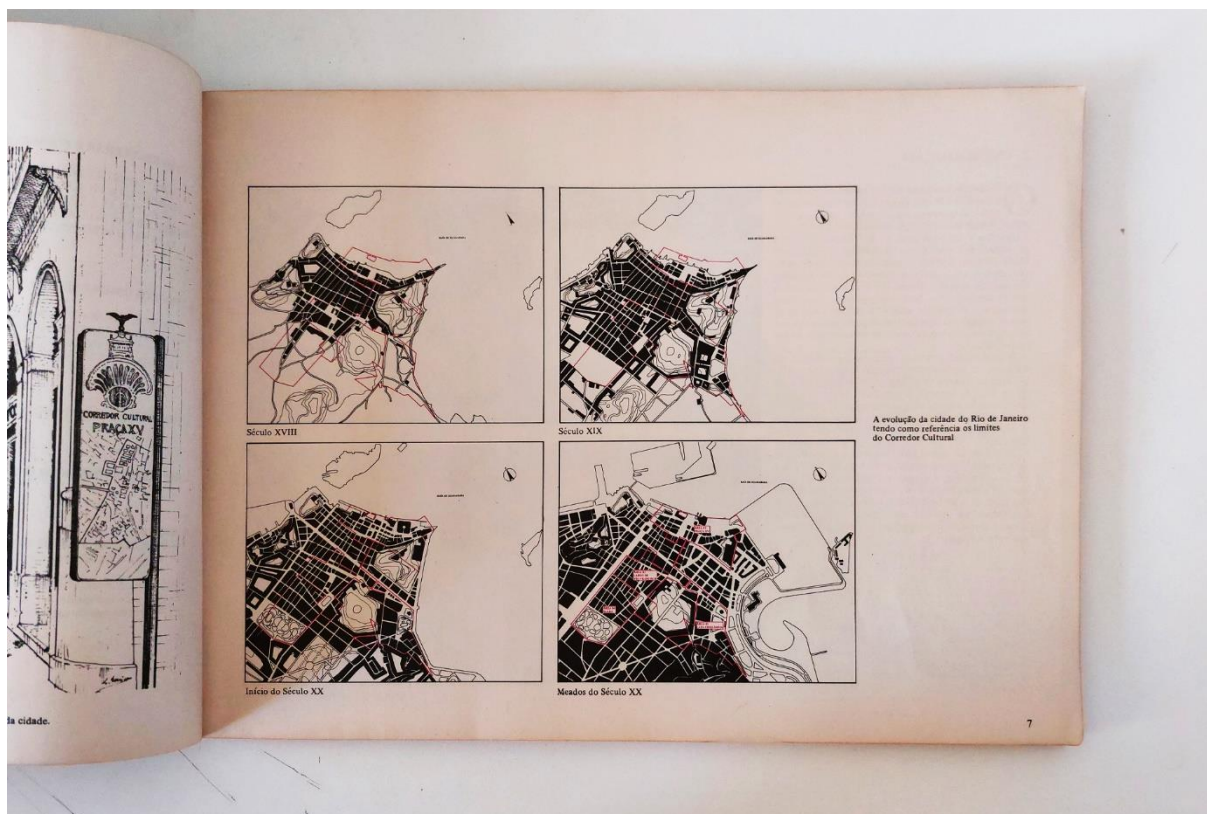
Figura 14. Capa do Guia de Design do Corredor Cultural - "Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural"



Fonte: RIOARTE; IPLANRIO, 1985. Foto: Autora, 2023.

Nesta experiência brasileira, o instrumento (Guia de Design) para o Corredor Cultural se subdivide em nove capítulos: (1) apresentação; (2) introdução; (3) como reformar ou construir seu imóvel; (4) letreiros, toldos, isenções; (5) como recuperar e conservar seu imóvel; (6) serviços complementares; (7) listagem de órgãos públicos ligados aos assuntos abordados; (8) referências bibliográficas; e, por fim, (9) anexos (RIOARTE; IPLANRIO, 1985). No primeiro capítulo – (1) Apresentação – são explicitadas informações preambulares, nas quais constam um breve histórico do processo de constituição do projeto e da lei que determina o Corredor Cultural e suas quatro zonas especiais para o centro histórico do município. Para além desse conteúdo textual, também são apresentadas algumas figuras que representam a evolução do tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro. Torna-se interessante observar essa iniciativa gráfica, uma vez que atribui valores históricos às zonas do Corredor Cultural, impelindo e disseminando, ao conhecimento público, o papel e as referências culturais-históricas que aquelas zonas carregam (Figura 15).

Figura 15. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 1 – apresentação



Fonte: RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 7. Foto: Autora, 2023.

A Introdução, por sua vez, identifica brevemente que o “centro do Rio como hoje se apresenta é o resultado de seus 420 anos de história” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 8), à época, sendo resultante de sucessivas camadas de transformações que alteraram diretamente a paisagem urbana (e natural coexistente) da chamada “cidade maravilhosa”. Nesse capítulo, um dos fatores de maior destaque, para a autora da presente pesquisa, corresponde ao “chamamento” público e apelo à ação coletiva para a salvaguarda dos conjuntos urbanos do Corredor Cultural.

Nestes últimos tempos o Centro vem assistindo a um processo de revitalização. Acontecimentos culturais e políticos aí desenvolvidos vêm transformando este espaço em local de encontro da população carioca. O resgate de referências sociais, culturais e arquitetônicas é o ponto de partida de um processo de renovação que respeite a memória da cidade. E esta é a proposta do Corredor Cultural.

O projeto de preservação, renovação e revitalização do Corredor Cultural propõe, através de sua legislação e normas, proteger o conjunto arquitetônico antigo e orientar a inserção das novas construções. **A participação dos usuários é de fundamental importância para que se concretizem os objetivos deste projeto, pois dele depende a aceitação e o cumprimento dos seus instrumentos formais e legais** (RIOARTE; IPLANRIO, 1985 p. 8, grifo próprio).

Destaca-se tal fato uma vez que, para uma efetiva aplicabilidade do instrumento Guia de Design, a responsabilidade coletiva entre agentes públicos e privados se faz necessária, como já apontado ao longo do presente capítulo da dissertação. Ao integrar este conteúdo de “chamamento” ao corpo textual do instrumento, constrói-se um apelo de direito e responsabilização geral sobre o bem mais coletivo de todos: a cidade e suas paisagem.

Ainda, ao longo do segundo capítulo do Guia de Design do Corredor Cultural, é elucidado “o que é” e do que se trata esse instrumento orientativo, correlacionando essas informações junto ao histórico e contextos específicos de cada uma das quatro zonas que compõem o Corredor Cultural do Rio de Janeiro (RIOARTE; IPLANRIO, 1985). Dentre as estratégias utilizadas nessa seção do instrumento, destacam-se o uso de imagens, mapas e croquis representativos dos valores atribuídos à cada zona, assim como das transformações sofridas em suas respectivas paisagens e tecidos urbanos (Figura 16).

Figura 16. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 2 – introdução

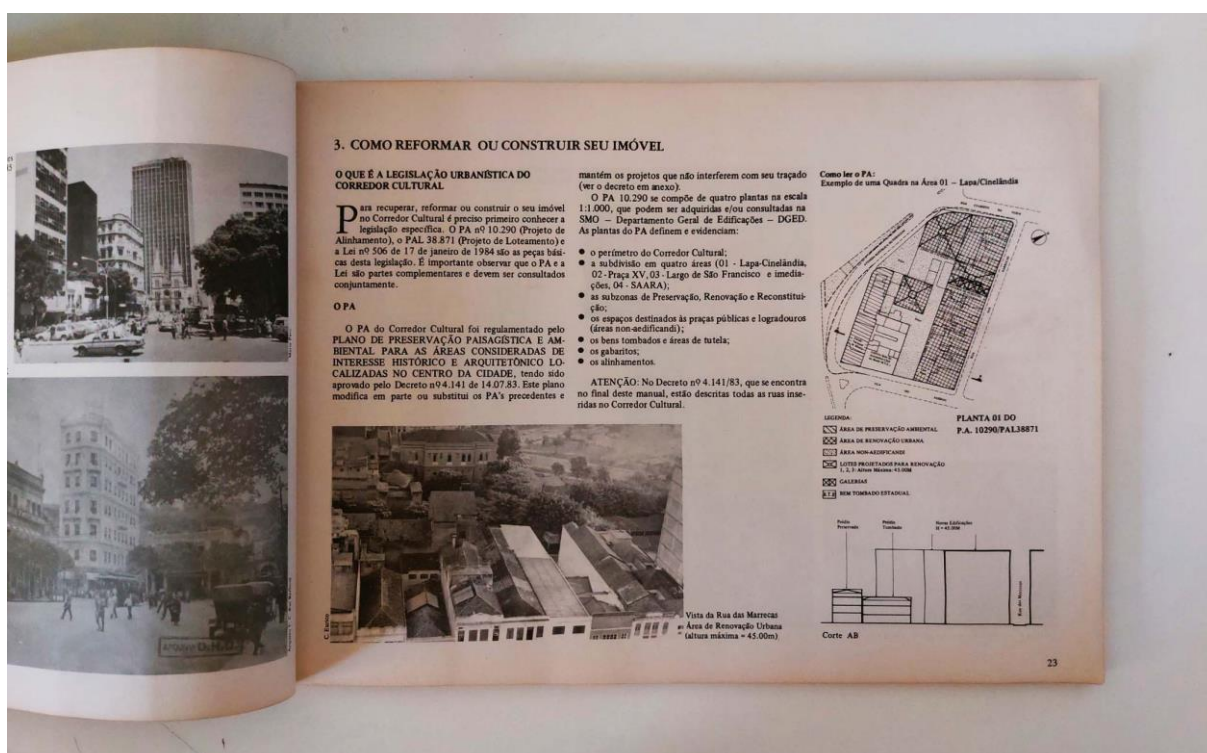


Fonte: RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 11-21. Fotos e org.: Autora, 2023.

O terceiro capítulo – (3) Como reformar ou construir seu imóvel – corresponde

àquele de maior extensão, conformando-o enquanto um dos principais (se não, “o” principal) conteúdo do Guia de Design. Isto se dá por se subdividir em seis grandes temas. Na primeira temática (Figura 17), abordam-se um dos elementos fundamentais para se consagrar a efetiva aplicação de um Guia de Design: a legislação urbanística. Ao Guia de Design, e não apenas, faz-se necessário um diálogo constante com as leis e instrumentos de planejamento urbano pré-existent, uma vez que a disjunção entre as políticas preservacionistas e as políticas de gestão e ordenamento urbanos corrobora, fundamentalmente, para “desconsolidação” de projetos e instrumentos, tornando-os fadados à inutilização e, por conseguinte, ao fracasso. Nesse primeiro tema, apresentam-se esquemas e simulações gráficas representativas das zonas do Corredor Cultural, exemplificando por meio de cotas, hachuras, linhas de chamada, perspectivas, cortes, plantas e fotografias como e onde a legislação urbanística do Corredor Cultural se aplica (RIOARTE; IPLANRIO, 1985).

Figura 17. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 3 – como reformar ou construir seu imóvel (parte 1)



Fonte: RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 23. Foto: Autora, 2023.

O segundo e terceiro temas do capítulo três, por sua vez, constituem estratégias técnicas-didáticas àqueles que detêm, leem e fazem uso aplicado do

instrumento. O segundo tema, dentro da estratégia, constitui uma iniciativa de ensinar “como localizar o seu imóvel no Corredor Cultural” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 26) por meio recortes setoriais de quadras específicas mapeadas e identificadas; enquanto o terceiro tema recobra e fortifica a importância de se contratar profissionais qualificados e especializados no campo.

Face à recuperação, reforma ou obras de um imóvel ou conjunto arquitetônico antigo a ser preservado, a função do técnico especializado (engenheiro e/ou arquiteto) é extremamente importante, aproximando-se ao papel do médico. A semelhança entre as duas funções encontra-se nos termos utilizados pelas diferentes profissões: emitir um diagnóstico, determinar as causas e estabelecer uma terapia (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 28)

Já o quarto e quinto temas, dentro do terceiro capítulo, representam o conjunto de diretrizes específicas que constituem a característica mais fundamental de um Guia de Design. O quarto tema, centra-se nas diretrizes em **como intervir** sobre os traços, signos, marcas distintivas e atributos básicos que definem o caráter da paisagem urbana da área urbana já edificada, isto é, pré-existente. Aqui, as ações recaem, segundo o próprio instrumento, sob óticas destinadas à “recuperação” e à “preservação” daquelas marcas distintivas fundamentais à ambiência e identidade das zonas, uma vez que, para a Lei nº 506/1984 que define o Corredor Cultural do Rio de Janeiro, a

[...] Preservação Ambiental estabelece:
A manutenção das características arquitetônicas decorativas e artísticas das fachadas e telhados.
Procedimentos relativos à modificação de uso, alterações internas e externas e construções em terrenos não edificados até a data da aprovação desta Lei (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 26).

Para o Guia de Design do Corredor Cultural, elementos como: coroamento, composto pela cobertura, platibanda e cimalha; embasamento (térreo) e corpo do edifício (demais pavimentos), constituídos por colunas e pilastras, ornatos, guarda-corpos, aberturas de portas e janelas, vergas, contravergas e ombreiras, por exemplo, conformam os atributos básicos formais que, quando analisados no conjunto edificado, definem simbólica e formalmente o caráter da paisagem urbana das zonas do Corredor Cultural.

Ainda, dentre os atributos básicos, o instrumento contempla uma das marcas distintivas mais importantes de um conjunto urbano: os materiais construtivos

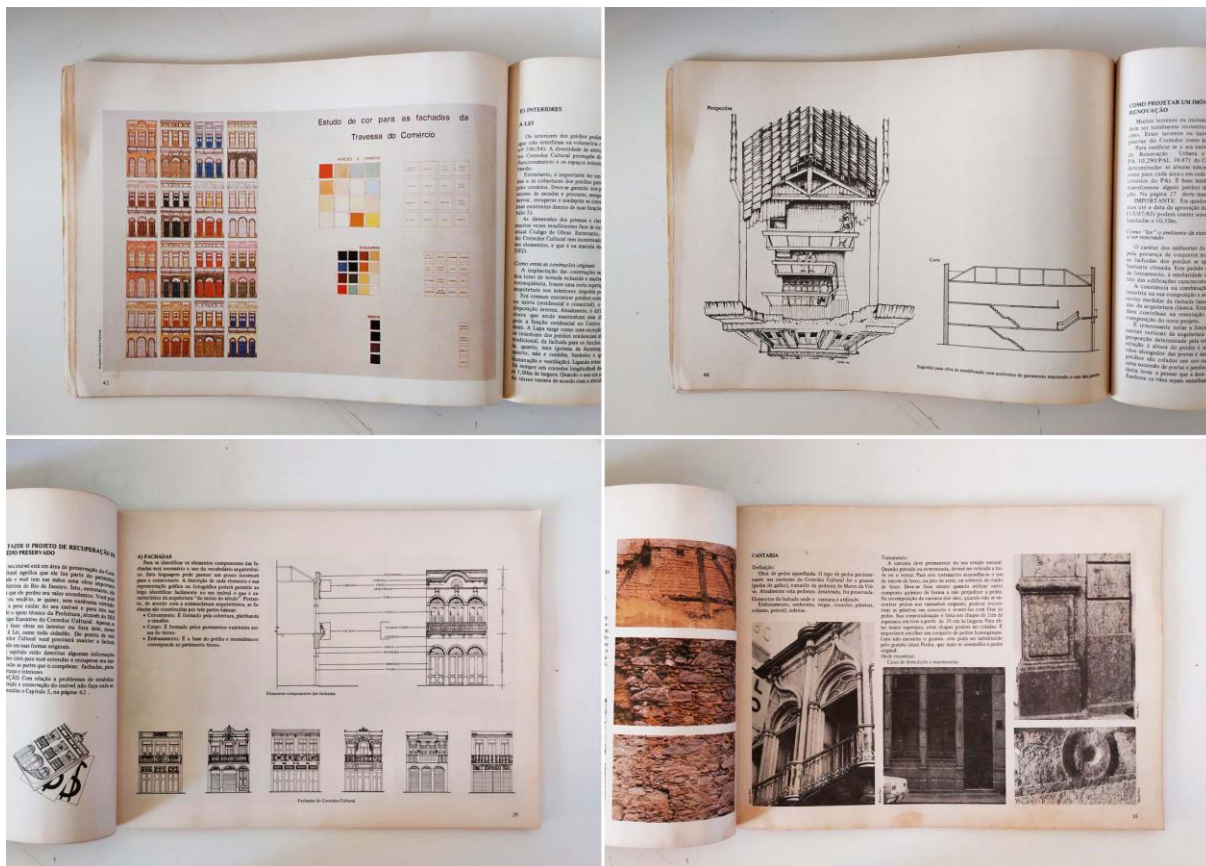
aplicados às fachadas. Dentre essas, o Guia destaca a alvenaria de tijolos ou pedras à vista ou não; cantaria; madeira; coberturas de telhas cerâmicas ou ardósia; emboço e/ou reboco; estuque; ferro e/ou aço utilizado em gradis, por exemplo; azulejos; e, pinturas. Neste tópico – materiais construtivos aplicados às fachadas –, condensam-se uma série de informações definindo os materiais, onde encontrá-los na fachada, como tratá-los e onde encontrá-los para compra em casos de substituição/reconstituição do material. No que concerne às pinturas das fachadas, o instrumento destaca que é

[...] importante observar com atenção o imóvel em relação ao espaço no qual está inserido antes de escolher a cor da sua pintura. Esta pode contribuir para acentuar as particularidades ou definir um ambiente urbano. A cor de cada prédio poderá harmonizá-lo com seus vizinhos ou destacá-lo do conjunto. Assim, a escolha vai depender do efeito que se queria como produto final (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 41).

Aqui, o Guia apresenta uma série de sugestões práticas (diretrizes) de “como você deve pintar sua fachada” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 41), orientando, assim, àquele detentor dos direitos de intervir sob o imóvel.

Por fim, no quarto tema (Figura 18), abordam-se questões simples, mas fundamentais à conservação do edifício, referentes aos “interiores”. Neste tópico, explicam-se como eram as edificações quando construídas em sua “originalidade”, desde a implantação edilícia, até a disposição e articulação geral de ambientes. Quando em processo interventivo nos “interiores”, o Guia apresenta sugestões pragmáticas para se prolongar o uso da edificação sem que se perca o caráter que aquele bem exerce na composição do conjunto. A diretriz central desse tema corresponde à possibilidade de acrescentar um “novo” pavimento à construção sem que se altere suas dimensões externas, fato que se constituiria através do “redimensionamento de pavimento”, por exemplo.

Figura 18. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 3 – como reformar ou construir seu imóvel (parte 4)



Fonte: RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 29-46. Fotos e org.: Autora, 2023.

O quinto tema do terceiro capítulo, por sua vez, apresenta diretrizes destinadas especificamente em “como projetar um imóvel em área de renovação”²¹. Nesta seção, o instrumento contempla uma iniciativa muito importante de educação patrimonial, ensinando os usuários do Corredor Cultural a “como ‘ler’ o ambiente da vizinhança do prédio a ser renovado” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 47). Essa “leitura” se realiza a partir da identificação dos elementos e atributos básicos que definem o caráter daquela determinada “vizinhança” – paisagem urbana. Dentre eles, ao que concerne à construção de novas edificações, o Guia de Design chama atenção para o fato de que

[o] caráter dos ambientes do Corredor Cultural é dado pela presença de conjuntos arquitetônicos antigos onde as fachadas dos prédios se apresentam numa sucessão bastante ritmada. Este padrão repetitivo deve-

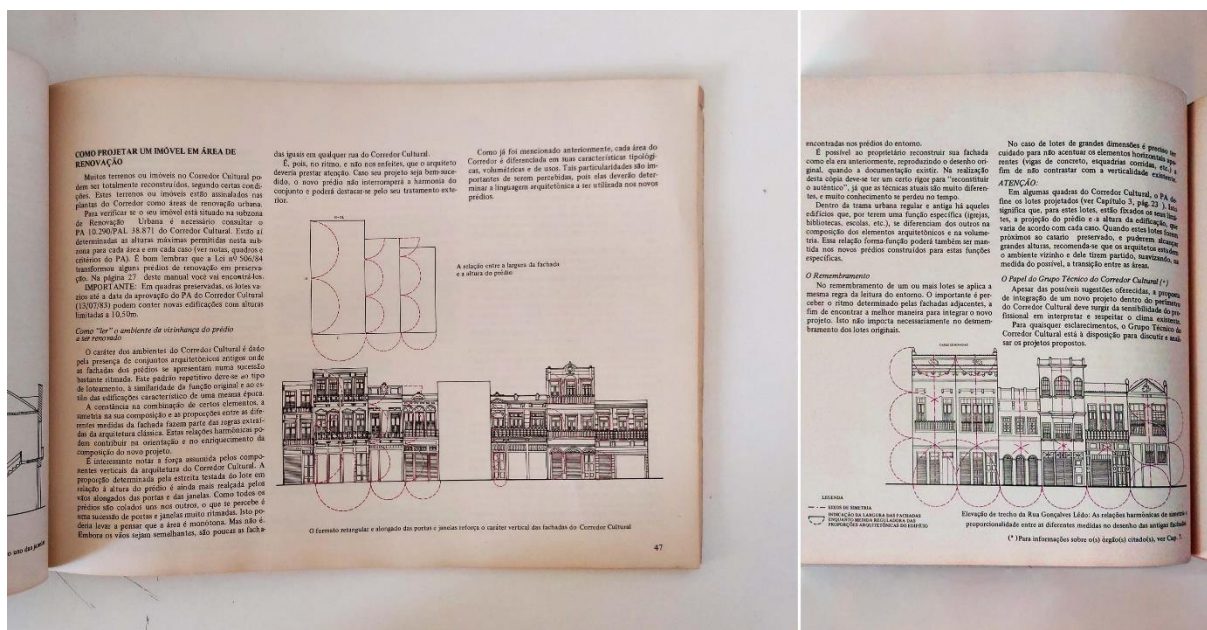
²¹ O Guia de Design do Corredor Cultural estabelece “áreas de renovação” como aqueles espaços “vazios”, onde serão construídas novas edificações e que, portanto, “deverão se integrar ao conjunto ao qual pertencem” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 26).

se ao tipo de loteamento, à similaridade da função original e aos estilos das edificações característicos de uma mesma época.

[...]. Estas relações harmônicas [ritmos] podem contribuir na orientação e no enriquecimento da composição do novo projeto. (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 47, comentários próprios).

Neste tema, constituem diretrizes que ampliam a ótica construtiva em áreas de interesse patrimonial, uma vez que sugerem e orientam as possibilidades de se ler, incorporar e referenciar um dos atributos básicos fundamentais ao caráter da paisagem urbana: os ritmos. Essa ampliação viabiliza, ao proprietário do imóvel, ir além da mera cópia daquilo existente, possibilitando a exploração das potencialidades arquitetônicas de uma nova construção a partir do caráter pré-existente, construindo, assim, um processo dialógico para com o conjunto urbano (Figura 19).

Figura 19. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 3 – como reformar ou construir seu imóvel (parte 5)



Fonte: RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 47-48. Fotos e org.: Autora, 2023.

O capítulo três finaliza com o sexto tema, o qual contempla as diretrizes e orientações de “como conseguir sua licença de obras” (RIOARTE, IPLANRIO, 1985, p. 49) para realizar intervenções construtivas diretas sobre os conjuntos urbanos. Assim, nesse capítulo e em seus respectivos temas abordados, condensam-se esforços pragmáticos, didáticos e claros destinados à promoção da conservação dos atributos básicos que configuram o caráter das edificações e da paisagem urbana das zonas do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.

Dentre essa ótica, o capítulo quatro realiza um esforço similar, centrando-se, neste momento, nos letreiros e toldos, uma vez que “[e]xiste uma estreita ligação entre anúncios e fachadas. O que se observa hoje é que a maioria dos letreiros existentes interrompe a visão das fachadas, descaracterizando-as. Muitas vezes chegam mesmo a escondê-las totalmente” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 52). Entende-se que uma das estratégias mais utilizadas em edifícios e áreas comerciais corresponde à publicidade. Em muitos casos, por falta de orientação técnica, o local de sua instalação corrobora, sobretudo, para o apagamento de atributos básicos fundamentais ao caráter da paisagem urbana edificada. Nesse sentido, o capítulo quatro – (4) Letreiros, toldos, isenções – do Guia de Design do Corredor Cultural contempla diretrizes que orientam como e onde instalar letreiros, toldos e publicidades em geral; quais materiais e tipografias corroboram para a manutenção do caráter do conjunto edificado; e, como solicitar incentivos fiscais – isenções – caso o proprietário e/ou comerciante cumpra tais diretrizes do Guia (Figura 20).

Figura 20. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 4 – letreiros, toldos, isenções

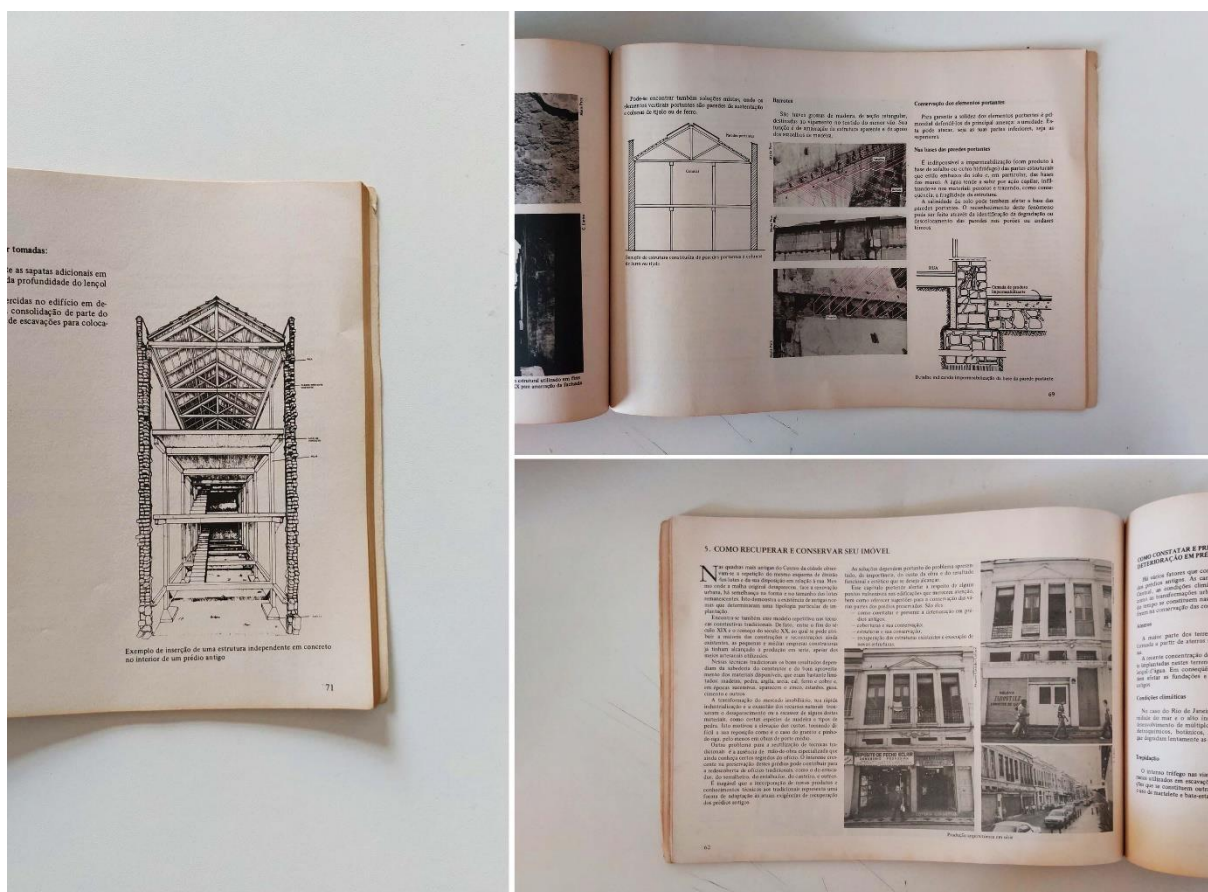


Fonte: RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 55-56. Fotos e org.: Autora, 2023.

O capítulo que segue – (5) como recuperar e conservar seu imóvel (Figura 21) –, por sua vez, compreende diretrizes técnicas voltadas ao campo da manutenção edilícia. Aqui, abordam-se questões sobre “como constatar e prevenir a deterioração em prédios antigos” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 63), desde temas como aterros, condições climáticas, trepidações, modificações cujos efeitos contribuem diretamente

à degradação edilícia e a falta de manutenção geral. Orienta-se, dentre os temas, a como se detectar degradações iniciais e avançadas (manifestações patológicas) sobre o ambiente construído do Corredor Cultural (conjunto edificado) para, assim, compor ações paliativas, restaurativas, substitutivas, dentre outras formas de promover a manutenção e cuidados para com os atributos básicos que compõem o conjunto, uma vez que “[a] vulnerabilidade de cada edifício é diretamente proporcional ao seu estado de conservação” (RIOARTE; IPLANRIO, p. 73).

Figura 21. Conteúdo do Guia de Design do Corredor Cultural: capítulo 5 – como recuperar e conservar seu imóvel



Fonte: RIOARTE; IPLANRIO, 1985, p. 55-56. Fotos e org.: Autora, 2023.

Sob a ótica de se prolongar a vida útil das edificações que compõem a paisagem urbana do Corredor Cultural do Rio de Janeiro, o Guia de Design dessa área, no capítulo seis, apresenta uma série de diretrizes que contemplam diretamente projetos, instalações e serviços complementares como segurança contra incêndio e pânico; gás; instalações hidráulicas e sanitárias; e, iluminação e telefonia.

Por fim, finalizando o conteúdo que compõe o Guia de Design, os capítulo sete,

oito e nove apresentam respectivamente: (7) a listagem de órgãos públicos ligados aos assuntos abordados, subsidiando o usuário com agentes públicos diretamente responsáveis sob a área; (8) as referências bibliográficas; e, por fim, (9) os anexos, no qual se apresentam o decreto que fixa a área abrangida pelo Corredor Cultural e a própria Lei nº 506/1984, que transforma o projeto em lei efetiva que rege as quatro zonas do Corredor.

Ressalta-se que o esforço de aprofundamento aqui realizado para o instrumento “Como recuperar, reformar ou construir seu imóvel no Corredor Cultural” (RIOARTE; IPLANRIO, 1985) se funda, essencialmente, em tratar sobre um caso de Guia de Design que existiu e foi aplicado à realidade brasileira, numa tentativa de aproximar este tema (Guias de Design) às pesquisas e produções em língua portuguesa. Apesar de muitas vezes ser lido apenas enquanto uma “cartilha”, dentre certas bibliografias, o instrumento contempla uma complexidade técnica e instrumental muito mais atrelada a um Guia de Design. Este fato se reforça quando em casos de autores nacionais, como Del Rio (1992) e Pinheiro e Del Rio (1993), citarem o documento como um *Design Guidelines*, em seus textos que levam o caso do Corredor Cultural ao seu reconhecimento internacional.

Sistematizando a anatomia de um Guia de Design a partir das bibliografias aqui elencadas – *National Main Street Center* (2018), Byrnes ([2007?]) e do Corredor Cultural (RIOARTE; IPLANRIO, 1985) –, tem-se, portanto, um instrumento que pode ser estruturado a partir em seis macrocategorias fundamentais (Figura 22).

Figura 22. Macrocategorias fundantes da anatomia de um Guia de Design



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Para fins de clarificação das seis macrocategorias aqui definidas enquanto fundantes da anatomia de um Guia de Design, o Quadro 3, Quadro 4 e Quadro 5 apresentam as distribuições realizadas entre as partes elencadas pelas bibliografias e as categorias aqui identificadas na Figura 22.

Quadro 3. Partes correspondentes entre as bibliografias e as macrocategorias da anatomia de um Guia de Design: *National Main Street Center*

Distribuição das macrocategorias por bibliografia	
<i>National Main Street Center</i> (2018)	Macrocategoria
Diretrizes orientativas em como intervir no ambiente construído e nos elementos que definem o caráter da paisagem urbana	Diretrizes contextuais (pensadas à realidade local)
(a) mapa da área a qual o Guia pretende incidir	Contextualização e histórico (valores e significância cultural)
(b) identificação dos estilos arquitetônicos e/ou atributos básicos definidores e característicos da área;	Pesquisas e ações para elaboração do Guia de Design
(c) ordenanças e marcos legais e regulatórios da área pertinentes às diretrizes do instrumento;	Marcos legais que incidem sobre a área
(d) códigos de postura, obras e zoneamentos locais relevantes ao instrumento;	Marcos legais que incidem sobre a área
(e) procedimentos de licenças e aprovações da região;	Apoio técnico e procedimental

(f) processos de revisão do design local;	Diretrizes contextuais (pensadas à realidade local)
(g) apresentação dos incentivos municipais, estaduais e/ou nacionais no que concerne ao uso do instrumento e na conservação histórico-patrimonial da área;	Apoio técnico e procedimental; marcos legais que incidem sobre a área
(h) informações e contatos das entidades diretamente envolvidas no movimento preservacionista da área; e,	Apoio técnico e procedimental; agentes públicos responsáveis
(i) informações e contatos de funcionários, técnicos, inspetores e profissionais afins que contribuam para efetividade de aplicação do instrumento (apoio técnico-profissional)	Apoio técnico e procedimental; agentes públicos responsáveis

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quadro 4. Partes correspondentes entre as bibliografias e as macrocategorias da anatomia de um Guia de Design: Byrnes

Distribuição das macrocategorias por bibliografia	
Byrnes ([2007?])	Macrocategoria
pesquisa aprofundada sobre os traços, signos, marcas distintivas e atributos básicos que definem o caráter da paisagem urbana	Pesquisas e ações para elaboração do Guia de Design
diretrizes específicas em como tratar	Diretrizes contextuais (pensadas à realidade local)
importância de se incorporar ao menos uma seção destinada à história, importância e significância do lugar	Contextualização e histórico (valores e significância cultural)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Quadro 5. Partes correspondentes entre as bibliografias e as macrocategorias da anatomia de um Guia de Design: Corredor Cultural do Rio de Janeiro

Distribuição das macrocategorias por bibliografia	
Corredor Cultural (RIOARTE; IPLANRIO, 1985)	Macrocategoria
(1) apresentação	Contextualização e histórico (valores e significância cultural)
(2) introdução	Contextualização e histórico (valores e significância cultural); pesquisas e ações para elaboração do Guia de Design
(3) como reformar ou construir seu imóvel	Diretrizes contextuais (pensadas à realidade local); marcos legais que incidem sobre a área; apoio técnico e procedimental;
(4) letreiros, toldos, isenções	Diretrizes contextuais (pensadas à realidade local); marcos legais que incidem sobre a área; apoio técnico e procedimental;
(5) como recuperara e conservar seu imóvel	Diretrizes contextuais (pensadas à realidade local); marcos legais que incidem sobre a área; apoio técnico e procedimental;
(6) serviços complementares	Diretrizes contextuais (pensadas à realidade local); marcos legais que incidem sobre a área; apoio técnico e procedimental;
(7) listagem de órgãos públicos ligados aos assuntos abordados	Apoio técnico e procedimental; agentes públicos responsáveis
(8) referências bibliográficas	Não se aplica
(9) anexos	Marcos legais que incidem sobre a área

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

3.3 Crônica da (in)fidelidade: uma via de mão dupla

Em Dom Casmurro, Machado de Assis (2016 [1899]) constrói um dos maiores dilemas da literatura brasileira: o relacionamento de Capitu e Bentinho. Nessa obra literária, críticos e leitores em geral se dividem em uma dubiedade: aqueles que acreditam que Capitu foi infiel à Bentinho, e aqueles que acreditam que Capitu se manteve fiel. Neste exercício relacional, não se objetiva responder um dos maiores questionamentos literários – traiu ou não traiu? –, mas se pretende apresentar aquilo que se é pertinente ao trabalho: as questões que permeiam os relacionamentos se apresentam enquanto uma “via de mão dupla”. A forma de se ler e lidar com as relações depende, essencialmente, das abordagens que são tidas acima delas.

Neste sentido, quando em enfoque a paisagem urbana, os instrumentos destinados à sua conservação constroem crônicas de (in)fidelidade para com seu relacionamento com a paisagem urbana. Ora podem ser aplicados e usados de maneira fiel às dinâmicas que circunscrevem as cidades, identificando e lidando com a inevitabilidade da mudança; ora podem ser infiéis, renegando ou atuando restritivamente. Há de depender das abordagens que serão construídas e definidas para tanto.

Assim, apesar do potencial enquanto instrumento para conservação integrada do patrimônio ambiental urbano que são as paisagens urbanas das cidades, os Guias de Design também podem apresentar uma relação antagônica em seus meios e modos de se ordenar os conjuntos. Ao mesmo passo que esse instrumento se demonstra benévolo ao processo orientativo da população envolvida na gestão, salvaguarda e conservação dos conjuntos, esse instrumento também se apresenta danoso quando não assistido devidamente e quando elaborado de maneira restritiva, isto é, não considerando as dinâmicas e transformações (ou permanências) que acompanham as mudanças dos patrimônios ambientais urbanos, como no caso das paisagens urbanas. Esta prerrogativa, tratando-se de alguns casos do programa *Main Street America*, como exemplo, resulta em um tratamento cenográfico ou até mesmo uma “falsificação” dos conjuntos (Castriota, 2009).

Constrói-se, desta maneira, uma crônica de infidelidade entre Guia de Design e a paisagem das áreas urbanas comerciais *versus* uma crônica de fidelidade entre ambos – fiel ou infiel?. Ao mesmo passo que pode se apresentar enquanto uma potencialidade para a conservação integrada da paisagem urbana, também pode ser

aplicado e executado infielmente às dinâmicas de transformações das cidades. Quando construído em seu modo infiel, para a presente pesquisa, será lido e interpretado enquanto uma fragilidade do instrumento frente ao seu contexto de inserção e aplicação.

A título de exemplificação, com base nos aprofundamentos realizados nos capítulos anteriores, as maneiras pelas quais o instrumento pode se constituir infielmente à gestão, conservação e salvaguarda da paisagem urbana podem ser subdivididas a partir das três dimensões que permeiam os conceitos e abordagens da pesquisa: (1) temporal; (2) espacial; e, (3) sociocultural. Neste sentido, em se tratando da dimensão temporal, a infidelidade de um Guia de Design vai residir na sua necessária condição de revisão. Assim, Guias elaborados apenas uma vez, com o objetivo de ser replicado e disseminado de maneira atemporal, desconectado da condição da paisagem de ser no tempo, constituem iniciativas que não são submetidas às necessárias revisões periódicas (à definição do corpo técnico e social qualificado) que são demandadas frente às mudanças da paisagem urbana ao longo do tempo.

A infidelidade de ordem espacial, por sua vez, pode ser atribuída a Guias de Design que são “importados” de outros lugares, sem sua devida adaptação e/ou elaboração própria frente ao seu contexto local. Isto é, constitui-se infiel à medida que sua conduta contextual às dinâmicas e ao caráter formal do lugar se desfazem em prol de uma configuração instrumental (das diretrizes que compõe o Guia de Design) universalizada e homogeneizada. Por fim, ao que concerne à dimensão sociocultural, os Guias podem se constituir infieis quando são elaborados sem considerar a comunidade diretamente envolvida no processo interventivo da paisagem e do patrimônio. Nesse sentido, instrumentos elaborados à luz da exclusividade técnica, sem o envolvimento popular participativo daqueles que fazem usufruto e constituem a cultura local, ficam sujeitos à inutilização e baixa aderência dado, por exemplo: à linguagem tecnicista utilizada, sendo ilegível à comunidade local; à falta de reconhecimento/autoidentificação às diretrizes daquilo que se entende por caráter do lugar; e, à falta de corresponsabilização (esferas públicas e privadas) frente ao patrimônio ambiental urbano que constitui a paisagem.

Neste sentido, tal qual o dilema literário entre Capitu e Bentinho, o que permeia as “mãos” destas “vias” que transpassam a elaboração de um Guia de Design resultam essencialmente das abordagens que são destinadas à sua leitura e

execução. Assim, vale aqui salientar a condição de potencialidade que esse instrumento apresenta, atuando fielmente às dinâmicas que circunscrevem a paisagem urbana, uma vez que, pela sua qualidade de estratégia abrangente e integrada, quando conduzido à luz de uma conduta contextual, compatibiliza um instrumento fiel às cidades, em especial às áreas urbanas; tal como, para a autora, foi *Capitu a Bentinho*.

4 DAS POSSIBILIDADES: O PROGRAMA MAIN STREET AMERICA

Neste capítulo, apresentar-se-á um exemplo possível de como se lidar com a gestão, conservação e preservação das áreas comerciais, em especial as históricas, e suas respectivas paisagens: o programa *Main Street America* presente nos EUA. Para tanto, antes, torna-se necessário ainda apresentar brevemente como surgiu e como se estrutura o movimento preservacionista nos EUA para, assim, elucidar o funcionamento, abordagens e estruturação organizacional que reverberam no programa *Main Street*.

4.1 O movimento preservacionista nos Estados Unidos da América

O movimento preservacionista nos EUA, assim como em outros países anglo-saxônicos, tem protagonismo e raiz na atuação da sociedade civil organizada, com primícias ainda no início do século XIX (Castriota, 2009). Tais associações eram compostas, em sua maioria, por mulheres de classe média alta, brancas, com livre iniciativa e interesse em preservar e resguardar os edifícios às suas imediações que foram grandes “figuras” ligadas à história daquilo que seria parte definidora de uma identidade unificadora desse país norte-americano (Miceli, Gouveia, 1985).

As iniciativas comunitárias organizadas, sob força motriz local, voltavam-se (e ainda se voltam) a dois elementos que configuravam a identidade nacional à época: os primeiros assentamentos na costa leste do país, próximos ao Oceano Pacífico; e, principalmente, os fatos históricos, sítios e edifícios ligados à Revolução Americana declarada em 1776, isto é, aos elementos direta ou indiretamente relacionados ao processo de independência estadunidense em relação à Grã-Bretanha, os quais também tiveram palco nos estados próximos à costa leste do país (Castriota, 2009; Costa, 2017; Miceli, Gouveia, 1985).

Segundo Fitch (2007) e Costa (2017) a história do movimento preservacionista nos EUA pode ser contada a partir de três momentos-chave diretamente relacionados à “restauração”²² de três edifícios importantes à historiografia estadunidense: *Mount*

²² Os processos de “restauração” angariados nos EUA à época eram sinônimos, em muitos casos, de uma ação reconstrutiva dos edifícios. Assim, ressalta-se aqui a diferença semântica atribuída ao conceito e abordagens de restauro vigentes hoje no mundo, nos quais, muitas vezes, desprezam-se os processos reconstrutivos, e aquilo que se entendia por “restauro” nos EUA à época. Para fins de diferenciação, a presente pesquisa adota o uso das aspas quando em referência ao uso da palavra “restauro” em consonância aos sentidos de reconstrução edilícia.

Vernon, com “restauro” iniciado em 1865; *Williamsburg*, encetado em 1926; e, por fim, o *Independence Hall*, com início em 1966 (Figura 23).

Figura 23. *Mount Vernon*, *Williamsburg* e *Independence Hall* respectivamente



Fonte: Mount Vernon Ladies' Association, c.2023; Toshio Kishiyama (s.d.); National Park Service, c.2023. Org.: Autora.

A partir da classificação de Fitch (2007), o primeiro momento-chave da história do movimento preservacionista dos EUA se enquadra num contexto temporal entre os séculos XIX e XX em que o país recebia, paulatinamente, um grande contingente de imigrantes. Em vista disso, os valores históricos, associativos e, principalmente, evocativos relacionados à moralidade da era colonial (protestante e anglo-saxônica) e ao movimento da independência estadunidense ganharam um protagonismo, sendo impulsionados sob uma ótica de urgência, uma vez que a grande massa imigratória de católicos, judeus e ortodoxos era lida como uma “ameaça” à ética e moralidade do país. Assim, a necessidade de “[...] educar e formar as futuras gerações de americanos através dos ideais onde o país se apoia, era a intenção primordial das pessoas envolvidas nos primeiros passos em direção à salvaguarda do patrimônio nos Estados Unidos” (Costa, 2017, p. 99).

Durante esses anos, se selecionaram sítios patrimoniais em relação direta com seu potencial didático, com o objetivo de inculcar nos recém-chegados os valores da cultura dominante (anglo-saxônica e protestante), cujos portadores viam sua maioria demográfica se reduzir de maneira perigosa (Castriota, 2009, p. 66).

Sob à luz dos valores evocativos, fazia-se necessário agregar valor aos edifícios que haviam pertencido aos ditos grandes protagonistas heroicos da Revolução Americana, uma vez que tais materialidades permitiriam, de maneira simples e direta, comunicar e “educar” o novo público que chegava ao país. Aqui, a práxis do “restauro” – reconstrução – toma a frente do movimento preservacionista, lançando mão de práticas de “museificação” dos espaços (Castriota, 2009; Costa, 2017). Dentre os ditos

heróis americanos, destaca-se George Washington, um dos líderes da Revolução contra a Grã-Bretanha, tornando-se, após a independência, o primeiro presidente dos EUA. Em vista de seu papel desempenhado na história estadunidense, a figura de Washington, e os lugares por onde se estabeleceu e fez passagem, foi o grande estopim do movimento preservacionista no país, sendo o “sítio histórico mais importante ligado a George Washington e o que dá início ao movimento de preservação em escala nacional é sua fazenda na Virginia, Mount Vernon” (Costa, 2017, p. 100).

Após a morte de Washington, em 1799, a casa *Mount Vernon* é transmitida entre os descendentes da família, os quais não conseguem mantê-la e preservá-la tal qual nos tempos de G. W., ocasionando no processo gradual de arruinamento da casa. Assim, à época,

[...] quando investidores propuseram a compra da propriedade para transformá-la em hotel e diante do silêncio do governo do Estado da Virginia e do Governo Federal, entra em cena o cidadão leigo, sem nenhum tipo de qualificação específica [...]

Ann Pamela Cunnigham, uma cidadã comum, original da Carolina do Sul, entra para a história em 1856. Após a tentativa fracassada de conseguir ajuda do estado, decide reunir outras senhoras como ela pelos outros estados do país para formar a associação *Mount Vernon Ladies*. Essas senhoras são responsáveis por levantar fundos através dos estados que representam para a compra da casa e do seu entorno. A ideia era preservar a casa e o entorno tal qual vista por George Washington no tempo de sua residência no local e, assim, nasce o primeiro módulo do movimento de preservação norte-americano, conhecido como: *The Historic House Museum*, ou o *Museu Casa* (Costa, 2017, p. 100-101)

Portanto, segundo Fitch (2007), este primeiro momento-chave do movimento preservacionista dos EUA é marcado pela atuação das sociedades civis organizadas, por muito inspiradas na denominada *Mount Vernon Ladies Association*, impulsionadas por ideologias nacionalistas, patrióticas e românticas, cujas ações se angariavam em valores evocativos, visando uma sacralização de edifícios considerados históricos – muitas vezes monumentais – “porque se relacionavam com os heróis da pátria. É o que se chama hoje nos EUA de síndrome ‘George Washington dormiu aqui’ ” (Miceli; Gouveia, 1985, p. 44).

Dentre a classificação de Fitch (2007), o segundo momento-chave é marcado, temporalmente, após setenta anos de Ann Pamela Cunnigham, sob ação de outro civil – William Archer Rutherford Goodwin – que levou o movimento preservacionista do país à uma outra escala para além da edificação: a escala urbana. Neste momento, o foco dos trabalhos de “restauração” passa a ser uma cidade inteira: Williamsburg, a

antiga capital do estado de Virginia, com operações iniciadas em 1926. Segundo Costa (2017), a forma com que a cidade crescia, com instalações e alterações bruscas sobre o ambiente construído passou a incomodar o Reverendo W. A. R. Goodwin, visto que a cidade é tida como retrato importante da história da guerra para a independência estadunidense. Assim, Goodwin propõe um projeto para a pequena cidade de Williamsburg, visando sua “restauração” para fins “educativos” para a vida norte-americana e, para que o projeto se tornasse possível, criou-se a *Colonial Williamsburg Foundation*. Neste momento, o movimento preservacionista nos EUA passou do patamar “Museu Casa” para a concepção de *Open Air Museum*, isto é, museu a céu aberto com projetos “restaurativos” provenientes da atuação e ações empíricas de atuação da sociedade civil organizada sobre o ambiente construído.

Por fim, o último momento-chave que assinala a história do movimento preservacionista nos EUA, de acordo com Fitch (2007), é marcado pelo processo restaurativo sob o edifício *Independence Hall*, em 1966. Essa edificação integra ações anteriores ao seu restauro: a criação do *Independence National Park*, vislumbrado em 1949 a partir de iniciativas tomadas para a celebração do Bicentenário de Independência – 1976 – e para renovação urbana que recaíram sobre a cidade de Filadélfia, no estado da Pennsylvania. Nesse parque, abrigam-se algumas das mais importantes estruturas para o país, dentre eles a antiga *Pennsylvania State House*, ponto de conexão entre o governo da Grã-Bretanha e a colônia à época, hoje conhecido como *Independence Hall*

O edifício foi o local onde, em 1775, o congresso continental se reuniu, unindo as colônias britânicas como grupo. Em 4 de julho de 1776, neste mesmo espaço, o congresso continental adotou a declaração de independência, e a constituição federal foi finalizada aqui em 17 de setembro de 1787. “Difícilmente haverá um edifício em qualquer lugar neste país mais reverenciado como um santuário patriótico do que o Independence Hall.” (Costa, 2017, p. 112).

Assim, uma das etapas mais importantes de criação do parque correspondia diretamente à restauração deste edifício, símbolo e marco na historiografia estadunidense, passando a ser tratado como um documento vivo do próprio passado. Em contrapartida ao processo “restaurativo” que se angariou na cidade de *Williamsburg*, conduzido sob uma abordagem mais empírica, o processo de restauro do *Independence Hall* adquire uma outra feição, atrelando-se a abordagens mais científicas e acadêmicas, particularizando uma das marcas que representam o terceiro

momento-chave (Costa, 2017; Fitch, 2007).

Outra marca que tipifica esse momento-chave é participação de um agente até então oculto no movimento preservacionista nos EUA, o Estado. Apesar do restauro do *Independence Hall* ter se iniciado em 1966, o planejamento do *Independence National Park* se inicia um pouco antes, com sua criação oficial em 1948 pelo *National Park Service* (NPS), o qual, em 1966, toma a frente do processo restaurativo da edificação mais importante do parque. É aqui que “[...] vemos a forte participação do Governo Federal, na figura do Park Service e, com isso surge a necessidade de consolidação e implantação de parâmetros nacionais para guiar os projetos de preservação e restauro” (Costa, 2017, p. 119). Neste sentido, o terceiro momento-chave no país é marcado por uma práxis mais especializada no que concerne às intervenções sobre o patrimônio material e pelo início de uma importante atuação do Governo Federal nesses processos (Fitch, 2007).

Apesar de Fitch (2007) e Costa (2017) reconhecerem a participação do Estado a partir dos projetos e ações destinados à criação do *Independence National Park*, o presente trabalho assente que tal atuação governamental ocorre em momentos anteriores, ainda no início do século XX sob mesma figura do NPS principalmente, caminhando concomitantemente ao segundo e terceiro momento-chave dentre a categorização utilizada aqui para contar a historiografia do movimento preservacionista nos EUA.

O Serviço Nacional de Parques – *National Park Service* (NPS) – corresponde a uma agência do Governo Federal dos EUA, o qual é subordinado ao *Department of the Interior* (Departamento do Interior) do país, sendo criado em 1916 sob a responsabilidade de cuidar, zelar e salvaguardar os parques nacionais (National Park Service, c.2023). Assim, num primeiro momento da participação governamental no movimento preservacionista, o foco não se centrou no ambiente construído, mas sim àqueles de caráter natural, como cânions, florestas, lagos e montanhas, dentre outros, que representassem uma natureza entendida enquanto intocada, bucólica, e que refletisse um imaginário natural da nação.

Ao final da década de 1920 e início de 1930, os EUA passavam por um período pós-Primeira Guerra Mundial e início da recessão-crise econômica marcada pela quebra da bolsa de valores em Nova Iorque (Costa, 2017; Miceli, Gouveia, 1985). Paralelamente a isso, a participação governamental ampliou sua atuação para os edifícios e espaços urbanos de valor ao país, passando a responsabilidade de

salvaguardá-los ao NPS. Neste momento, em 1933, “em uma resposta do governo federal aos anos de depressão financeira, arquitetos, engenheiros e fotógrafos são convocados para se juntar ao National Park Service e seu mais novo programa: HABS – Historic American Building Survey” (Costa, 2017, p.190), uma importante iniciativa federal que corroborou para valoração da arquitetura tradicional dos EUA (Cagriota, 2009). O HABS, portanto, consistiu, em sua essência, em um inventário das edificações históricas no interior do país, executado por um “exército” de profissionais que mapearam e detalharam grande parte das estruturas históricas em todo os EUA (Cagriota, 2009; Costa, 2017 Miceli, Gouveia, 1985).

Apesar das ações governamentais em torno da década de 1930, é apenas no ano de 1966 que o Estado provê uma verdadeira política de preservação para os EUA: o *National Historic Preservation Act* (NHPA). A Lei de Preservação Nacional formalizou muitos aspectos da preservação histórica, criando programas que promovessem a documentação e o tratamento desses recursos. Dentre eles, destacam-se o *National Register of Historic Places*, onde são inscritos e listados os bens patrimoniais – como distritos, sítios, edificações, paisagens, estruturas e objetos – que sejam significativos para a história, arquitetura, arqueologia, engenharia e cultura estadunidense (Cagriota, 2009; Costa, 2017; EUA, 1966; Fisher, 1998).

Não obstante, o NPS acompanha as modificações e ampliações que acometem o movimento preservacionista dos EUA. Tornou-se responsável por fornecer informações, ferramentas e financiamento para a preservação, bem como administrar as estruturas, objetos e distritos que tenham valor de recursos culturais. Embora a preocupação inicial do NPS – a partir da ampliação de sua atuação – tratasse de salvar edifícios individuais, esta preocupação evoluiu para áreas, distritos e bairros históricos. Quando isso ocorreu, tornou-se necessário elaborar critérios e procedimentos para controlar as rápidas transformações urbanas e o aparecimento de novos empreendimentos. Ainda, com a aprovação do NHPA, em 1966, e posteriormente com a concessão de créditos tributários federais para preservação de propriedade privada, o estabelecimento dessas diretrizes e normas se fez necessário também para determinar a elegibilidade a esses créditos tributários (Whittaker, 1989).

Neste momento, segundo Fisher (1998), surge uma série de documentos orientativos de extrema importância nacional, destacando-se dois principais: os *Preservations Briefs*, publicados serialmente ao longo dos anos, desde a década de 1970, sendo cada publicação destinada a um tema específico no campo da

preservação e conservação do patrimônio cultural material; e, o *The Secretary of the Interior's Standards for Rehabilitation*, publicado pela primeira vez em 1977, pelo Departamento do Interior, sendo periodicamente atualizado conforme o passar dos anos. Ambas séries de documentos são reconhecidos nacionalmente enquanto *Guidelines*, isto é, Guias (muitas de vezes de Design) que contemplam diretrizes projetuais de como reconhecer, ler e intervir nas edificações – e os elementos que a compõem – e na paisagem urbana (Department of the Interior, 2004; Fisher, 1998; National Park Service, c.2023).

Vale ressaltar que, nos EUA, a propriedade privada assume um papel de direito de posse sacrossanto e absoluto conduzido à luz do liberalismo (Page, 2016; Watkins, 2015). Este fato reforça um dos motivos pelo qual a iniciativa privada da sociedade civil organizada emergiu anteriormente à atuação do Estado. Frente à condição da propriedade privada estadunidense, também fica claro a atuação governamental centrada em subsídios financeiros destinados à preservação, conservação e/ou manutenção dos bens de interesse patrimonial aos proprietários, assim como também se centra na produção de inventários e instrumentos/ferramentas para instrumentalizar a população, sem constituir uma intervenção direta sobre o bem.

Por fim, cronologicamente, entre a atuação do NPS, na década de 1930, e a promulgação do NHPA – em 1966 –, surge o *National Trust for Historic Preservation*, aprovado pelo Congresso em 1949 como uma organização privada sem fins lucrativos cujas ações a consolidaram como uma das agências mais importantes no contexto da preservação e salvaguarda do patrimônio cultural estadunidense.

[O] Trust não recebeu nenhuma dotação oficial e não havia sequer o compromisso de que o Governo Federal fosse sua principal fonte de recursos financeiros. Seu estatuto de entidade “quase-pública” garantia apenas a isenção em certos casos ou algumas vantagens em relação aos impostos incidentes sobre suas propriedades [...].

[...]. Sendo assim, o Trust lutou em seus primeiros 15 anos de vida contra uma permanente escassez de recursos. [...] Não obstante, sobreviveu às custas de verbas particulares até 1968, quando passou a receber subvenção federal conforme lhe assegurava o disposto no *National Preservation Act* (Miceli; Gouveia, 1985, p. 50-51).

São nos anos seguintes à sua criação, principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, que a atuação do *National Trust* ganhou reconhecimento, força e autonomia, sendo um de seus frutos o próprio programa *Main Street America*, como é apresentado na seção seguinte do presente trabalho.

4.2 Main Street America: revisitando uma história

O surgimento do programa hoje conhecido como *National Main Street Center* (c.2023) – sob nome fantasia²³ (*doing business as – dba*) *Main Street America* – data do final da década de 1970 e início dos anos de 1980. Contudo, os contextos que impulsionaram o surgimento do programa têm raízes anteriores.

Numa abordagem cronológica dos acontecimentos históricos, o primeiro contexto a ser tratado corresponde cenário motivado pelo pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no qual os processos de suburbanização e esvaziamento dos centros históricos e das áreas comerciais – *main streets* – acometeram as cidades estadunidenses, dentre outros países, por volta das décadas de 1940 e 1950 (Yildirim Esen, 2006). Nas décadas que se seguiram, o processo de suburbanização se intensificou em consequência ao desinvestimento nas áreas centrais das cidades, resultando em baixa infraestrutura e problemas no transporte público. As áreas urbanas centrais, em especial aquelas destinadas ao comércio tradicional, deixaram de se tornar alvo de atração na *urbe*. Neste momento, os EUA passavam por uma crescente atrativa aos subúrbios que se desenvolviam às margens distantes dos centros históricos, os quais se encontravam em estágio de degradação (Balsas, 2019).

Para além, no pós-Segunda Guerra Mundial, os planejadores urbanos promoveram a ótica de que, para melhorar as condições de vida precárias, era preciso modernizar as cidades americanas, e isso apenas seria possível por meio de demolições e redensolvidimento, consolidando tensões entre planejadores e o movimento preservacionistas da sociedade civil organizada, contribuindo para o aumento de interesse da nação em proteger o ambiente histórico construído (Ryberg-Webster; Kinahan, 2014).

Em vista do aumento de habitantes nos subúrbios, dos problemas envolvendo transporte público e a ampliação do acesso a automóveis, houve uma crescente de carros nas cidades norte-americanas à época. Junto ao crescimento da lógica automobilística em detrimento da lógica do pedestre, surge, ao longo do país, um movimento dito enquanto desenvolvimentista que visava promover um aumento estradas de fluxo rápido – *expressways* e *highways*. Nestes complexos viários,

²³ “O nome fantasia de uma empresa é como ela vai ser conhecida ou reconhecida pelo público” (SEBRAE, 2020, [n.p.]).

implementavam-se viadutos, túneis e avenidas que se instalavam sobre áreas centrais históricas, levando-as “à baixo”, isto é, demolindo-as em prol da construção dos complexos viários. Argumentava-se que era preciso uma modernização das cidades, tanto pela substituição das vias, quanto pela demolição dos antigos edifícios das áreas centrais. Dentre os casos com maior repercussão, tem-se o embate entre o funcionário público – “Mestre Construtor” – Robert Moses, o qual desenvolvia e executava projetos sob a lógica do automóvel, e a jornalista Jane Jacobs, a qual lutou contra as posturas e projetos ditos “desenvolvimentistas”, numa tentativa de salvaguardar as áreas atingidas da cidade (Jacobs, 2011). Sob tal ótica de Robert Moses, e dentre tantas outras figuras públicas, construiu-se uma lógica na qual a conservação patrimonial dos centros históricos, em especial daquelas áreas comerciais, passou a ser vista como um empecilho ao dito progresso econômico e urbano.

Ainda na década de 1950, os *shopping centers* começaram a tomar força no setor terciário estadunidense, estabelecendo-se principalmente nas regiões metropolitanas; competindo, assim, com o espaço terciário local. Por volta da década de 1970, os *shopping centers* passaram a se espalhar para além das regiões metropolitanas. Este cenário intensificou o processo de esvaziamento das áreas centrais, principalmente no abandono e escoamento dos comércios locais aos *shoppings* (Setoguchi; Kobayashi, 2001). Assim, as *main streets* passaram a ser imagem e símbolo de declínio nas cidades, tanto pelo abandono e degradação do ambiente construído quanto pelo declínio da “saúde” econômica da área.

Em vista dos contextos apresentados, tornou-se preciso esforços em contracorrente, numa tentativa de recuperação das áreas centrais, em especial dos espaços terciários. Entre as décadas de 1960 e 1970, líderes de sociedades civis organizadas concentraram esforços para implementação de projetos de recuperação e reabilitação dessas áreas. Contudo, não obtiveram êxito de aplicação, visto que, para além do fracasso de recuperação econômicas das áreas, “as políticas nacionais de renovação urbana contribuíram grandemente para a demolição de largas áreas urbanas e de muitos edifícios históricos nos centros urbanos” (Balsas, 2019, p. 21).

A primeira reação ao abandono foi uma tentativa de se realizar uma espécie de “*facelifting*” nestes centros, tentando fazer com que se parecessem com os novos subúrbios. Assim, a maior parte esforços de revitalização concentrou-se, nessa primeira etapa, na criação de uma imagem urbana moderna e limpa: uma nova infraestrutura foi construída, anúncios de plástico começaram a esconder as fachadas antigas dos prédios, criaram-se “parques temáticos” nos centros, ignorando a verdadeira história da cidade e extensas

áreas pedestrianizadas, onde se instalavam cadeias de lojas de conveniências como a 7-Eleven (Castriota, 2009, p. 238).

“[N]em a negação do problema, nem a imitação dos subúrbios, nem a existência de grandes investimentos públicos deram os resultados esperados” (Balsas, 2019, p. 21). As razões do fracasso eram simples: as abordagens adotadas em se lidar com as áreas urbanas centrais históricas e comerciais não eram abrangentes o suficiente para se adentrar e compreender a complexidade das dinâmicas e movimentos que circunscrevem o espaço urbano terciário, em especial das áreas históricas. Partia-se da premissa da implementação de um projeto único, em larga escala, sob a hipótese deste ser capaz de estimular o crescimento e desenvolvimento da área. Aquilo que não se esperava foi o que acometera essas áreas: muito mais se intensificou o declínio econômico e urbano, como também se contribuiu negativamente à promoção de um estado de trauma emocional aos espaços e aos comerciantes locais que resistiam (Yildirim Esen, 2006; Means, 2021). “[E]sses programas de redesenvolvimento urbano destruíram as áreas históricas, culturais e naturais das cidades, [e] causaram a substituição de comunidades mais antigas para implementar os programas em seus lugares” (Yildirim Esen, 2006, p. 39, tradução própria). Ainda, algumas dessas tentativas de se realizar a recuperação e reabilitação das áreas centrais corroboraram para promoção do fenômeno da gentrificação.

De acordo com Means (2021), em resposta às perdas, degradação e esvaziamento das áreas centrais históricas, em especial as comerciais, o *National Trust for Historic Preservation* abre um escritório de campo em Chicago, sob direção de Mary Means, em 1973, a fim de desenvolver um movimento preservacionista incipiente no centro-oeste dos EUA. Já no final da mesma década, o movimento preservacionista, que antes era visto como empecilho ao progresso e desenvolvimento econômico, passou a ser aceito como solução fundamental para recuperação e reabilitação das áreas comerciais históricas centrais.

No começo de sua atuação na década de 1970, segundo Yildirim Esen (2006), o *National Trust* apresentava um enfoque centrado na edificação e na economia de maneiras isoladas. Contudo, a organização compreendeu que a preservação dos edifícios históricos comerciais tradicionais locais não seria possível sem uma abordagem abrangente que fosse capaz de mudar drasticamente o estado de

degradação, perda e esvaziamento que as áreas comerciais históricas se encontravam.

A diretora do escritório de campo do *National Trust*, Mary Means (2021), após explorar iniciativas de recuperação das áreas comerciais – *main streets* – chegou à conclusão de que não havia um modelo pronto e replicável que ajudaria a promover a preservação e conservação dessas áreas. Em vista disso, Means propôs que o *National Trust* definisse três cidades para trabalhá-las ao longo de três anos para, assim, aprender e assimilar os resultados positivos, negativos e promissores.

Nasce, a partir dessas três experiências iniciais, a base daquilo que hoje se conhece como o programa *Main Street America*. A iniciativa – inicialmente nomeada como *Main Street Project* – recebeu um fundo de \$50.000 dólares sob apoio do *National Endowment for the Arts*²⁴ (NEA). Assim, em 1977, foram lançados os três projetos pilotos do *Main Street Project* no centro-oeste estadunidense: Madison, Indiana; Hot Spring, Dakota do Sul; e, Galesburg, Illinois. Os critérios de seleção das localidades foram dados por intervalo populacional no qual a cidade deveria apresentar entre 5.000 a 50.000 habitantes; onde houvesse um caráter histórico marcante e distintivo; e, uma predisposição em realizar uma parceria com o *National Trust* durante os três anos experimentais que decorreriam (National Main Street Center, 2009; Means, 2021).

Segundo Yildirim Esen (2006) e Means (2021), foram definidos três gerentes, cada um destinado a uma das experiências piloto. Ao longo dos três anos, tais gerentes aplicaram diferentes estratégias às cidades e realizaram reuniões a cada três meses para compartilhar os aprendizados proporcionados pelas abordagens empregadas. Ao final da experiência, tiveram resultados expressivos que foram discutidos numa conferência conduzida em Chicago, já na virada de década de 1970 para 1980. Nessa conferência, foi proposto a base do que hoje se denomina *Main Street America*: o “*Four-point Approach*” (abordagem “quatro-pontos”), o qual consiste em uma abordagem em que se trabalham simultaneamente quatro grandes áreas; sendo elas a reestruturação econômica, a promoção, a organização e, o ponto de mais relevância ao presente trabalho, o design.

²⁴ “Estabelecido pelo Congresso em 1965, o *National Endowment for the Arts* é uma agência federal independente que é o maior financiador de artes e educação artística em comunidades em todo o país e um catalisador de apoio público e privado para as artes. Ao promover oportunidades equitativas para a participação e prática artística, o NEA promove e sustenta um ambiente no qual as artes beneficiam a todos nos Estados Unidos” (NEA, c.2023, [n.p.], tradução própria)

Em detrimento do sucesso e repercussão nacional que os projetos pilotos apresentaram, o *Trust*, foi contactado por mais de 3.000 comunidades e organizações da sociedade civil que necessitavam de suporte e assistência para recuperar suas respectivas áreas comerciais, em especial as históricas e centrais. Assim, em 1980, o então *Main Street Project* passa a integrar como programa oficial do *National Trust for Historical Preservation*, sob nome oficial de *National Main Street Center* (Yildirim Esen, 2006). Neste novo capítulo do programa, em 1980, foram propostos, e efetivados, outros três anos de projetos experimentais e demonstrativos, a fim de se validar e consolidar a abordagem construída a partir dos projetos pilotos de 1977-1980 (Smith, 1988; National Main Street Center, 2009). Foram selecionados, dessa vez, seis estados para participarem daquilo que estava sendo chamado de *Small-town Program*: Colorado, Georgia, Massachusetts, Carolina do Norte, Pennsylvania e Texas. Em cada estado foram eleitas cinco comunidades com população abaixo de 50.000 habitantes. Assim, foram estabelecidas um total de 30 programas-teste (Smith, 1988).

Segundo Yildirim Esen (2006), as comunidades envolvidas e o *National Main Street Center* se sentiram satisfeitos e pelos resultados obtidos ao longo dos três anos. Em vista disso, em 1984 foi lançado oficialmente um programa aberto à todas comunidades com população inferior a 50.000 habitantes²⁵, fosse pelo intermédio de programas a nível estadual ou através de programas individuais a nível local. Neste momento, foi introduzida a concepção da reabilitação e recuperação fundadas na preservação das áreas comerciais histórica. A ideia consistia em conciliar a preservação com o desenvolvimento econômico para, assim, promover-se a prosperidade e vitalidade dos centros e bairros comerciais, entendidos enquanto *main streets* (National Main Street Center, 2009; c. 2023).

Entre os anos de 1985 e 1988, o *National Main Street Center* lança um terceiro projeto de demonstração (Quadro 6).

O Terceiro Programa de Demonstração do *National Main Street Center* foi o Programa de Demonstração Urbana, que durou de 1985 a 1988. Desta vez, o *Center* queria ajustar a abordagem da *Main Street* às condições dos distritos comerciais urbanos. Com esse propósito, oito distritos comerciais urbanos foram selecionados como representantes dos EUA. Quatro dos distritos selecionados estavam localizados no centro de cidades de médio porte com

²⁵ Isto se dá em decorrência dos centros e cidades de maior porte serem contemplados, em muitos casos, pelos *Business Improvements Districts* (BIDs) e/ou programas de outra natureza, como destacam Balsas (2019) e Rodrigues (2012).

população entre 50.000 a 250.000 habitantes (Cheyenne, Wyoming; Dubuque, Iowa; Joliet, Illinois; e Knoxville, Tennessee); os outros quatro locais eram distritos comerciais localizados em grandes cidades com população acima de 250.000: Albuquerque (Nob Hill), Novo México; Boston (Roslindale Village), Mass.; Chicago (Greater Milwaukee Avenue), Illinois; Pittsburg (South Side), Pensilvânia. Mais uma vez o programa foi implementado com sucesso (Yildirim Esen, 2006, p. 44, tradução própria).

Quadro 6. Resumo dos resultados do Programa de Demonstração Urbana aplicado em oito localidades

Programa de Demonstração	
Business Activity (1985-1988)	Total
Número de comércios abrindo	338
Número de comércios fechando	- 198
Número de comércios expandindo	149
Número de comércios realocados para distritos comerciais	54
Negócios líquidos ganhos	343
Número de empregos ganhos	1.711
Investment Activity (1985-1988)	Total
Número de mudanças de fachada	253
Número de renovações em edificações comerciais	372
Número de renovações em edificações residenciais	10
Número de projetos para melhoria pública	65
Número de novos projetos de edificações	14
Número total de projetos	714
Valor total investido	US\$100.313.550

Fonte: Yildirim Esen, 2006, p. 46, tradução própria.

Já na década de 1990, o programa expandiu sua rede, passando a incluir 31 estados dos EUA, contemplando mais de 600 comunidades oficiais. Assim, o *National Main Street Center* continuou a se popularizar no país norte-americano. Até o ano de 2003, passou a contemplar 41 estados e mais de 1.600 programas associados. Entre os anos de 1980 e 2002, as comunidades oficiais tiveram um reinvestimento líquido cumulativo de US\$ 17 bilhões, e um reinvestimento médio de US\$ 9,5 milhões em cada comunidade. Sendo gerados mais de 57.000 novos negócios, contribuindo para a criação de 231.000 empregos totais (Caruso *et al.*, 2013). Assim, o *National Main Street Center* visa assistir às comunidades locais a desenvolver uma estratégia de revitalização comercial integrada que estimule o desenvolvimento econômico em um contexto de preservação e conservação histórica (Balsas, 2019).

Em 01 de julho de 2013, o *National Main Street Center* se consolida como um programa subsidiário independente do *National Trust for Historic Preservation*. Essa transição permitiu que o programa construísse “seu histórico de três décadas de sucesso, com uma nova liderança e novos recursos para ajudar as comunidades a responder às crescentes necessidades e oportunidades no campo de revitalização do distrito comercial” (National Main Street Center, c.2023, [n.p.], tradução própria). Em 2015, lança uma nova marca e identidade ao programa, passando a atuar sob nome de *Main Street America* (nome fantasia) até os dias atuais.

4.2.1 A abordagem “quatro-pontos”

O programa *Main Street America*, como já apontado, segue uma abordagem denominada “*Four-point Approach*” (Figura 24). Essa abordagem consiste em uma estratégia abrangente de conduta contextual²⁶ para se lidar com a complexidade das dinâmicas de transformações e a vitalidade das áreas comerciais, adaptando-se “às necessidades e oportunidades das comunidades locais em quatro grandes áreas” (Balsas, 2019, p. 69). Nesta abordagem são definidos quatro pontos: vitalidade/reestruturação econômica; organização; promoção; e, design, os quais são guiados e sustentados por oitos princípios que ajudam a abordar as variadas questões que as áreas comerciais das cidades enfrentam ao mesmo passo que promovem seu desenvolvimento econômico e sua recuperação por meio da preservação-conservação patrimonial (National Main Street Center, c.2023).

²⁶ Por “conduta contextual”, entende-se a abordagem do Desenho Contextual de Carsalade (2007) e o conceito de *localization* (“lugarização”) abordado por Vargas (2018), sob a ótica de uma conduta que compreende e adere às especificidades locais para, assim, poder-se lidar com espaços e lugares criados pelo ser humano.

Figura 24. *Four-point approach*

Fonte: National Main Street Center, c.2023, [n. p].

O *Four-point Approach* se estende às diversas áreas de atuação – para que estes espaços em intervenção sejam assistidos de maneira efetiva – a partir de atividades estratégicas para cada ponto da abordagem, aproveitando os potenciais comerciais, históricos, culturais, patrimoniais, sociais, paisagísticos e arquitetônicos já existente.

[...] a Abordagem Quatro Pontos: uma estrutura conceitual que oferece aos líderes cívicos, empresários, banqueiros e autoridades eleitas de uma cidade - basicamente a todos - um caminho compreensível a se seguir; uma forma abrangente de mudar a imagem dos centros das cidades para uma imagem de esperança e vitalidade (Means, 2021, p. 20, tradução própria).

Adentrando na abordagem, a “Organização” compreende a base na qual se constrói os demais quatro pontos que constituem o *Four-point Approach*. Consiste numa iniciativa de fazer com que todos *stakeholders* trabalhem rumo a um mesmo objetivo, partindo da criação de lideranças e de uma forte articulação entre comunidade, comércio, parcerias terceirizadas, governanças e recursos, promovendo uma cooperação entre os diversos atores envolvidos nas *main streets*. Para tanto, neste primeiro ponto se desenvolvem uma série de atividades fundamentais às comunidades oficiais, essencialmente na própria estrutura organizacional entre os entes voluntários que atuam nos programas, como também no que concerne aos processos e atividades internas e externas por meio da elaboração e execução de

planos e hierarquias de trabalho (National Main Street Center, c.2023; Means, 2021; Robertson, 2004; Yildirim Esen, 2006). A partir deste contexto, o programa *Main Street America* estabelece três simples passos para se dar início ao ponto *Organization* (Figura 25):

Figura 25. Os três passos iniciais: *Organization*



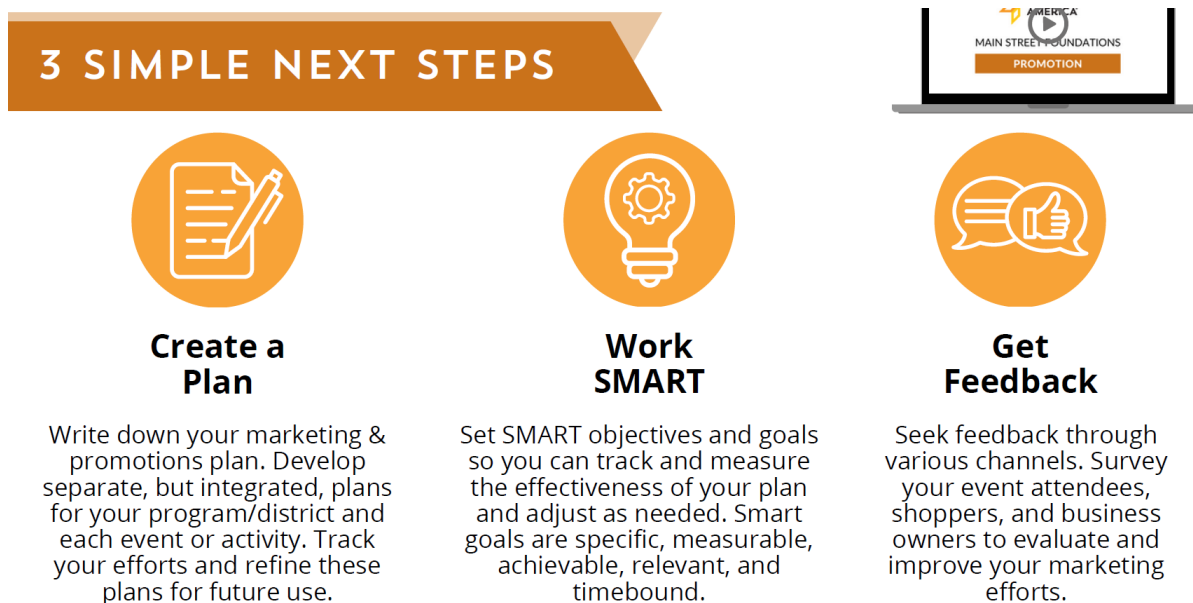
Fonte: National Main Street Center, c.2023, [n.p.].

A “Vitalidade/reestruturação econômica” foca nos incentivos capitais e em diferentes ferramentas para assistir os novos e/ou já existentes comércios. Neste ponto, tem-se como objetivo principal o fortalecimento dos ativos econômicos já existentes das comunidades oficiais, enquanto se promove a diversificação das atividades-base. Para além, ainda parte do princípio de converter os espaços antes sem uso ou subutilizados em locais economicamente produtivos, aumentando a rentabilidade local, promovendo novos empregos e a circulação do capital social e financeiro, aplicando, em muitos casos, recursos públicos e/ou privados e incentivos fiscais (Castriota, 2009; National Trust for Historic Preservation, 2014; Means, 2021; Robertson, 2004; Yildirim Esen, 2006). Para tanto, assim como na “Organização”, o *Main Street America* estabelece três passos iniciais para o *Economic Vitality* (Figura 26):

Figura 26. Os três passos iniciais: *Economic Vitality*

Fonte: National Main Street Center, c.2023, [n.p.].

A “Promoção”, por sua vez, conjuga iniciativas de divulgação e criação de uma imagem positiva e promissora entorno das comunidades oficiais que integram o *Main Street America*, bem como das áreas de comerciais (*main streets*) de uma maneira geral. Para tanto, neste ponto, os programas se apoiam em estratégias de *marketing* sobre os elementos e características que trazem unicidade e identidade às áreas. Dentre as estratégias de *marketing*, fazem parte a construção de planos estratégicos de promoção, o uso de campanhas promocionais voltadas às atividades comerciais, eventos e festividades, por exemplo (National Main Street Center, c.2023; National Trust for Historic Preservation, 2014; Means, 2021; Robertson, 2004; Yildirim Esen, 2006). Enquanto passos iniciais para o ponto *Promotion*, o *Main Street America* sugere (Figura 27):

Figura 27. Os três passos iniciais: *Promotion*

Fonte: National Main Street Center, c.2023, [n.p.].

E, por fim, o fator central para a pesquisa, o “Design”, que se estrutura em alavancar os aspectos visuais dessas áreas comerciais, celebrando, dentre outros diversos campos, as edificações, os espaços públicos, os passeios (calçadas) e o caráter de sua paisagem urbana comercial, muitas vezes histórica, a partir dos atributos básicos que compõem os conjuntos edificados e, por conseguinte, de seu patrimônio ambiental urbano (National Main Street Center, 2009; 2018; c. 2023; National Trust for Historic Preservation, 2014; Means, 2021; Robertson, 2004; Yildirim Esen, 2006).

Estes locais e aspectos visuais desempenham um papel fundamental na qualidade e na construção do sentido de lugar; portanto, “[b]oas práticas de design, de acordo com a filosofia *Main Street*, podem ajudar a facilitar essas qualidades” (Robertson, 2004, p. 65, tradução própria). A partir disso, o *Main Street America* estabelece e orienta como três passos iniciais no campo do Design (Figura 28):

Figura 28. Os três passos iniciais: Design



Fonte: National Main Street Center, c.2023, [n.p.].

Os projetos do ponto Design que são comuns a muitos programas Main Street incluem o início ou assistência na conclusão de um plano abrangente de desenvolvimento com provisões para o centro da cidade, desenvolvimento de melhorias abrangentes na paisagem urbana, projetos de reabilitação de edifícios, **desenvolvimento de guias de design**, desenvolvimento de ordenanças de design, construção de novas habitações, reabilitação de habitações existentes, desenvolvimento de novos escritórios, reabilitação de escritórios existentes, desenvolvimento de regulamentações para estacionamento, desenvolvimento de planos de estacionamento e programas de gestão, construção de garagens de estacionamento, desenvolvimento de guias e/ou regulamentações de sinalização, programas de melhoria de sinalização, e promover o desenvolvimento dos pisos superiores de edifícios comerciais, tanto para fins habitacionais como outros usos (Yildirim Esen, 2006, tradução e grifo próprios).

Ao se tratar das estratégias utilizadas dentro do ponto “Design” (*design-focused tools* – Figura 28), em muitos casos, os programas se apoiam no instrumento Guia de Design (*Design Guidelines* ou *Design Guide*) a fim de direcionar os comerciantes, proprietários e a comunidade local, em como desenvolver intervenções claras e objetivas, promovendo a gestão e conservação da paisagem urbana através da manutenção dos atributos básicos do conjunto que definem seu caráter, compatibilizando uma salvaguarda a longo prazo das *main streets* e atribuindo uma responsabilidade coletiva de conservação e preservação destes patrimônios ambientais urbanos às diferentes esferas sociais (Caruso *et al.*, 2013; National Main Street Center, 2018; Yildirim Esen, 2006). “*Designing* uma comunidade atraente pode ser realizada em diversos níveis, desde a aplicação de Guias de Design para edifícios

históricos até a promoção de educação para os comerciantes locais sobre a prática do design e projetos de qualidade” (Caruso *et al.*, 2013, p. 6, tradução própria).

Tais fatos corroboram para validação do instrumento escolhido como objeto de pesquisa no presente trabalho, uma vez que, no programa *Main Street America* – e em outros programas e localidades no mundo –, apresenta-se o Guia de Design como um instrumento efetivo para se lidar com a conservação integrada do caráter da paisagem urbana sob uma conduta contextual para com as especificidades de cada localidade/paisagem para a qual o Guia irá incidir.

Para sustentar e apoiar a abordagem quatro-pontos, o *Main Street America* ainda estabelece os *Eight Principles* (Quadro 7), os quais correspondem aos oito princípios da filosofia *Main Street* que orientam as estratégias a serem implementadas nos pontos do *Four-Point Approach*.

Quadro 7. Os oito princípios do *Main Street America*

Oito Princípios	
Princípio	Significado
Abrangência <i>Comprehensive</i>	Não existe nenhum projeto isolado ou único foco – como dispendiosas melhorias públicas, recrutamento de empresas de renome ou eventos promocionais intermináveis – que possa “dar conta do recado”, isto é, que possa reabilitar as <i>main streets</i> . Para uma reabilitação bem-sucedida e de longo prazo, é essencial uma abordagem abrangente e multifacetada que aplique todos os quatro pontos.
Progressividade <i>Incremental changes</i>	Os programas das comunidades oficiais começam com pequenos projetos e atividades simples, cujos resultados conduzem a uma compreensão mais sofisticada do processo de reabilitação e ajudam a desenvolver competências e atividades mais complexas, captar novos recursos e implementar projetos mais ambiciosos.
Autoajuda <i>Self-help</i>	Os líderes locais devem ter vontade e desejo de mobilizar recursos locais, uma vez que a salvaguarda recai a nível local, o que significa convencer os <i>stakeholders</i> tanto do âmbito público quanto do privado que seus investimentos serão recompensados e reinvestidos na <i>main streets</i> – “o coração da sua comunidade”
Parcerias <i>Partnership</i>	Tanto o setor público como o privado têm um interesse vital nas <i>main streets</i> e, portanto, devem construir um trabalho conjunto para alcançar as metas e planos definidos, compatibilizando uma responsabilidade coletiva sob as <i>main streets</i> . Neste sentido, cada setor apresenta um papel fundamental a se desempenhar e cada um deve compreender seus pontos fortes e fracos para, assim, forjar parcerias eficazes.
Identificar e capitalizar os ativos existentes <i>Identifying and capitalizing on existing assets</i>	As <i>main streets</i> devem capitalizar os ativos que as tornam únicas. Cada localidade onde se estabelecem as comunidades oficiais tem seu contexto e qualidades específicas, como edifícios históricos distintos, comércio local e o caráter de sua paisagem urbana, por exemplo. Estes ativos locais devem servir de base para todos aspectos dos programas. Existe valor no patrimônio e na arquitetura autênticos.
Qualidade <i>Quality</i>	Enfatizar a qualidade em todos os aspectos dos programas das comunidades oficiais do <i>Main Street America</i> . Isso se aplica a todos os elementos do processo – desde o design urbano até às campanhas promocionais e programas educacionais. Este princípio se concentra na

	qualidade e não na quantidade dos projetos e atividades.
Mudanças <i>Change</i>	Dado ao histórico de degradação que acometeu as <i>main streets</i> , muitos se tornaram céticos quanto à possibilidade de mudanças positivas de recuperação local. Assim, são necessárias mudanças de atitude e de práticas para melhorar as condições atuais das <i>main streets</i> e das comunidades oficiais que atuam sobre elas para, assim, angariar apoio público e privado sob os programas. Este apoio público à mudança aumentará à medida que o programa crescer e atingir consistência em seus objetivos. “Os céticos se transformam em crentes”.
Implementação <i>Implementation</i>	Transformar e recuperar áreas comerciais leva tempo e, economicamente, pode parecer um desafio “esmagador”. Repartir essas mudanças em atividades pequenas e realizáveis, implementando-as paulatinamente, torna o processo gerenciável. E, ao demonstrar progressos frequentes e visíveis, gradualmente se constrói e fortalece o apoio comunitário. Mudanças frequentes e visíveis são um lembrete de que os esforços destinados às <i>main streets</i> estão em curso.

Fonte: Castriota, 2009; National Main Street Center, 2009, 2014, c.2023. Org. Autora.

É interessante observar a integralidade e abrangência que a abordagem do programa *Main Street America* apresenta, uma vez que os quatro pontos (Organização, Vitalidade Econômica, Promoção e Design) – apoiados pelos oito princípios – são postura simples, mas ordenadas de maneira a se articularem entre si, cujas ações se subsidiam e apoiam reciprocamente. Assim, numa visão abrangente, contextual, integrada e articulada, o *Main Street America* consolida um dos programas de recuperação de áreas comerciais mais bem sucedidos, sob uma experiência que, dentre tantas outras ferramentas, lança mão do uso dos Guias de Design neste processo de gestão, conservação e salvaguarda da paisagem urbana que compõe essas áreas.

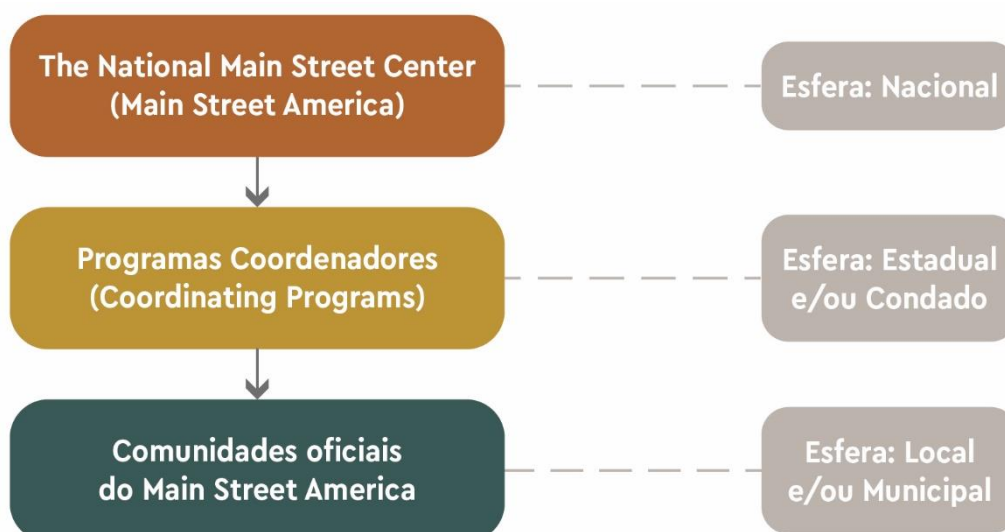
4.2.2 A estrutura organizacional

O programa *Main Street America* corresponde a uma organização que se estabelece no âmbito nacional e se estrutura associativamente entre estratégias público-privadas. Apesar de sua esfera nacional, quase todas as atividades realizadas sob nome do programa se dão em jurisdições locais e/ou municipais (Balsas, 2019; Yildirim Esen, 2006). Estas ações, por muito, são mediadas por programas intermediários entre ambos, isto é, programas que se organizam sob o âmbito estadual. Em vista disso, a estrutura organizacional do *Main Street America* pode ser compreendida a partir de dois polos, adotados aqui como “esfera territorial” e “esfera de atuação”.

Partindo da esfera territorial, os programas que compõem o *Main Street*

America, como já demonstrado, podem ser subdivididos nos três âmbitos federativos: (1) nacional, (2) estadual e/ou condado e (3) municipal e/ou local (Figura 29). A nível nacional, tem-se o próprio *The National Main Street Center* – atuante sob o nome fantasia de *Main Street America*. Na esfera estadual e/ou condado, por sua vez, enquadram-se os Programas Coordenadores (*Coordinating Programs*). Por fim, no âmbito local e/ou municipal, têm-se as comunidades oficiais que integram o *Main Street America* e que apresentam uma atuação primária sob as *main streets* cujas atividades desenvolvidas se estruturam segundo a filosofia e lógica da abordagem quatro-pontos.

Figura 29. Estrutura organizacional do *Main Street America*: esfera territorial



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No que concerne às comunidades oficiais estabelecidas na esfera local/municipal, estas se subdividem em dois níveis de vínculo: os Programas Filiados (*Affiliate*) e os Programas Credenciados (*Accredited*) (Figura 30). Este fato se dá em decorrência do processo de designação que as comunidades passam para se tornarem um programa *Main Street*. Neste sentido, após realizado o processo de designação – coordenado, em sua maioria, pelos *Coordinating Programs* –, sendo a comunidade inscrita e reconhecida como um programa oficial, esta passa a integrar o nível inicial-introdutório dentro do *Main Street America*, sendo identificada enquanto um Programa Filiado. Anualmente, os programas desta esfera territorial são (re)avaliados por padrões de desempenho – *National Accreditation Standards of Performance* –, neste processo, as comunidades oficiais Filiadas podem solicitar sua

designação enquanto um Programa Credenciado, o qual representa o nível avançado-alto (segundo nível), caso atenda os padrões de desempenho necessários (Balsas, 2019; National Main Street Center, 2018, c.2023; Yildirim Esen, 2006).

Figura 30. Estrutura organizacional do *Main Street America*: níveis das comunidades oficiais



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Assim, os Programas Filiados (primeiro nível) são compostos por comunidades designadas (oficiais) que estão interessadas em aprender com mais profundidade sobre a abordagem da *Main Street*, explorando os recursos e estratégias da rede nacional. Com isso, os *Main Street America Affiliates* são programas ou organizações que demonstram um compromisso com suas respectivas *main streets* e com a rede na qual estão inseridas, sob a ótica de alcançar melhorias econômicas, sociais, físicas e organizacionais significativas em seu centro da cidade ou distritos comerciais. Fundamentalmente, são programas que usufruem da rede do *Main Street America*, mas com certas limitações e menor desempenho de resultados. Esses programas são elegíveis para serem Credenciados assim que atenderem a determinados padrões de desempenho. Eles também poderão permanecer Filiados se não tiverem capacidade ou forem de outra forma inelegíveis ao segundo nível das comunidades oficiais. Assim, os Programas Filiados devem se comprometer a:

1. Envolver amplamente as partes interessadas da comunidade no processo de reabilitação;
2. Trabalhar com os *stakeholders* para identificar uma visão unificada de sucesso para a comunidade

3. Identificar indicadores de sucesso apropriados;
4. Desenvolver fontes de financiamento diversificadas e sustentáveis para apoiar os seus esforços;
5. Participar de treinamentos, desenvolvimento profissional e oportunidades de networking disponíveis;
6. fortalecer a capacidade de liderança e aprofundar o conhecimento da abordagem *Main Street*;
7. Manter a adesão ao *National Main Street Center* (National Main Street Center, c.2023).

Os Programas Credenciados, por sua vez, correspondem ao *status* mais elevado de reconhecimento dentro do *Main Street America*. Esta designação exclusiva significa um compromisso com a reabilitação abrangente, o envolvimento da comunidade e a medição rigorosa dos resultados esperados e alcançados. Os programas *Main Street America Accredited* têm um histórico comprovado de planejamento, implementação e divulgação de resultados que se alinham com a abordagem *Main Street*. Assim, os Programas Credenciados devem se comprometer a:

1. Ter amplo apoio comunitário para o processo de recuperação da *main street*, com forte apoio dos setores público e privado;
2. Desenvolver visão, missão e valores relevantes para as condições da comunidade e para o estágio organizacional do programa;
3. Ter um plano de trabalho abrangente para a *main street* e para a organização do programa;
4. Possuir uma ética de preservação histórica;
5. Possuir conselho de administrativo e comitês atuantes;
6. Possuir um orçamento operacional adequado;
7. Ter um gerente de programa profissional e remunerado;
8. Realizar um programa de treinamento contínuo para funcionários e voluntários;
9. Relatar e divulgar estatísticas importantes;
10. Ser membro atual da rede *Main Street America* (National Main Street Center, c.2023).

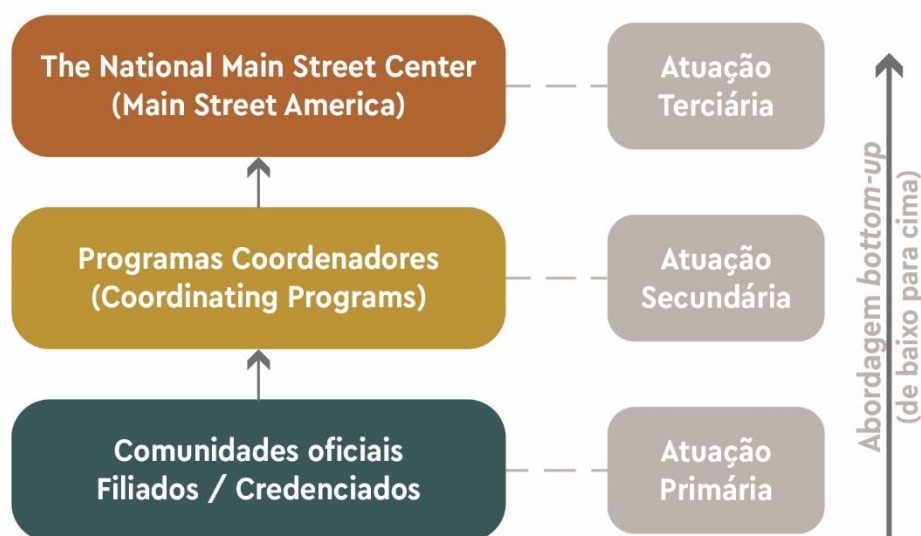
As comunidades oficiais que compõem o conjunto de programas a nível local correspondem às organizações, muitas vezes, privadas sem fins lucrativos da

sociedade civil, sendo lideradas, em sua maioria, por voluntariados engajados no movimento *Main Street* (Balsas, 2019; National Main Street Center, 2018, c.2023; Yildirim Esen, 2006).

Após identificar a estrutura organizacional por esfera territorial, e os níveis em que se enquadram as comunidades oficiais, cabe aqui compreender a organização do *Main Street America* por meio das esferas de atuação que cada organização – *National Main Street Center*, *Coordinating Programs* e *Affiliate-Accredited Programs* – apresenta nesta rede.

A partir da ótica adotada – esfera de atuação (Figura 31) –, observa-se que a estrutura organizacional do *Main Street America* se consolida por meio de uma abordagem *bottom-up* (de baixo para cima), na qual os programas que se consolidam na menor unidade federativa (comunidades oficiais na esfera local/municipal) apresentam uma atuação primária (Balsas, 2019; Means, 2021). Em contrapartida ao funcionamento das políticas de preservação que ocorrem no Brasil (*top-down*), no qual as iniciativas primárias advêm do ente Estado, nos EUA, sob enfoque o *Main Street America*, a sociedade civil organizada corresponde ao primeiro ente que se estrutura para construir iniciativas de salvaguarda de seu patrimônio ambiental urbano e sua respectiva paisagem (Cagriota, 20009; Fonseca, 2017; Miceli, Gouveia, 1985).

Figura 31. Estrutura organizacional do *Main Street America*: esfera de atuação



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

É por meio da comunidade oficial – Credenciadas e Filiadas – que as ações

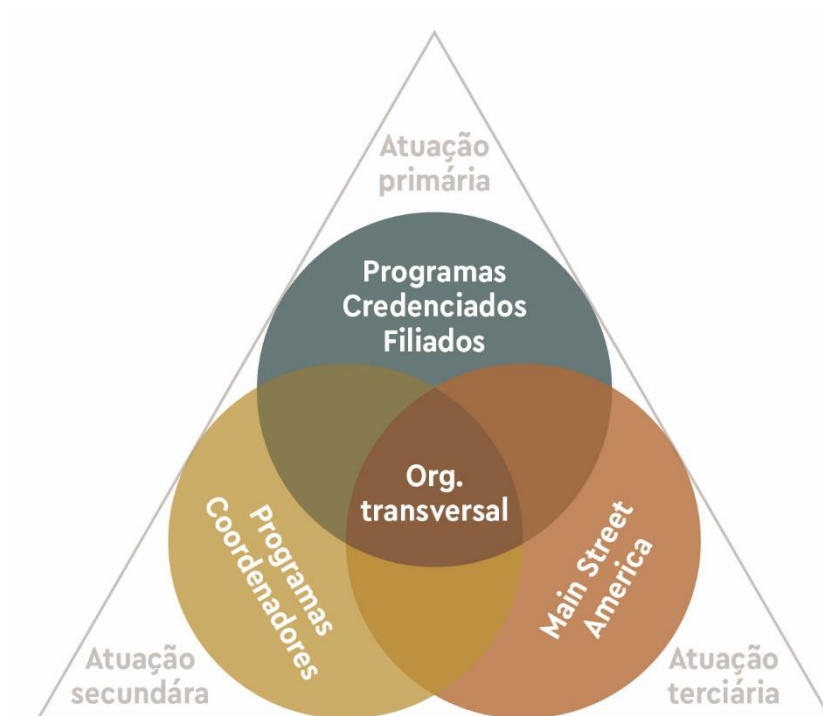
dos programas são efetivadas, cujos resultados têm implicações efetivas diretas e, muitas vezes, com provisões imediatas (resultados rápidos) sob as *main streets*. Isto se dá uma vez que é na esfera local que se constitui a complexidade e contextualidade para as quais as atividades de recuperação econômica e de gestão, conservação e salvaguarda das áreas comerciais.

São nas comunidades oficiais em que se estabelecem os comitês de trabalho, os quais se constituem a partir do *Four-point Approach*, isto é, um comitê idealizado para cada um dos pontos da abordagem (Organização, Vitalidade Econômica, Promoção e Design), e são a partir dos planos estratégicos elaborados pelos comitês, de maneira participativa, em que as ações se firmam para aquela determinada comunidade oficial e suas respectivas paisagens e patrimônios ambientais urbanos (Balsas, 2019).

Sob a ótica das esferas de atuação, neste sentido, os Programas Coordenadores apresentam uma atuação secundária, na qual suas ações reverberam diretamente sobre as comunidades oficiais – e não propriamente sobre as *main streets*. Dentre as atividades, destacam-se o intermédio e coordenação no processo de designação das comunidades para se tornarem programas oficiais do *Main Street America*, a reavaliação anual, treinamentos e apoio na consolidação da estrutura organizacional local, dentre outras atividades (National Main Street Center, 2009, 2018, c.2023).

Por fim, no que concerne às esferas de atuação, o *National Main Street Center* corresponde ao ente com menor incidência de ações diretas sob as *main street* a nível local. Em vista disso, pode-se entendê-lo sob a lógica de uma atuação terciária, mas cujos princípios e abordagens (*Eight Principles* e *Four-point Approach*) coordenam e estruturam todos os programas que o compõem de maneira nacional (Balsas, 2019; Yildirim Esen, 2006).

Em suma, a estrutura organizacional do *Main Street America* pode ser compreendida a partir de uma lógica transversal (Figura 32), na qual as esferas territorial e de atuação compatibilizam ações cujos efeitos e resultados se reverberam reciprocamente, contemplando e atingindo todos os entes que compõe o *National Main Street Center* e os usuários das *main streets*. “Um ingrediente vital para o sucesso posterior do programa Main Street: a importância de fazer parte de uma rede de apoio; de ter pessoas a quem recorrer em busca de ajuda, seja para comemorar ou apenas para desabafar” (Means, 2021, p. 17, tradução própria).

Figura 32. Estrutura organizacional do *Main Street America*: organização transversal

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5 DOS CASOS: GUIAS DE DESIGN DO MAIN STREET AMERICA

Para definir os estudos de caso, foi realizada uma pesquisa preliminar acerca do estado atual do programa *Main Street America*, sob o intuito de sistematizar os dados mais recentes no período em que a presente pesquisa se desenvolveu para, assim, localizar os Guias de Design vinculados às comunidades oficiais vigentes e para definir, com isso, os casos específicos de Guias que aqui foram aprofundados e analisados quali-quantitativamente.

5.1 *Main Street America* hoje

Anualmente, os programas vinculados ao *National Main Street Center* passam por reavaliações quanto ao cumprimento dos critérios e padrões para (re)validação – ou desativamento – de seu credenciamento ao *Main Street America*. Devido a isto, para a presente pesquisa, foi preciso adotar um ano de referência base para a construção e desenvolvimento dos levantamentos e análises.

Para tanto, os dados referentes ao ano de 2022 foram tomados como *data* base de pesquisa. Esse ano foi adotado como representante dos dados mais recentes disponibilizados pelo *Main Street America*, e suas respectivas comunidades oficiais, uma vez que as informações referentes a 2022 já se encontravam disponibilizadas em sua totalidade nas redes de pesquisa online, enquanto os dados de 2023 e 2024 – no momento em que esta pesquisa transcorreu (2022-2024) – encontravam-se parcialmente disponíveis.

Segundo dados divulgados pelo *National Main Street Center* (c.2023), em estatísticas cumulativas de 1980 a 2022, o *Main Street America* apresentou US\$ 101,58 bilhões reinvestidos provenientes de recursos privados e públicos. Neste intervalo, promoveu a reabilitação de 325.119 edificações e viabilizou a criação de 746.897 novos empregos. Só no ano de 2022, o programa apresentou (Quadro 8):

Quadro 8. Dados estatísticos de reinvestimento do *Main Street America* em 2022

2022 – Estatística de reinvestimentos	
Categorias	Total
Dólares reinvestidos	US\$ 6,25 bilhões
Edificações reabilitadas	10.688
Número de novos empregos	29.174
Ganho líquido nos comércios	US\$ 7.657
Taxa de reinvestimento*	US\$ 24,07 : 1

* A Taxa de Reinvestimento mede a quantidade de novos investimentos que ocorre, em média, para cada dólar investido. Este número não é cumulativo e representa os orçamentos de investimento e organização de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Fonte: National Main Street Center, c.2023, [n.p]. Org.: Autora.

Ressalta-se que 2022 representa o ano de retomada e recuperação das atividades comerciais presenciais após efeitos da pandemia ocasionada pela COVID-19. De acordo com Means (2021), no início de 2020, período em que se alastra a pandemia, praticamente todos os estabelecimentos comerciais se encontravam de portas fechadas, ocasionando uma crescente onda de desemprego e falência de pequenos comércios, os quais compunham maior parte do setor terciário das *main streets*. Em vista disso, segundo a autora, poucos dias após o isolamento compulsório que acometera os EUA neste período – e grande parte do mundo – o *National Main Street Center (Main Street America)* interrompe a conferência de celebração de aniversário de 40 anos e, prontamente, volta-se à produção de conferências online, materiais de instrução e demais publicações, para assistir às comunidades oficiais – que compõem esse programa a nível nacional – a se adaptarem, numa tentativa de ajudar as “organizações a manterem o coração das comunidades batendo” (Means, 2021, p. 51, tradução própria), fortalecendo as redes de apoio entre as comunidades oficiais.

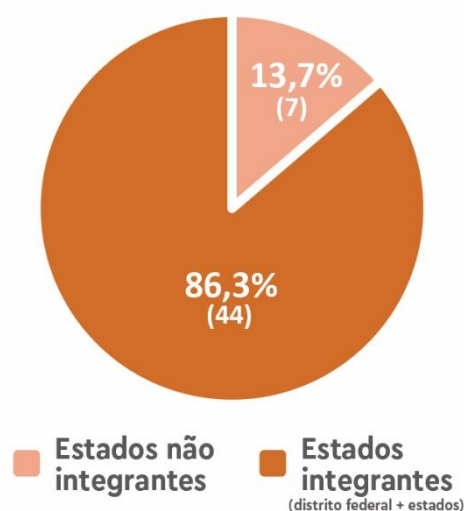
A partir disso, observa-se que, apesar das intercorrências proporcionadas pelo isolamento social, as comunidades oficiais do *Main Street America* apresentaram uma rápida recuperação e reinvestimento para retomada das atividades, assim como a construção de novos meios (online e físicos) para se promover o comércio das chamadas *main streets*.

Dentre as estatísticas de reinvestimentos (Quadro 8), constam os valores que contabilizam os programas e comunidades oficiais ativas que integram o *Main Street America* no ano de 2022²⁷. Os programas ativos, por sua vez, distribuem-se no distrito

²⁷ Ano de referência base adotado – 2022 – a fim de se definir estudos de caso de programas ativos e

federal do país e em 43 dos 50 estados que compõem os EUA, totalizando 44 localidades (Gráfico 1). Portanto, os estados²⁸ participantes, considerando o distrito federal, são: Alabama (AL); Alaska (AK); Arkansas (AR); Califórnia (CA); Colorado (CO); Connecticut (CT); Delaware (DE); Distrito de Colúmbia (DC); Florida (FL); Georgia (GA); Idaho (ID); Illinois (IL); Indiana (IN); Iowa (IA); Kansas (KS); Kentucky (KY); Louisiana (LA); Maine (ME); Maryland (MD); Massachusetts (MA); Michigan (MI); Minnesota (MN); Mississippi (MS); Missouri (MO); Montana (MT); Nebraska (NE); Nevada (NV); New Jersey (NJ); New Mexico (NM); North Carolina (NC); Ohio (OH); Oklahoma (OK); Oregon (OR); Pennsylvania (PA); South Carolina (SC); Tennessee (TN); Texas (TX); Utah (UT); Vermont (VT); Virginia (VA); Washington (WA); West Virginia (WV); Wisconsin (WI); e, Wyoming (WY).

Gráfico 1. Quantidade de estados dos EUA participantes do *Main Street America*



Fonte: National Main Street center, c.2023. Elaborado pela autora, 2023.

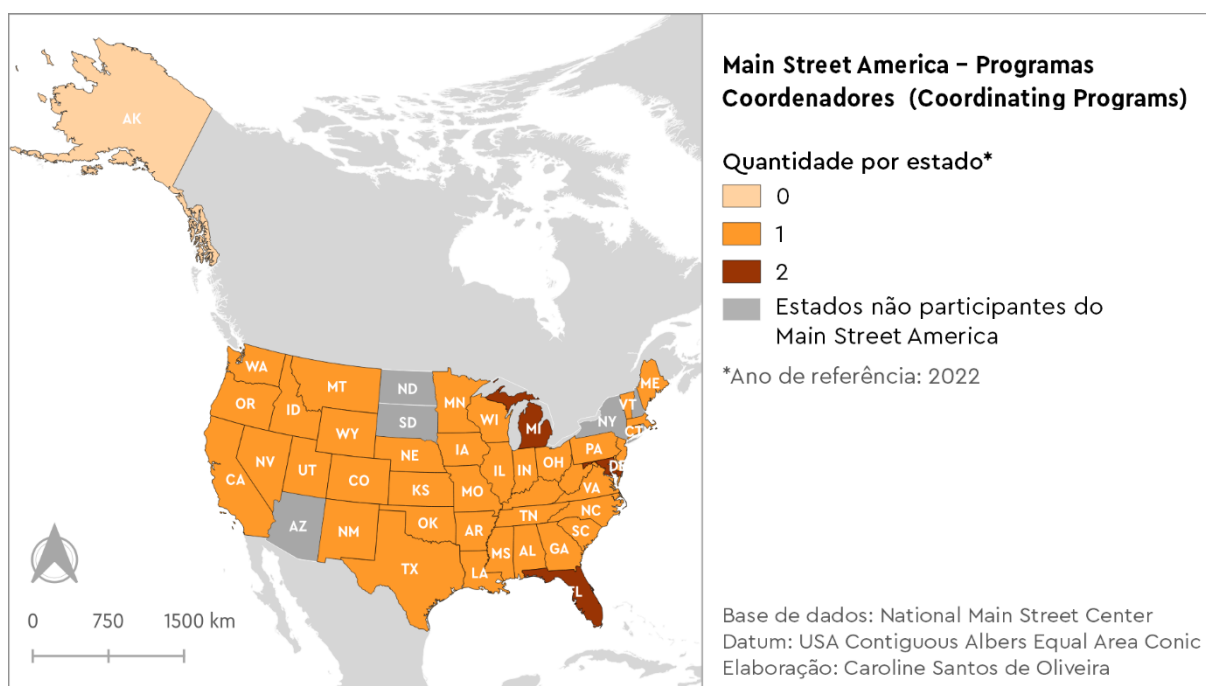
Concomitante a esse levantamento, a partir da técnica de “Pesquisa Documental”, também foi levantado e mapeado todos os programas e comunidades oficiais vigentes e ativos no ano em questão. Assim, no que concerne aos *Coordinating Programs* – Programas Coordenadores – (Figura 33), totalizam-se 46 programas, distribuídos em 44 estados (distrito federal e 43 estados) participantes do *Main Street America*. Os estados Florida (FL), Maryland (MD) e Michigan (MI), contemplam dois

vigentes no tempo presente em que a pesquisa se desenvolveu.

²⁸ Nas figuras, mapas, quadros e conteúdo que seguem na presente pesquisa, o Distrito de Colúmbia será considerado como “estado” apenas para fins de representação gráfica e linguística. Reconhece-se, aqui, que este corresponde ao distrito federal do país.

Programas Coordenadores cada, sendo, nos três casos, um destinado ao estado como um todo e outro destinado a uma determinada área influente, como a cidade de Orlando (FL), de Baltimore (MD) e o condado de Oakland (MI).

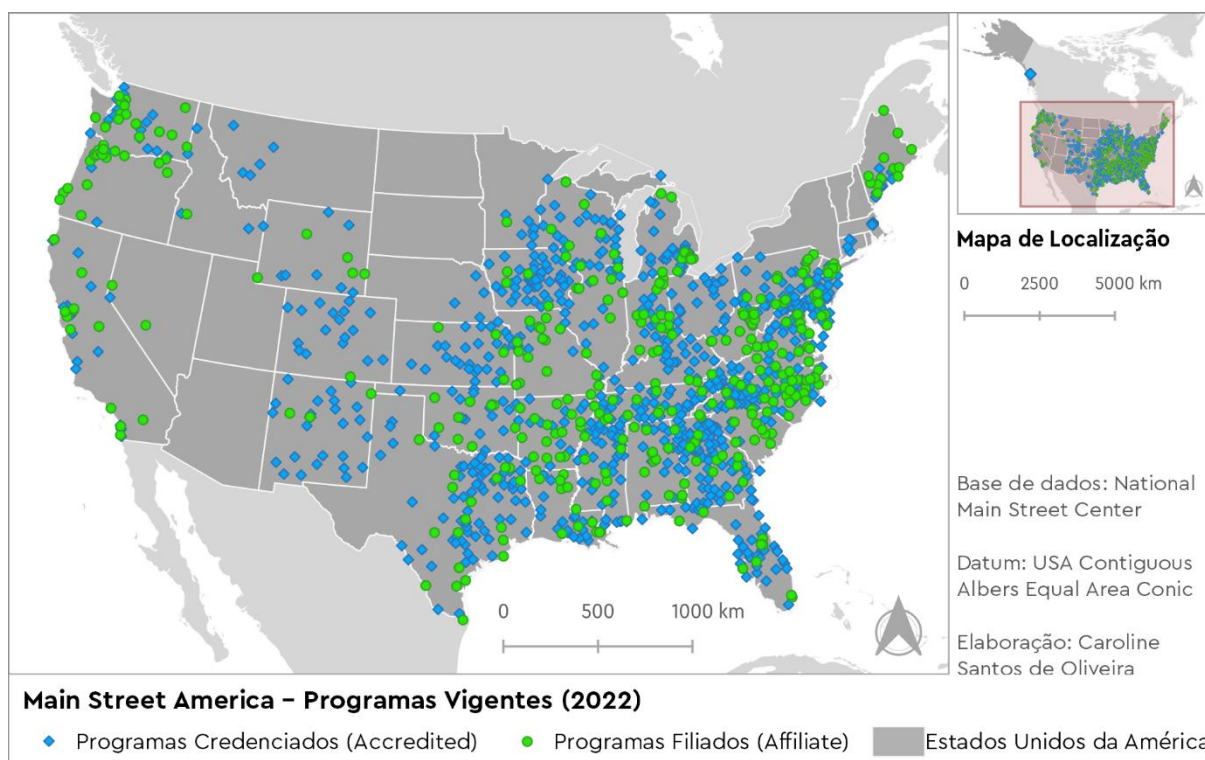
Figura 33. Mapeamento dos Programas Coordenadores vigentes no ano de 2022 por estado



Fonte: National Main Street center, c.2023. Elaborado pela autora, 2023.

O estado do Alaska (AK), por sua vez, não apresenta nenhum *Coordinating Program* nos anos em que a presente pesquisa transcorreu. Este fato se dá pelo recém ingresso da cidade Juneau (AK) como o primeiro programa Credenciado do Alaska em 2019. No ano de 2022, as comunidades oficiais do *Main Street America* – programas Filiados e Credenciados – totalizaram 1247 comunidades ativas, as quais foram mapeadas na Figura 34, como também sistematizadas no Quadro 35 e Quadro 36 presentes no Apêndice A.

Figura 34. Mapeamento dos programas e comunidades oficiais vigentes no ano de 2022

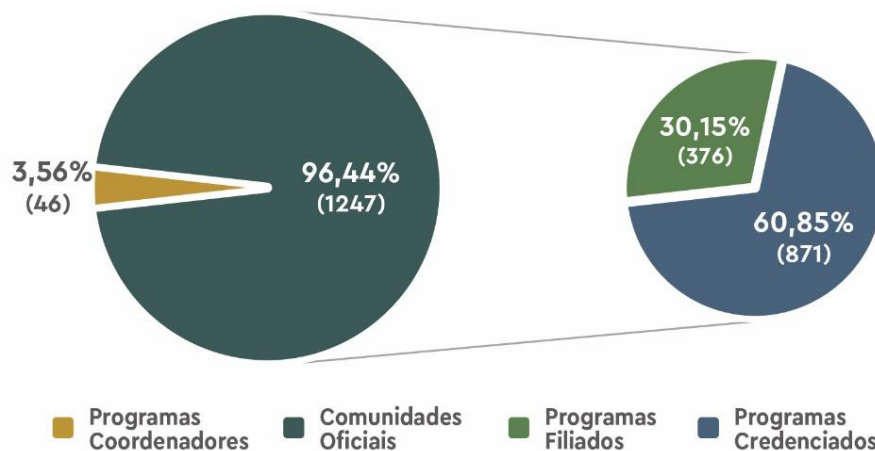


Fonte: National Main Street center, c.2023. Elaborado pela autora, 2023.

A partir do levantamento, observa-se uma concentração de programas nos estados próximos à costa leste do país, isto é, próximos à costa atlântica dos Estados Unidos. Esta constatação, quando cruzada com a história de surgimento do movimento preservacionista estadunidense, reforça o papel que sociedade civil organizada local teve – e tem – no país quando em enfoque a preservação e conservação patrimonial.

Em números, os programas Filiados – *Affiliate* – representam aproximadamente 30,15% das comunidades oficiais, enquanto os programas Credenciados – *Accredited* – contabilizam cerca de 60,85%. Tal fato se dá em decorrência da estrutura organizacional do *Main Street America*, uma vez que os Filiados representam o Nível 1 (inicial) dentro do programa e, posteriormente, após contemplar os critérios e padrões de “qualidade”, avançam para uma comunidade Credenciada (Nível 2 – avançado). Com isso, considerando os 46 Programas Coordenadores (esfera estadual e/ou condado) e as 1247 comunidades oficiais (esfera local e/ou municipal), o *Main Street America* é composto por um total de 1293 programas (Gráfico 2)

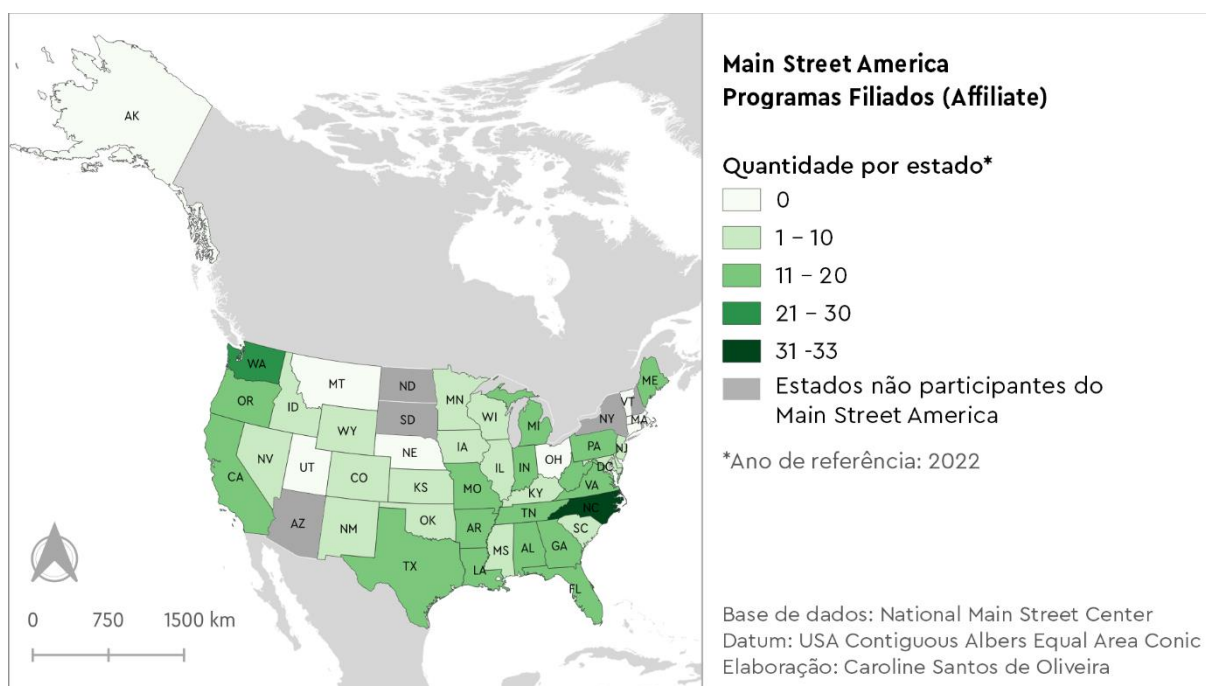
Gráfico 2. Quantidade de Programas vigentes do *Main Street America* no ano de 2022



Fonte: National Main Street center, c.2023. Elaborado pela autora, 2023.

Dentre os programas de Nível 1 (Filiados – *Affiliate*), contemplam-se 376 comunidades oficiais, distribuídas em 36 estados, dentre os 44 participantes do *Main Street America* (Figura 35). Os estados de Carolina do Norte (NC) e Washington (WA) correspondem aos que apresentam maior número de comunidades de Nível 1, sendo 33 e 22 respectivamente.

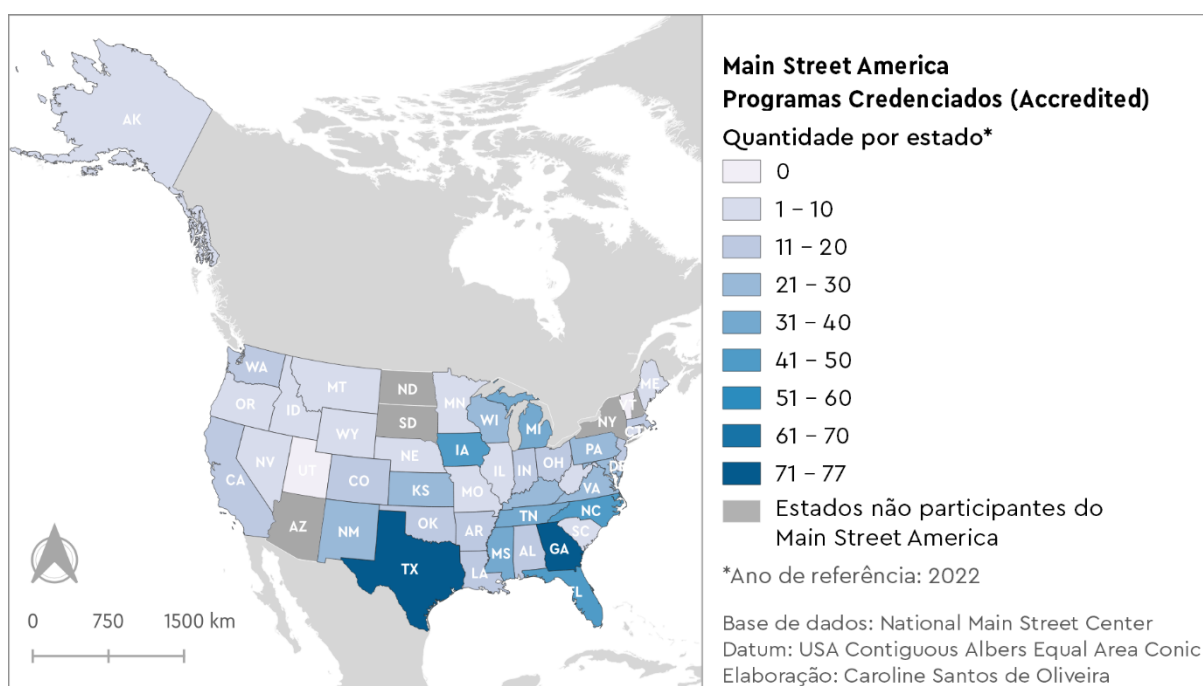
Figura 35. Mapeamento dos programas Filiados vigentes no ano de 2022 por estado



Fonte: National Main Street center, c.2023. Elaborado pela autora, 2023.

Já os programas Credenciados, correspondentes ao Nível 2 (avançado) dentro do programa nacional, totalizam 871 comunidades oficiais disseminadas por entre 42 estados dentre os 44 participantes do *Main Street America* (Figura 36). Os estados Georgia (GA) e Texas (TX) correspondem àqueles com maior número de comunidades oficiais, sendo 77 e 71 respectivamente.

Figura 36. Mapeamento dos programas Credenciados vigentes no ano de 2022 por estado



Fonte: National Main Street center, c.2023. Elaborado pela autora, 2023.

Sistematizando as informações mapeadas em um quadro quantitativo, tem-se (Quadro 9):

Quadro 9. Quantidade de programas do *Main Street America* vigentes por estado no ano de 2022

2022 – Quantidade de programas do <i>Main Street America</i>				
Id.	Estado	Qntd. Programas Coordenadores	Qntd. Programas Filiados (Nível 1)	Qntd. Programas Credenciados (Nível 2)
1	Alabama	1	13	15
2	Alaska	0	0	1
3	Arkansas	1	18	16
4	Califórnia	1	12	16
5	Colorado	1	1	17
6	Connecticut	1	0	4
7	Delaware	1	7	4

8	Distrito de Colúmbia*	1	7	21
9	Florida	2	12	45
10	Georgia	1	14	77
11	Idaho	1	1	5
12	Illinois	1	8	10
13	Indiana	1	17	15
14	Iowa	1	5	48
15	Kansas	1	4	26
16	Kentucky	1	3	22
17	Louisiana	1	14	20
18	Maine	1	12	10
19	Maryland	2	3	28
20	Massachusetts	1	0	20
21	Michigan	2	11	33
22	Minnesota	1	2	10
23	Mississippi	1	9	38
24	Missouri	1	16	7
25	Montana	1	0	5
26	Nebraska	1	0	5
27	Nevada	1	2	1
28	New Jersey	1	6	18
29	New Mexico	1	3	27
30	Carolina do Norte	1	33	45
31	Ohio	1	0	18
32	Oklahoma	1	10	16
33	Oregon	1	18	5
34	Pennsylvania	1	11	25
35	Carolina do Sul	1	10	5
36	Tennessee	1	11	39
37	Texas	1	19	71
38	Utah	1	0	0
39	Vermont	1	0	0
40	Virginia	1	15	25
41	Washington	1	22	15
42	West Virginia	1	15	9
43	Wisconsin	1	7	27
44	Wyoming	1	5	7
Total		46	376	871

* Distrito federal dos EUA

Fonte: National Main Street center, c.2023. Elaborado pela autora, 2023. Org.: Autora, 2023.

A partir do mapeamento dos programas existentes e a sistematização da quantidade de comunidades oficiais vigentes no ano de 2022, foi realizado o

levantamento dos Guias de Design de cada programa, quando existentes, a fim de se identificar padrões e/ou similaridades que possibilitassem a criação dos requisitos de “filtragem” e, assim, definir os casos a serem aprofundados na pesquisa.

Neste processo, em decorrência grande número de programas existentes (46 *Coordinating Programs* e 1247 comunidades oficiais), adotaram-se algumas ferramentas e técnicas de pesquisa online avançadas para se captar os dados necessários, uma vez que o presente trabalho transcorre sobre as informações constantes em documentos, dados e fontes secundárias e primárias disponibilizados online.

Aqui, consideram-se fontes online aquelas disponíveis em “rede aberta”, através de navegadores da *web*²⁹, portais de busca hospedados por estes³⁰ e os sites específicos de cada comunidade oficial do programa *Main Street*, assim como “redes diretas”, as quais correspondem ao contato estabelecido com as entidades via *e-mail*, como no caso de solicitações para acessar documentos oficiais do *Main Street America* e seus programas vigentes no ano de 2022.

No que concerne às ferramentas e técnicas de pesquisa utilizadas para os dados coletados em “rede aberta”, acerca dos Guias de Design existentes, destacam-se os chamados *search operators* ou *query operators* que correspondem aos comandos avançados específicos realizados diretamente junto à barra de pesquisa. Dentre os principais, ressalta-se o uso de palavras combinadas, busca de termo específico dentro dos sites oficiais dos programas vinculados ao *Main Street America* e busca de palavras específicas no título e corpo do texto das páginas (Quadro 10).

²⁹ Dentre as predominantes redes *web* de pesquisa utilizadas, destacam-se: Google, Yahoo e Bing.

³⁰ Quanto aos principais portais de pesquisa, ressaltam-se: Portal Capes, *Getty Library Catalog*, SciELO, E-Journals, Google Acadêmico, repositórios de universidades e, quando existentes, portais de pesquisa das comunidades oficiais do *Main Street America*.

Quadro 10. *Search Operators* utilizados para localização dos Guias de Design disponíveis em rede aberta

Search Operators		
Palavras combinadas	Comando	Exemplo
<i>Design Guidelines, Main Street</i> e nome do estado, cidade e/ou local específico	"palavra"+ "palavra"+ "palavra"	"Design Guidelines"+"Main Street"+"Iowa"
<i>Design Guide, Main Street</i> e nome do estado, cidade e/ou local específico		"Design Guide"+"Main Street"+"Orlando"
<i>Guidelines, Main Street</i> e nome do estado, cidade e/ou local específico		"Guidelines"+"Main Street"+"Boston"
Termos específicos em site	Comando	Exemplo
<i>Design</i>	Termo site: [link do site específico dos programas do <i>Main Street America</i>]	Design site: https://www.iowaeda.com/main-street-iowa/
<i>Design Guide</i>		Design Guide site: www.gardinermainstreet.org
<i>Design Guidelines</i>		Design Guidelines site: www.moultriega.com
<i>The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties</i>		The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties site: http://www.heritageohio.org/
Palavras específicas no título da página	Comando	Exemplo
<i>Design</i>	Intitle: [palavra]	Intitle:Design
<i>Guide</i> e/ou <i>Guidelines</i>		Intitle:Guide
<i>Standards</i> e/ou <i>Interior's Standards</i>		Intitle:Standards
Palavras específicas no corpo do texto da página	Comando	Exemplo
<i>Design</i>	Intext: [palavra] Ou Allintext: [palavra]	Intext:Design
<i>Guide</i> e/ou <i>Guidelines</i>		Allintext:Guide
<i>Standards</i> e/ou <i>Interior's Standards</i>		Intext:Standards

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A partir de tais técnicas e ferramentas de pesquisa, observou-se, junto aos resultados encontrados, a existência de três padrões que se repetem ao longo de todos os programas vigentes do *Main Street America*, sendo, portanto, o elemento de "filtragem" definido para a escolha dos estudos de caso da presente pesquisa. Esses padrões se associam diretamente com a esfera territorial (nacional, estadual/condado e/ou local/municipal) ao qual o Guia de Design incide, fato que se relaciona diretamente com estruturação organizacional do *Main Street America*:

(1) Os programas do *Main Street America* orientam a utilização do *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings*, o qual é resultante de trabalhos realizados pelo Departamento do Interior

dos EUA e pelo *National Park Service*, e funcionam similarmente às diretrizes e orientações presentes em um Guia de Design (Fisher, 1998). Este primeiro “padrão” corresponde à esfera nacional, no qual as comunidades oficiais (programas vigentes do *Main Street America*) não apresentam Guia de Design a nível estadual/condado, nem local/municipal. Assim, o “Padrão 1” estudado e aprofundado na presente pesquisa corresponde ao *The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings* que têm implicações diretas sob a conservação do caráter da paisagem urbana.

(2) Já o segundo padrão corresponde a um padrão no qual existem e se utilizam tanto um Guia de Design geral, destinado à esfera estadual/condado, quanto um Guia específico local/municipal das comunidades oficiais. Neste padrão, os *Coordinating Programs* – Programas Coordenadores – disponibilizam e elaboram um Guia de Design geral para que as comunidades oficiais do *Main Street America* façam uso e se apropriem do instrumento juntamente às suas especificidades locais.

(3) O terceiro, por sua vez, destina-se à análise de Guias de Design elaborados para a esfera local/municipal. Aqui, pesquisou-se casos nos quais não exista um Guia geral destinado ao estado/condado, havendo, portanto, apenas aquele elaborado e aplicado na comunidade oficial do *Main Street America* ao qual pertence.

Com isso, o presente trabalho utilizou um caso de cada padrão identificado, possibilitando realizar uma investigação dos três padrões constatados e suas respectivas (inter)relações, numa tentativa de se alcançar os objetivos geral e específicos já apresentados. Esses padrões podem ser identificados a partir do Quadro 11, no qual consta a síntese da existência – ou não – de um, ou mais, Guia de Design por programa na esfera federal (*The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic*), estadual, local e/ou municipal.

Quadro 11. Síntese do levantamento dos Guias de Design vinculados ao *Main Street America*

Estado	Programa Coordenador	Orienta a utilização do Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties?	Tem um, ou mais, Guia de Design vinculado a um Programa Coordenador (esfera estadual)?	Tem um, ou mais, Guia de Design vinculado a uma Comunidade Oficial (esfera local e/ou municipal)?
Alabama	<i>Main Street Alabama</i>	Sim	Sim	Sim
Alaska	Não há	Não	Não	Não
Arkansas	<i>Main Street Arkansas</i>	Não	Não	Não
California	<i>California Main Street</i>	Não	Não	Sim
Colorado	<i>Colorado Main Street Program</i>	Sim	Não	Sim
Connecticut	<i>Connecticut Main Street Center</i>	Sim	Não	Sim
Delaware	<i>Delaware on Main</i>	Sim	Sim	Sim
Distrito de Columbia*	<i>DC Main Streets</i>	Sim	Não	Sim
Florida (A)	<i>Florida Main Street Program</i>	Sim	Não	Sim
Florida (B)	<i>Orlando Main Streets</i>	Não	Não	Sim
Georgia	<i>Georgia Main Street</i>	Sim	Não	Sim
Idaho	<i>Idaho Main Street Program</i>	Sim	Não	Não
Illinois	<i>Illinois Main Street</i>	Sim	Não	Sim
Indiana	<i>Indiana Main Street</i>	Sim	Não	Sim
Iowa	<i>Main Street Iowa</i>	Sim	Sim	Sim
Kansas	<i>Kansas Main Street</i>	Não	Sim	Sim
Kentucky	<i>Kentucky Main Street Program</i>	Sim	Sim	Sim
Louisiana	<i>Louisiana Main Street</i>	Não	Sim	Sim
Maine	<i>Maine Downtown Center</i>	Sim	Não	Sim
Maryland (A)	<i>Baltimore Main Street</i>	Não	Não	Não
Maryland (B)	<i>Main Street Maryland</i>	Não	Não	Sim
Massachusetts	<i>Boston Main Streets</i>	Sim	Sim	Sim
Michigan (A)	<i>Main Street Oakland County</i>	Sim	Não	Sim
Michigan (B)	<i>Michigan Main Street Center</i>	Sim	Sim	Sim
Minnesota	<i>Minnesota Main Streets</i>	Sim	Não	Sim
Mississippi	<i>Mississippi Main Street Association</i>	Não	Sim	Sim
Missouri	<i>Missouri Main Street Connection</i>	Sim	Não	Sim

Montana	<i>Montana Main Street Program</i>	Não	Não	Sim
Nebraska	<i>Nebraska Main Street Network, Inc.</i>	Não	Não	Sim
Nevada	<i>Nevada Main Street Program</i>	Não	Não	Sim
New Jersey	<i>Main Street New Jersey</i>	Sim	Sim	Sim
New Mexico	<i>New Mexico Main Street</i>	Sim	Não	Sim
North Carolina	<i>NC Main Street & Rural Planning Center</i>	Sim	Não	Sim
Ohio	<i>Ohio Main Street Program</i>	Sim	Não	Sim
Oklahoma	<i>Oklahoma Main Street Center</i>	Sim	Sim	Sim
Oregon	<i>Oregon Main Street</i>	Sim	Não	Sim
Pennsylvania	<i>Pennsylvania Downtown Center</i>	Sim	Não	Sim
South Carolina	<i>Main Street South Carolina</i>	Sim	Não	Sim
Tennessee	<i>Tennessee Main Street Program</i>	Não	Não	Sim
Texas	<i>Texas Main Street Program</i>	Sim	Não	Sim
Utah	<i>Utah Governor's Office of Economic Development</i>	Não	Não	Não
Vermont	<i>Vermont Downtown Program</i>	Sim	Não	Não
Virginia	<i>Virginia Main Street Program</i>	Sim	Não	Sim
Washington	<i>Washington Main Street Program</i>	Sim	Não	Sim
West Virginia	<i>Main Street West Virginia</i>	Não	Não	Sim
Wisconsin	<i>Wisconsin Main Street Program</i>	Não	Não	Sim
Wyoming	<i>Wyoming Main Street</i>	Não	Não	Sim

* Distrito federal dos EUA

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

5.2 Dos casos

A partir dos levantamentos e pesquisas realizadas acerca dos dados atuais do *Main Street America*, como já apontado, optou-se por adotar como casos oficiais de pesquisa Guias de Design representantes de cada um dos três padrões identificados (passíveis de localização por meio do Quadro 11).

Neste sentido, toma-se como casos oficiais:

Padrão 1 – esfera nacional: *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings*, o qual funciona similarmente às diretrizes e orientações presentes em um Guia de Design.

Padrão 2 – Guia de Design geral, destinado à esfera estadual/condado, e Guia específico a nível local/municipal: estado de Iowa, com o Guia “*Downtown Design Guide*” (Main Street Iowa, [2022?]), e o *Design Guidelines* da cidade de Marion (Uptown Marion, 2014).

Para definição dos Guias de Design do Padrão 2, utilizaram-se três parâmetros base de filtragem. O primeiro fator corresponde ao enquadramento do Guia ao requisito identificado para o Padrão 2, contemplando a existência de um Guia para a esfera estadual e outro a nível local, viabilizando um aprofundamento em casos que apresentem ligações e intersecções diretas em detrimento das escalas de atuações a que objetivam incidir. A partir disso, localizaram-se 11 estados passíveis de análise, como pode ser observado no Quadro 11. O segundo parâmetro, por sua vez, consiste na qualidade documental, na qual os fatores de legibilidade, qualidade gráfica e textual, e complexidade compositiva (capítulos e diretrizes) foram base para o refinamento dos Guias, reduzindo a amostragem de 11 estados para quatro; a saber: Iowa, Kansas, New Jersey e Oklahoma. Por fim, o último fator de filtragem corresponde à disponibilidade de bibliografias e dados que subsidiem o aprofundamento no caso. Em vista disso, definiu-se o Guia de Design geral do estado de Iowa como base do estudo de caso, sendo o Guia para cidade de Marion o correspondente à esfera local/municipal para investigação do Padrão 2.

Padrão 3 – Guia de Design na esfera local/municipal: cidade de Clawson, Michigan, com o Guia “*Clawson Design Guidelines Handbook*” (Downtown Clawson, [2018?]); e, cidade Clovis, Novo México, com o Guia “*Livability Design Guidelines for Clovis, New Mexico*” (New Mexico Main Street Program, 2007).

Para definição dos Guias de Design do Padrão 3, utilizaram-se quatro parâmetros base de filtragem. O primeiro fator corresponde ao enquadramento do Guia ao requisito identificado para o Padrão 3, isto é, ser um Guia de Design destinado à esfera local cujo estado/condado correspondente não apresente um Guia geral que o contemple. A partir desse fator, elencaram-se 79 Guias de Design. O segundo parâmetro, por sua vez, consiste na qualidade documental. Para este “filtro”, questões

como legibilidade, qualidade gráfica e textual, e complexidade compositiva (capítulos e diretrizes) foram base para o refinamento dos Guias, reduzindo a amostragem de 79 para 33 casos. Já o terceiro fator de filtragem corresponde à bibliografia disponível, seja a partir de fontes secundárias, seja a partir dos sites das comunidades oficiais às quais o Guia de Design integra. Por este filtro, reduziu-se as 33 opções para 11.

Por fim, o último parâmetro de escolha consiste na disponibilidade de imagens do *Street View* que permitam realizar um comparativo entre o estado da paisagem urbana local antes e após a implementação do Guia de Design à *main street* (Quadro 12). Com isso, observou-se que oito cidades apresentavam possibilidade de análise ao cruzar o ano de publicação do Guia com os anos mais antigos e recentes de imagens do *Street View* disponíveis. Para se estabelecer os casos específicos, optou-se pela escolha do programa credenciado mais antigo e o mais recente, dentre as oito opções. Diante disso, estabeleceram-se os Guias de Designs para as cidades de Marshfield (WI) e a cidade de Rawlins (WY). Para fins de pesquisa, esta escolha viabiliza a construção de dois casos comparativos entre cidades com programas de idades distintas, permitindo identificar possíveis reverberações sobre os Guias de Design contemplados no Padrão 3.

Quadro 12. Parâmetros de escolha: padrão 3

Estado	Cidade	Ano de vínculo do programa	Ano de publicação do Guia de Design	Ano da imagem do Street View mais antiga	Ano da imagem do Street View mais recente
Illinois	Crystal Lake	s.i.	2009	2009	2023
Illinois	Jacksonville	1999	2021	2009	2023
Michigan	Clawson	s.i.	2018	2009	2023
Nebraska	Beatrice	1997	2017	2007	2023
New Mexico	Clovis	s.i.	2007	2007	2023
New Mexico	Lovington	s.i.	2010	2007	2023
Texas	Canton	2001	2020	2008	2023
Wisconsin	Fond du Lac	2004	2012	2007	2023
Wisconsin	Marshfield*	1990	2016 (1ª ed.) 2022 (2ª ed.)	2008	2023
Wyoming	Laramie	2005	2007	2007	2023
Wyoming	Rawlins**	2006	2012	2007	2023

* Cidade com programa credenciado mais **antigo**

** Cidade com programa credenciado mais **recente**

Fonte: Nationla Main Street Center, c.2023; Street View. Organizado pela autora, 2024.

Torna-se evidente que demais análises sobre o tema poderiam ser realizadas

a partir de outros (numerosos) materiais – Guias de Design – e, por esta razão, parte do presente trabalho intenta em contribuir para a discussão, em especial para o estado da arte no Brasil, em língua portuguesa, não cessando o amplo debate passível de ocorrer, seja através de outras organizações que utilizam o instrumento aqui discutido, seja através de um conjunto mais amplo, e distinto, de Guias de Design, subsidiado por demais parâmetros de análise.

5.2.1 Padrão 1: *Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*

Este subcapítulo se destina ao estudo de caso do Padrão 1. Em vista disso, encetando cronologicamente, após a aprovação e promulgação do NHPA, em 1966, uma gama de incentivos/subsídios, ações e instrumentos passaram a ser desenvolvidos e rapidamente colocados em prática nos EUA, especialmente através das figuras do Departamento do Interior e do NPS (agência do Governo Federal dependente do Departamento do Interior) como *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings*, com implicações diretas na conservação do caráter da paisagem urbana estadunidense.

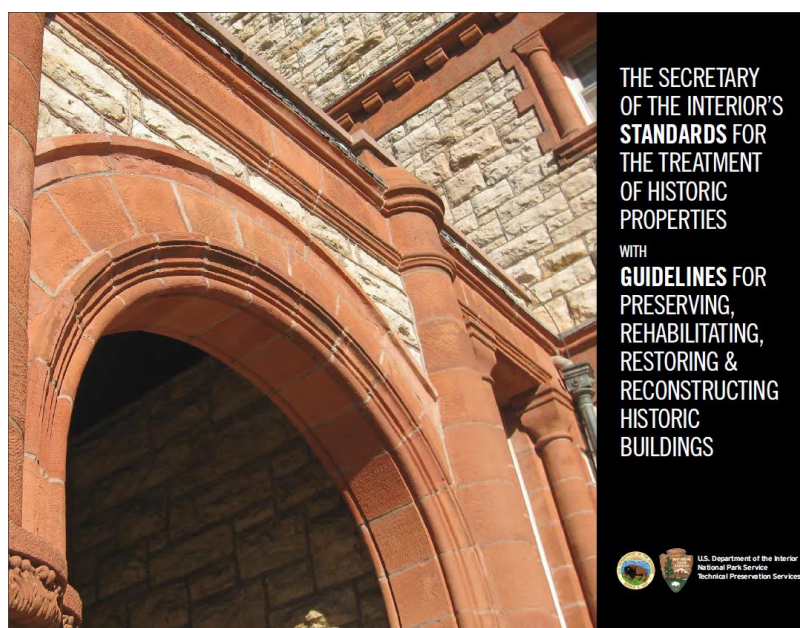
Já nos primeiros anos da década de 1970, nos EUA, iniciativas como o *Grants-in-Aid Program*, em 1971-73, *Housing and Community Development Act* e *Emergency Home Purchase Assistance Act*, de 1974, foram articulando as condições legais, fiscais, econômicas, técnicas e normativas para se atingir sua exequibilidade, fornecendo assistência federal/nacional para os proprietários de bens patrimoniais em prol de um benefício público. A partir de meados da mesma década são lançados, pelo Departamento do Interior e pelo NPS, outros programas, projetos e instrumentos (como Guias de Design), articulando-os entre si com vistas à conservação, preservação, reabilitação, restauração, reuso, dentre outras formas de se lidar com o patrimônio, em especial o de ordem material, podendo se destacar: *Preservation Project Standards*, de março de 1976; *Guidelines for Rehabilitating Old Building*, de agosto de 1976; *Tax Reform Act*, de outubro de 1976; e, *Guidelines for Rehabilitating Old Buildings: Principles to consider when planning rehabilitation and new construction projects in older neighborhoods*, de janeiro de 1977 (National Park Service, 2022).

Segundo o National Park Service (2022) e o Departamento do Interior (2017),

já nos últimos três anos da década, iniciaram-se as publicações do *Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*, já embrionado nos documentos e Guias anteriormente citados. Assim, em março de 1977, lança-se o *The Secretary of the Interior's Standards for Rehabilitation* como a oitava publicação da série de documentos já mencionados. Nele, a substituição formal do termo “Guidelines” por “Standards for Rehabilitation” correspondeu a uma adequação da linguagem para com aquela prevista nas leis de incentivo fiscal do país. Em setembro e outubro do mesmo ano, foi publicado o *The Secretary of the Interior's Standards for Rehabilitation and Guidelines for Rehabilitating Historic Buildings*, reutilizando o termo *Guidelines* em sua titulação e expandindo seu conteúdo formal. Ainda, nessa mesma publicação, o documento foi produzido articulando-o com os códigos e regulamentações federais, uma vez que passou a ser requisito fundamental para que proprietários(as) pudessem receber os subsídios do programa de Incentivos Fiscais à Preservação Histórica (*Federal Historic Preservation Tax Incentives*). De 1977 até 2019, o documento sofreu uma série de atualizações e expansões, além de serem lançadas edições específicas que versam sobre temas como sustentabilidade, com o *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties & Illustrated Guidelines on Sustainability for Rehabilitating Historic Buildings* de 2011; e mudanças climáticas – especialmente aquelas referentes a enchentes e inundações – com o *The Secretary of the Interior's Standards for Rehabilitation & Guidelines on Flood Adaptation for Rehabilitating Historic Buildings* de 2019. Com isso, por meio desse breve histórico, observa-se o uso dos Guias de Design a nível federal já embrionados logo após a promulgação do NHPA.

Em detrimento do histórico de atualizações do documento, e em respeito ao ano base para coleta de informações estabelecido para a pesquisa – 2022 –, optou-se por analisar o *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings* de 2017 (Figura 37), por representar o documento geral mais recente em relação ao ano de referência adotado (Department of the Interior, 2017).

Figura 37. Capa do “*The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings*”



Fonte: Department of the Interior, 2017.

Assim, logo na contracapa do instrumento se apresenta qual a sua condição objetiva:

The Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties é um marco regulatório apenas para projetos que recebem subsídio do *Historic Preservation Fund* e demais projetos de assistência federal. Caso contrário, este Guia tem como objetivo fornecer orientação geral para se intervir em uma edificação histórica (Department of the Interior, 2017, loc. contracapa, tradução própria).

A partir disso, este documento se subdivide em seis partes que se estruturam a partir dos quatro tipos principais de tratamentos e intervenções prevista pelo órgão do Departamento do Interior (preservação, reabilitação, restauração e reconstrução): (1) primeira parte: informações preambulares e introdutórias (sem título específico); (2) segunda parte: diretrizes/critérios para preservação e Guia para preservar edificações históricas (*standards for preservation & guidelines for preserving historic buildings*); (3) terceira parte: diretrizes/critérios para reabilitação e Guia para reabilitar edificações históricas (*standards for rehabilitation & guidelines for rehabilitating historic buildings*); (4) quarta parte: diretrizes/critérios para restauração e Guia para restaurar edificações históricas (*standards for restoration & guidelines for restoring historic buildings*); (5) quinta parte: diretrizes/critérios para reconstrução e Guia para reconstruir edificações

históricas (*standards for reconstruction & guidelines for reconstructing historic buildings*); (6) sexta parte: créditos fotográficos (*photo credits*) (Department of the Interior, 2017).

Assim, a primeira parte – sem título específico – corresponde à introdução e informações preambulares que orientam toda a abordagem e perspectiva teórica adotada para as partes que seguem no instrumento. É subdividida em cinco capítulos (créditos fotográficos; reconhecimentos; prefácio; introdução; e, visão histórica geral), os quais apresentam seus respectivos subcapítulos. Ao que vale à presente pesquisa, o segundo capítulo da primeira parte – *acknowledgements* – abre o conteúdo central do instrumento, reforçando seu papel frente à condição de garantir que os órgãos como o Departamento do Interior e o NPS continuem a “cumprir a sua responsabilidade de promover a preservação dos edifícios históricos que fazem parte do patrimônio cultural do país” (Department of the Interior, 2017, p. VI). Para além disso, também apresenta sua condição de iniciativa integrada e articulada para com outras áreas, órgãos, programas e serviços que existem no país, como o próprio *National Trust for Historical Preservation* (organização fundamental na criação do programa *Main Street America*). Frente a esse compromisso, ainda se reforça que o documento, e seu respectivo conteúdo, foi produzido a partir de uma ação colaborativa entre as áreas, órgãos, programas e serviços. Com isso, a noção de uma conservação integrada passa a ser construída logo no início do instrumento.

No capítulo que se segue – Prefácio – é retratado o histórico de produção do documento, apresentando as iniciativas advindas logo após a promulgação do NHPA de 1966 e como elas reverberaram nos documentos que foram embriões do instrumento atual. No prefácio também é apresentada a estrutura do documento como um todo, explicitando o conteúdo geral que é abordado em cada parte do instrumento. Nesse capítulo, uma das informações que mais se destaca no texto corresponde a uma iniciativa fiel às dinâmicas de mudanças que circunscrevem os espaços urbanos: a dimensão temporal e necessária condição de revisão dos instrumentos ao longo dos anos. Aqui, observa-se uma clara ampliação tipológica e cronológica – adotando as nomenclaturas abordadas por Choay (2014) – que circunscrevem o documento atual frente às mudanças que o país sofreu no ambiente construídos ao longo do tempo.

Desde que esse Guia foi publicado pela primeira vez [...], um número maior de edifícios e tipos edilícios, contando uma gama mais ampliada de histórias que fazem parte do patrimônio da nação, foram reconhecidos como “históricos” e elegíveis para inclusão no *National Register of Historic Places*. Este Guia foi atualizado e ampliado a fim de abordar o tratamento desses

edifícios que foram construídos com materiais e sistemas mais recentes de meados e final do século XX.

A atualização do Guia possui a mesma organização da versão anterior, começando com uma introdução e revisão histórica, seguida pelas partes que focalizam cada um dos quatro tipos de tratamento: preservação, reabilitação, restauração e reconstrução. A revisão histórica foi ampliada [e aprofundada] [...] (Departament of the Interior, 2017, p. VII-VIII, tradução e comentário próprios).

É também nesse capítulo, de maneira introdutória, em que outro aspecto da conservação integrada é reforçado: a necessária articulação entre as ações de preservação com a legislação, códigos e planejamentos urbanos.

O quarto capítulo – introdução – da primeira parte do instrumento se subdivide em dois subcapítulos: (A) *Using the Standards and Guidelines for Preservation, Rehabilitation, Restoration and Reconstruction Projects*; e, (B) *Choosing an Appropriate Treatment for the Historic Building*. O primeiro subcapítulo inicia seu conteúdo abordando a gama de cenários possíveis para se aplicar o instrumento, sendo eles propriedades, edificações, lugares, estruturas, objetos, distritos, bairros, dentre outros que estão sob intervenção e tratamento (preservação, reabilitação, restauração e reconstrução), principalmente aqueles passíveis de serem inscritos no *National Register of Historic Places* e que apresentam especial significância ao contexto ao qual está inserido (Departament of the Interior, 2017). Observa-se que a paisagem urbana aqui é enunciada frente aos contextos formais, físicos (base espacial construída) e simbólicos que emergem da gama de áreas que são contempladas pelo instrumento.

Ainda, neste subcapítulo é apresentado o propósito principal do instrumento, o qual é definido como:

o objetivo [...] é fornecer orientações aos proprietários e gestores das edificações históricas, aos conselhos de preservação, arquitetos, empreiteiros e revisores de projeto antes de se iniciarem os trabalhos de intervenção.

Este Guia pretende ser um auxílio para assistir a aplicação dos *Standards* a todos os tipos de edifícios históricos. Eles não se destinam a fornecer conselhos específicos para casos ou abordar exceções ou condições incomuns (Departament of the Interior, 2017, p. 2).

Fundado nisso, depreende-se que a interpretação do contexto local, a partir daquele que lê e faz uso do Guia, é o ponto de partida para se escolher quais diretrizes vão contribuir diretamente à conservação integrada da paisagem. Não cabe, assim, sua aplicação universalizada como um instrumento passível de ser operado em sua

integralidade sem uma avaliação crítica frente aos casos/contextos onde serão empregados. Ainda, a partir desse objetivo, outro fator de importância se destaca ao instrumento: a responsabilização coletiva sobre os bens referentes ao patrimônio ambiental urbano de interesse ao contexto local.

Ao fim deste subcapítulo, apresentam-se as abordagens e conceitos que são atrelados aos quatro tipos de tratamentos desenvolvidos no conteúdo do instrumento: preservação, reabilitação, restauração e reconstrução (Quadro 13).

Quadro 13. Conceitos e abordagens de preservação, reabilitação, restauração e reconstrução adotados no *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*

Tratamento	Conceito e abordagem
Preservação	ato ou processo de aplicação de medidas necessárias para sustentar a forma, integridade e materiais existentes de uma propriedade histórica. O trabalho, incluindo medidas preliminares para proteger e estabilizar a propriedade, concentra-se geralmente na manutenção e reparação contínua de materiais e características históricas, em vez de substituição extensiva e novas construções. A atualização limitada e sensível de sistemas mecânicos, elétricos e de encanamento e outros trabalhos exigidos pelo código para tornar as propriedades funcionais são apropriadas dentro de um projeto de preservação. No entanto, novas adições exteriores não estão dentro do âmbito deste tratamento. As diretrizes de Preservação exigem maior retenção de tecido histórico juntamente com a forma do edifício
Reabilitação	ato ou processo de tornar possível/compatível o uso de um imóvel por meio de reparos, alterações e acréscimos, preservando as partes ou características que transmitem seus valores históricos, culturais ou arquitetônicos. As diretrizes de Reabilitação reconhecem a necessidade de alterar ou adicionar a um edifício histórico para satisfazer usos novos ou contínuos, mantendo ao mesmo tempo o caráter do edifício.
Restauração	ato ou processo de representar com precisão a forma, as características e o caráter de um bem tal como ele apareceu em um determinado período do tempo, por meio da remoção de características de outros períodos de sua história e da reconstrução de características ausentes. A atualização limitada e sensível de sistemas mecânicos, elétricos e de encanamento e outros trabalhos exigidos pelos códigos para tornar as propriedades funcionais são apropriadas em um projeto de restauração. As diretrizes de Restauo permitem a representação de um edifício num determinado momento da sua história, preservando materiais, características, acabamentos e espaços do seu período significativo e removendo aqueles de outros períodos.
Reconstrução	ato ou processo de representar, por meio de uma nova construção, a forma, as características e os detalhes de um local, paisagem, edifício, estrutura ou objeto não sobrevivente, com o propósito de replicar sua aparência em um período específico de tempo e na sua localização histórica. As diretrizes de Reconstrução estabelecem uma estrutura limitada para recriar um edifício não sobrevivente com novos materiais, principalmente para fins interpretativos

Fonte: Department of the Interior, 2017, p. 2-3, tradução própria. Organizado pela autora, 2024.

O segundo subcapítulo – (B) *Choosing an Appropriate Treatment for the Historic Building* –, por sua vez, aborda as intenções do Guia, as quais consistem em “promover práticas de preservação responsáveis que ajudem a proteger os recursos culturais insubstituíveis da nação” (Department of the Interior, 2017, p. 3). Para tanto, o

instrumento adota uma conduta contextual, reforçando a importância de se considerar a conjuntura local para, assim, escolher o tipo de tratamento mais adequado e integrado com as demandas e condições existentes. De acordo com o Guia, para esta escolha, para além da dimensão histórica, devem-se levar em consideração outros quatro aspectos fundamentais: (1) nível de significância, para identificar os valores que recaem sobre o patrimônio ambiental urbano. Aqui, os quatro tipos de tratamento (preservação, reabilitação, restauração e reconstrução) podem ser indicados a depender de cada caso; (2) condições físicas, para avaliar o estado de conservação do bem. Nesse aspecto, preservação e reabilitação são os dois tipos de tratamentos mais indicados, a depender de cada caso; (3) uso proposto, para avaliar a possibilidade de reuso adaptativo sem que o caráter e integridade física do bem se percam. Aqui, os quatro tipos de tratamento podem ser alvos de aplicação sobre o contexto local; (4) por fim, os códigos e regulamentações, para construir uma iniciativa integrada com as demais áreas que possam incidir sobre o bem, como o planejamento urbano e a acessibilidade, com fins a se garantir a usabilidade do bem. Nesse aspecto, os quatro tipos de tratamento são passíveis de aplicação, a depender do caso.

O quinto capítulo do Guia – revisão histórica –, por sua vez, tem por objetivo apresentar um apanhado histórico dos elementos de especial significância aos bens edificados do país que, pela sua ação conjunta, podem conformar simbólica e formalmente o caráter da paisagem, em especial a urbana, subdividindo-se em nove subcapítulos: materiais; características e sistemas construtivos; interiores, características e acabamentos; localização; contexto (distrito/vizinhança); códigos e requisitos; resiliência a desastres naturais; sustentabilidade; e, novas adições a edificações históricas e novas construções. Frente ao que se propõem esse capítulo do instrumento, é possível realizar uma análise conjunta dos subcapítulos, compreendendo-os diante de quatro aspectos principais: tema, elementos, conteúdo e implicações sobre o caráter da paisagem.

O aspecto do “tema”, refere-se à própria nomenclatura utilizada no título de cada subcapítulo. Os “elementos”, por sua vez, correspondem aos subcapítulos de terceiro nível do Guia, nos quais se apresentam os elementos que integram determinado tema. O conteúdo, assim, destina-se a apresentar sucintamente quais informações são destrinchadas ao longo do texto. Por fim, as implicações ao caráter da paisagem – coluna de maior interesse à presente pesquisa – representa a interpretação da autora frente ao conteúdo do instrumento, numa tentativa de

identificar quais atributos básicos emergem e podem ser extraídos da redação das diretrizes enquanto aqueles que, diante da sua condição formal, material e simbólica, definem o caráter do conjunto edificado e da paisagem habitada.

Para fins de legibilidade textual, em detrimento da extensão do conteúdo, esta análise se subdivide em quatro quadros: Quadro 14, destinado ao tema dos materiais; Quadro 15, centrado nos temas das características e sistemas construtivos; Quadro 16, reservado aos temas dos interiores, características e acabamentos; localização; e, contexto (distrito/vizinhança); e o Quadro 17, destinado aos temas dos códigos e requisitos; resiliência a desastres naturais; sustentabilidade; e, novas adições a edificações históricas e novas construções.

Quadro 14. *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*: capítulo 5 - subcapítulo 5.1

CAPÍTULO 5 – subcapítulo 5.1			
<i>The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Materiais	Alvenarias	Revisão histórica dos principais tipos de sistemas de vedação (alvenaria) utilizadas ao longo dos séculos nos EUA: pedra, <i>terra cotta</i> , bloco cerâmico, adobe, argamassa e concreto	Técnicas, forma dos materiais, texturas e cores
	Madeira	Revisão histórica dos principais tipos de sistemas em madeira e seus derivados ao longo dos séculos nos EUA	Técnicas, forma dos materiais, texturas e cores
	Metais	Revisão histórica dos principais tipos de sistemas metálicos e suas possibilidades construtivas e plásticas ao longo dos séculos nos EUA	Forma plástica, texturas e cores
	Vidro	Revisão histórica dos principais tipos de vidro, sistemas que envolvem o material e suas possibilidades construtivas e plásticas ao longo dos séculos nos EUA	Forma plástica e cores
	Pintura e revestimentos	Revisão histórica dos principais tipos de tinta/pinturas e suas possibilidades construtivas, plásticas e ornamentais ao longo dos séculos nos EUA	Cores, texturas e ornamentos
	Compostos	Revisão histórica dos principais tipos de sistemas compostos, novos materiais e suas possibilidades construtivas ao longo dos séculos nos EUA	Técnica, cores e texturas
	Imitativos	Revisão histórica dos principais tipos de materiais imitativos que tiveram ápice de uso a partir do século XX nos EUA	Tempo presente/atual também integrante e definidor de caráter

Fonte: Department of the Interior, 2017; elaborado pela autora, 2024.

A partir da sistematização, verifica-se uma iniciativa clara destinada a reforçar o papel dos materiais e seus três principais atributos básicos inerentes: forma, texturas e cores. Também se observa que, frente à sua condição existencial para o habitar

humano, os materiais podem ser interpretados, analisados e vivenciados nos mais diversos contextos. Com isso, identifica-se que seus três principais atributos básicos compreendem elementos fundamentais ao caráter da paisagem urbana. Essa condição também é reforçada no tema seguinte do capítulo – características e sistemas construtivos –, como pode ser observado no Quadro 15.

Quadro 15. *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*: capítulo 5 – subcapítulo 5.2

CAPÍTULO 5 – subcapítulo 5.2			
<i>The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Caract. e sistemas construtivos	Coberturas e telhados	Revisão histórica dos principais tipos de telhas e sistemas de cobertura ao longo dos séculos nos EUA	Forma plástica, volume, coroamento e silhueta
	Janelas	Revisão histórica dos principais tipos de janelas, dos materiais empregados em sua composição e suas possibilidades plásticas ao longo dos séculos nos EUA	Forma plástica, texturas, cores, ornamentação e ritmos
	Acessos e varandas	Revisão histórica dos principais tipos, características e possibilidades plásticas dos acessos e varandas ao longo dos séculos nos EUA. Foco na cultura/estilo arquitetural de cada época	Forma plástica, ornamentação e ritmos
	Vitrines	Revisão histórica da importância das vitrines ao comércio e dos principais tipos, características e possibilidades plásticas ao longo dos séculos nos EUA	Forma plásticas e ritmos
	Paredes de cortina	Revisão histórica dos principais sistemas e padrões de paredes de cortina ao longo dos séculos nos EUA	Ritmos
	Sistemas estruturais	Revisão histórica dos principais tipos de sistemas estruturais e seus respectivos materiais utilizados ao longo dos séculos nos EUA	Técnicas, forma dos materiais, texturas e cores
	Sistemas mecânicos e/ou complementares	Revisão histórica dos principais sistemas complementares incorporados às edificações ao longo dos séculos nos EUA. Foco na contribuição arquitetural	Forma plástica e ornamentação

Fonte: Department of the Interior, 2017; elaborado pela autora, 2024.

No segundo tema – Características e sistemas construtivos – é possível constatar o aparecimento de outros três atributos básicos de especial importância ao caráter da paisagem: forma plástica, ornamentação e ritmos. A implicação “forma plástica”, para a presente pesquisa, representa as possibilidades que a forma pode ter, englobando desde sua condição simbólica e formal vinculada a um estilo arquitetônico até sua expressão tectônica advinda da própria matéria. A ornamentação, por sua vez, apesar de também ser integrante da forma plástica, toma especial destaque na composição

textual do Guia, sendo reforçada pelo seu valor simbólico frente à matéria edificada. Já os ritmos vão surgir como importante atributo básico ao caráter da paisagem urbana à medida que as aberturas (portas, janelas, varandas e vitrines), quando analisadas em seu conjunto, podem constituir expressões rítmicas à paisagem, em especial ao comércio, uma vez que faz usufruto dos mais diferentes tipos de abertura. Para além dos três principais atributos básicos identificados dentro do segundo tema, o elemento “coberturas e telhados” também vai apresentar outras três implicações ao caráter da paisagem – intimamente ligadas à forma plástica – e que, para a presente autora, também manifestam especial importância: volume, coroamento e silhueta, tomados individualmente na edificação e/ou coletivamente no conjunto urbano.

Essa manifestação atrelada à análise e interpretação da condição do conjunto edificado, por sua vez, é reforçada principalmente nos temas do Quadro 16.

Quadro 16. *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*: capítulo 5 – subcapítulos 5.3 a 5.5

CAPÍTULO 5 – subcapítulos 5.3 ao 5.5			
<i>The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Interiores, características e acabamentos	Espaços e ambientes	Revisão histórica e fortificação da importância dos espaços internos das edificações e a forma como se articulam os espaços primários e secundários	Articulação dos espaços e proporções
	Características e acabamentos	Destaca a importância das características e acabamentos das edificações frente ao seu uso e à sua complexidade formal	Ornamentação, cores, texturas, ritmos e usos
Localização		Destaca a importância da implantação e da localização para a significância das edificações e dos conjuntos urbanos	Implantação
Contexto (distrito / vizinhança)		Destaca a importância da análise do conjunto e do contexto para interpretação da paisagem	Relações do conjunto, recuos, cercamentos, vistas, calçadas e vegetações

Fonte: Department of the Interior, 2017; elaborado pela autora, 2024.

A partir do Quadro 16, é interessante observar que, em se tratando do caráter da paisagem urbana, os exteriores da Arquitetura emergem frente à sua condição de espaço público e lugar coletivo de vivências dos indivíduos. Contudo, em se tratando do comércio e sua dimensão de lugar da troca, privado e público ao mesmo tempo, os interiores dos conjuntos edificados podem contribuir diretamente para a construção simbólica do caráter de determinada paisagem urbana. Seja frente à sua articulação

espacial que se constrói entre espaço público (externo) e privado (interno), seja pelas demais implicações aqui discutidas e identificadas. Outro fator de destaque corresponde à enunciação da importância de uma conduta contextual para avaliar e compreender os tipos de intervenções e tratamentos mais adequados a serem empregados aos elementos e atributos básicos que contribuem direta e/ou indiretamente à definição do caráter da paisagem urbana.

É por meio dessa mudança gradual no conteúdo dos temas, partindo da revisão histórica, perpassando pelos reconhecimentos e fatores de importância, que o instrumento inicia um conteúdo textual que reside na ordem das diretrizes. É a partir dos subcapítulos que tratam sobre os temas dos códigos e requisitos; resiliência a desastres naturais; sustentabilidade; e, novas adições a edificações históricas e novas construções, que se inicia uma clara tentativa orientativa acerca de como intervir sobre o patrimônio ambiental urbano (Quadro 17).

Quadro 17. *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*: capítulo 5 – subcapítulos 5.6 a 5.9

CAPÍTULO 5 – subcapítulos 5.6 ao 5.9			
<i>The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Códigos e requisitos	Acessibilidade	Destaca a importância das ações de conservação/preservação se articularem com demais códigos, normas e legislações urbanas para garantir o uso e a manutenção do bem. Foco na acessibilidade	Conservação integrada e usos
	Garantia de vida	Destaca a importância das ações de conservação/preservação se articularem com demais códigos, normas e legislações urbanas para garantir o uso do bem	Conservação integrada e usos
Resiliência a desastres naturais		Destaca a importância da gestão e avaliação do contexto para promover a salvaguarda e resiliência do bem frente às mudanças	A mudança também como possibilidade
Sustentabilidade		Destaca a importância da eficiência energética e do reuso adaptativo como garantia da salvaguarda do bem material e dos recursos naturais ao futuro	Usos
Novas adições a edificações históricas e novas construções		Destaca a importância da conservação do caráter do conjunto frente às novas adições/construções	A mudança também como possibilidade

Fonte: Department of the Interior, 2017; elaborado pela autora, 2024.

A partir dos temas sistematizados no Quadro 17, destaca-se uma iniciativa clara de se promover a conservação do caráter do conjunto, da edificação e da paisagem diante da sua necessidade de uso para garantir sua sobrevivência ao longo das

dimensões temporais, espaciais e socioculturais. Perante a isso, é destacada, no instrumento, a compreensão da mudança como parte fundamental para a gestão, conservação e salvaguarda do caráter.

Outro fator de destaque, para a presente pesquisa, corresponde à disposição e proposição de diretrizes – ainda que iniciais – na estrutura dos quatro últimos temas do capítulo. Em especial no tema das “novas adições a edificações históricas e novas construções”, já se observa uma adoção expressiva de abordagens do campo da preservação, podendo se destacar uma provável aproximação das diretrizes para com a teoria brandiana de restauração, em especial no que concerne ao princípio basilar de distinguibilidade

Uma nova adição deve preservar o caráter histórico, a forma, os materiais significativos e as características do edifício. Deve ser compatível com o volume, tamanho, escala e desenho do edifício histórico, ao mesmo tempo que diferenciado. Deve também ser concebido e construído de modo que a forma e a integridade, essenciais ao edifício histórico, permaneçam caso a adição fosse removida no futuro.

[...]

Novas adições e novas construções que atendam aos *Standards* podem ser de qualquer estilo arquitetônico – tradicional, contemporâneo ou uma versão simplificada do edifício histórico. No entanto, deve haver um equilíbrio entre a diferenciação e a compatibilidade para manter o caráter e a identidade. Novas adições e novas construções que sejam idênticas ao edifício histórico ou que estejam em extremo contraste com ele não são compatíveis [ou indicadas].

[...]

Em áreas urbanas ou outras áreas urbanizadas, novas construções que surgem como preenchimento de lacunas junto ao padrão de desenvolvimento existente também podem preservar o caráter histórico do edifício, do seu local e sua ambiência [isto é, seu contexto] (Department of the Interior, 2017, p. 26, tradução e comentários próprios).

Com isso, a primeira parte – e talvez a mais importante no que concerne à abordagem adotada a todo o instrumento – é finalizada. As quatro partes seguintes, por sua vez, destinam-se exclusivamente às diretrizes para cada tipo de tratamento abordado no Guia: preservação, reabilitação, restauração e reconstrução. Essas diretrizes se subdividem e são construídas acima dos temas e elementos que compõem a primeira parte do instrumento (contantes no Quadro 14, Quadro 15, Quadro 16 e Quadro 17). Sua estruturação visual e textual, por sua vez, é composta pelo uso estratégico de imagens representativas sobre o conteúdo abordado e, principalmente, por quadros nos quais constam as diretrizes daquilo “recomendado” a se fazer e aquilo “não recomendado” (Figura 38). Observa-se um tratamento gráfico almejando a legibilidade do instrumento, uma vez que ele atinge os mais diversos


stakeholders envolvidos na gestão, conservação e salvaguarda da paisagem e do patrimônio ambiental urbano.

Figura 38. Exemplo de disposição gráfica das diretrizes do *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*

PRESERVATION

WOOD: CLAPBOARD, WEATHERBOARD, SHINGLES, AND OTHER FUNCTIONAL AND DECORATIVE ELEMENTS

RECOMMENDED	NOT RECOMMENDED
<p><i>Identifying, retaining, and preserving</i> wood features that are important in defining the overall historic character of the building (such as siding, cornices, brackets, window and door surrounds, and steps) and their paints, finishes, and colors.</p>	<p>Altering wood features which are important in defining the overall historic character of the building so that, as a result, the character is diminished.</p> <p>Replacing historic wood features instead of repairing or replacing only the deteriorated wood.</p> <p>Changing the type of finish, coating, or historic color of wood features</p>



[4] Hand scraping to remove peeling paint from wood siding in preparation for repainting is an important part of regularly-scheduled maintenance.

wood 37

Fonte: Department of the Interior, 2017, p. 37.

Logo ao início de cada parte, são apresentados uma série de critérios básicos – *standards* – que sustentam os quatro tipos de tratamentos englobados no instrumento. Para os capítulos destinados ao tratamento voltado à preservação, são elencados oito princípios/critérios:

1. Uma propriedade será usada tal como era historicamente, ou receberá um novo uso que maximize a retenção de materiais, características, espaços e relações espaciais distintivos. Quando um tratamento e uso não tiverem sido identificados, a propriedade será protegida e, se necessário, estabilizada até que trabalhos adicionais possam ser realizados.
2. O caráter histórico de um imóvel será mantido e preservado. Evitar-se-á a substituição de materiais históricos intactos ou reparáveis, ou a alteração de características, espaços e relações espaciais que caracterizam um imóvel.
3. Cada bem será reconhecido como registo físico do seu tempo, local e utilização. O trabalho necessário para estabilizar, consolidar e conservar os materiais e características históricas existentes será física e visualmente compatível, identificável após uma inspeção minuciosa e devidamente documentado para pesquisas futuras.

4. As alterações a um bem que tenham adquirido importância histórica por direito próprio serão retidas e preservadas.
5. Serão preservados os materiais, características, acabamentos e técnicas construtivas distintivas ou exemplos de artesanato que caracterizem um imóvel.
6. A condição existente das características históricas será avaliada para determinar o nível apropriado de intervenção necessária. Quando a gravidade da deterioração exigir reparação ou substituição limitada de uma característica distintiva, o novo material corresponderá ao antigo em composição, design, cor e textura.
7. Os tratamentos químicos ou físicos, se apropriados, serão realizados utilizando os meios mais suaves possíveis. Não serão utilizados tratamentos que causem danos a materiais históricos.
8. Os recursos arqueológicos serão protegidos e preservados no local. Se esses recursos tiverem de ser perturbados, serão tomadas medidas de mitigação (Department of the Interior, 2017, p. 28, tradução própria).

A parte do instrumento destinada ao tratamento de reabilitação, por sua vez, apresenta dez critérios-base que sustentam todas as diretrizes englobadas nos capítulos desta parte do documento. A saber:

1. Um imóvel será utilizado tal como foi historicamente ou poderá receber um novo uso que exija alterações mínimas nos seus materiais, características, espaços e relações espaciais distintivos.
2. O caráter histórico de um imóvel será mantido e preservado. Evitar-se-á a remoção de materiais distintivos ou a alteração de características, espaços e relações espaciais que caracterizam um imóvel.
3. Cada bem será reconhecido como registo físico do seu tempo, local e utilização. Não serão realizadas alterações que criem uma falsa sensação de desenvolvimento histórico, como a adição de características conjecturais ou elementos de outras propriedades históricas.
4. As alterações a um bem que tenham adquirido importância histórica por direito próprio serão retidas e preservadas.
5. Serão preservados os materiais, características, acabamentos e técnicas construtivas distintivas ou exemplos de artesanato que caracterizem um imóvel.
6. As características históricas deterioradas serão reparadas em vez de substituídas. Quando a gravidade da deterioração exigir a substituição de uma característica distintiva, a nova característica corresponderá à antiga em design, cor, textura e, sempre que possível, em materiais. A substituição de elementos faltantes será fundamentada por provas documentais e físicas.
7. Os tratamentos químicos ou físicos, se apropriados, serão realizados utilizando os meios mais suaves possíveis. Não serão utilizados tratamentos que causem danos a materiais históricos.
8. Os recursos arqueológicos serão protegidos e preservados no local. Se esses recursos tiverem de ser perturbados, serão tomadas medidas de mitigação.
9. Novas adições, alterações exteriores ou novas construções relacionadas não destruirão materiais históricos, características e relações espaciais que caracterizam a propriedade. A nova obra será diferenciada da antiga e será compatível com os materiais históricos, características, tamanho, escala e proporção, e massa para proteger a integridade da propriedade e seu meio ambiente.
10. Novas adições e novas construções adjacentes ou relacionadas serão realizadas de tal forma que, se forem removidas no futuro, a forma essencial e a integridade do bem histórico e do seu ambiente não serão prejudicadas (Department of the Interior, 2017, p. 76, tradução própria).

Em termos quantitativos, o terceiro tipo de tratamento – restauração – também vai apresentar dez *standards* que vão ecoar por todas as diretrizes específicas que circunscrevem os capítulos desta parte do instrumento. São eles:

1. Um imóvel será utilizado tal como era historicamente ou receberá um novo uso que interprete o bem e o seu período de restauro.
2. Os materiais e características do período da restauração serão retidos e preservados. Não será realizada a retirada de materiais ou alteração de elementos, espaços e relações espaciais que caracterizam o período.
3. Cada bem será reconhecido como registo físico do seu tempo, local e utilização. O trabalho necessário para estabilizar, consolidar e conservar materiais e características no período da restauração será física e visualmente compatível, identificável após inspeção minuciosa e devidamente documentado para pesquisas futuras.
4. Os materiais, características, espaços e acabamentos que caracterizem outros períodos históricos serão documentados antes da sua alteração ou remoção.
5. Serão preservados materiais, características, acabamentos e técnicas construtivas distintivas ou exemplos de artesanato que caracterizem o período do restauro.
6. As características deterioradas no período da restauração serão reparadas em vez de substituídas. Quando a gravidade da deterioração exigir a substituição de uma característica distintiva, a nova característica corresponderá à antiga em design, cor, textura e, sempre que possível, em materiais.
7. A substituição de elementos faltantes no período do restauro será fundamentada por provas documentais e físicas. Um falso sentido de história não será criado pela adição de características conjecturais, características de outras propriedades, ou pela combinação de características que nunca existiram juntas historicamente.
8. Os tratamentos químicos ou físicos, se apropriados, serão realizados utilizando os meios mais suaves possíveis. Não serão utilizados tratamentos que causem danos a materiais históricos.
9. Os recursos arqueológicos afetados por um projeto serão protegidos e preservados no local. Se esses recursos tiverem de ser perturbados, serão tomadas medidas de mitigação.
10. Projetos que nunca foram executados historicamente não serão construídos (Department of the Interior, 2017, p. 164, tradução própria).

Por fim, a última parte – dos quatro tipos de tratamentos – se destina à reconstrução. Nela, são apresentados seis *standards* basilares das diretrizes que recaem sobre os temas e elementos integrantes do instrumento. A saber:

1. A reconstrução será usada para preencher lacunas e partes desaparecidas ou não sobreviventes de uma propriedade quando houver evidências documentais e físicas disponíveis para permitir uma reconstrução precisa com o mínimo de conjecturas e tal reconstrução for essencial para a compreensão pública do bem.
2. A reconstrução de uma paisagem, edifício, estrutura ou objeto na sua localização histórica será precedida de uma profunda investigação arqueológica para identificar e avaliar as características e artefatos essenciais para uma reconstrução precisa. Se esses recursos tiverem de ser perturbados, serão tomadas medidas de mitigação.

3. A reconstrução incluirá medidas para preservar quaisquer materiais históricos, características e relações espaciais remanescentes.
4. A reconstrução basear-se-á na replicação precisa de características e elementos históricos fundamentados por provas documentais ou físicas, e não em projetos conjecturais ou na disponibilidade de características diferentes de outras propriedades históricas. Uma propriedade reconstruída recriará a aparência da propriedade histórica não sobrevivente em materiais, design, cor e textura.
5. Uma reconstrução será claramente identificada como uma recriação contemporânea.
6. Projetos que nunca foram executados historicamente não serão construídos [à luz do tratamento de reconstrução] (Department of the Interior, 2017, p. 226, tradução e comentário próprios).

Diante da interseccionalidade estrutural e compositiva destas quatro partes – preservação, reabilitação, restauração e reconstrução –, torna-se possível construir uma avaliação conjunta, identificando as dimensões das fragilidades e potencialidades do instrumento frente às suas diretrizes específicas, isto é, torna-se possível analisá-las perante suas propensões fiéis e/ou infiéis à condição dinâmica das cidades, em especial do comércio. Nesse sentido, observa-se que os critérios e princípios basilares de cada um dos tratamentos contemplam diferentes caminhos possíveis a serem tomados frente ao contexto do bem, e por conseguinte da paisagem em intervenção. Essa conduta contextual se fortifica à medida que coloca à frente do processo interventivo os atributos básicos intimamente ligados aos materiais: cor, textura e forma, entendendo-os diante da sua contribuição direta para definição do caráter formal e simbólico que reside no bem, sejam eles tomados individual ou coletivamente. Com isso, os temas e elementos tratados no instrumento, apesar de enunciados frente à sua materialidade individual, são compreendidos na sua condição de conjunto, articulados perante o ambiente construído e que, pelas suas manifestações simbólicas e formais (i)materiais, conformam-se no caráter da paisagem urbana, uma vez que os materiais e seus respectivos atributos básicos são componentes existenciais às mais diversas realidades e contextos.

Outra potencialidade presente nos *standards* se refere à compreensão da inevitabilidade da mudança, sendo suas respectivas implicações formais compreendidas como elementos de importância passíveis de valoração no tempo presente, sendo passíveis de serem contempladas pelos quatro tipos de tratamentos propostos.

Diante dos diferentes tipos de fragilidades já destacados nesta pesquisa – de ordem espacial, temporal e sociocultural –, o Guia *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving,*

Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings vai demonstrar diferentes iniciativas e abordagens com vistas a contemplar essas três dimensões de maneira abrangente e integrada às diferentes áreas que circunscrevem o patrimônio ambiental urbano, sanando-as em sua estrutura compositiva.

Por fim, faz-se possível identificar suas correspondências entre a estrutura analisada do próprio documento com a anatomia de um Guia de Design, como é possível verificar pela Figura 39.

Figura 39. Correspondências entre *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with Guidelines for Preserving, Rehabilitating, Restoring & Reconstructing Historic Buildings* e a anatomia de um Guia de Design



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

5.2.2 Padrão 2: Guias de Design para o estado de Iowa para a *main street* de Marion (IA).

O presente subcapítulo se destina ao estudo de caso referente ao Padrão 2, o qual versa sobre o cenário em que exista um Guia de Design construído para o

contexto da esfera estadual/condado e um para a realidade local/municipal dos EUA. Para o Padrão 2, aprofundar-se-á no Guia do estado de Iowa – “*Downtown Design Guide*” (Main Street Iowa, [2022?]) – e o *Design Guidelines* da cidade de Marion (Uptown Marion, 2014).

Nesse sentido, partindo da esfera estadual, o Guia de Design de Iowa, intitulado *Downtown Design Guide*, foi produzido sob responsabilidade do *Coordinating Program* do estado de Iowa – *Main Street Iowa* –, o qual, por sua vez, é gerido pelo *Iowa Economic Development Authority’s* (IEDA). Sua história se inicia ainda na década de 1980, quando o programa *Main Street Iowa* passa a ser construído. Em meados da mesma década, em 1985, a legislação do estado adota efetivamente a abordagem do *Main Street America* como um modelo oficial a ser seguido pelo órgão de desenvolvimento econômico estadual (IEDA), o qual, a partir disso, estabelece a criação do *Main Street Iowa* (Figura 40) como um programa oficial do estado e como uma “voz de liderança para o desenvolvimento econômico baseado na preservação e revitalização das áreas comerciais” (IEDA; MSI, c.2024, [n.p.], tradução própria).

Figura 40. Logo do programa *Main Street Iowa*



Fonte: IEDA; MSI, c.2024.

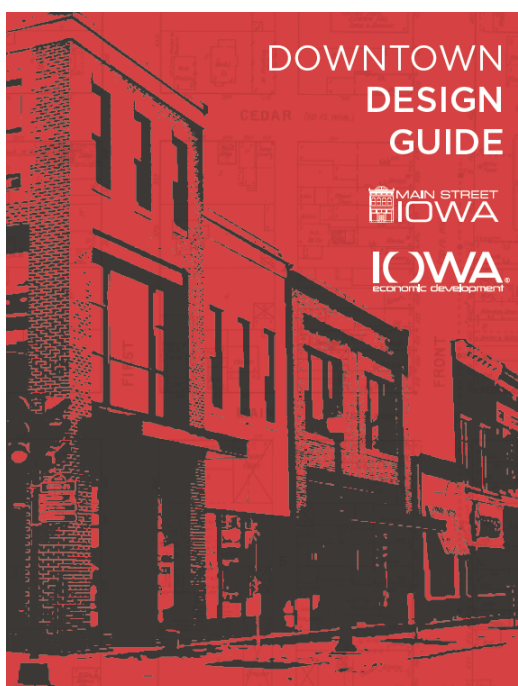
Até o ano de 2022 – ano base de coleta de dados – o estado de Iowa apresentou um total de 53 comunidades oficiais vinculadas ao Programa Coordenador, sendo cinco filiadas e 48 credenciadas. Frente à sua consolidação ao longo dos anos e diante da quantidade de comunidades subsidiadas pelo *Main Street Iowa*, o *Coordinating Program* faz usufruto de uma série de estratégias integradas e abrangentes, embrionadas à luz do *Four-point Approach* do *Main Street America*, constituindo um recurso técnico e financeiro às comunidades oficiais (IEDA; MSI, c.2024).

Main Street é um recurso. O MSI [Main Street Iowa] oferece uma variedade de serviços e oportunidades de treinamento para as comunidades designadas do programa Main Street para construir a capacidade de revitalização local. Durante a fase inicial de uma comunidade Main Street, a MSI investe aproximadamente US\$ 120.000 em assistência técnica e

treinamento para programas locais. Ao longo da vida de um programa Main Street, a MSI investe uma média de US\$ 15.000 anualmente (IEDA; MSI, c.2024, [n.p.], tradução e comentário próprios).

Frente a essas iniciativas, o programa elaborou um Guia de Design a nível estadual para subsidiar as comunidades oficiais a nível local: o *Downtown Design Guide*, com provável ano de publicação de sua última versão em 2022 (Figura 41).

Figura 41. Capa do “*Downtown Design Guide*”



Fonte: Main Street Iowa, [2022?].

O instrumento, por sua vez, subdivide-se em cinco partes principais e apêndices. A saber: (1) *Introduction*; (2) *Fundamentals for your Unique District*; (3) *Public Space*; (4) *Existing Building*; e, (5) *Managing Change* (IEDA, MSI, c.2024; Main Street Iowa, [2022?]). A primeira parte – introdução – subdivide-se em dois capítulos que constituem informações preambulares sobre as abordagens empregadas ao Guia e como utilizá-lo. Logo nos primeiros parágrafos que compõem a primeira parte, apresenta-se a importância que os elementos físicos característicos de uma determinada área comercial vão apresentar frente à sua rede de significados e significâncias simbólicas e materiais.

Os elementos físicos da sua área comercial histórica incorporam o passado da comunidade, servem como um lugar para o seu presente e contêm o potencial para a sua vitalidade futura. Os centros da cidade e os bairros

comerciais tradicionais são um lar para o comércio local, um lugar de encontro para familiares e amigos e uma oportunidade para celebrar as diversas culturas que existem nas nossas comunidades. Por estas razões, é vital que o ambiente construído seja mantido e cuidado pelos administradores locais.

[...]

Este documento foi preparado pela equipe do Main Street Iowa como um guia para as comunidades locais do programa Main Street, funcionários da cidade, grupos de desenvolvimento do centro da cidade, proprietários e voluntários à medida que embarcam na revitalização e manutenção contínua dos ativos físicos de seus centros (Main Street Iowa, [2022?], p. 2, tradução própria).

Para além disso, reforçam-se outros dois temas: a importância do comércio, frente à sua dimensão cultural, e sua necessidade de gestão, conservação e salvaguarda diante das dimensões temporais (passado, presente e futuro). Aqui, a ideia de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade emergem à medida que constitui uma iniciativa de compreender o presente pela sua articulação com o passado e com vistas a se construir um futuro possível. Outro fator de importância a ser destacado pela citação acima é a linguagem utilizada na construção textual do instrumento. Ao fazer uso de pronomes possessivos, como “sua” e “seu”, o Guia resgata e reconhece o leitor e usuário frente à sua condição existencial no local/comunidade no qual se insere e integra. Constrói-se, a partir da linguagem textual, um chamamento de responsabilização pública e privada sobre aquilo que é “seu”, sobre aquilo que faz parte da existência individual e/ou coletiva, articulando ações de conservação integrada entre população local e poder público.

À luz de da abordagem quatro-pontos, o documento destaca que, apesar do *Downtown Design Guide* consistir em uma ação do campo do Design, o seu impacto, quando aplicado, reverbera nos demais pontos da abordagem (Organização, Vitalidade Econômica e Promoção), reafirmando sua condição integrada e articulada para com as demais áreas e campos. “Um design bem-sucedido tem um impacto positivo na sustentabilidade ambiental, na resiliência econômica e no bem-estar social. Por outras palavras, um bom design pode fortalecer os outros três pontos” (Main Street Iowa, [2022?]), p. 2, tradução própria).

Após as informações preambulares da parte destinada à introdução, o primeiro capítulo, intitulado *Guiding Principles for Design*, vai apresentar 10 princípios basilares que constituem o viés e abordagem geral adotados para o Guia:

1. **Mantenha e preserve** o caráter histórico do conjunto e das propriedades individuais.
2. **Priorize a reabilitação** de edifícios existentes e a reparação de materiais e características deteriorados em detrimento de novas construções ou

substituições.

3. **Concentre-se na manutenção** para evitar a necessidade de futuras reabilitações ou demolições em grande escala de propriedades.

4. **Mantenha a autenticidade.** Não adicione elementos a um edifício que retratem um falso sentido histórico, como ornamentação que nunca existiu. Baseie quaisquer esforços de restauração em documentação ou evidências físicas.

5. **Projete para longevidade.** Materiais de qualidade e design de qualidade contribuem para a resiliência.

6. **Celebre a diversidade.** A Main Street deve ser um lugar onde todos estejam incluídos e se sintam bem-vindos. Celebrar a diversidade pode incluir diferenças raciais, étnicas, culturais, religiosas, geracionais, de identidade de gênero, de orientação sexual e socioeconômicas, entre outras. Contribui para uma experiência rica e convidativa para todos os visitantes e ajuda a diferenciar a sua comunidade.

7. **Proporcione uma comunidade viva.** Manter as alterações físicas ao longo do tempo se estas estiverem contribuindo positivamente para o edifício. Isto significa manter as alterações que ganharam o seu próprio significado histórico ou que são necessárias para manter o edifício ocupado e próspero.

8. **Considere o seu vizinho.** Embarque em melhorias tendo em mente as propriedades adjacentes. A nova construção deve ser compatível com os edifícios existentes no entorno.

9. **Siga práticas sustentáveis.** A sustentabilidade não é apenas boa para o meio ambiente, mas pode proporcionar economias ao longo do tempo.

10. **Garantir acessibilidade para todos.** Certifique-se de que todas as pessoas possam acessar e desfrutar do centro da cidade, independentemente de sua capacidade física (Main Street Iowa, [2022?], p. 3, tradução própria).

É interessante observar que os princípios basilares que sustentam o instrumento constituem orientações e diretrizes abrangentes para com áreas da vida social que podem garantir a sobrevivência do conjunto urbano. Aqui, a ideia de paisagem começa a surgir por entre o documento, uma vez que a concepção de conjunto, do tempo, do espaço e do sociocultural são articulados com vistas a contemplar e adentrar na condição existencial e dinâmica que reside nas cidades e, em especial, nas áreas urbanas comerciais.

Diante da complexidade compositiva do instrumento e das informações contidas em seu escopo, o segundo capítulo da primeira parte – *How to use the Guide* (“como usar o guia”) – vai apresentar as intenções e objetivos do Guia de maneira a orientar como ler e interpretar seu conteúdo no momento em que seu uso for demandado. Também é neste capítulo em que se reforça que o *Downtown Design Guide* não constitui um marco legislativo e regulatório *per se*, mas tangencia a dimensão orientativa.

O objetivo deste Guia é servir como ponto de partida para melhorar os ativos físicos em sua main street. Ele pretende ser um recurso ativo para sua comunidade. Encorajamos você a compartilhar amplamente o arquivo digital, mantendo sua própria cópia em mãos, faça anotações nas margens e continue a referenciá-lo ao longo da evolução da sua main street. Não deixe que acumule poeira! Deve ser referenciado durante o planejamento

estratégico e pode ser adotado além ou no lugar das diretrizes individuais da comunidade.

[...]

Este documento é um guia e não tem natureza regulatória. As diretrizes locais ou códigos e regulamentos locais ou estaduais devem ter precedência sobre quaisquer recomendações feitas no Downtown Design Guide (Main Street Iowa, [2022?], p. 4, tradução própria).

Quanto à sua leitura, o Guia recomenda iniciar pela primeira e segunda partes (*Introduction* e *Fundamentals for your Unique District*, respectivamente), uma vez que representam a fundamentação, abordagens e princípios basilares que permeiam as diretrizes específicas presentes nas demais partes do documento, as quais são referenciadas pelo seu tipo de intervenção: parte 3, com diretrizes específicas aos projetos de intervenções em espaços públicos; parte 4, destinada às diretrizes para os projetos de intervenção no ambiente construído preexistente; e, parte 5, com diretrizes centradas em novas construções e em como gerir a mudança. Ainda, a fim de clarificar o conteúdo orientativo aos mais diversos agentes envolvidos na gestão, conservação e salvaguarda da paisagem urbana de áreas comerciais, o Guia ainda chama atenção para linguagem utilizada ao longo do documento para diferenciar aquilo que se é recomendado (“*to do*”) e não recomendado (“*avoid*”) (Main Street Iowa, [2022?]).

A segunda parte do instrumento, intitulada “*Fundamentals for your unique district*”, por sua vez, é composta por cinco capítulos: (1) *Celebrating Diversity*; (2) *Researching Community History*; (3) *Identifying Physical Assets*; (4) *Determining Historic Significance*; e, (5) *The Secretary of the Interior’s Standards*. Aqui, o Guia apresenta os principais fundamentos, para as cinco áreas abordadas, que têm ressonância direta e indireta nas diretrizes específicas do instrumento. Em vista disso, no primeiro capítulo da segunda parte – Celebrando a diversidade (*Celebrating Diversity*) – o conteúdo se inicia a partir de uma conduta contextual, reconhecendo que cada cidade e/ou área urbana, em especial as comerciais, do estado de Iowa vão apresentar características únicas e singulares ao local (Main Street Iowa, [2022?]).

Cada cidade de Iowa tem suas próprias características únicas. A história individual de sua comunidade, o ambiente físico e, o mais importante, as diversas pessoas que compõem sua comunidade devem ser celebrados. Ao ler e aplicar os conceitos deste Guia, lembre-se de que cada pessoa define estilo, beleza e gosto de acordo com sua formação cultural e suas experiências. Abraça e contemple a ideia de que seu distrito é para todos. Permita que diferentes vozes sejam ouvidas e representadas. Uma das maneiras de conseguir isso é garantir que seu conselho e comitê de design tenham representantes de várias idades, identidades de gênero, raças, culturas, etc. Use os dados do censo como uma ferramenta para garantir que as vozes na

mesa sejam verdadeiramente representativas da sua comunidade (Main Street Iowa, [2022?], p. 6, tradução própria).

Esta conduta contextual se fortifica à medida que reconhece a condição existencial dos indivíduos em meio ao espaço urbano, entrando em diálogo direto com a concepção de paisagem urbana aqui adotada. Essa paisagem, por sua vez, passa a ser compreendida diante da sua condição existencial coletiva. Frente a isso, o Guia reforça aos gestores e comunidades oficiais a nível local a importância dos comitês de Design e a construção dos Guias serem participativos com os mais diversos representantes do corpo social. Com isso, à luz das fragilidades e potencialidades discutidas ao longo da dissertação, observa-se uma iniciativa que se enquadra fiel à dimensão sociocultural que circunscreve a paisagem urbana e as cidades, contemplando os mais diversos agentes – passivos e ativos – que experienciam o lugar do comércio e o espaço urbano como um todo.

Ainda, destacam-se duas iniciativas do Guia a nível estadual: (a) subsidiar o gerenciamento dos comitês e conselhos de Design das comunidades oficiais a nível local; e, (b) subsidiar a própria elaboração de um Guia de Design local diante das dinâmicas, movimentos e complexidades do ambiente construído e da paisagem urbana. Perante a segunda iniciativa, o *Downtown Design Guide* ainda ressalta a importância da acessibilidade linguística nos documentos, sendo uma potencialidade a ser consolidada:

Se sua área urbana tiver um Guia de Design, regulamentos, programas de subsídios para fachadas ou programas de design semelhantes em vigor, releia-os visando a inclusão. Às vezes, as estruturas de design podem atuar involuntariamente como uma barreira para empresas pertencentes a minorias localizadas dentro de um distrito. Considere também traduzir os documentos do programa, como subsídios para preservação de fachada, em vários idiomas para ajudar a minimizar as barreiras linguísticas e disponibilizar oportunidades para todos (Main Street Iowa, [2022?], p. 6, tradução própria).

Por fim, neste capítulo, essa preocupação “contextual” ainda se fortifica, ao final do texto, à medida que retoma e reforça a condição existencial coletiva que as áreas comerciais vão apresentar, uma vez que são espaços públicos e privados ao mesmo tempo. Diante disso, faz-se necessário, segundo o *Downtown Design Guide*, que o desenho urbano e seu design sejam pensados para seus múltiplos usuários, visto que “bons espaços acessíveis são benéfico a todos” (Main Street Iowa, [2022?], p. 7, tradução própria).

No segundo capítulo – Pesquisando a história da comunidade (*Researching Community history*) – a dimensão contextual é apresentada de maneira mais objetiva e clara. De acordo com o Guia, o primeiro passo a se tomar para construir ações de gestão, conservação e salvaguarda da comunidade, à luz do *Four-point Approach*, corresponde à tomada de conhecimento sobre a própria história e contexto locais. Para que se consolide enquanto uma ação efetiva, faz-se necessário o envolvimento dos mais diversos representantes dos grupos sociais que integram determinada área, assim como uma pesquisa aprofundada que envolve as mais diversas fontes primárias e secundárias, sejam elas materiais, bibliográficas, fotográficas, orais, dentre outras. Nesse processo de identificação sobre as próprias características e história locais, também se reconhece a inevitabilidade da mudança que circunscreve as cidades, especialmente as áreas comerciais, e a importância de sua valoração para, assim, construir uma gestão e conservação integrada que dialogue de maneira abrangente para com as dinâmicas e movimentos iminentes. “Fique atento às diversas culturas das cidades – passadas, presentes e futuras – reconhecendo mudanças significativas ao longo do tempo e honrando as transformações culturais” (Main Street Iowa, [2022?], p. 7, tradução própria). É diante desses processos em que se observa uma ação fiel às cidades e à paisagem urbana perante as dimensões temporais, espaciais e socioculturais.

Já o terceiro capítulo, intitulado “Identificando os ativos físicos” (*Identifying physical assets*), vai abordar os fundamentos basilares que residem na ordem prática de identificação dos elementos materiais que contribuem para o caráter local. Aqui, metodologicamente, apresentam-se orientações àqueles que construirão políticas e instrumentos que versem sobre a identidade local, uma vez que “[i]dentificar seus ativos físicos ajudará seu comitê ou conselho de design a concentrar seus esforços no apoio aos lugares que tornam sua comunidade especial” (Main Street Iowa, [2022?], p. 8, tradução própria). Sugere-se que, primeiro, realize-se um levantamento e aprofundamento no caráter individual das edificações para, assim, localizar e identificar aqueles atributos básicos que, quando analisados em seu conjunto, sejam fonte de significância para o caráter local. “É importante reconhecer que cada área comercial geralmente possui uma mistura de estilos. [...]. Cada estilo existente pode contribuir para o caráter físico da sua cidade e é importante para a compreensão da história e do significado da área” (Main Street Iowa, [2022?], p. 8, tradução própria). Diante disso, neste capítulo são apresentados alguns elementos e atributos básicos

que apresentam implicações diretas sobre o caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, os quais foram sistematizados no Quadro 18.

Quadro 18. *Downtown Design Guide: Parte 2*

PARTE 2 – capítulos 1 a 5 <i>Downtown Design Guide – Main Street Iowa</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Identificando os ativos físicos (<i>Identifying physical assets</i>)	Área edificada e espaços públicos	Destaca a importância da análise individual para também compreender a articulação dos aspectos em comum no conjunto (caráter)	Relações de conjunto
	Design	Destaca a importância do desenho e do design arquitetônico e urbano	Forma plástica e morfologia urbana
	Materiais	Destaca a importância dos materiais e seus aspectos constitutivos para a rede de significâncias do lugar	Cores e texturas
	Estilos arquitetônicos	Destaca a importância dos estilos arquitetônicos para o comércio, os valores empregados e a rede de significâncias do lugar	Forma plásticas e ornamentos
	Espaços “não” históricos	Espaços, lugares, conjuntos e edificações que apresentam significância cultural e/ou econômica recente	Tempo presente/atual também integrante e definidor de caráter

Fonte: Main Street Iowa, [2022?]; elaborado pela autora, 2024.

Observa-se que, neste capítulo do Guia, a forma plástica, especialmente aquela atrelada aos estilos arquitetônicos, tomam especial destaque no instrumento. Frente à valoração que recai sobre a concepção dos estilos ao longo do tempo, e diante das marcas físicas que a arquitetura emprega à paisagem, fica claro o protagonismo que a forma plástica vai atribuir à determinada área urbana, especialmente quando se há uma disseminação de um mesmo estilo arquitetônico em um mesmo local, reforçando uma condição de conjunto visualmente perceptível.

O quarto capítulo da segunda parte – *Determining Historic Significance* – vai colocar em enfoque a dimensão ímpar que cada edificação vai possuir dentro de seu contexto urbano e paisagístico. Perante isso, o Guia orienta as comunidades oficiais da esfera local a trabalharem com a perspectiva de “nível de significância” para, assim, poder arbitrar no tipo de abordagem de preservação que se tomará para aquela determinada área e/ou edificação. “Uma vez que cada edifício é único, o nível de significância e a forma como se relaciona com o resto da cidade pode fazer a diferença na escolha dos tratamentos físicos apropriados” (Main Street Iowa, [2022?], p. 9, tradução própria). Para tanto, o *Main Street Iowa* salienta três aspectos principais para

se avaliar e determinar a significância de um local: (a) quando foi construído; (b) integridade física; e, (c) história social (significância à comunidade).

Após classificar e compreender o nível de significância das edificações ao conjunto, o *Downtown Design Guide* orienta identificar os elementos e atributos básicos específicos que definem caráter individual (edificação isolada) e coletivo (paisagem urbana). Para tanto, o Guia ainda orienta a utilização do *Preservation Brief 17 – Architectural Character*³¹, o qual constitui uma iniciativa do NPS em auxiliar as comunidades a identificarem elementos que, em sua ação conjunta e/ou individual, definem caráter. “Elementos que definem caráter incluem a forma da edificação como um todo, seus materiais, artesanato, detalhes decorativos, espaços e características interiores, bem como os vários aspectos do seu [contexto] local e seu ambiente” (Nelson, 1988, p. 1, tradução e comentário próprios). É por meio disso que se destaca novamente a contribuição que a matéria e o espaço físico vão apresentar para definição da dimensão simbólica do caráter da paisagem do lugar.

O último capítulo da segunda parte, por sua vez, destina-se a como escolher o tipo de tratamento/intervenção ideal a ser empregado no patrimônio ambiental urbano que compõe o local. Diante disso, o *Downtown Design Guide* orienta a utilização do *The Secretary of the Interior’s Standards* e forma de escolha entre os quatro tipos de tratamentos (preservação, reabilitação, restauração e reconstrução)³².

A terceira parte do *Downtown Design Guide* se destina às diretrizes específicas voltadas ao espaço público diante da sua importante articulação para com o contexto das cidades e do comércio. Nesta parte do instrumento, os espaços públicos são interpretados como uma peça central da comunidade, sendo “um lugar onde as pessoas querem se reunir, relaxar e explorar. Bons espaços públicos também podem fomentar o orgulho comunitário” (Main Street Iowa, [2022?], p. 13, tradução própria).

Assim, diante ao que se propõe a terceira parte do instrumento, é possível analisar os quatro capítulos que a compõem de maneira conjunta, sendo estes: (1) *Wayfinding and Signage*; (2) *Streetscape*; (3) *Placemaking*; e, (4) *Parking*. Com isso,

³¹ Os *Preservation Briefs* são resultados de trabalhos realizados pelo NPS e “fornecem informações sobre como preservar, reabilitar e restaurar edifícios históricos. Essas publicações ajudam os proprietários das edificações históricas a reconhecer e resolver problemas comuns antes do trabalho. Os briefs são especialmente úteis para os candidatos ao Programa de Incentivos Fiscais de Preservação Histórica, pois recomendam métodos e abordagens para a reabilitação de edifícios históricos que estejam em conformidade com seu caráter histórico” (National Park Service, 2023, [n.p.], tradução própria).

³² Para tanto, ver o subcapítulo “5.2.1 Padrão 1: *Secretary of the Interior’s Standards for the Treatment of Historic Properties*” da presente dissertação.

o Quadro 19 apresenta a sistematização da análise, sendo a coluna “tema” referente à temática central da terceira parte do Guia (espaço público); as colunas “elemento” e “conteúdo”, aos capítulos e seus respectivos conteúdos específicos; e, por fim, a coluna “implicações ao caráter da paisagem” referente à interpretação da autora frente ao conteúdo do instrumento, numa tentativa de identificar quais atributos básicos emergem e podem ser extraídos das diretrizes enquanto aqueles que, diante da sua condição formal, material e simbólica, definem o caráter da paisagem urbana habitada e em processo de intervenção.

Quadro 19. *Downtown Design Guide: Parte 3*

PARTE 3 – capítulo 1 a 4 <i>Downtown Design Guide – Main Street Iowa</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Espaço Público (<i>Public Space</i>)	<i>Wayfinding and Signage</i>	Destaca a importância das placas, sinalizações e publicidade para a sobrevivência do comércio, o valor econômico, a garantia de fluxo para a área e a legibilidade do setor terciário. Foco nos diferentes meios de deslocamento urbano.	Placas e sinalizações, relações de conjunto e identidade visual
	<i>Streetscape</i>	Destaca a importância dos elementos e materiais que compõem os espaços públicos da paisagem urbana (pavimentação, calçadas, iluminação, dentre outros) e do zoneamento das atividades e manifestações que ocorrem nos espaços públicos de áreas comerciais. Foco no deslocamento a pé.	Forma dos materiais, texturas, cores, relações de conjunto, fluxos e usos
	<i>Placemaking</i>	Destaca a importância de estratégias que construam e consolidem os espaços enquanto lugares do comércio e da vida urbana (coletiva e individual). Foco na capitalização e preservação dos atributos básicos que dão identidade e caráter ao lugar.	Cores, texturas, relações de conjunto, escala/proporções, usos, fluxos e vegetação
	<i>Parking</i>	Destaca a importância dos estacionamentos, e seu gerenciamento, para a sobrevivência do comércio	Placas e sinalizações

Fonte: Main Street Iowa, [2022?]; elaborado pela autora, 2024.

Diante do papel que a publicidade, as placas e as sinalizações vão exercer no setor terciário, faz-se claro a proposição do Guia em se criar uma identidade visual que articule estes elementos, de maneira a delimitar a própria paisagem urbana comercial. Esta articulação visual também se estabelece a partir dos diferentes tipos de meios de deslocamento urbano (a pé, bicicletas, ônibus, motos e carros, principalmente) à medida que tais elementos devem ser pensados para atingir e orientar os transeuntes e usuários do comércio, independente do modal utilizado, mas valorizando especialmente os pedestres.

Por fim, na terceira parte do *Downtown Design Guide* como um todo, é interessante observar a construção específica que um Guia atribui às áreas comerciais. Aqui, ressaltam-se aqueles atributos básicos que contribuem diretamente para a permanência e/ou aumento dos fluxos na região, garantindo a sobrevivência do lugar do comércio e as manifestações culturais e econômicas que ali ocorrem (usos), à luz de consolidá-lo frente às dinâmicas e movimentos da cidade. Em vista disso, assegurar a escala/proporções entre conjunto edificado e pedestres, acessibilidade, arte urbana e usos diversificados, por exemplo, reforçam a receptividade e abertura da paisagem para com a dimensão existencial individual e coletiva.

A parte quatro do instrumento, por sua vez, apresenta as diretrizes específicas destinadas aos conjuntos edificados preexistentes. As orientações se centram na abordagem da manutenção e em melhorias apropriadas ao ambiente construído.

Os edifícios existentes são um dos maiores ativos que você possui na sua Main Street. Eles abrigam fisicamente suas empresas e residentes, e fornecem locais para eventos e reuniões sociais. Eles contribuem para a identidade da cidade e proporcionam uma sensação de lugar único para sua comunidade. Os edifícios históricos devem ser devidamente cuidados para que continuem a existir às gerações futuras; uma vez que eles desaparecem, eles não podem ser substituídos. Esta seção inclui orientações sobre manutenção e melhorias físicas apropriadas para edifícios existentes na cidade (Main Street Iowa, [2022?], p. 21, tradução própria).

Corresponde à parte de maior extensão do instrumento, subdividindo-se em 11 capítulos, os quais se destinam aos elementos específicos existentes na paisagem urbana: (1) *Maintenance*; (2) *Materials*; (3) *Color Schemes*; (4) *Storefronts*; (5) *Transoms*; (6) *Signage*; (7) *Awnings*; (8) *Lighting*; (9) *Upper Story Windows*; (10) *Cornices*; e, (11) *Interiors*. O primeiro capítulo – Manutenção (*maintenance*) – apresenta as diretrizes preambulares da terceira parte do Guia de Design de Iowa. Nele, destaca-se a importância de se realizar uma escolha adequada do tipo de tratamento e manutenção a serem empregados a fim de perpetuar a estabilidade e longevidade das edificações tomadas individualmente ou em conjunto. Aqui, a conservação se centra ações e intervenções preventivas, uma vez que pequenas intervenções ao longo do tempo apresentam menor ônus financeiro e garantem a sobrevivência e contínuo uso da edificação e do conjunto. Para tanto, o Guia orienta a inspeção regular e periódica dos imóveis, principalmente entre as estações da primavera e outono, uma vez que contemplam os meses mais adequados às inspeções, haja vista as condições climáticas dos EUA e do estado de Iowa (Main

Street Iowa, [2022?]). Esta visão se atrela diretamente à compreensão das dinâmicas e movimentos que acompanham o comércio, em especial aqueles diretamente relacionados ao fenômeno da vacância. Diante disso, esse capítulo destaca alguns elementos principais que devem ser objeto alvo da manutenção e conservação a fim de garantir a sobrevivência ao longo do tempo. Estes elementos, por sua vez, podem ser analisados em conjunto a partir da mesma abordagem aqui já utilizada, uma vez que vão apresentar implicações qualitativas diretas ao caráter da paisagem (Quadro 21).

Quadro 20. *Downtown Design Guide*: Parte 4 – capítulo 1

PARTE 4 – capítulo 1			
<i>Downtown Design Guide – Main Street Iowa</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Edificações existentes (<i>Existing buildings</i>)	Estrutura	Foco na integralidade da fundação e o prumo dos demais componentes	Forma plástica e usos
	Cobertura	Foco na estanqueidade e integralidade	Volume, coroamento e usos
	Alvenaria	Foco na camada de recobrimento/protetiva, a fim de evitar fissuras e garantir a estanqueidade da alvenaria	Técnicas, texturas, cores e usos
	Ornamentos	Foco na integralidade estrutural dos ornamentos, principalmente das cornijas	Ornamentação
	Materiais	Foco na integralidade e manutenção para evitar a deterioração ao longo do tempo	Técnicas, forma dos materiais, texturas e cores
	Pinturas	Foco na integralidade e manutenção das pinturas a fim de evitar descascamentos, bolhas, manchas, dentre outros	Texturas e cores
	Metals	Foco na proteção contra corrosão ao longo do tempo por meio de pintura	Cores e usos
	Madeira	Foco na proteção contra apodrecimento e agentes biológicos	Técnicas, texturas, cores e usos
	Portas e acessos	Foco na manutenção com vistas a garantir a funcionalidade e operabilidade	Fluxos e usos
	Vidros	Foco na integralidade dos vidros	Usos
	Janelas	Foco na estanqueidade e integralidade	Ritmos e usos
	Toldos	Foco na estanqueidade e integralidade de toldos de tecido	Texturas, cores e usos
	Placas e sinalizações	Foco na sinalização representativa do estabelecimento e área comercial	Placas e sinalizações, relações de conjunto e identidade visual
Iluminação externa	Foco na manutenção com vistas a garantir a funcionalidade e operabilidade	Iluminação	

Fonte: Main Street Iowa, [2022?]; elaborado pela autora, 2024.

Observa-se que tais diretrizes que compõem o primeiro capítulo da quarta parte adentram às especificidades que circunscrevem a paisagem urbana de áreas comerciais, uma vez que a garantia da estabilidade e perpetuação do conjunto e da

paisagem urbana, por conseguinte, consolida a identidade do comércio local, o fluxo e a redução de custos a longo prazo, assegurando seu uso. Diante disso, agem fiel e potencialmente à sua gestão, conservação e salvaguarda.

Perante ao que se propõem os demais capítulos – (2) *Materials*; (3) *Color Schemes*; (4) *Storefronts*; (5) *Transoms*; (6) *Signage*; (7) *Awnings*; (8) *Lighting*; (9) *Upper Story Windows*; (10) *Cornices*; e, (11) *Interiors* –, e a terceira parte do Guia como um todo, suas análises também podem ser sistematizadas de maneira conjunta a partir da definição da temática central, dos elementos, do conteúdo abordado e das implicações ao caráter da paisagem, como pode ser observado no Quadro 21.

Quadro 21. *Downtown Design Guide*: Parte 4 – capítulos 2 a 11

PARTE 4 – capítulos 2 a 11 <i>Downtown Design Guide – Main Street Iowa</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Edificações existentes (<i>Existing buildings</i>)	Materiais (<i>Materials</i>)	Revisão dos principais tipos de materiais e sistemas utilizados em áreas comerciais. Destaca a importância da conservação preventiva e, quando necessário, da mudança, a fim de garantir o uso e prevenir a vacância	Técnicas, forma dos materiais, texturas, cores, mudança também como possibilidade, escala/proporções e usos
	Esquema de cores (<i>Color Schemes</i>)	Destaca a importância da articulação de esquemas de cores para delimitar o conjunto edificado e sua paisagem urbana. Também destaca o papel da pintura na proteção (ou degradação) dos materiais existentes (garantia de uso)	Relações de conjunto, identidade visual e usos
	Vitrines (<i>Storefronts</i>)	Destaca a importância e protagonismo das vitrines para a identidade das áreas comerciais, ressaltando sua articulação entre espaços públicos e privados, e demais atributos que as compõem. Também as destaca como o elemento que mais sofre alterações pelo comércio	Articulação dos espaços, ritmos, ornamentação, escala/proporções, texturas e cores
	<i>Transoms</i> *	Revisão dos principais tipos de <i>transoms</i> e os materiais empregados. Destaca a importância do elemento para o caráter e identidade da paisagem urbana de áreas comerciais	Ritmos, ornamentação, texturas e cores
	Sinalização (<i>Signage</i>)	Revisão dos principais tipos de sinalização. Destaca a importância de placas e sinalizações para os estabelecimentos e áreas comerciais. Também ressalta a elaboração de projetos que se articulem com demais códigos, normas e legislações locais	Conservação integrada, placas e sinalizações, escala/proporções, relações de conjunto, fluxos e identidade visual
	Toldos (<i>Awnings</i>)	Revisão dos principais tipos de toldos, em especial os de tecido. Destaca o impacto visual para o estabelecimento comercial e para a paisagem urbana do conjunto. Ressalta a articulação com espaço público e privado, e com demais elementos da fachada	Articulação dos espaços, ritmos, escala/proporções e cores

Iluminação (<i>Lighting</i>)	Revisão dos principais tipos de iluminação, em especial as de acesso e em placas. Destaca sua importância frente a garantia de fluxo e uso da área comercial	Placas e sinalizações, articulação dos espaços, fluxos e usos
Janelas do andar superior (<i>Upper Story Windows</i>)	Revisão dos principais tipos de janelas e aberturas. Destaca a importância do elemento para a definição do caráter da paisagem urbana, tanto pelo individual da edificação, quanto do conjunto da área comercial	Relações de conjunto, ritmos, forma plásticas e escala/proporções
Cornijas (<i>Cornices</i>)	Destaca a importância das cornijas para o caráter local diante do seu uso nas edificações de áreas comerciais dos EUA e do estado de Iowa	Forma plástica, ornamentação, escala/proporções, coroamento e silhueta
Interiores (<i>Interiors</i>)	Destaca a importância dos espaços internos comerciais das edificações e sua possível necessidade de mudança para garantir o uso	Articulação dos espaços, uso e mudança também como possibilidade

* *Transoms* são “travessas” e/ou peças fixas de vidro acima de uma porta.

Fonte: Main Street Iowa, [2022?]; elaborado pela autora, 2024.

É possível observar que, nesses capítulos da quarta parte, alguns elementos específicos e comuns às áreas e edifícios comerciais começam a surgir como marcas distintivas do caráter da paisagem urbana, atribuindo identidade ao lugar. Aqui, as vitrines – *storefront* – vão ganhar especial destaque pela sua condição de “fachada comercial” do estabelecimento, pelos seus atributos básicos (Figura 42) e pela sua direta articulação com as dimensões públicas e privadas que circunscrevem o espaço terciário.

Figura 42. Diagrama das "fachadas comerciais" e vitrines

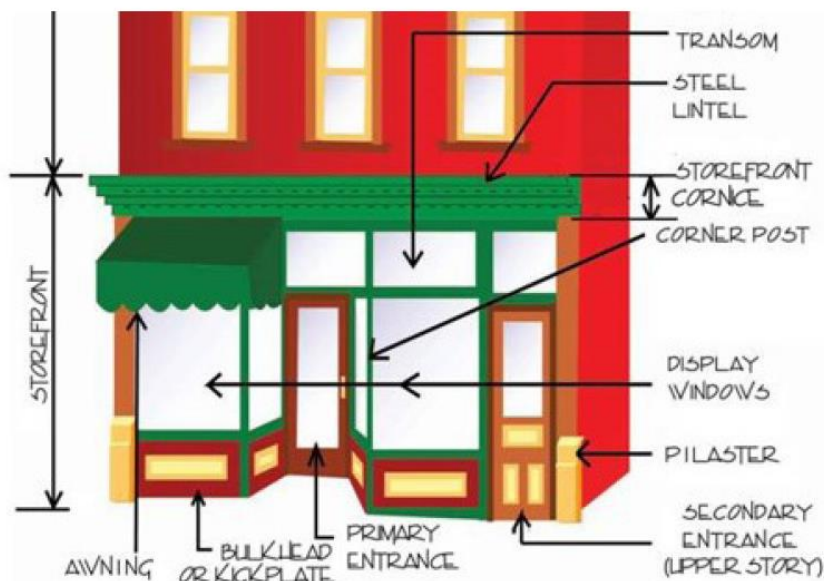


Diagram showing traditional storefront elements.

Fonte: Main Street Iowa, [2022?], p. 29.

As vitrines são um dos elementos mais – se não o mais – importantes de um edifício comercial na cidade. Isso ocorre porque as vitrines são uma “caixa de venda”. Elas são uma oportunidade de mostrar uma empresa e seus produtos, sejam itens à venda no varejo, serviços ou alimentos e bebidas. As vitrines também tendem a ser uma das características mais comumente alteradas de um edifício comercial ao longo do tempo. Conseqüentemente, as vitrines provavelmente estarão envolvidas na maioria dos projetos de melhoria de edifícios em sua Main Street (Main Street Iowa, [2022?], p. 29, tradução própria).

Outras especificidades também vão apresentar especial destaque, como toldos, sinalizações e as cores. Para este último, por sua vez, o Guia apresenta uma diretriz que dialoga diretamente com as dinâmicas e movimentos que circunscrevem o setor e espaço terciário:

Observe os edifícios vizinhos e a rua como um todo ao escolher as cores. As cores não precisam combinar com os vizinhos, mas devem ser compatíveis com o ambiente geral e não ser “chocantes” quando se olha para a rua. Em geral, os tons claros ou neon não são apropriados para edifícios históricos [para o estado de Iowa]. Tons brilhantes podem ser usados em algumas áreas, dependendo dos edifícios vizinhos e da identidade da main street (Main Street Iowa, [2022?], p. 28, tradução e comentário próprios).

Observa-se uma iniciativa com fins de prevenir a manifestação do “chamar atenção a qualquer custo” que Vargas (2018) vai abordar. Essa manifestação, muito

presente nas *main streets*/áreas comerciais, atinge diretamente o caráter da paisagem urbana, em vista disso, o Guia orienta a articulação das cores como uma forma de delimitar a própria identidade do conjunto. Aqui, o estabelecimento comercial passa a ser pensado não apenas pela sua condição individual e competitiva de mercado, mas pensada diante da sua dimensão existencial de conjunto. Essa iniciativa, em concomitância às demais diretrizes do instrumento, sustenta-se em uma constante: a garantia de uso para assegurar a sobrevivência do comércio local; fato que também é resgatado na parte cinco do Guia.

Em vista disso, a quinta parte – *Managing Change* – vai abordar a inevitabilidade da mudança das cidades e do patrimônio ambiental urbana a partir do desenvolvimento da comunidade e comércio locais. Frente a isso, o Guia compreende a necessidade de se gerir, conservar e salvaguardar aqueles atributos básicos e elementos que conferem identidade, isto é, caráter ao lugar e à paisagem.

O desenvolvimento é um sinal de uma área e comunidade saudáveis, mas geralmente o crescimento não ocorre sem que haja dificuldades. Nem todo o desenvolvimento é apropriado para as áreas comerciais históricas; pensar proativamente sobre o gerenciamento da mudança pode ajudar a garantir usos, design e escala compatíveis quando surgirem situações potenciais de desenvolvimento. Esta seção pode servir como ponto de partida para o gerenciamento da mudança e do crescimento, e as estratégias aqui mostradas devem ser adaptadas às suas circunstâncias e ativos únicos (Main Street Iowa, [2022?], p. 43, tradução própria).

Essa gestão da mudança, por sua vez, segundo o *Downtown Design Guide*, deve ser acompanhando pelos ativos e circunstância locais, enunciando uma conduta contextual e integrada com a área comercial. Para tanto, o Guia subdivide essa seção em três capítulos: (1) *Master Planning*; (2) *Vacant and Underutilized Properties*; e, (3) *New Construction*. Diante ao que se propõe a quinta parte do instrumento, também pode se realizar uma análise conjunta das diretrizes de cada capítulo (Quadro 22), as quais residem na ordem de uma implicação principal ao caráter da paisagem: a mudança também como possibilidade.

Quadro 22. *Downtown Design Guide: Parte 5*

PARTE 5 – capítulos 1 a 3 <i>Downtown Design Guide – Main Street Iowa</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Gerenciando a mudança (<i>Managing change</i>)	Plano Master (<i>Master Planning</i>)	Destaca o papel de se criar um Plano Master que articule o planejamento urbano da cidade como um todo com o planejamento e zoneamento específicos para as <i>main streets</i> . Também reforça a necessidade de ser revisto periodicamente	Conservação integrada, relações de conjunto e usos
	Propriedades vagas e/ou subutilizadas (<i>Vacant and Underutilized Properties</i>)	Revisão do processo de vacância e/ou subutilização das edificações em áreas comerciais. Destaca a importância da manutenção do uso (rotativo ou fixo) para garantir a valorização da área e sobrevida do conjunto, articulando com ações do poder público	Conservação integrada, relações de conjunto e usos
	Novas construções (<i>New Construction</i>)	Destaca a importância da gestão das novas construções para o preenchimento de “lacunas” e para manutenção do caráter e identidade local.	Relações de conjunto

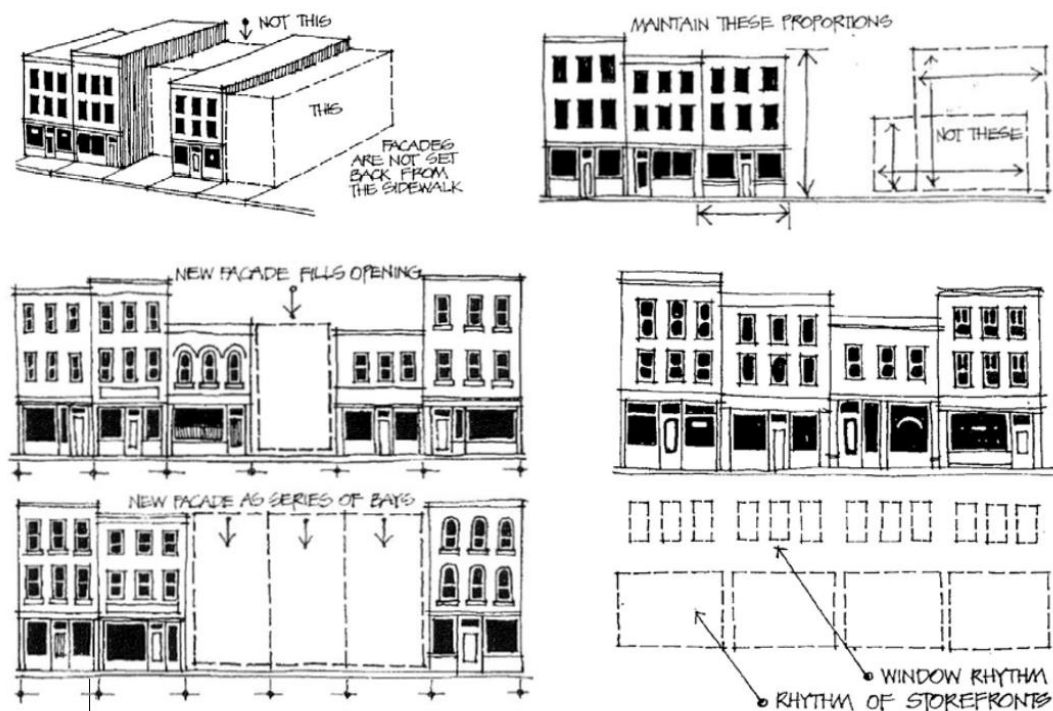
Fonte: Main Street Iowa, [2022?]; elaborado pela autora, 2024.

Para além, nos capítulos da quinta parte, constrói-se uma iniciativa de se integrar as ações e projetos dos programas *Main Streets* com demais agentes públicos, códigos, normas e legislações urbanas locais (Main Street Iowa, [2022?]). Diante disso, destaca o papel da construção de zoneamentos específicos e a real necessidade de se articular as diretrizes dos Guias de Design com o planejamento urbano, assim como revisar o planejamento urbano frente ao caráter e identidade da paisagem local, adequando-o ao contexto e às possíveis diretrizes de um Guia de Design. Com isso, ambas iniciativas dispõem de objetivos de garantir o uso, a sobrevida e a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano das áreas comerciais de especial interesse às comunidades locais.

Ainda, apesar de não aprofundar em temas e elementos específicos que apresentem implicações diretas ao caráter da paisagem, no primeiro capítulo – *Master Planning* –, o Guia apresenta uma série de esquemas gráficos que versam sobre algumas diretrizes específicas que demandam real integração entre o instrumento e as demais leis urbanísticas locais: escala/proporções, ritmos e implantação, como destaca a Figura 43. Nesses esquemas, retoma-se novamente o uso fundamental de peças gráficas que traduzam as diretrizes técnicas a uma linguagem acessível ao público geral, atribuindo uma responsabilidade coletiva sobre os bens de interesses à

comunidade, especialmente aqueles referentes ao caráter da paisagem e do patrimônio ambiental urbano.

Figura 43. Temas e elementos a se considerar em Planos Master



Fonte: Main Street Iowa, [2022?], p. 43. Organizado pela autora, 2024.

Essas diretrizes ainda se articulam com conteúdo do último capítulo – *New Construction* –, o qual aborda a inevitabilidade da mudança por meio da implantação de novas construções na paisagem urbana de determinada área comercial. Neste capítulo, o Guia de Design de Iowa destaca 12 diretrizes e aspectos gerais a serem considerados para conservar a identidade e o caráter local ao se construir novas edificações, os quais foram sistematizados e analisados no Quadro 23, garantindo as relações do conjunto:

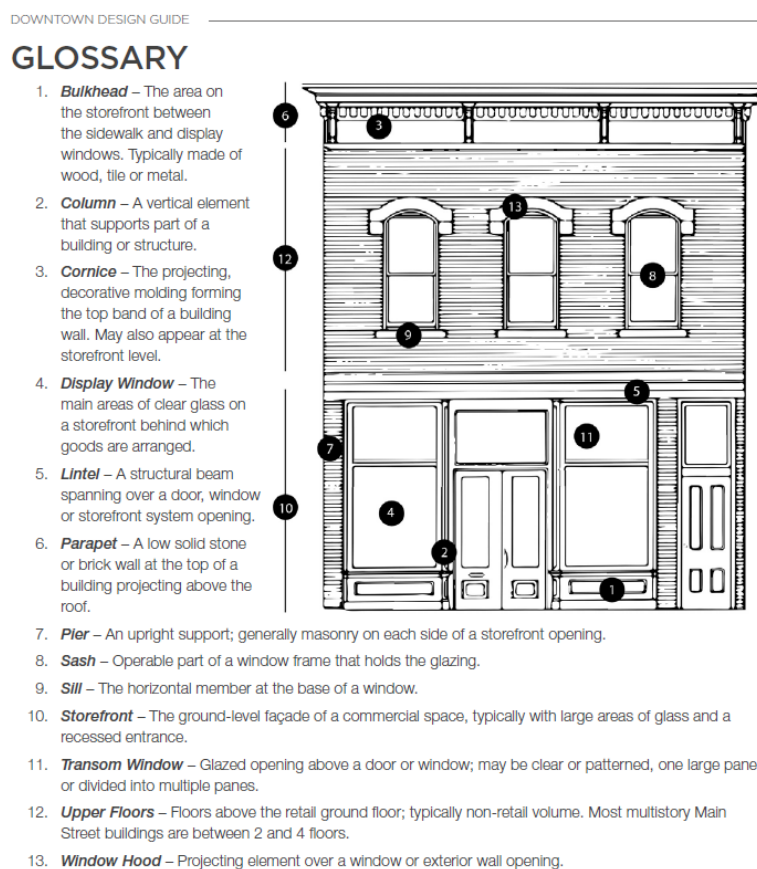
Quadro 23. *Downtown Design Guide: Parte 5 – capítulo 3*

PARTE 5 – capítulo 3 <i>Downtown Design Guide – Main Street Iowa</i>	
Diretriz	Implicações ao caráter da paisagem
“Distinguir novas construções de estruturas históricas”	Forma plástica, forma dos materiais, texturas e cores
“Não imite estilos históricos. O uso dessas características pode criar uma falsa sensação de história”	Forma plástica e ornamentações
“Utilizar materiais de construção compatíveis ou semelhantes aos tradicionalmente utilizados na área”	Forma dos materiais, texturas e cores
“Os limites dos telhados devem se escondidos por platibandas, como nos edifícios comerciais tradicionais”	Volume, coroamento e silhueta
“Os recuos dos edifícios devem ser iguais aos demais da rua”	Implantação e recuos
“A elevação principal do edifício deve ser paralela à rua”	Implantação
“A altura e os andares dos edifícios devem ser semelhantes aos dos edifícios circundantes. Geralmente, isto significaria que as novas construções deveriam ser “baixas”, entre um e quatro andares de altura”	Escala/proporções e silhueta
“As larguras dos edifícios devem ser padronizadas em toda área comercial. Não preencha um beco existente”	Escala/proporções
“Considere o ritmo das aberturas de janelas e portas presentes nas vitrines do quarteirão e projete para se adequar a esse ritmo”	Ritmos
“Projete equipamentos mecânicos e HVAC de forma que não sejam visíveis da rua. Da mesma forma, oriente áreas de serviço, como latas de lixo, entradas de serviço e outras utilidades, longe da vitrine e da fachada principal, quando possível”	Articulação dos espaços
“Mantenha o design para a escala humana”	Escala/proporções, articulação dos espaços e usos
“Todos os andares ao nível da rua devem ser projetados e usados para fins comerciais. Recomendamos que os níveis superiores sejam usados para habitações nos andares superiores”	Articulação dos espaços e usos

Fonte: Main Street Iowa, [2022?], p. 46, tradução própria; elaborado pela autora, 2024.

Por fim, a última parte do instrumento se destina aos Apêndices, os quais se subdividem em quatro seções: (a) *glossary*; (b) *making improvements*; (c) *tools and resources*; e, (d) *project examples*. Nesses Apêndices, o Guia se concentra especialmente na acessibilidade linguísticas, gráfica e procedimental para os diversos agentes envolvidos na paisagem urbana das *main streets*. No glossário, apresentam-se os termos técnicos utilizados ao longo do Guia e suas respectivas localizações em um esquema de edificação comercial, como pode ser observado na Figura 44.

Figura 44. Glossário e esquema gráfico dos elementos que compõem uma edificação comercial



Fonte: Main Street Iowa, [2022?], p. 48.

O Apêndice B – *making improvements* – vai apresentar quatro temas que garantem apoio técnico e procedimental para realização de projetos de intervenção sobre a comunidade local e seu patrimônio ambiental urbano. O primeiro tema se refere à disponibilização de assistência técnica dos comitês de Design do programa *Main Street Iowa* às comunidades locais. O segundo, por sua vez, aborda as intervenções de “pequena-escala”, partindo de iniciativas dos próprios proprietários e usuários da área comercial. “Muitas melhorias, reparos e manutenções de pequena escala podem ser realizados pelos proprietários dos edifícios, membros do comitê de projeto ou voluntários locais” (Main Street Iowa, [2022?], p. 49, tradução própria). A quinta temática, por outro lado, aborda os projetos e iniciativas que se dão em “larga-escala”, para as quais se orienta o acompanhamento de profissionais qualificados, especialmente arquitetos(as), em todas as etapas da intervenção que, comumente, envolvem projetos executivos. Para além, ainda se destaca demais agentes e órgãos a serem envolvidos nos projetos que atingem consideravelmente as *main streets*.

Para projetos de larga escala, recomenda-se a contratação de um arquiteto com experiência em reabilitação de propriedades históricas. Um arquiteto pode orientar os proprietários através do processo de projeto e reabilitação, e coordenar demais profissionais conforme necessário. Engenheiro estrutural, consultor de preservação histórica ou artesão especializado também podem fazer parte da equipe de projeto. Tenha em mente que os edifícios históricos têm características e necessidades diferentes das novas construções; por isso ter uma equipe experiente na preservação e reabilitação de edifícios históricos é fundamental! (Main Street Iowa, [2022?], p. 49, tradução própria)

A última temática, por sua vez, vai tratar especialmente da conservação integrada, destacando a importância de se articular as diretrizes do Guia e as ações de salvaguarda com os códigos e regulamentações urbanísticas que incidem sobre a área e a paisagem em questão.

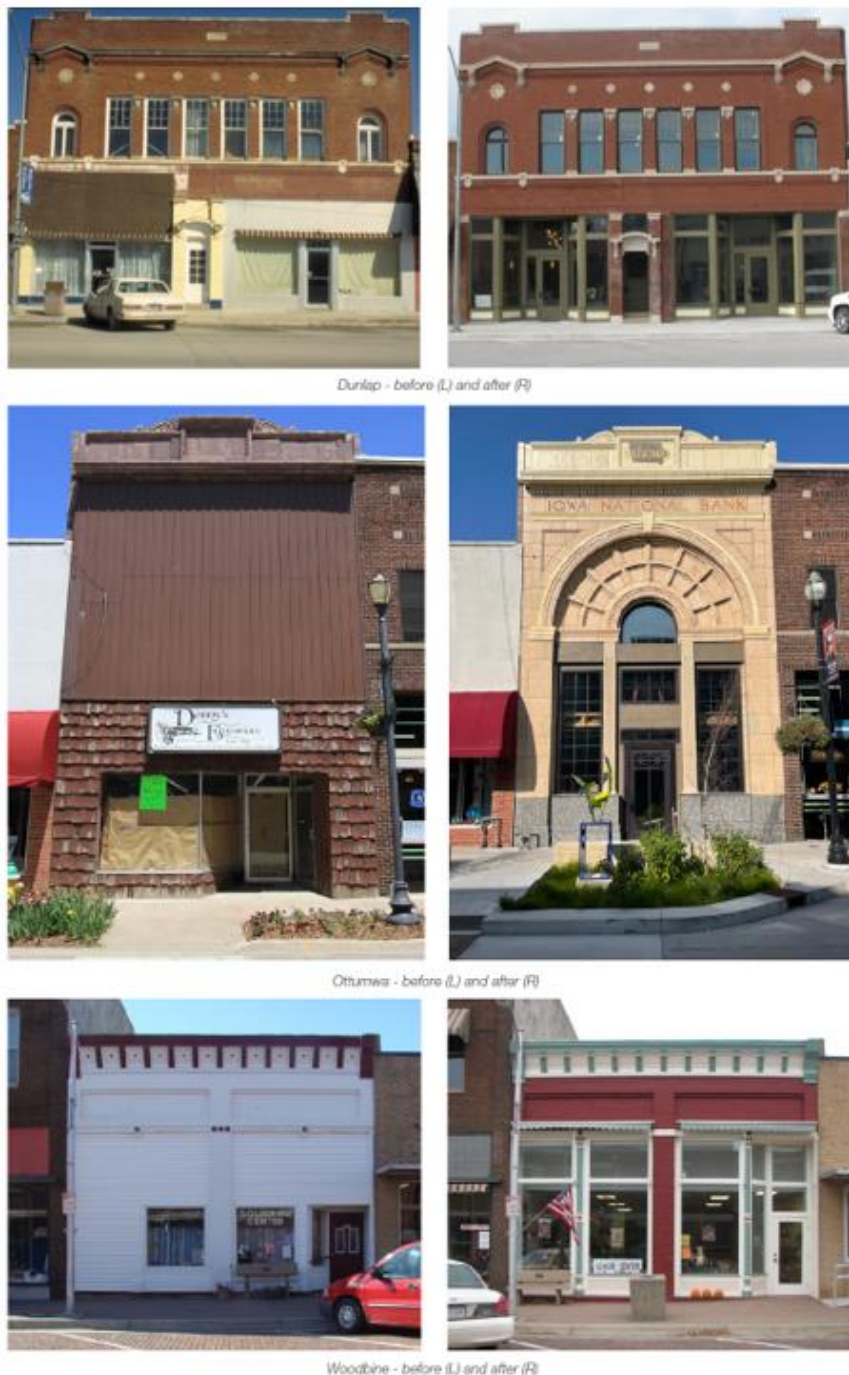
Esteja ciente dos diferentes códigos e regulamentos que podem ser aplicados aos projetos das edificações, dependendo da sua jurisdição local; muitos projetos de reabilitação de edifícios históricos exigirão atualizações para aumentar a segurança do edifício. Consulte as autoridades locais desde o início para descobrir quais medidas de saúde, segurança e bem-estar são necessárias, o que os códigos de construção permitem e se uma licença de construção é necessária para o escopo do trabalho proposto. Os regulamentos de zoneamento podem afetar os usos permitidos, a sinalização permitida ou os requisitos de estacionamento. Sua área também pode ter diretrizes de projeto locais que devem ser seguidas para incentivar um projeto apropriado ou um processo de revisão que exija aprovação antes do início da obra. O envolvimento com as autoridades locais na fase mais inicial possível do processo de planejamento é fundamental para identificar requisitos e soluções alcançáveis (Main Street Iowa, [2022?], p. 50, tradução própria).

O penúltimo Apêndice – *Tools and resources* – apresenta uma listagem de agentes públicos, órgãos, entidades, fundos e programas de incentivo fiscal, colaboradores e responsáveis pela gestão e conservação integrada da paisagem e patrimônio ambiental urbano das *main streets* do estado de Iowa.

Com isso, observa-se que, nos apêndices, a conduta contextual e a concepção de conservação integrada e emergem como pontos de partida para os agentes que irão intervir sobre as *main streets*. Diante disso, o último apêndice ainda apresenta uma série de fotografias com “antes” e “depois” de projetos de intervenção (Figura 45) que seguiram as diretrizes presentes no *Downtown Design Guide* e/ou as mesmas abordagens utilizadas no Guia, evidenciando aos usuários do instrumento as possibilidades projetuais passíveis de serem alcançadas através do documento, salvaguardando o caráter da paisagem urbana local, uma vez que, no *Downtown Design Guide* do estado de Iowa, os estabelecimentos e edifícios são pensados pelas

suas articulações com área e paisagem comercial na qual se estabelecem.

Figura 45. Exemplos de projetos de intervenção – *Downtown Design Guide*



Fonte: Main Street Iowa, [2022?], p. 57-59. Organizado pela autora, 2024.

Neste Guia, também se apresentam iniciativas potenciais e fieis às dinâmicas e movimentos das cidades, mas com um enfoque mais objetivo: o comércio. Diante das diretrizes e conteúdos gerais que compõem as seções do *Downtown Design*

Guide, observa-se um iniciativas de ordem integrada e contextuais que residem em um objetivo central: a garantia de uso das áreas comerciais. Frente a isso, as diretrizes específicas demonstram aberturas para com as abordagens adotadas, centrando-se especialmente na defesa dos elementos que atribuem caráter à paisagem urbana como ativos para se garantir a identidade da área e, por conseguinte, a permanência e uso do lugar do mercado. É interessante ressaltar como tais orientações são atreladas às especificidades do espaço terciário, uma vez que a vacância e subutilização constituem impactos diretos ao conjunto urbano e não apenas à individualidade do estabelecimento comercial.

Para além disso, outras potencialidades podem ser destacadas diante das dimensões espaciais, temporais e socioculturais: a construção de uma linguagem gráfica e textual direta e acessível aos diversos usuários do Guia; a interlocução com demais órgãos e programas; o incentivo à articulação para com as leis e códigos de planejamento urbano; a compreensão da inevitabilidade da mudança e sua possibilidade de valoração frente à identidade local; dentre outros aspectos destacados ao longo da análise.

Por fim, em síntese, ainda se faz possível identificar as correspondências entre a estrutura analisada do próprio *Downtown Design Guide* do estado de Iowa com as macrocategorias fundantes da anatomia de um Guia de Design, como é possível verificar pela Figura 46.

Figura 46. Correspondências entre o *Downtown Design Guide* e a anatomia de um Guia de Design



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em seguimento ao que se propõe o presente subcapítulo da dissertação, o segundo caso do Padrão 2 corresponde ao *Uptown Design Guidelines* para a área central da cidade de Marion, no estado de Iowa (*Uptown Marion*, 2016). Foi produzido sob responsabilidade da comunidade oficial “*Uptown Marion Main Street*” (Figura 47), programa credenciado ao *Main Street America*, através do *Main Street Iowa*, desde 2013. O programa, a nível local, corresponde a uma organização “501(c)(6) *non-profit*”, isto é, uma organização sem fins lucrativos com foco nas áreas comerciais, imobiliárias e empresariais, sendo subsidiária do *Marion Chamber of Commerce* (agente responsável pelo comércio local). De acordo as informações do site oficial do programa, desde 2013, em números cumulativos, o *Uptown Marion Main Street* teve um impacto econômico na cidade com: investimentos privados de aproximadamente US\$ 47.472.148 dólares; 136 inaugurações de expansões e/ou novos estabelecimentos comerciais; US\$ 3.726.500 de dólares arrecadados através de subsídios fiscais do estado; e, 11.721 horas de trabalhos voluntários realizados pela

sociedade civil organizada do município (Uptown Marion, c.2024). Frente aos dados cumulativos, ainda vale ressaltar que a cidade de Marion apresenta uma área aproximada de 28,65 km² (17,80 milhas²) e 41.536 habitantes, segundo o Censo de 2020 (U.S. Census Bureau, 2020).

Figura 47. Logo do programa *Uptown Marion Main Street*



Fonte: Uptown Marion, c.2024.

Assim como as demais comunidades oficiais credenciadas e filiadas ao *Main Street America*, o programa da cidade de Marion (IA) também adere à abordagem quatro-pontos, na qual as ações de planejamento urbano, gestão, conservação e salvaguarda do patrimônio ambiental urbano se concentram no ponto do Design. Dentre as ações, destaca-se o *Uptown Design Guidelines* (Figura 48), inserido em uma operação integrada denominada “*Building Rehabilitation Support*”³³. O instrumento foi adotado desde 2014 para a *main street* de Marion e em 2016 ocorreu sua última publicação. Em articulação com o Guia de Design local, o programa ainda faz referência ao *Downtown Design Guide* do estado Iowa como fonte de diretrizes às práticas de conservação e construção de novas edificações sobre a paisagem urbana comercial já existente. Com isso, de acordo com o programa, ambos Guias foram adotados formalmente pela comunidade oficial (Uptown Marion, c.2024).

³³ O *Building Rehabilitation Support* consiste em uma série de ações voltadas ao desenvolvimento e melhoria do ambiente construído da cidade de Marion, especialmente o comercial, centralizando os ativos físicos que conferem identidade área. Pode-se citar as ações: *Design Guidelines Oversight*; *Prioritizing Public Improvements*; *Building Condition Analysis*; *Historic Preservation*; *Design Assistance Development & Oversight of Local Preservation Ordinances*; *Design Education & Awareness*; *District Beautification*; e, especialmente, o *Uptown Design Guidelines*.

Figura 48. Capa do *Uptown Design Guidelines*



Fonte: Uptown Marion, 2016.

Diante disso, o instrumento – *Uptown Design Guidelines* – se subdivide em oito seções, sendo uma introdução e sete partes centrais, a saber: (1) *Intent and purpose*; (2) *Applicability*; (3) *Definitions*; (4) *Architectural Requirements*; (5) *Signage*; (6) *Landscaping*; e, (7) *Design Review Board Enforceability and Procedures*. Logo na introdução se apresenta um dos motivos pelos quais o programa *Uptown Marion Main Street* desenvolveu o instrumento para a comunidade local:

O Guia de Design a seguir representa um esforço para auxiliar o desenvolvimento futuro do Uptown Marion Main Street District [...]. As diretrizes proporcionam consistência e evitam designs arbitrários, fornecendo assim as ferramentas e orientações necessárias para integrar as novas construções e as intervenções no contexto da comunidade.

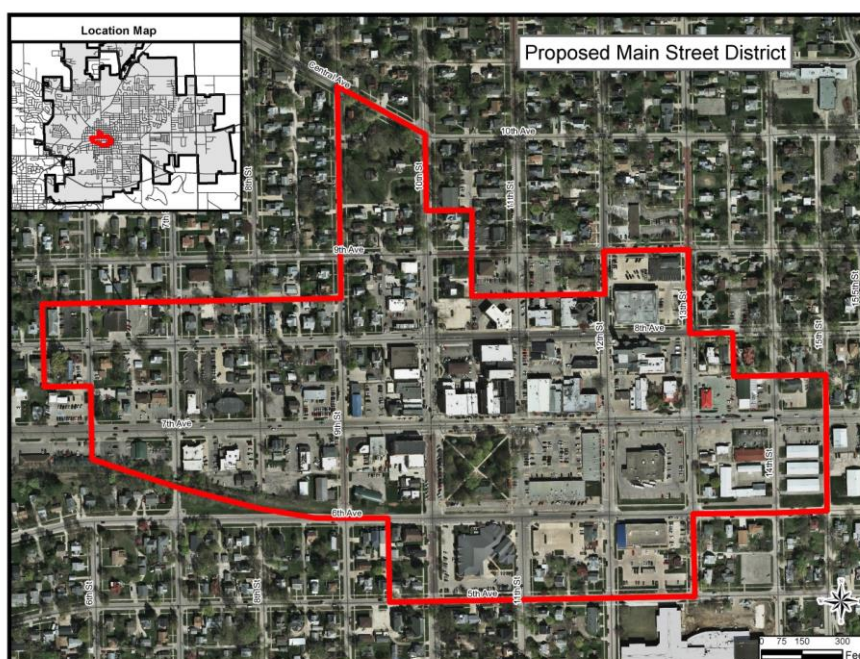
A intenção é estabelecer diretrizes que melhorem o ambiente para comércio, entretenimento e lazer por meio de princípios básicos de design, como textura, cor, ritmo e padrão de construção.

O resultado será desenvolver um impacto visual satisfatório no distrito de Uptown Marion, preservar os valores tributáveis e promover a saúde, a segurança e o bem-estar públicos. Estas diretrizes apresentarão o futuro à comunidade Uptown Marion, mantendo ao mesmo tempo sua rica herança (Uptown Marion, 2016, p. 1, tradução própria).

Já na Introdução alguns atributos básicos são evidenciados como fundamentais à identidade e ambiência locais (textura, cor, ritmos e padrões de construção de uma maneira geral). Esse contexto, por sua vez, é delimitado por uma área específica que

representa a *main street* do município, denominada *Uptown Marion Main Street District* (Figura 49). Diferentemente dos demais Guias analisados, aqui se observa uma delimitação perimetral da área específica à qual o Guia de Design de *Uptown Marion* irá incidir, contextualizando as diretrizes para com a identidade e o caráter distintivos do lugar do comércio do município.

Figura 49. Localização do *Uptown Marion Main Street District*



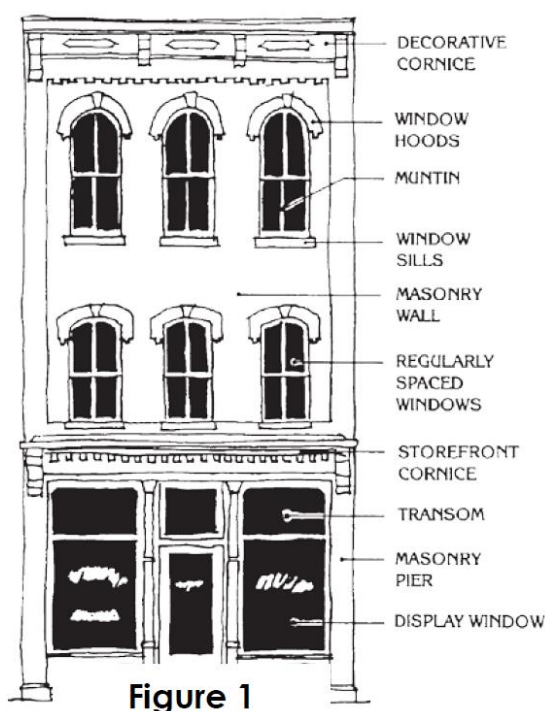
Fonte: Uptown Marion, 2016, p. 1.

Após, a primeira e segunda partes do *Uptown Design Guidelines* vão apresentar, primeiro, as intenções e propósitos do instrumento e, segundo, sua aplicabilidade, complementando as informações preambulares presente na seção destinada à introdução. Nelas, define-se como intenção central cultivar e compreender os significados e significâncias históricos que conferem identidade à comunidade, assim como às edificações isoladas, com o propósito de se valorar o distrito nos aspectos econômicos, culturais e históricos. Para tanto o programa, através do instrumento, define que o Guia deverá ser aplicado à toda área comercial do distrito de *Uptown Marion Main Street*, uma vez que representa a *main street* de especial interesse à cidade (Uptown Marion, 2016). Destaca-se que, nessas seções, o programa atribui ao instrumento o “porquê” de se construir o Guia e o motivo pelo qual sua adesão – pelos mais diversos agentes envolvidos com a intervenção sobre o

patrimônio ambiental urbano – se faz importante para conservar e reforçar aquilo que distingue e atribui caráter ao distrito. Com isso, faz-se um chamamento de responsabilização coletiva para com a paisagem urbana, uma vez que sua gestão, conservação e salvaguarda contribui diretamente à condição existencial da comunidade local e seu comércio.

A terceira parte, por sua vez, contempla as “definições” dos termos técnicos que integram as diretrizes específicas ao longo Guia, traduzindo-as através de definições, conceitos e esquema gráfico (Figura 50), à luz de conferir uma legibilidade acessível aos diversos usuários do instrumento, como agentes público, órgãos, técnicos/profissionais da área, comerciantes, consumidores e proprietários, por exemplo.

Figura 50. *Uptown Design Guidelines: Parte 3* – exemplo de esquema gráfico



Fonte: Uptown Marion, 2016, p. 4.

A partir das seções que seguem, o instrumento apresenta as diretrizes específicas que recaem sobre a *main street* do município. Na parte quatro – *Architectural Requirements* – são apresentadas as diretrizes que discorrem diretamente sobre a massa edificada do conjunto e da edificação isolada, subdividindo-se em cinco capítulos: (1) *General*; (2) *Siting*; (3) *Materials and construction*; (4) *Building sizes and proportions*; e, (5) *Mechanical and electrical items*.

Diante ao que se propõe a quarta parte do instrumento, seus capítulos podem ser analisados conjuntamente, seguindo a estruturação adotada para a análise dos estudos de caso, isto é, sistematizando a temática, elemento, conteúdo e implicações ao caráter da paisagem (Quadro 24)

Quadro 24. *Uptown Design Guidelines: Parte 4*

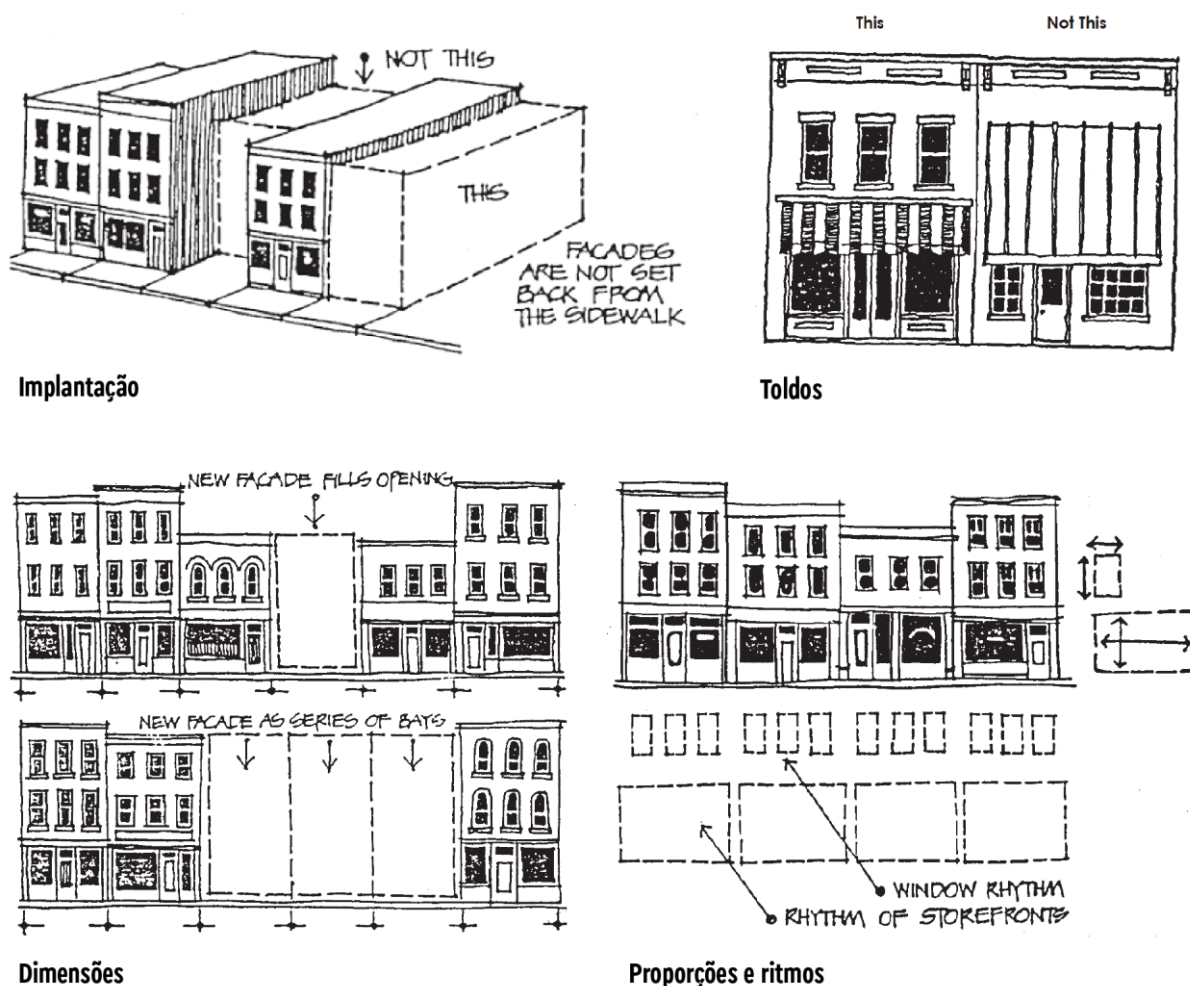
PARTE 4 – capítulos 1 a 5 <i>Uptown Design Guidelines – Uptown Marion Main Street</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Requisitos arquitetônicos (<i>Architectural Requirements</i>)	Geral (<i>General</i>)	Orienta o cumprimento dos códigos e leis de ordenamento da cidade, especialmente do <i>Uptown Marion Main Street District</i>	Conservação integrada
	Implantação (<i>Siting</i>)	Orienta a manutenção da implantação da edificação junto ao alinhamento predial e destaca a importância de se implantar estacionamentos fora do ponto focal/fachada principal da edificação	Implantação e recuos
	Materiais e construção (<i>Materials and construction</i>)	Destaca a importância dos materiais e seus aspectos constitutivos para a rede de significâncias do lugar. Nas fachadas, orienta o uso irrestrito de pedras e tijolos cerâmicos aparentes; limitado de madeiras, estuque, blocos de concreto, azulejo cerâmico, concreto, metais e aços, vidro e tijolos de vidro (nos pavimentos superiores), e toldos de tecido; proibido de alumínio, tapumes vinílicos e pré-moldados, porcelanato, painéis esmaltados, telhas asfálticas ou de madeira.	Relações de conjunto, cores, texturas e forma dos materiais
	Dimensões e proporções (<i>Building sizes and proportions</i>)	Destaca a importância das dimensões e proporções das edificações para o caráter do conjunto. Orienta que a altura máxima de uma edificação em intervenção (ou implantação de uma nova construção) deva ser similar à altura do conjunto de edificações imediatas/adjacentes ao lote. Orienta a utilização de cornijas para delimitar as <i>storefronts</i> . Por fim, também orienta que as cornijas e as aberturas (portas e janelas) apresentem proporções semelhantes às das edificações circundantes no conjunto	Relações de conjunto, forma plástica, silhueta, volume, ornamentação, escala/proporções e ritmos
	Itens mecânicos e elétricos (<i>Mechanical and electrical items</i>)	Orienta que o local de colocação de todos os itens mecânicos e elétricos não interfira na visão da edificação e do conjunto. Caso contrário, orienta que todos os itens expostos devam ou ser pintados com cores aproximadas às da edificação para ocultá-los, ou protegidos com um invólucro arquitetonicamente integrado ao edifício	Relações de conjunto, forma plástica, texturas e cores

Fonte: Uptown Marion, 2016; elaborado pela autora, 2024.

Estes capítulos, por sua vez, ainda são acompanhados de quatro esquemas

gráficos com fins a se garantir a legibilidade das orientações técnicas pelos mais diversos agentes envolvidos na conservação do caráter da *main street*, como pode ser observado pela Figura 51.

Figura 51. *Uptown Design Guidelines*: Parte 4 – esquemas gráficos



Implantação

Toldos

Dimensões

Proporções e ritmos

Fonte: *Uptown Marion*, 2016, p. 5-9. Organizado e adaptado pela autora, 2024

Aqui, já se destaca outra proximidade/interseccionalidade entre o Guia de Design geral do estado de Iowa com o local de Marion (IA), uma vez que ambos fazem usufruto de alguns esquemas gráficos comum a ambos³⁴, conectando-os perante aos seus objetivos. Observa-se que, para o *Downtown Design Guide* (estadual), estes esquemas foram incorporados ao instrumento de maneira superficial, destacando sua importância, mas sem aprofundamento quanto às diretrizes específicas, enquanto o *Uptown Design Guidelines*, por sua vez, já apresenta diretrizes específicas frente ao

³⁴ Para tanto, ver Figura 43 e Figura 51.

caráter da paisagem urbana comercial local.

Outra diretriz específica ao distrito de *Uptown Marion Main Street* consiste nos estacionamentos, os quais são contemplados como elementos fundamentais às áreas comerciais, uma vez que são considerados como uma forma pela qual se pode garantir o fluxo, permanência e uso da *main street*, haja vista a intensificação dos automóveis nas cidades. Diante disso, no Guia se reconhece o impacto que o local de implantação dos estacionamentos pode proporcionar – negativamente – à identidade do conjunto e à significância da área comercial. Com isso, a orientação central para este elemento reside na sua implantação aos fundos, laterais ou margens dos lotes com estabelecimentos comerciais, não sendo protagonista na paisagem, nem interferindo na legibilidade das fachadas, garantindo uma escala prioritária aos pedestres, uma vez que estas são características reconhecidas como fundamentais ao caráter local da área.

Por fim, outra diretriz que pode se destacar como específica às áreas comerciais e ao distrito comercial central e Marion (IA) corresponde aos toldos e revestimentos. Aqui, como pode ser observado pela Figura 51, reconhece-se o potencial transformativo que tais elementos podem empregar à paisagem urbana, uma vez que podem acobertar demais atributos básicos fundamentais ao caráter do conjunto, como o ritmo das aberturas, ornamentações das cornijas, vitrines e demais atributos destacados como fundamentais no *Uptown Design Guidelines*. É diante disso que o Guia destaca a importância da gestão, conservação e salvaguarda do caráter local por meio das diretrizes do instrumento.

Frente aos elementos específicos e fundamentais aos estabelecimentos e paisagem urbana comerciais, o Guia destina uma seção inteira ao tema das sinalizações. Na quinta parte, orienta-se que as sinalizações (placas, letreiros e pinturas indicativas do comércio) devam ser compreendidas como elementos secundários aos atributos das edificações, uma vez que sua má colocação/disposição nas fachadas pode acobertar demais elementos que dão caráter ao conjunto. Em vista disso, o *Uptown Design Guide* orienta que, ao projetar sinalizações à *main street*, estas devem se adequar ao contexto, uma vez que “possuem capacidade de melhorar ou diminuir as qualidades da arquitetura e do conjunto” (Uptown Marion, 2016, p. 10). Tais diretrizes, por sua vez, são traduzidas em um esquema gráfico que apresenta a colocação de uma sinalização “aceitável” e outra “inaceitável”, colocando em contraponto ambas intervenções sobre o ambiente construído, garantindo a

legibilidade aos diversos agentes envolvidos (Figura 52).

Figura 52. *Uptown Design Guidelines*: Parte 5 – localização de uma sinalização



Fonte: Uptown Marion, 2016, p. 10.

Após, o Guia de Design do distrito comercial de Marion (IA) apresenta o capítulo dos “requisitos”, no qual se apresentam quatro critérios e diretrizes a serem atendidos como forma de se garantir a identidade do conjunto e da edificação isolada. Essas diretrizes, por sua vez, ainda apresentam implicações diretas ao caráter da paisagem, podendo ser analisadas e sistematizadas em conjunto, como pode ser observado no Quadro 25.

Quadro 25. *Uptown Design Guide*: Parte 5 – capítulo 1

PARTE 5 – capítulo 1 <i>Uptown Design Guidelines – Uptown Marion Main Street</i>	
Diretrizes	Implicações ao caráter da paisagem
“1. A sinalização deve atender a todos os códigos da cidade e receber uma licença de sinalização.”	Conservação integrada
“2. Os tipos de sinalização devem se adequar aos detalhes arquitetônicos do edifício onde são colocados. O edifício deve enquadrar a placa. O tamanho de qualquer sinalização não deve descaracterizar a continuidade do edifício.”	Relações de conjunto, forma plástica, ornamentações e escala/proporções
“3. Os sinais devem se relacionar com a arquitetura em pelo menos uma ou mais das seguintes categorias: material, forma e cor. Exemplo: Uma placa colocada no primeiro andar de um edifício pode ser repetida nos topos arqueados das janelas do segundo andar. Exemplo: Um toldo verde escuro colocado acima de uma janela pode ter acabamento para combinar com os lintéis de pedra do edifício.”	Relações de conjunto, forma dos materiais, texturas e cores
“4. Use apenas um sinal saliente por edifício.”	Escala/proporções, volume e forma dos materiais

Fonte: Uptown Marion, 2016, p. 11, tradução própria; elaborado pela autora, 2024.

Essas diretrizes, especialmente a segunda, ainda são traduzidas em um esquema gráfico que apresenta as relações entre uma placa com as demais dimensões de uma edificação comercial do distrito (Figura 53)

Figura 53. *Uptown Design Guidelines*: Parte 5 – requisitos



Fonte: Uptown Marion, 2016, p. 11.

No último capítulo da quinta parte do instrumento, apresentam-se as diretrizes específicas quanto à localização, tamanhos e proporções das sinalizações diante dos demais elementos e atributos arquitetônicos que conferem caráter à edificação isolada e ao conjunto do patrimônio ambiental urbano do distrito.

A localização e o tamanho da sinalização são aspectos importantes de um bom design de sinalização. Ao selecionar um design, o mais importante a lembrar é que maior não é necessariamente melhor. Embora uma sinalização deva ser claramente visível, nunca deve dominar a fachada do edifício, nem obscurecer os seus detalhes arquitetônicos (Uptown Marion, 2016, p. 12).

Independentemente da localização da sinalização escolhida, o Guia destaca três diretrizes específicas que complementam as presentes no Quadro 25:

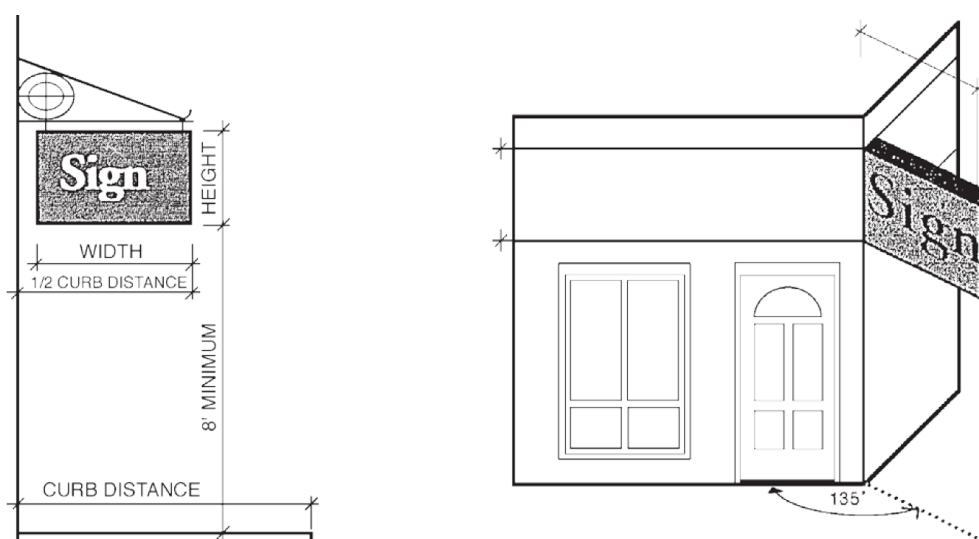
1. Evite cartazes excessivamente grandes. Lembre-se de que, diferentemente do desenvolvimento moderno de rodovias, os edifícios e ruas de Uptown Marion foram construídos em escala humana, orientados para pedestres e não para carros. Conseqüentemente, não é necessário depender de cartazes excessivamente grandes para atrair clientes.

2. Não obscureça nem destrua detalhes arquitetônicos. Arcos, painéis de vidro e alvenaria decorativa são apenas algumas das características encontradas em muitos edifícios de Uptown que refletem uma qualidade de acabamento difícil de se replicar hoje. Esses detalhes melhoram muito nossa atmosfera urbana.

3. Coordenar a colocação de sinalização nas vitrines adjacentes, especialmente aquelas do mesmo edifício. Colocar sinalizações mais altas ou mais baixas do que as adjacentes pode não aumentar a legibilidade, mas, em vez disso, criar confusão visual. Porém, se as placas adjacentes estiverem superdimensionadas ou mal posicionadas, a única solução é fazer o que é melhor para a sua vitrine e esperar que os comerciantes vizinhos sigam o seu exemplo.

Nota-se, a partir disso, que são apresentadas as configurações de elementos característicos ao distrito e que, pela sua articulação conjunta, conferem a dimensão simbólica identitária da paisagem urbana local. Diante disso, o Guia complementa as diretrizes apresentando o real dimensionamento das sinalizações e seus locais permitidos e proibidos de colocação frente ao caráter do contexto. Em vista disso, aborda sinalizações em: telhados e coberturas (proibidas); paredes e janelas (proporções pré-estipuladas); outdoors (proibidas); banners (apenas para uso temporário); murais pintados (permitido apenas para fins artísticos e culturais); placas projetadas (proporções pré-estipuladas - Figura 54); postes (proibidas); e, em estabelecimentos comerciais fechados e/ou abandonados (devem ser removidos após vacância).

Figura 54. *Uptown Design Guidelines*: Parte 5 – exemplo de localização e proporções



Fonte: Uptown Marion, 2016, p. 14.

Por fim, neste capítulo ainda se apresentam diretrizes específicas quanto: à manutenção da sinalização, garantindo sua estruturação ao longo do tempo; às

sinalizações em não conformidade com o caráter do conjunto, as quais deverão cumprir os requisitos estipulados, sendo aceitáveis alterações e mudanças que não descaracterizem o conjunto; às cores, incentivando o uso de cores que proporcionem contrastes entre as placas e as tipografias utilizadas, garantindo a legibilidade do estabelecimento comercial; e, à iluminação, sendo permissíveis letreiros luminosos, desde que não infrinjam os códigos locais e não sejam “piscantes” nem móveis.

Já a sexta parte do Guia – *Landscaping & Site Work Requirements* – vai apresentar uma única diretriz, a qual retoma e orienta que todos os trabalhos e projetos de intervenção que recaiam sobre a paisagem urbana do conjunto, inclusive aqueles temas não abordados no instrumento, devam estar em acordo com os códigos e regulamentações municipais. Com isso, novamente se reforça a dimensão da conservação integrada através do instrumento, fato também presente na última parte do Guia – Conselho de Revisão de Design, Execução e Procedimentos –, o qual articula as diretrizes específicas do *Uptown Design Guide* com demais órgãos e ordenanças de planejamento urbano. É nesse capítulo que também se apresenta o apoio técnico e procedimental que deve ser seguido pelos comerciantes, proprietários e usuários do Guia no momento de se buscar assistência técnica e no momento de intervir sobre os bens do patrimônio ambiental urbano do distrito em questão.

Para a presente pesquisa, ainda se faz possível realizar uma breve identificação do estado atual da paisagem urbana de *Uptown Marion Main Street District* em comparação àquela anterior à elaboração do Guia de Design. Com isso, utilizou-se a plataforma *Street View* para avaliar a parcialmente a real aplicação do instrumento. O levantamento pôde ser realizado identificando imagens anteriores ao ano de 2014 (ano base de adoção do Guia) e imagens atuais, localizando possíveis congruências entre as diretrizes e o estado da paisagem urbana local. Para tanto, foram escolhidas imagens de edificações e conjuntos edificados que apresentassem os principais elementos e atributos básicos tratados no Guia de Design, avaliando-os comparativamente ao longo das capturas de imagem do *Street View*. Assim, a Figura 55 e Figura 56 destacam os principais aspectos observados e levantados a partir do estudo realizado.

Figura 55. Aplicabilidade do *Uptown Design Guidelines*: comparativo entre paisagem urbana atual anterior a 2014 – preexistente

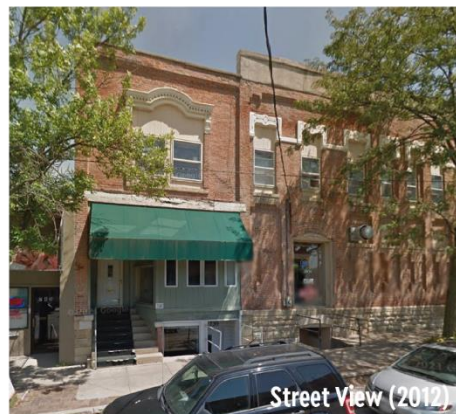
7th Avenue

(Toldos, janelas, vitrines, cornijas, sinalizações e ornamentações)



10th Street

(Toldos, janelas, materiais, cornija, cor e textura)



Fonte: Street View, 2012; 2016; 2019; 2022. Organizado pela autora, 2024.

Figura 56. Aplicabilidade do *Uptown Design Guidelines*: comparativo entre paisagem urbana atual anterior a 2014 – novas construções

7th Avenue

(Relações de conjunto, implantação, materiais, cores, texturas, ritmos, escala/proporções, volume e coroamento)



7th Avenue x 10th Street

(Implantação, estacionamento, materiais, cores e texturas)



Fonte: Street View, 2012; 2023. Organizado pela autora, 2024.

Para além disso, a aplicabilidade do Guia também pode ser aferida a partir da edificação *Marion Memorial Hall*, a qual sofreu descaracterizações de seus elementos fundamentais, especialmente aqueles que atribuem caráter a uma edificação comercial local. Posteriormente, a edificação sofreu novas intervenções – com vistas a sua recuperação – diante da identidade do conjunto da *main street*, incorporando as diretrizes existentes no Guia de Design. Aspectos como as vitrines, materiais, cores, texturas, cornijas, ornamentos, aberturas (portas e janelas) e ritmos podem ser observados a partir da Figura 55, evidenciando alguns dos atributos básico formais que, pela sua dimensão simbólica à paisagem e ao conjunto, apresentam especial valor e interesse ao local.

Figura 57. Aplicabilidade do *Uptown Design Guidelines*: *Marion Memorial Hall*



Fonte: Street View, 2012, 2016, 2022; Uptown Snug, c.2024; Uptown Marion, 2020. Organizado pela autora, 2024.

Ainda, em síntese, pode-se identificar as correspondências entre a estrutura analisada do próprio *Uptown Design Guide*, complementado por informações presentes no site oficial do programa da cidade de Marion (IA) (operação integrada denominada “*Building Rehabilitation Support*”), com as macrocategorias fundantes da anatomia de um Guia de Design, como é possível verificar pela Figura 58.

Figura 58. Correspondências entre o *Uptown Design Guide* e a anatomia de um Guia de Design



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Diante das análises, observa-se que o *Uptown Design Guide* vai apresentar diretrizes mais específicas, destrinchando os elementos que, para *Uptown Main Street District*, vão atribuir caráter à paisagem urbana comercial, como a escala, proporções, ritmos e tipos de sinalizações. Em contrapartida, o *Downtown Design Guide* do estado de Iowa, por sua vez, vai residir especialmente em iniciativas que garantam o uso e permanência do comércio, e em elementos mais gerais, presentes em qualquer ambiente construído, como os materiais e seus atributos básicos (cores e texturas). Articulando os dois instrumentos, contemplam-se temáticas distintas que contribuem diretamente para a gestão, conservação e salvaguarda da paisagem, adentrando fiel e potencialmente nas três dimensões que um Guia de Design pode atingir: temporal, espacial e sociocultural.

5.2.3 Padrão 3: Guias de Design para as *main streets* de Marshfield (WI) e Rawlins (WY)

O presente subcapítulo se destina ao estudo de caso de dois Guias de Design

construídos para o contexto da esfera local/municipal, no qual a esfera estadual não apresenta um Guia de Design geral, a saber: cidade de Marshfield, Wisconsin, com os Guias “*Main Street Marshfield Design Guidelines*” (Main Street Marshfield, 2016) e “*Downtown Marshfield Design Guidelines*” (Main Street Marshfield, 2022); e, a cidade Rawlins, Wyoming, com o Guia “*Downtown Rawlins Design Guidelines*” (Rawlins DDA Main Street, 2012).

Diante disso, encetando pelo programa com credenciamento mais antigo ao *Main Street America* – dentre os casos elencados no Quadro 12 –, a comunidade *Main Street Marshfield* (Figura 59) foi fundada em 1990 por um grupo de 40 residentes locais, aproximadamente, distribuídos entre comerciantes, técnicos e agentes públicos (Main Street Marshfield, c.2024).

Figura 59. Logo do programa *Main Street Marshfield*



Fonte: Main Street Marshfield, c.2024.

Neste caso, o programa se consolidou como uma corporação voluntária sem fins lucrativos com o propósito de atuar como um “catalisador da revitalização do centro da cidade através de esforços concentrados na organização, promoção, design e vitalidade econômica” (Main Street Marshfield, c.2024).

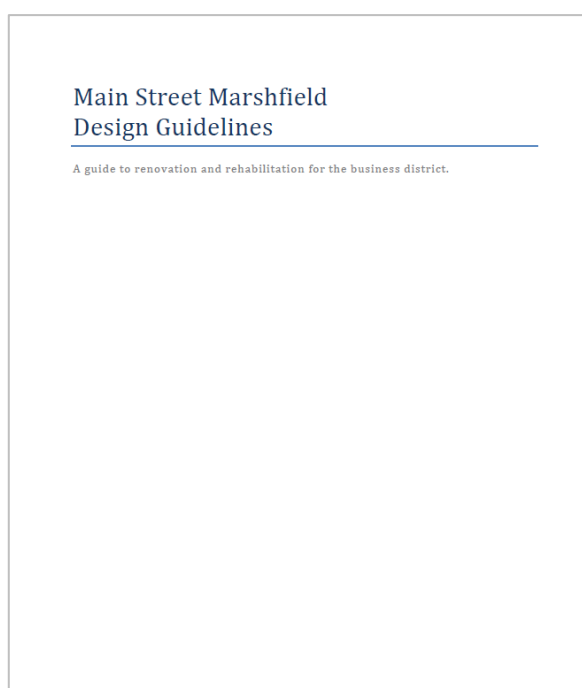
Nossa missão é energizar e fortalecer o centro da cidade de Marshfield. Nossa visão é homenagear a história do nosso centro da cidade e, ao mesmo tempo, buscar novas formas de revigorar e estimular a vitalidade econômica dos negócios do distrito. Nosso objetivo é tornar o centro de Marshfield um destino vibrante e criar experiências que proporcionem um sentimento de família, comunidade e união para todos os residentes e visitantes (Main Street Marshfield, c.2024, [n.p.], tradução própria).

Apenas no ano de 2021, o programa teve um aumento variável entre 25% a 100% de vendas entre os estabelecimentos comerciais locais; 53 novas parcerias de patrocínio; 1.129 horas voluntariadas; US\$ 20.000 dólares arrecadados de fundos públicos municipais de incentivo fiscal para intervenções em fachadas; e, US\$ 40.000 investidos na área por meio do programa Coordenador de Wisconsin (Main Street Marshfield, c.2024). Vale ressaltar que a cidade de Marshfield apresenta uma

extensão territorial aproximada de 35,38 km² (13,66 milhas²) e 18.929 habitantes (U.S. Census Bureau, 2020).

Diante do *Four-point Approach* adotado nos planos estratégicos e estruturação do programa, dentre as ações concentradas no ponto Design, o Guia de Design destinado à *main street* da cidade ganha especial destaque. Sua primeira edição foi publicada em 2016, sob título *Main Street Marshfield Design Guidelines* (Figura 60). Neste Guia, concentraram-se esforços de contextualização sobre os valores e significância locais, apresentando os estilos arquitetônicos marcantes à paisagem urbana do conjunto e os atributos básicos que, pela sua articulação conjunta, conferem identidade à *main street*. Nesse documento, ainda se apresentam as diretrizes específicas que versam sobre os temas: (a) princípios para a preservação histórica; (b) sequência de ações para a preservação; (c) fachadas; (d) design tradicional e melhorias de vitrines; (e) materiais; (f) fachadas posteriores e de fundos; (g) elementos e ornamentações; (h) portas e janelas; (i) paisagem; (j) cores; (k) novas construções; (l) proporções; (m) composição; (n) implantação; (o) iluminação; (p) sinalização; (q) toldos; (r) acessos; (s) manutenções e reparos; (t) equipamentos mecânicos e elétricos; (u) créditos e incentivos fiscais; e (v) recursos de apoio técnico e procedimental (Main Street Marshfield, 2016).

Figura 60. Capa do *Main Street Marshfield Design Guidelines*



Fonte: Main Street Marshfield, 2016.

Frente à inevitabilidade da mudança e à necessária revisão periódica que um Guia de Design deve sofrer – diante de seu contexto – o programa *Main Street Marshfield* realizou, no ano de 2022, a publicação de uma nova versão do Guia, passando a ser intitulado “*Downtown Marshfield Design Guidelines*” (Figura 61). Nele, contemplaram-se as diretrizes já existentes na versão anterior, fazendo algumas poucas, mas necessárias, alterações no que concerne às diretrizes específicas e, principalmente, construindo um documento com maior legibilidade das orientações.

Figura 61. Capa do *Downtown Marshfield Design Guidelines*



Fonte: Main Street Marshfield, 2022.

Na versão do instrumento de 2016, o programa consolidou a contextualização da importância e valores que recaem sobre a *main street*. Nessa versão, as diretrizes específicas, em sua grande maioria, foram apresentadas na ordem de textos, fazendo uso de poucas imagens e nenhum esquema gráfico. Na versão de 2022, o programa adota uma postura menos “introdutória” e mais pragmática, partindo diretamente para a ação orientativa e procedimental do ato de intervir sobre o patrimônio ambiental urbano. Em vista da correspondência de ambos documentos, e das fiéis e potenciais atualizações da última versão, o aprofundamento da análise se dará no

Downtown Marshfield Design Guidelines, de 2022³⁵. Assim, o instrumento se subdivide em 11 capítulos: (1) *Principles of Historic Preservation*; (2) *Design Guidelines for Facades*; (3) *Storefront Design*; (4) *Design Guidelines for Additions and New Buildings*; (5) *Signage*; (6) *Awnings and Canopies*; (7) *Maintenance and Repair*; (8) *Rear Facades*; (9) *Tax Credits*; (10) *Rehabilitation Resources*; e, (11) *References*.

No primeiro capítulo, apresentam-se os princípios basilares para preservação e reabilitação da *main street* da cidade de Marshfield (WI). Nele, destaca-se que cada “fachada individual das edificações desempenha um papel importante na composição do centro da cidade. Vitrines, sinalização, cores, coberturas e detalhes arquitetônicos, todos desempenham um papel fundamental em projetos bem-sucedidos dos edifícios” (Main Street Marshfield, 2022, p. 3, tradução própria). Aqui, pelas relações de conjunto e pela sua dimensão material e simbólica, já se enunciam alguns elementos e atributos básicos que vão atribuir identidade à área comercial e caráter à paisagem urbana em questão.

Em seguimento, no Guia, inicia-se uma articulação direta entre o conteúdo textual e o leitor-usuário do instrumento, compreendendo-o como um agente que irá intervir sobre o conjunto e, diante da complexidade que recai sobre a ação de conservação da área, reconhece que esta tarefa pode ser árdua.

Reabilitar sua main street pode te sobrecarregar:
 Que materiais devo usar? Quais cores são melhores? Um toldo é apropriado?
 Que tipo de sinalização ficaria melhor?
 Os proprietários ou inquilinos que pretendam intervir sobre os seus edifícios devem começar por avaliar o estado atual de toda a fachada.
 Como as melhorias nas vitrines poderiam se relacionar com todo o impacto visual da edificação? Como o edifício se relaciona com as edificações vizinhas? Como uma melhoria na fachada de uma loja se relaciona com a parte superior histórica do edifício? Que mudanças são necessárias para melhorar a aparência e a integridade da parte superior da edificação?
 Uma vez definida a abordagem básica de um projeto, é importante avaliar a propriedade e identificar quaisquer características e materiais significativos que definam o caráter. A manutenção destes elementos e a utilização do guia para selecionar um mecanismo de tratamento apropriado melhorará muito a qualidade global do projeto de preservação (Main Street Marshfield, 2022, p. 3, tradução própria).

Diante dessas possíveis indagações, são apresentadas diretrizes basilares que contemplam cinco situações problemas: (a) caso uma característica estiver em boas condições, o Guia orienta a manutenção do seu estado de substância atual; (b) se um

³⁵ Quando necessário, demais complementações poderão ser integradas da primeira edição (*Main Street Marshfield Design Guidelines*) de 2016.

atributo apresentar deterioração, o instrumento sugere sua reparação à condição que transmita seu estado de substância material e simbólico ao caráter da edificação e do conjunto; (c) caso não seja viável sua reparação, orienta-se sua substituição por um elemento e/ou material idênticos ou semelhantes aos atributos básicos que lhe garantem identidade (como detalhes e acabamentos); (d) se o elemento e/ou característica não mais existir, isto é, se houver uma lacuna, em prol das relações de conjunto, sugere-se ou a reconstrução a partir de evidências concretas, ou uma releitura do elemento com proporções e materiais típicos do estilo arquitetônico vigente à edificação e/ou ao conjunto; e, (e) caso seja necessária uma nova adição ou nova construção, orienta-se a conservação e manutenção do caráter do conjunto, minimizando os impactos à paisagem (Main Street Marshfield, 2022). Com isso, o Guia de Design de Marshfield apresenta uma sequência pragmática de análise que os usuários do instrumento devem seguir a fim de se escolher a abordagem e o tipo de intervenção mais apropriada frente à realidade e o contexto nos quais se inserem.

O segundo capítulo, por sua vez, vai tratar sobre a configuração e composição das fachadas comerciais tradicionais da *main street* de Marshfield. Destacam-se três partes centrais da fachada, seguidas de um esquema gráfico com o objetivo de traduzir os elementos abordados (Figura 62):

A fachada comercial básica consiste em três partes:

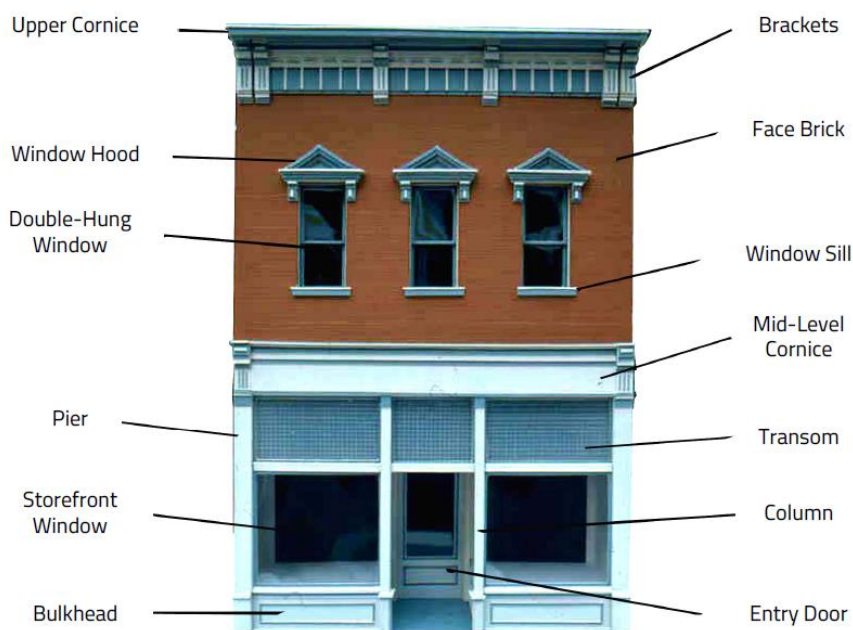
A vitrine com acesso e grandes janelas

A fachada superior em alvenaria com janelas regularmente espaçadas

A cornija decorativa que arremata o edifício.

Esses componentes podem aparecer em vários formatos, tamanhos e estilos, mas o resultado é essencialmente a mesma fachada. No distrito comercial de Marshfield, no centro da cidade, a fachada típica do edifício é uma construção de alvenaria de dois andares (Main Street Marshfield, 2022, p. 4, tradução própria).

Figura 62. *Downtown Marshfield Design Guidelines*: capítulo 2 – fachada comercial tradicional



Fonte: Main Street Marshfield, 2022, p. 4.

A partir da citação e esquema gráfico acima, pode-se extrair algumas implicações diretas que tais elementos vão atribuir ao caráter da paisagem. Ao se tratar da vitrine e das janelas, observa-se que as aberturas e os ritmos das fachadas, quando compreendidas em seu conjunto urbano, vão ganhar especial destaque à identidade local. Ao se tratar das cornijas e seus detalhes, a ornamentação do conjunto e da edificação isolada sobressaem no discurso. Quando em enfoque o tipo de material mais comum utilizado no sistema construtivo, as cores, texturas e formas dos materiais são enunciados como atributos formais e simbólicos à identidade. E, por fim, ao abordar a altura e o arremate das cornijas, o coroamento e a silhueta do conjunto também são enunciadas ao caráter da paisagem urbana.

No terceiro capítulo – *Storefront Design* – o instrumento vai caracterizar a configuração das vitrines e fachadas comerciais térreas comuns ao contexto do conjunto. A partir disso, o Guia de Design de Marshfield destaca os atributos e elementos básicos que definem padrão e conformam o caráter da paisagem urbana da *main street*.

A fachada tradicional das edificações de Marshfield possui uma abertura bem definida e preenchida pelas vitrines. A abertura é delimitada em cada lado por

pilares normalmente construídos em alvenaria. Superiormente, é delimitado pelo lintel da vitrine, o qual é um elemento estrutural de sustentação da fachada superior, e inferiormente pelo passeio (Main Street Marshfield, 2022, p. 6, tradução própria).

A partir da caracterização, o Guia vai apresentar uma série de diretrizes específicas que recaem sobre as *storefronts* das edificações comerciais comuns ao conjunto da *main street*. A partir dessas diretrizes, pode-se extrair algumas implicações diretas que recaem sobre a paisagem urbana local. Para tanto, a análise se estrutura similarmente às demais já realizadas na presente dissertação, apresentando a própria diretriz específica do Guia e suas possíveis reverberações, como pode ser observado no Quadro 26.

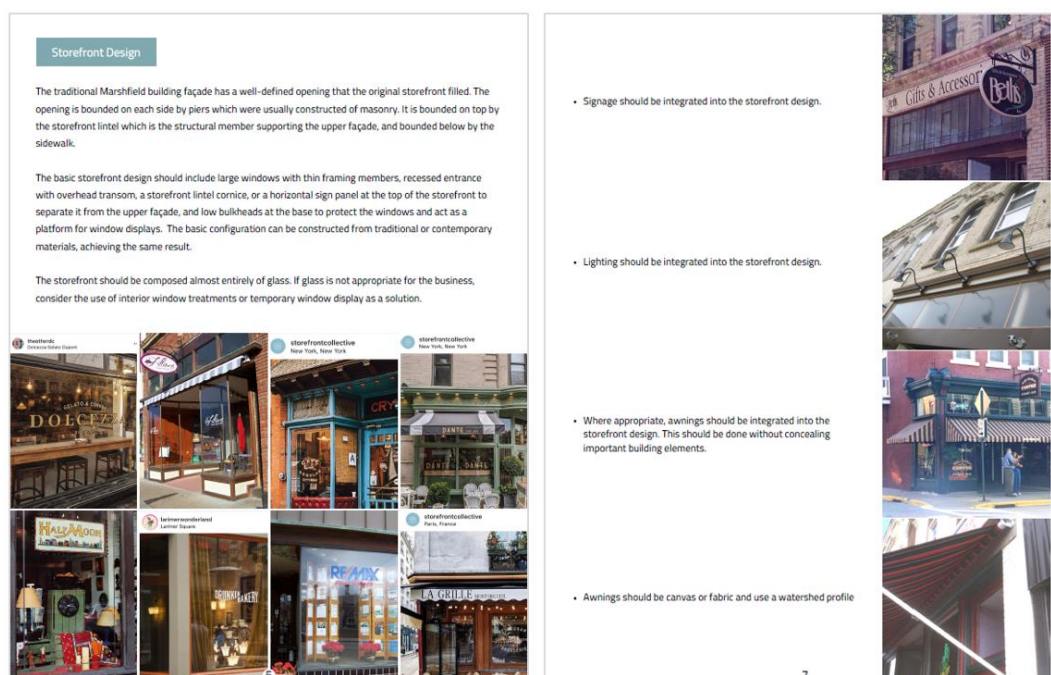
Quadro 26. *Downtown Marshfield Design Guidelines*: capítulo 3

CAPÍTULO 3 – Storefront Design <i>Downtown Marshfield Design Guidelines – Marshfield Main Street</i>	
Diretrizes	Implicações ao caráter da paisagem
“O projeto básico da vitrine deve incluir grandes janelas com molduras finas, entrada recuada com <i>transom</i> superior, cornija ou painel de sinalização horizontal no topo da fachada comercial térrea para separá-la da fachada superior, e peitoris baixos na base para proteger as janelas e servir de plataforma para vitrines”	Relações de conjunto, ornamentações, placas e sinalizações, escala/proporções, forma plástica e ritmos
“A configuração básica pode ser construída com materiais tradicionais ou contemporâneos, obtendo o mesmo resultado”	Relações de conjunto, forma dos materiais, texturas e cores
“A fachada comercial térrea deverá ser composta quase inteiramente por vidro. Se o vidro não for apropriado para o tipo de negócio, considere o uso de cortinas internas ou vitrines temporárias como solução.”	Articulação dos espaços e ritmos
“A entrada deve ser mantida e restaurada em seu local e configuração originais. Se o acesso original desaparecer, a nova entrada deverá ser concebida e colocada considerando os aspectos tradicionais de design, a sua relação com a fachada e simetria geral do edifício”	Articulação dos espaços, relações de conjunto e ritmos
“As <i>transom</i> que estão acobertadas ou bloqueadas devem ser reabertas e restauradas”	Ritmos
“Os peitoris devem ser restaurados ou renovados”	Ritmos e escala/proporções
“Elementos originais como colunas de ferro fundido, cornijas, portas de entrada e luminárias deverão ser restaurados”	Ornamentações e forma plástica
“A sinalização deve ser integrada ao design da vitrine”	Placas e sinalizações, e relações de conjunto
“A iluminação deve ser integrada ao design da vitrine”	Iluminação e identidade visual
“Quando apropriado, os toldos devem ser integrados no design da vitrine. Isto deve ser feito sem ocultar elementos importantes da construção”	Relações de conjunto e escala/proporções
“Os toldos devem ser de lona ou tecido e utilizar perfil divisor de águas”	Forma dos materiais, texturas e cores

Fonte: Main Street Marshfield, 2022, p. 5-7, tradução própria; elaborado pela autora, 2024.

Essas diretrizes, por sua vez, são acompanhadas de exemplos reais existentes na *main street* de Marshfield. Com isso, apresentam-se ao usuário possibilidades factíveis de se executarem ao se intervir sobre o contexto do conjunto edificado comercial da cidade (Figura 63).

Figura 63. *Downtown Marshfield Design Guidelines*: capítulo 3 – diretrizes e imagens representativas



Fonte: Main Street Marshfield, 2022, p. 5-7. Organizado pela autora, 2024.

Ainda neste mesmo capítulo, abordam-se outras duas temáticas: (1) *Storefront Materials*; e, (2) *Painting Brick*. No primeiro tema, o instrumento apresenta os padrões e tipos mais comuns de materiais construtivos aplicados às fachadas que, pela sua articulação e ação conjunta entre as edificações que compõem o contexto, constituem a identidade local e o caráter da paisagem urbana da *main street*. Diante disso, o Guia destaca a importância de aplicação, manutenção e conservação dos tipos e padrões comuns, a fim de se garantir os atributos básicos que os acompanham (cores, texturas e forma dos materiais). Para tanto, o instrumento orienta que materiais não “contribuintes” ao conjunto não sejam empregados ou tenham apenas usos restritos. Frente a tais diretrizes, o segundo tema – *Painting Brick* – vai destacar um tipo de intervenção comum e frequente às áreas comerciais: pinturas e aplicação de cores irrestritas. Em vista do que se entende por identidade e caráter da paisagem da *main street* de Marshfield (como os materiais construtivos aparentes, especialmente

alvenaria de tijolos cerâmicos), o Guia de Design vai apresentar diretrizes específicas sobre como realizar e arbitrar sobre este tipo de intervenção sobre o patrimônio ambiental urbano, reforçando a importância de se conservar aqueles aspectos constitutivos do espírito do lugar.

Historicamente, os tijolos nas fachadas não teriam sido pintados. Em vez disso, a própria cor do tijolo fornece a cor base do edifício. Se uma parede de tijolo ou pedra não tiver sido previamente pintada, não a pinte. Se uma parede de tijolos foi pintada, remova cuidadosamente a tinta para expor o tijolo original ou pinte-o novamente. [...]. Resista à tentação de pintar a fachada com uma cor popular no momento. Por definição, as cores da moda, como o cinza ou o preto, só ficam na moda por um curto período de tempo e parecem desatualizadas assim que saem de moda.

[...]

Além disso, não pinte todo o edifício com as cores do logotipo de uma empresa. Guarde essas cores para sinalização e toldos, não para elementos arquitetônicos. Na hora de selecionar as cores, escolha aquelas que acentuam a cor do tijolo e demais elementos arquitetônicos (Main Street Marshfield, 2022, p. 9, tradução própria).

Essas diretrizes, por sua vez, ainda são acompanhadas de fotografias que as exemplificam, traduzindo o conteúdo textual para uma legibilidade visual, como pode ser observado na Figura 64. A partir dessa figura, também se pode extrair outros atributos básicos fundamentais ao caráter do conjunto, sendo eles as sinalizações, os ritmos e as aberturas de janelas, os quais foram recuperados/alterados frente às demandas do conjunto e do contexto.

Figura 64. *Downtown Marshfield Design Guidelines: capítulo 3 – Painting Brick*



Fonte: Main Street Marshfield, 2022, p. 9.

Os capítulos quatro, cinco e seis, por sua vez, vão contemplar as diretrizes específicas que versam, respectivamente, sobre adições e novas construções, sinalizações e toldos. Diante ao propósito comum que apresentam, sua análise pode ser realizada conjuntamente, abordando seus temas e elementos específicos, seu conteúdo e, principalmente, as implicações que as diretrizes específicas vão apresentar ao caráter da paisagem urbana de Marshfield (Quadro 27).

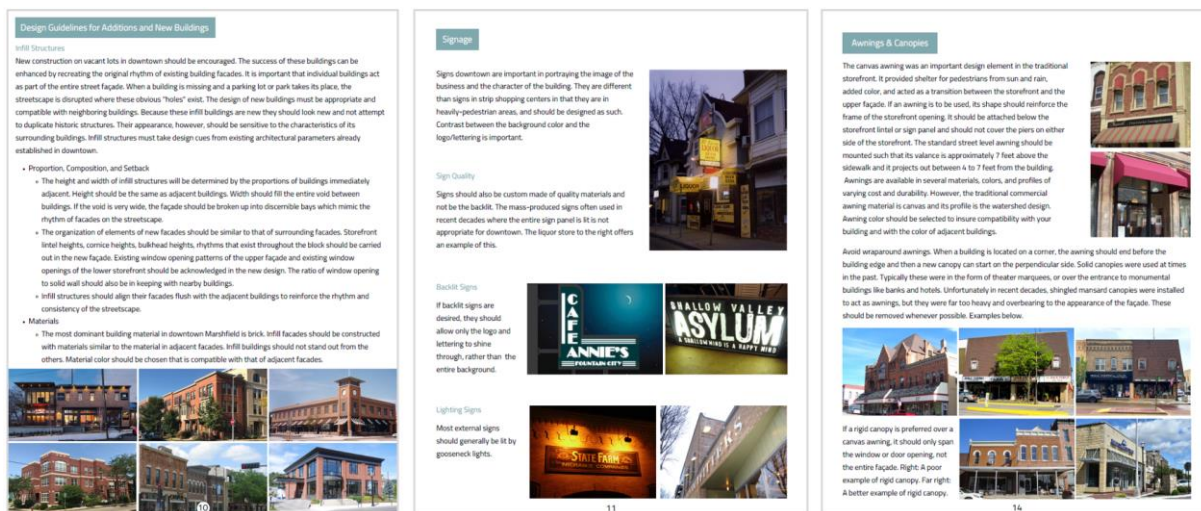
Quadro 27. *Downtown Marshfield Design Guidelines*: capítulos 4, 5 e 6

CAPÍTULOS 4, 5 e 6			
<i>Downtown Marshfield Design Guidelines – Marshfield Main Street</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
	Guia de Design para adições e novas construções (<i>Design Guidelines for additions and new buildings</i>)	Orienta o preenchimento de lacunas (lotes vazios) com novas construções e/ou adições, as quais devem incorporar os atributos básicos que contribuem para o caráter da paisagem a partir do conjunto edificado, como proporções, composição, implantação e, especialmente, materiais e ritmos. Destaca a importância da mudança e também encoraja o “novo”.	Relações de conjunto, forma dos materiais, texturas, cores, ritmos, escala/proporções, forma plástica, implantação, recuos, mudança também como possibilidade
	Sinalização (<i>Signage</i>)	Revisão dos principais tipos de sinalização. Destaca a importância de placas e sinalizações para os estabelecimentos e áreas comerciais. Orienta que o uso de sinalizações: não acoberte demais elementos da edificação; seja com alto contraste de cores; utilizem materiais como madeira e metal; não ocupem mais de 25-30% da área de uma janela, dentre outros.	Relações de conjunto, placas e sinalizações, cores, texturas e forma dos materiais, identidade visual e escala/proporções
	Toldos (<i>Awnings & Canopies</i>)	Destaca o impacto visual para o estabelecimento comercial e para a paisagem urbana do conjunto. Ressalta a articulação com espaço público e privado. Orienta os tipos, materiais e localização adequados para manutenção do caráter	Relações de conjunto, articulação dos espaços, escala/proporções e cores

Fonte: Main Street Marshfield, 2022; elaborado pela autora, 2024.

Assim como nos demais capítulos, o Guia ainda apresenta uma série de imagens para exemplificar e traduzir as diretrizes específicas, garantindo a legibilidade gráfica e textual do instrumento pelos mais diversos agentes envolvidos com a *main street* Figura 65.

Figura 65. *Downtown Marshfield Design Guidelines: capítulos 4, 5 e 6 – diretrizes e imagens representativas*



Fonte: Main Street Marshfield, 2022, p. 5-7. Organizado pela autora, 2024.

Já no sétimo capítulo, o Guia dedica uma especial atenção aos tipos de manutenções e reparações possíveis e necessárias de se executarem sobre as edificações e o conjunto, garantindo sua sobrevivência. Para tanto, o instrumento reforça a importância de tais ações serem acompanhadas e executadas por profissionais qualificados, uma vez que exigem atividades e operações técnicas relacionadas à inspeção e diagnóstico predial.

Antes de considerar qualquer reparação ou remodelação, os materiais devem ser examinados por um arquiteto ou empreiteiro com experiência em edifícios históricos. Uma vez avaliado, a limpeza e o reparo podem prosseguir. Todo o trabalho deve ser feito por um profissional qualificado (Main Street Marshfield, 2022, p. 15, tradução própria).

Diante disso, o instrumento vai destacar elementos e atributos que, pela sua articulação conjunta na *main street*, contribuem para a identidade local: a alvenaria em tijolos cerâmicos aparente e as janelas. Em vista disso, esses elementos se tornam objeto central da manutenção e reparação do capítulo. Com isso, abordam-se alguns tipos de manutenção que, para o contexto local, fazem-se apropriados – ou não – como meios de manutenção dos bens patrimoniais urbanos, como pode ser observado no Quadro 28. Nesse capítulo, ainda se destaca a apresentação textual do passo-a-passo de cada tipo de ação, familiarizando o usuário do *Downtown Marshfield Design Guidelines* para com os processos a serem aplicados sobre seu estabelecimento comercial.

Quadro 28. *Downtown Marshfield Design Guidelines*: capítulo 7 – tipos de manutenção

CAPÍTULOS 7 – tipos de manutenção <i>Downtown Marshfield Design Guidelines – Marshfield Main Street</i>	
Tipo de manutenção	Adequação ao contexto local
Limpeza da alvenaria por meio de lavagem à base de água	Adequada
Limpeza da alvenaria por meio de lavagem de alta pressão à base de água	Adequada
Limpeza da alvenaria por meio de químicos	Adequada
Limpeza da alvenaria por meio de jato de areia	Inadequada (danos e desgastes à alvenaria típica à <i>main street</i>)
Adição de argamassa (compatível) nas juntas faltantes e/ou desgastadas da alvenaria, combinando em profundidade, estilo e cor (<i>tuckpointing</i>)	Adequada
Reparação da madeira presente nas janelas e fachadas por meio de epóxis e conectores	Adequada
Substituição da presente da madeira presente nas janelas e fachadas em caso de inviabilidade de reparação	Adequada
Reparação de janelas e esquadrias por meio de calafetação e envidraçamento	Adequada
Substituição de janelas e esquadrias em caso de inviabilidade de reparação, combinando em material, perfil e proporções da abertura original	Adequada

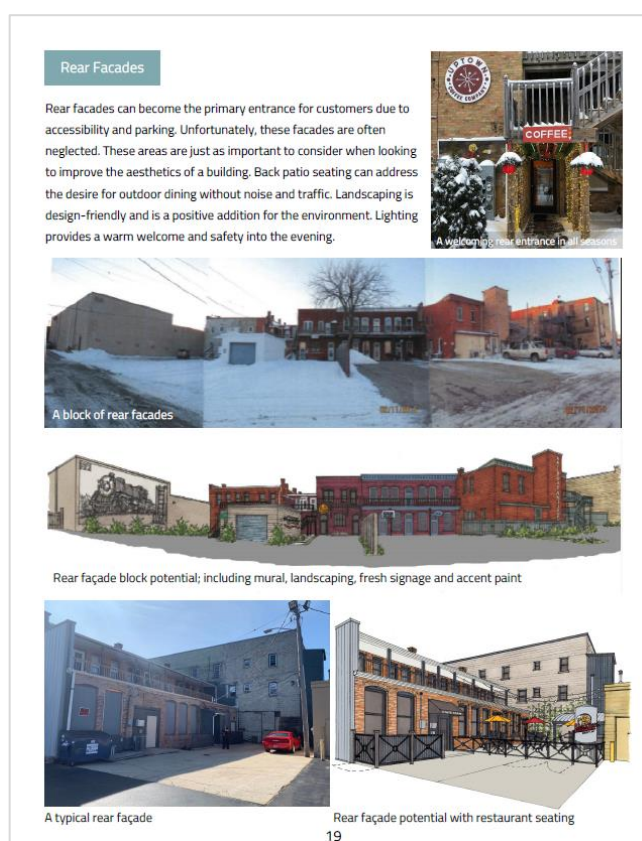
Fonte: Main Street Marshfield, 2022; elaborado pela autora, 2024.

Por fim, o capítulo sete ainda apresenta “*A Word of Warning*”, reforçando a importância da mudança e da remoção de determinados materiais (como aqueles que apresentem compostos de amianto e chumbo) a fim de se garantir a sobrevivência da edificação, do conjunto comercial e, especialmente, a habitabilidade para os indivíduos existentes na área.

O oitavo capítulo, por seu turno, representa a última seção do Guia de Design de Marshfield que contém as diretrizes específicas que recaem sobre aqueles elementos e atributos básicos do patrimônio ambiental urbano e que podem contribuir diretamente para manutenção do caráter da paisagem da *main street*. Neste capítulo, dedicam-se diretrizes às chamadas “*rear facades*”, isto é, às fachadas posteriores e laterais, as quais podem se tornar o acesso principal dos usuários do estabelecimento comercial “devido à acessibilidade e ao estacionamento. Infelizmente, estas fachadas são frequentemente negligenciadas. Estas áreas são igualmente importantes a se considerar quando se procura melhorar a aparência de uma edificação” (Main Street Marshfield, 2022, p. 19, tradução própria). Diante disso, o Guia sugere a construção de uma ambiência com mesas e assentos no pátio aos fundos dos estabelecimentos comerciais, especialmente àqueles destinados à gastronomia. Para além, em acordo

com os códigos e ordenanças de planejamento urbano municipais, o instrumento ainda aborda outros usos possíveis de serem empregados às fachadas laterais e posteriores, os quais são traduzidos graficamente por meio de simulações projetuais (Figura 66). Com isso, aqui, emergem-se as dimensões da acessibilidade linguística e da conservação integrada.

Figura 66. *Downtown Marshfield Design Guidelines*: capítulo 8 – simulações projetuais



Fonte: Main Street Marshfield, 2022, p. 19.

Por fim, os três últimos capítulos do *Downtown Marshfield Design Guidelines* apresentam, respectivamente, orientações sobre os incentivos e recursos fiscais (municipais, estaduais e federais) passíveis de captação pelos proprietários e comerciantes, com subsídio e/ou apoio do programa *Main Street Marshfield*; demais recursos e órgãos envolvidos no movimento preservacionista – nas três esferas federativas – que podem contribuir com assistência técnica especializada; e, as referências e contatos das entidades responsáveis pela produção do instrumento e pelo programa (Main Street Marshfield, 2022).

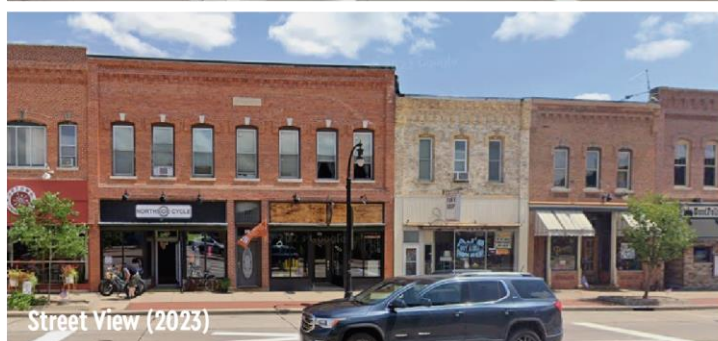
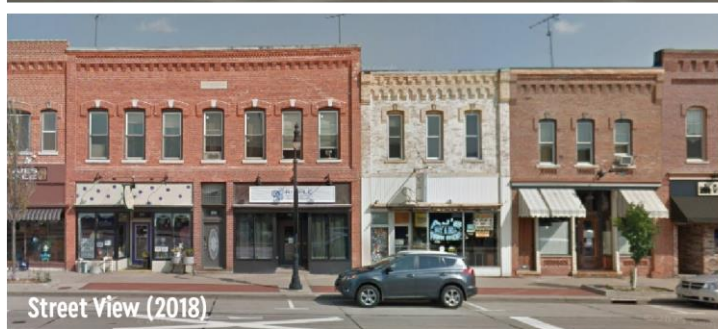
Quanto à sua adesão e efetiva aplicação sobre a paisagem e o patrimônio

ambiental urbano, faz-se possível identificá-la a partir de imagens da plataforma *Street View*. Para tanto, podem-se selecionar três imagens: (a) anteriores a 2016, uma vez que foi o ano de publicação da primeira versão do Guia de Design de Marshfield; (b) entre 2017 e 2021; e, (c) posteriores a 2022, visto que corresponde ao ano de publicação da última versão do instrumento. Com isso, a Figura 67 e a Figura 68 destacam os principais elementos e atributos básicos – que foram alvo de intervenção – identificados no comparativo antes e após a implementação do Guia de Design à *main street* do município de Marshfield (WI).

Figura 67. Aplicabilidade do *Downtown Marshfield Design Guidelines*: comparativo entre paisagem urbana de 2008, 2018 e 2023 – parte 1

Central Avenue

(Relações de conjunto, materiais, cores, texturas, cornijas, vitrines, ritmos, escala/proporções, toldos, placas e sinalizações)



Central Avenue

(Materiais, cores, texturas, cornijas, ornamentação ritmos, vitrines, placas e sinalizações)



Fonte: Street View, 2008; 2018; 2023. Organizado pela autora, 2024.

Figura 68. Aplicabilidade do *Downtown Marshfield Design Guidelines*: comparativo entre paisagem urbana de 2008, 2018 e 2023 – parte 2

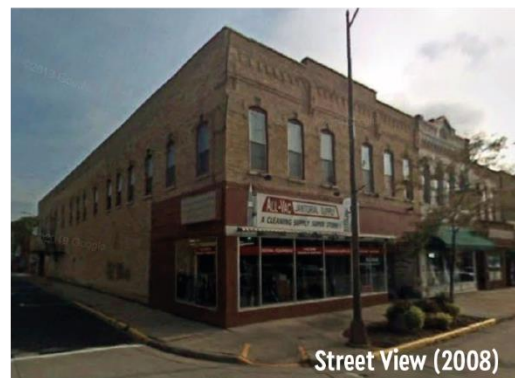
Central Avenue

(Relações de conjunto, materiais, cores, texturas, ritmos, escala/proporções, toldos, placas e sinalizações)



Central Avenue x 3rd Street

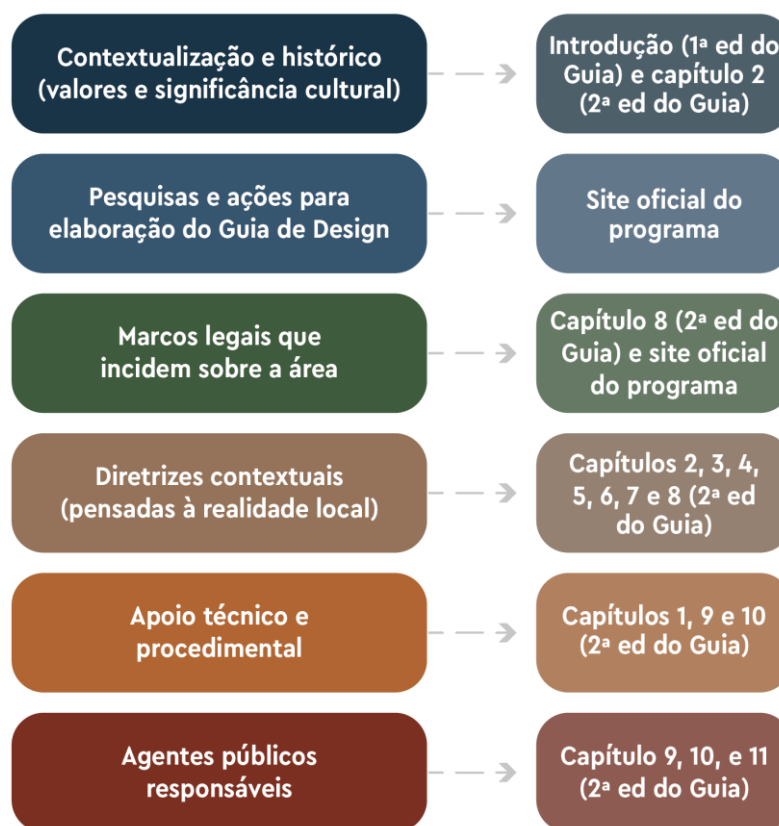
(Vitrines, materiais, cores, texturas, toldos, cornijas, placas e sinalizações)



Fonte: Street View, 2008; 2018; 2023. Organizado pela autora, 2024.

A partir disso, observa-se a potencialidade que o instrumento vai apresentar para a conservação do caráter da paisagem urbana local, especialmente quando destacado a revisão que o Guia de Design sofreu, consolidando-o frente as suas diretrizes específicas. Ainda, diante da sua estruturação compositiva, pode-se identificar as correspondências entre o *Downtown Marshfield Design Guidelines* e as macrocategorias fundantes da anatomia de um Guia de Design, como é possível verificar pela Figura 69.

Figura 69. Correspondências entre o *Downtown Marshfield Design Guidelines* e a anatomia de um Guia de Design



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Em seguimento ao que se propõe o presente subcapítulo da dissertação, o segundo caso do Padrão 3 corresponde ao *Downtown Rawlins Design Guidelines* para a *main street* da cidade de Rawlins, no estado de Wyoming (Rawlins DDA Main Street, 2012). Este instrumento, por sua vez, foi produzido sob responsabilidade do programa local *Rawlins DDA Main Street* (Figura 70).

Figura 70. Logo do programa *Rawlins DDA Main Street*

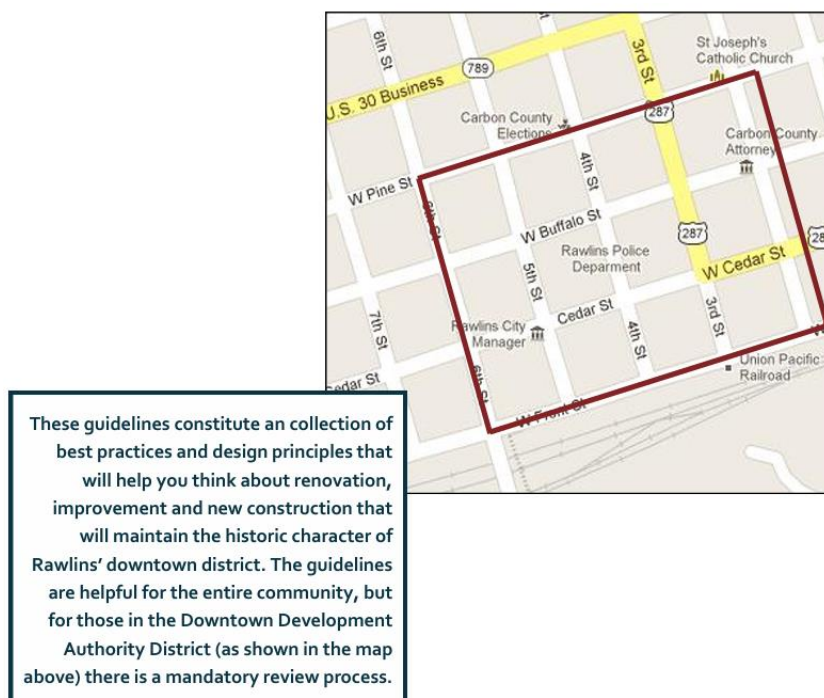


Fonte: Rawlins DDA Main Street, c.2022.

A história oficial do programa se inicia em 19 de outubro de 1991, quando se cria o órgão *Downtown Development Authority* (DDA) por meio de um decreto municipal. No ano de 2006, Rawlins DDA adota a abordagem do *Main Street America*, tornando-se uma comunidade oficial vinculada ao programada Coordenador do estado (*Wyoming Main Street*), passando a ser uma entidade sem fins lucrativos e a se autodenominar *Rawlins DDA Main Street*. O comprometimento do programa, por sua vez, foi reconhecido como um destaque entre as comunidades oficiais vinculadas ao *Main Street America* no ano de 2015, recebendo o prêmio *Great American Main Street Award*³⁶ (Rawlins DDA Main Street, c.2022).

Dentre os quatro pontos da abordagem *Main Street*, o Design ganha especial destaque para a gestão, conservação a salvaguarda do patrimônio ambiental urbano de Rawlins. Diante disso, em 2012, foi publicado e aprovado pela Câmara Municipal da cidade o *Downtown Rawlins Design Guidelines* como um instrumento de gestão e ordenamento da *main street* de Rawlins, a qual é definida pelo perímetro destacado na Figura 71 (Rawlins DDA Main Street, c.2022).

Figura 71. Localização da *main street* da cidade de Rawlins, no estado de Wyoming



Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 28.

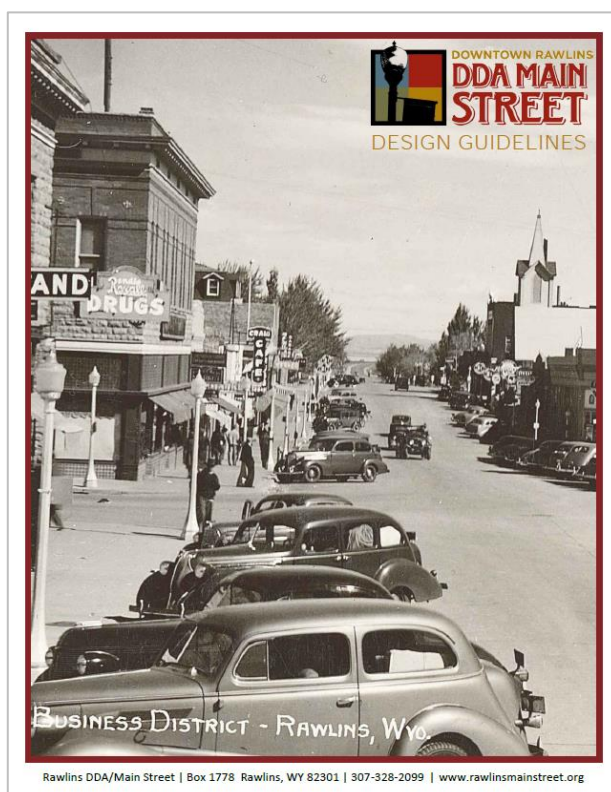
³⁶ O prêmio *Great American Main Street Award* é “concedido àqueles que exemplificam o uso do *Main Street Approach* para revitalizar seus centros” (Rawlins DDA Main Street, c.2022, [n.p.], tradução própria).

Junto à portaria municipal de aprovação do instrumento, estipulou-se uma obrigatoriedade de revisão dos projetos de intervenção sobre o patrimônio ambiental urbano, especialmente ao conjunto das fachadas que compõem a área comercial central, e uma adesão voluntária para todos os projetos que versam sobre atualizações de fachadas, novas construções e sinalizações (Rawlins DDA Main Street, c.2022).

Não é obrigatório fazer o que sugerimos, mas há uma revisão obrigatória de todas as alterações de fachada. Então se você está planejando alguma obra na fachada do seu prédio, seja uma nova sinalização, pintura ou uma fachada totalmente nova, você deve primeiro falar conosco! (Rawlins DDA Main Street, c.2022, [n.p], tradução própria).

O *Downtown Rawlins Design Guidelines*, por sua vez, subdivide-se em cinco partes: (1) *Introductory Section*; (2) *Preservation Basics*; (3) *Facades and Their Elements*; (4) *Storefront: Signage, Lighting and Entrances*; e, (5) *Site Maintenance*.

Figura 72. Capa do *Downtown Rawlins Design Guidelines*



Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012.

A primeira parte – Seção Introdutória (*Introduction Section*) – contempla quatro capítulos: (a) *Introduction & Purpose*; (2) *Using the Design Guidelines*; (3) *Planning*

the Project, e, (4) *Additional Resources*. No primeiro capítulo, apresentam-se as informações introdutórias sobre a localização, a importância e os valores patrimoniais do distrito central de Rawlins, o qual contempla sua *main street*. Frente a isso, o Guia de Design destaca que sua elaboração teve o objetivo de “incentivar a preservação e proteger nossas características locais significativas. Para auxiliar proprietários, administradores e empresários do centro da cidade, esse Guia é um instrumento de preservação e desenvolvimento” (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 4, tradução própria). Aqui, já se ressalta o uso linguístico da primeira pessoa do plural no Guia de Design, reforçando uma necessária articulação entre o programa responsável, o instrumento e a comunidade geral que faz uso do instrumento, especialmente comerciantes e proprietários.

Em seguida, o Guia apresenta o papel do design urbano no processo de conservação do conjunto, reforçando a importância e o valor dos elementos que definem caráter para as edificações isoladas e para o conjunto.

Como o centro de Rawlins cria a nossa identidade única e é uma parte importante do patrimônio de Rawlins, o centro da cidade é reconhecido como um lugar especial a ser protegido como um recurso comunitário. O centro da cidade contém a maioria dos principais edifícios que ligam o passado de Rawlins. É um espaço apreciado tanto por residentes como por visitantes.

[...]

Nos esforços de revitalização do centro da cidade, o Design é um componente importante e desejável para melhorar a imagem física geral do distrito comercial do centro. Muitos atributos contribuem para esta imagem. Edifícios individuais – fachadas comerciais, letreiros, vitrines e fachadas como um todo – geralmente estabelecem o caráter do centro da cidade. São essas características que tornam cada cidade única.

A manutenção de um padrão de design para o distrito comercial do centro da cidade pode melhorar seus ativos físicos existentes e minimizar sua depreciação. O design pode servir para melhorar a aparência do bairro, unificar diversos elementos, fortalecer a imagem do centro da cidade como uma área coesa e proporcionar equilíbrio entre variação e consistência. Dado que as características físicas do centro da cidade são componentes-chave do tecido histórico e cultural geral de Rawlins, devem ser preservadas e mantidas para as gerações futuras (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 4, tradução própria).

Diante disso, um dos propósitos do instrumento consiste essencialmente em “proteger os valores das propriedades enquanto o novo desenvolvimento e [as ações] de preservação irão reforçar os ativos da área. O valor de todas as estruturas será, assim, mantido ou mesmo reforçado” (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 4, tradução e comentário próprios). Para tanto, o instrumento ainda destaca que, apesar da dimensão sacrossanta da propriedade privada, as edificações individuais apresentam uma função social e existencial perante a comunidade na qual se estabelecem, uma

vez que detêm qualidades e atributos que possuem um valor significativo para a coletividade, sendo, portanto, de interesse público comunitário. Ainda, também é possível observar as dimensões da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável emergindo logo ao início do instrumento, destacando um movimento de ações com vistas garantir a identidade local às gerações futuras.

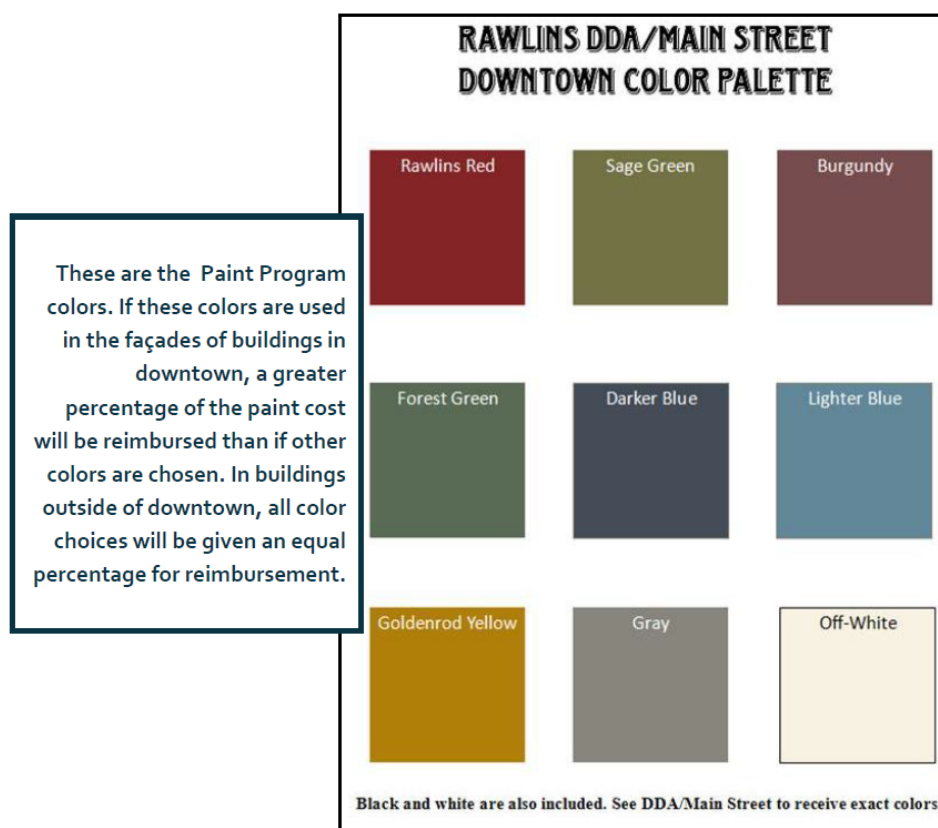
Assim, com o objetivo de promover a conservação e integridade do caráter da *main street* de Rawlins, no segundo capítulo já se apresenta o principal agente responsável passível de oportunizar assistência técnica especializada, servindo de apoio técnico e procedimental aos *stakeholders* que irão intervir sobre a área. Para além, também já se articula o *Downtown Rawlins Design Guidelines* com as diretrizes do *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*, como uma maneira de se garantir acesso aos incentivos fiscais federais voltadas às ações de conservação e preservação do patrimônio ambiental urbano, especialmente aqueles referentes às fachadas. Em consonância, no terceiro capítulo – *Planning the Project* – o Guia apresenta quatro passos procedimentais a se seguir a partir do momento que uma intervenção é pensada/demandada aos bens que integram a paisagem urbana da *main street*.

- 1) **Determine o valor histórico do edifício.** Verifique com Rawlins DDA/Main Street informações sobre proprietários anteriores das edificações, fotos históricas, condições de construção e a listagem no Registro Nacional de Locais Históricos. Os edifícios históricos registrados podem ser elegíveis para financiamento especial para a sua reabilitação. Além disso, consulte o Carbon County Museum para obter fotografias e informações sobre a edificação.
- 2) **Estude o Guia de Design.** Leia o Guia de Design. Ao começar a imaginar seu projeto, sinta-se à vontade para se reunir com os membros do comitê de design ou outros membros do conselho e equipe da Rawlins DDA/Main Street gratuitamente.
- 3) **Planeje o projeto.** Crie um esboço preliminar do seu projeto. Não tenha medo de procurar especialistas com conhecimento em projetos de edifícios históricos, incluindo Rawlins DDA/Main Street, o Departamento de Desenvolvimento Comunitário da cidade de Rawlins e arquitetos.
- 4) **Compartilhe o projeto com Rawlins DDA/Main Street Design Committee.** Embora a conformidade com estas diretrizes não seja obrigatória, os projetos devem ser revisados. Entregue seu plano de design, bem como quaisquer materiais de apoio (como fotografias, desenhos, paleta de cores e linha do tempo) ao Rawlins DDA/Main Street Office. O Comitê de Design responderá com sugestões dentro de três semanas após o recebimento do seu projeto (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 6, tradução própria).

À luz do apoio técnico e procedimental, o último capítulo da primeira parte apresenta os “recursos adicionais” que contribuem diretamente para a redução de

custos dos projetos de intervenção. Para tanto, são elencados os diversos programas de incentivo fiscal que podem ser solicitados, principalmente pelos proprietários e comerciantes que irão intervir sobre os bens arquitetônicos que compõem o conjunto. Dentre eles, listam-se o: (a) *Paint Program*, no qual se oportuniza uma porcentagem de desconto sobre todas as cores de tintas – que integram a paleta de cor característica do distrito (Figura 73) – para pintura externa das fachadas comerciais de Rawlins, sendo sua aquisição necessariamente feita na própria cidade; (b) *Historic Architecture Assistance Fund*, no qual se fornecem arquitetos especializados em projetos de preservação e conservação de edificações históricas e/ou edifícios localizados na *main street*; (c) *Challenge Loan Fund*, no qual o Estado se articula com um credor local para viabilizar empréstimos com taxas de juros reduzidas aos proprietários que desejam realizar intervenções visando a conservação da edificação e seu caráter; e, (d) demais programas de incentivos locais que são ofertados anualmente (Rawlins DDA Main Street, 2012).

Figura 73. *Downtown Rawlins Design Guidelines*: parte 1 – esquema gráfico da paleta de cor



A segunda parte do instrumento – *Preservation Basics* – também se subdivide em quatro capítulos, sendo eles: (1) *Accurate Historic Preservation*; (2) *Blocks as one Entity*; (3) *Compatible Storefront Design*; e, (4) *Compatible New Design*. Nesses capítulos, contemplam-se diretrizes gerais, basilares e procedimentais que versam especialmente sobre a fachada comercial térrea e seus principais atributos frente ao caráter da paisagem urbana do contexto local. Diante ao que se propõe a segunda parte do instrumento, seus capítulos podem ser analisados de maneira conjunta, identificando sua temática, elemento, conteúdo e implicações ao caráter da paisagem urbana, como pode ser observado no Quadro 29.

Quadro 29. *Downtown Rawlins Design Guidelines: Parte 2 – capítulo 1 a 4*

PARTE 2 – capítulos 1 a 4 <i>Downtown Rawlins Design Guidelines – Rawlins DDA Main Street</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Preservação histórica precisa (<i>Accurate Historic Preservation</i>)		Revisão dos estilos arquitetônicos mais proeminentes quali-quantitativamente na <i>main street</i> , sendo os estilos Vitoriano Ocidental e Art Déco aqueles mais representativos do lugar. Orienta a conservação da forma, integridade e materiais existentes dos edifícios históricos e significativos, a fim de garantir o caráter do conjunto. Também destaca a possibilidade da mudança e intervenções “novas” como representativas do lugar.	Relações de conjunto, escala/proporções, ritmos, forma plástica, texturas, cores, forma dos materiais, mudança também como possibilidade e tempo presente/atual também integrante e definidor de caráter
Quarteirões como uma unidade (<i>Blocks as one Entity</i>)	Blocos e quarteirões	Destaca a importância da escala dos blocos e quarteirões, compreendendo-os como unidades que definem caráter à paisagem urbana. Orienta a implantação, altura e proporções visando a percepção do conjunto.	Relações de conjunto, implantação, recuos, escala/proporções, volume, silhueta e ritmos
Design de vitrines compatíveis (<i>Compatible Storefront Design</i>)	Fachadas comerciais térreas e vitrines	Introduz a evolução do design das fachadas dos térreos comerciais – para o centro da cidade de Rawlins – como ponto de partida da própria evolução do design e da tradição construtiva local. Destaca as dinâmicas e a inevitabilidade da mudança intensificadas no espaço terciário. Orienta o tipo e configuração das vitrines e térreos comerciais.	Relações de conjunto, ritmos e escala/proporções
Novos Designs compatíveis (<i>Compatible New Design</i>)	Adições e novas construções	Destaca a importância da gestão das novas construções para o preenchimento de “lacunas” e para manutenção do caráter e identidade local. Orienta que as novas construções/adições não imitem as edificações históricas (chamado “falso histórico”). Também orienta que utilizem técnicas contemporâneas, mas com resultados compatíveis ao caráter local.	Relações de conjunto, escala/proporções, ritmos, forma plástica, texturas, cores, forma dos materiais, mudança também como possibilidade e tempo presente/atual também integrante e definidor de caráter

Observa-se que, no primeiro capítulo, apresentam-se sete diretrizes gerais, basilares e procedimentais que se centram na dimensão dos estilos arquitetônicos mais proeminentes quali-quantitativamente na *main street* e as relações de conjunto que se proporcionam pela sua existência individual. Em contrapartida, no segundo capítulo, o instrumento adentra especificamente na escala dos blocos e quarteirões, compreendendo-os como unidades que, pela articulação conjunta das edificações que os compõem, definem e atribuem caráter à paisagem urbana. Essa noção e percepção de conjunto, para o contexto de Rawlins, é reforçada à medida que “[t]odos os edifícios tendem a tocar-se entre si, apresentando essencialmente uma parede sólida que define a rua. Devido a esses atributos, cada bloco é visto como uma totalidade” (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 9, tradução própria). Diante disso, o Guia ainda apresenta uma fotografia de exemplificação, traduzindo graficamente o conteúdo técnico abordado (Figura 74).

Figura 74. *Downtown Rawlins Design Guidelines: parte 2 – capítulo 2*



Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 9.

No terceiro capítulo da segunda parte – *Compatible Storefront Design* – se introduz a evolução do design das fachadas dos térreos comerciais, para o centro da cidade de Rawlins, entendendo-a como ponto de partida da própria evolução do design e da tradição construtiva local. Com isso, o Guia ainda destaca as dinâmicas e a inevitabilidade da mudança que se intensificam em se tratando do espaço terciário, podendo corroborar, quando não gerido, para uma desestruturação do caráter local (Rawlins DDA Main Street, 2012).

A evolução do design dos nossos edifícios no centro da cidade está diretamente ligada à evolução do design da fachada comercial térrea. É esse design da fachada que geralmente sofre alterações, enquanto a superior permanece a mesma ou fica escondida atrás de uma tela. Isso é verdade em todo o condado e no centro de Rawlins. À medida que modismos ou tendências ganham popularidade, as fachadas são "modernizadas" ou alteradas para refletir essas tendências. Muitas vezes, o design da fachada resultante é uma contradição direta com o restante da edificação ou com outros edifícios ao longo da rua.

[...]. O design tradicional da fachada foi usado com notável uniformidade em Rawlins. É talvez o padrão mais importante para fornecer uma paisagem urbana com continuidade visual e em escala humana (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 10, tradução própria).

Com isso, frente ao que se propõem a segunda parte do instrumento – diretrizes gerais, basilares e procedimentais –, o terceiro capítulo do *Downtown Rawlins Design Guidelines* apresenta sete diretrizes que versam sobre as fachadas, especialmente a térrea comercial, sendo acompanhadas de uma fotografia para exemplificação do conteúdo textual (Figura 75).

Figura 75. *Downtown Rawlins Design Guidelines*: parte 2 – capítulo 3



Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 10.

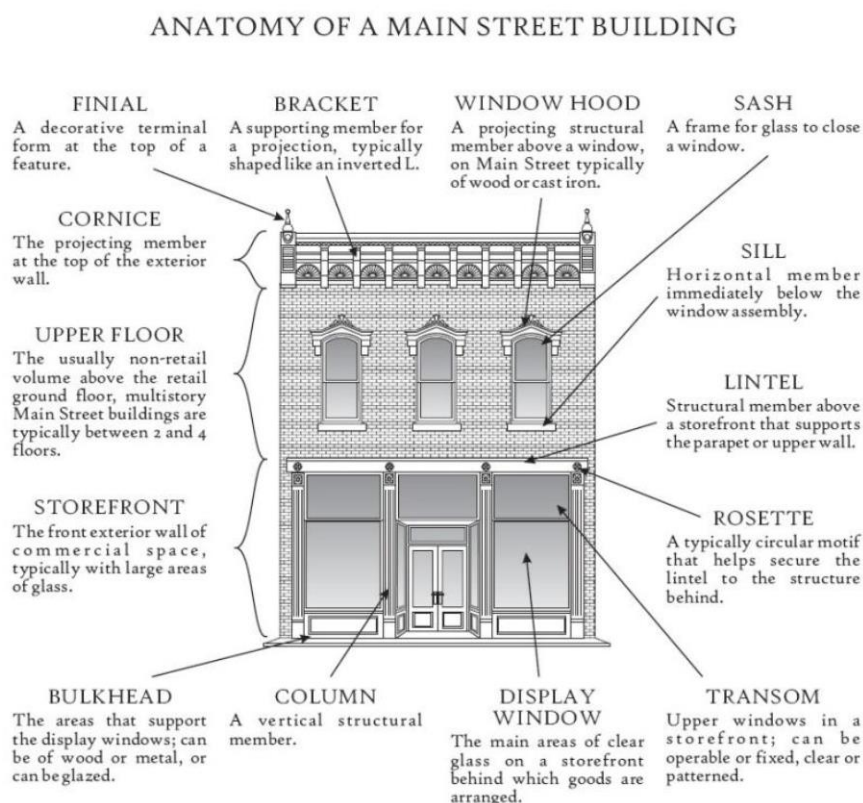
Por fim, o último capítulo da segunda parte ainda contempla diretrizes potenciais e fieis à dimensão temporal de um Guia de Design diante da área em que incide, as quais também são exemplificadas por meio de uma fotografia comentada de casos reais de novas edificações que foram construídas na *main street* Rawlins, como pode ser observado na Figura 76. Aqui, o foco se dá na inevitabilidade da mudança e sua necessária gestão para conservação do caráter da paisagem urbana.

Figura 76. *Downtown Rawlins Design Guidelines: parte 2 – capítulo 4*



Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 11.

Na terceira parte do instrumento – *Facades and their Elements* – se encontram as diretrizes específicas que recaem sobre os atributos básicos das fachadas das edificações integrantes e características da *main street* da cidade. Em vista disso, o Guia apresenta um esquema gráfico que traduz aos usuários os elementos e atributos básicos centrais de uma edificação característica da área, como pode ser observado na Figura 77. Para abordar essa temática, a terceira parte do *Downtown Rawlins Design Guidelines* se subdivide em seis capítulos: (1) *Consistent Facade Components*; (2) *Related Facades*; (3) *Appropriate Facade Colors*; (4) *Appropriate Facade Materials*; (5) *Non-visible Roofs*; e, (6) *Cornices, Copings and Upper Story Windows*.

Figura 77. *Downtown Rawlins Design Guidelines: parte 3 – capítulo 1*

Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 12.

Nos capítulos (1) *Consistent Facade Components*, (2) *Related Facades*, (3) *Appropriate Facade Colors* e (4) *Appropriate Facade Materials* o instrumento apresenta uma série de diretrizes específicas que recaem sobre o conjunto geral das fachadas de cada edificação individual da *main street* de Rawlins, destacando suas implicações diretas à identidade local. Diante ao que se propõem, as diretrizes específicas desses capítulos também podem ser analisadas conjuntamente a fim de se identificar as implicações que apresentam ao caráter da paisagem urbana (Quadro 30).

Quadro 30. *Downtown Rawlins Design Guidelines: Parte 3 – capítulo 1 a 4*

PARTE 3 – capítulos 1 a 4 <i>Downtown Rawlins Design Guidelines – Rawlins DDA Main Street</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Fachadas e seus elementos (<i>Facades and their Elements</i>)	Componentes de fachada consistentes (<i>Consistent Facade Components</i>)	Destaca os atributos básicos que caracterizam as edificações comerciais de Rawlins e seu papel à <i>main street</i> . Orienta que toda ação interventiva de restauração e reabilitação sobre a rua <i>Cedar</i> deve garantir o caráter do design local. Principais elementos abordados: fachadas comerciais térreas, fachadas superiores, janelas, vitrines e suas molduras, cornijas e lintéis.	Relações de conjunto, escala/proporções, ornamentação e ritmos
	Fachadas relacionadas / adjacentes (<i>Related Facades</i>)	Destaca que, no contexto local, os edifícios comerciais são implantados lado a lado e os telhados geralmente não são visíveis. Assim, a fachada da edificação é o principal elemento visível da rua. Orienta aspectos distintivos relacionados ao tamanho geral, forma e localização das fachadas, e a implantação da edificação existente e para novas construções/adições.	Relações de conjunto, forma plástica, implantação, recuos, escala/proporções, volume, silhueta e ritmos
	Cores apropriada para fachadas (<i>Appropriate Facade Colors</i>)	Destaca o papel das cores para a identidade e o caráter da paisagem urbana local. Orienta que as cores utilizadas sejam complementares umas às outras para garantir a percepção visual de uma área unificada. Para tanto é preciso considerar os aspectos colorimétricos das edificações vizinhas para além da identidade individual do comércio. Também destaca a dimensão decorativa e ornamental das cores e, dado as características do contexto local, a possibilidade de pintura sobre materiais aparentes, como a madeira e metais.	Relações de conjunto, cores, ornamentação e identidade visual
	Materiais apropriados para fachadas (<i>Appropriate Facade Materials</i>)	Revisão dos principais tipos de materiais construtivos utilizados nas fachadas da <i>main street</i> de Rawlins. Destaca a importância dos tijolos cerâmicos e pedras lapidadas aparentes, azulejos, metais estampados e vidro para a identidade e caráter local. Orienta a restauração e reabilitação dos materiais existentes; evitar o uso de materiais sintéticos imitativos; o uso de materiais similares em novas construções/adições em tipo de material, forma, cor, acabamento e tamanho; dentre outras diretrizes.	Relações de conjunto, forma dos materiais, texturas, cores e escala/proporções

Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012; elaborado pela autora, 2024.

A partir desses capítulos, verifica-se a importância que se atribui ao conjunto urbano para o caráter da paisagem urbana da cidade. Aqui, os elementos que estão presentes em todas as fachadas da *main street* tomam especial destaque pela sua articulação conjunta e pela sua dimensão simbólica. A exemplo, o Guia de Design de Rawlins destaca:

A combinação geral de fachadas no centro de Rawlins se desenvolveu a partir de uma combinação da altura de um ou dois andares dos edifícios, juntamente com o traçado original dos quarteirões do centro em lotes de aproximadamente 25 pés de largura. Isso criou um ritmo de proporções de fachadas que dá às ruas do centro sua escala característica. Essa escala é um atributo importante que deve ser mantido e reforçado. Além disso, praticamente todos os edifícios ao longo da Cedar Street tem suas fachadas localizadas no alinhamento da calçada. Isso fornece uma demarcação clara entre os domínios público e privado e define claramente o espaço da Cedar Street (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 13, tradução própria).

Nestes capítulos, também se destacam as dinâmicas e movimentos que circunscrevem o setor terciário e seu potencial de agregar transformações ao estado de substância do contexto, especialmente aquelas com potenciais – ou fragilidades – de descaracterizações à paisagem urbana. Diante disso, o instrumento disponibiliza assistência técnica do programa e resgata sua integração com a comunidade local. “Sinta-se à vontade para contar com a ajuda do Comitê de Design da DDA/Main Street ou de profissionais para desenvolver projetos de esquemas de cores típicos ou semelhantes das edificações de época” (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 14, tradução própria). Por fim, as diretrizes específicas que integram tais capítulos ainda são acompanhadas de fotografias e simulações projetuais que as traduzem e as exemplificam, garantindo uma acessibilidade linguística ao conteúdo textual do instrumento (Figura 78).

Figura 78. *Downtown Rawlins Design Guidelines: parte 3 – capítulo 2 a 4*



Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 13-16. Organizado pela autora, 2024.

Já os capítulos (5) *Non-visible Roofs* e (6) *Cornices, Copings and Upper Story Windows* do Guia apresentam diretrizes que versam sobre elementos e atributos básicos específicos que integram as fachadas das edificações comerciais da *main street* de Rawlins. Frente a isso, suas análises podem ser realizadas conjuntamente, identificando suas implicações diretas à paisagem urbana, como pode ser observado no Quadro 31.

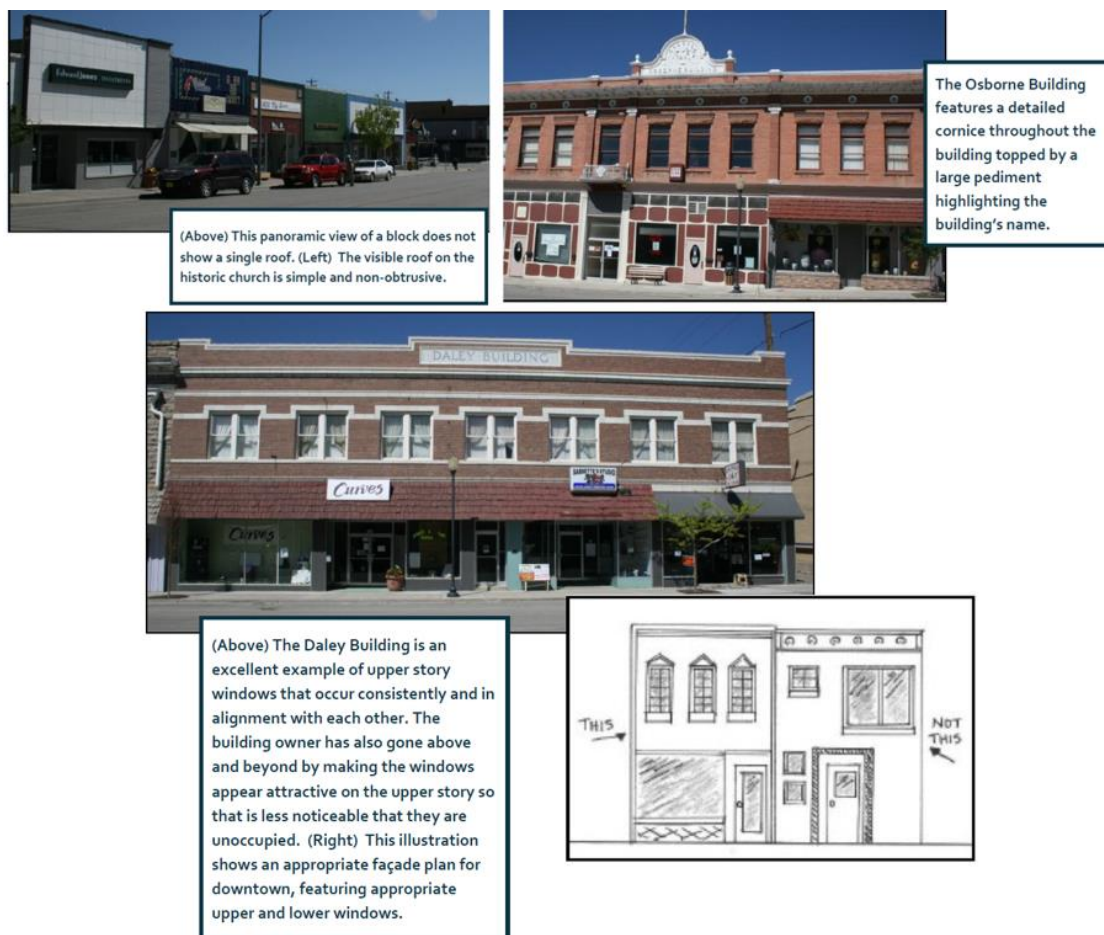
Quadro 31. *Downtown Rawlins Design Guidelines*: Parte 3 – capítulos 5 e 6

PARTE 3 – capítulos 5 e 6 <i>Downtown Rawlins Design Guidelines – Rawlins DDA Main Street</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Fachadas e seus elementos (<i>Facades and their Elements</i>)	Telhados / coberturas não visíveis (<i>Non-visible Roofs</i>)	Destaca que as coberturas dos edifícios comerciais raramente são visíveis à escala humana, seja pelo seu tipo, inclinação e/ou ocultação. Para o caráter da paisagem urbana local, o telhado não faz parte da linguagem visual de Rawlins. Orienta que intervenções e novas edificações/adições não apresentem telhados visíveis à escala do pedestre.	Relações de conjunto, forma plástica, volume, coroamento e silhueta
	Cornijas, coroamento e janelas do andar superior (<i>Cornices, Copings and Upper Story Windows</i>)	Revisão dos principais tipos e estilos de cornija. Destaca a importância das cornijas e rufos de coroamento para proteção contra intempéries e arremate intermediário e superior da edificação. Orienta a manutenção e preservação daquilo existente. Em caso de novas construções e/ou adições, também orienta releituras contemporâneas das cornijas e coroamentos, mas mantendo sua localização.	Ornamentação, volume, coroamento, silhueta, mudança também como possibilidade e tempo presente/ atual também integrante e definidor de caráter
		Revisão dos principais aspectos e janelas do contexto local. Destaca importância das janelas superiores ao caráter da paisagem urbana de Rawlins. Orienta a manutenção dos principais aspectos (tamanho, formato, espaçamento, alinhamento, dentre outros) e tipos de janelas.	Relações de conjunto, ritmos e escala/proporções

Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012; elaborado pela autora, 2024.

Assim como nas demais seções que compõem a terceira parte do *Downtown Rawlins Design Guidelines*, os capítulos cinco e seis – *Non-visible Roofs* e *Cornices, Copings and Upper Story Windows*, respectivamente – também são acompanhados por fotografias e esquemas gráficos que traduzem as diretrizes específicas aos diversos agentes que fazem usufruto do instrumento, como é possível observar na Figura 79.

Figura 79. *Downtown Rawlins Design Guidelines: parte 3 – capítulos 5 a 6*



Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 18-19. Organizado pela autora, 2024.

A quarta parte do *Downtown Rawlins Design Guidelines – Storefront: Signage, Lighting and Entrances* – versa sobre elementos e atributos básicos que são específicos às edificações comerciais e/ou que apresentam impacto direto ao espaço terciário. Em vista disso, subdivide-se em três capítulos: (1) *Storefront Awnings & Canopies*; (2) *Business Signage*; e, (3) *Attractive Lighting*. No primeiro capítulo, destaca-se que os toldos são elementos que integram a linguagem arquitetural mais antiga da *main street* de Rawlins e, paulatinamente, os toldos de tecido e lona foram substituídos por marquises fixas. Diante disso, o instrumento destaca o papel e a importância destes elementos ao caráter da paisagem urbana local. Já o segundo capítulo se centra nas placas e sinalizações que garantem o imaginário dos estabelecimentos comerciais e do espaço terciário da *main street*. “O caráter do centro de Rawlins, bem como sua continuidade visual e sua escala humana, são fortemente afetados pela natureza da sinalização das empresas ao longo das ruas” (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 22). Por fim, o último capítulo da quarta parte do instrumento vai

destacar o papel da iluminação pública e privada para garantia de uso do lugar e sobrevida do comércio, articulando-a aos demais elementos das edificações comerciais existentes na *main street* (Rawlins DDA Main Street, 2012). Com isso, frente ao que se propõem, a análise das diretrizes dos três capítulos pode ser realizada conjuntamente, avaliando suas implicações diretas ao caráter da paisagem urbana, como é possível observa no Quadro 32.

Quadro 32. *Downtown Rawlins Design Guidelines: Parte 4 – capítulos 1 a 3*

PARTE 4 – capítulos 1 a 3 <i>Downtown Rawlins Design Guidelines – Rawlins DDA Main Street</i>			
Tema	Elemento	Conteúdo	Implicações ao caráter da paisagem
Vitrines: sinalização, iluminação e entradas (<i>Storefront Signage, Lighting and Entrance</i>)	Toldos e marquises (<i>Storefront Awnings & Canopies</i>)	Revisão dos principais tipos de toldos e marquises para o contexto. Destaca o impacto visual para o estabelecimento comercial e para a paisagem urbana do conjunto. Ressalta a articulação com espaço público e privado, e com demais elementos da fachada. Orienta sua localização, proporções, alinhamentos, materiais, tipos e formatos.	Relações de conjunto, forma plástica, articulação dos espaços, ritmos, escala/ proporções, texturas e cores.
	Sinalização comercial (<i>Business Signage</i>)	Revisão dos principais tipos de sinalização. Destaca a importância de placas e sinalizações para o caráter dos estabelecimentos e áreas comerciais, especialmente para rua Cedar. Também ressalta a elaboração de projetos que se articulem com demais códigos, normas e legislações locais. Orienta localização, proporções, alinhamentos, materiais, estilos e os tipos mais adequados de sinalizações a depender da natureza do comércio. Também orienta que seu uso não deva ocultar demais atributos e agreguem valor ao conjunto urbano e à edificação isolada.	Conservação integrada, placas e sinalizações, escala/ proporções, relações de conjunto, forma plástica, texturas, cores, ornamentação e identidade visual
	Iluminação atrativa (<i>Attractive Lighting</i>)	Revisão dos principais tipos de iluminação, em especial as de acesso e em placas. Destaca a importância da iluminação pública e privada frente a garantia de fluxo e uso da área comercial. Orienta localização, proporções, alinhamentos, materiais, estilos e os tipos mais adequados de iluminações a depender da natureza do comércio e do espaço público.	Fluxos, usos, iluminação, placas e sinalizações, escala/ proporções, articulação dos espaços e forma plástica

Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012; elaborado pela autora, 2024.

É interessante também destacar que, ao longo dos dois últimos capítulos, o Guia ainda retoma um aspecto tratado logo ao início do instrumento: a manutenção do arranjo produtivo local³⁷. Isso se dá por meio da disponibilização de assistência

³⁷ Os arranjos produtivos locais podem ser compreendidos como “aglomerações com território definido e agentes envolvidos em sua constante transformação, que possuam atividades de interesse em comum e também uma conexão entre si. Assim, [...] possuem relações de interdependência entre os atores, são bem articulados com seus pares/parceiros e clientes em potencial, além de terem um vínculo consistente” (Alvarenga *et al.*, 2013, p. 18).

técnica do programa que, dentre uma de suas ações, instrui sobre os fabricantes e profissionais locais para aquele determinado tipo de material e/ou elemento construtivo que irão ser instalados sobre o patrimônio ambiental urbano.

Ligue ou visite Rawlins DDA/Main Street para obter uma lista de fabricantes locais de toldos e marquises.

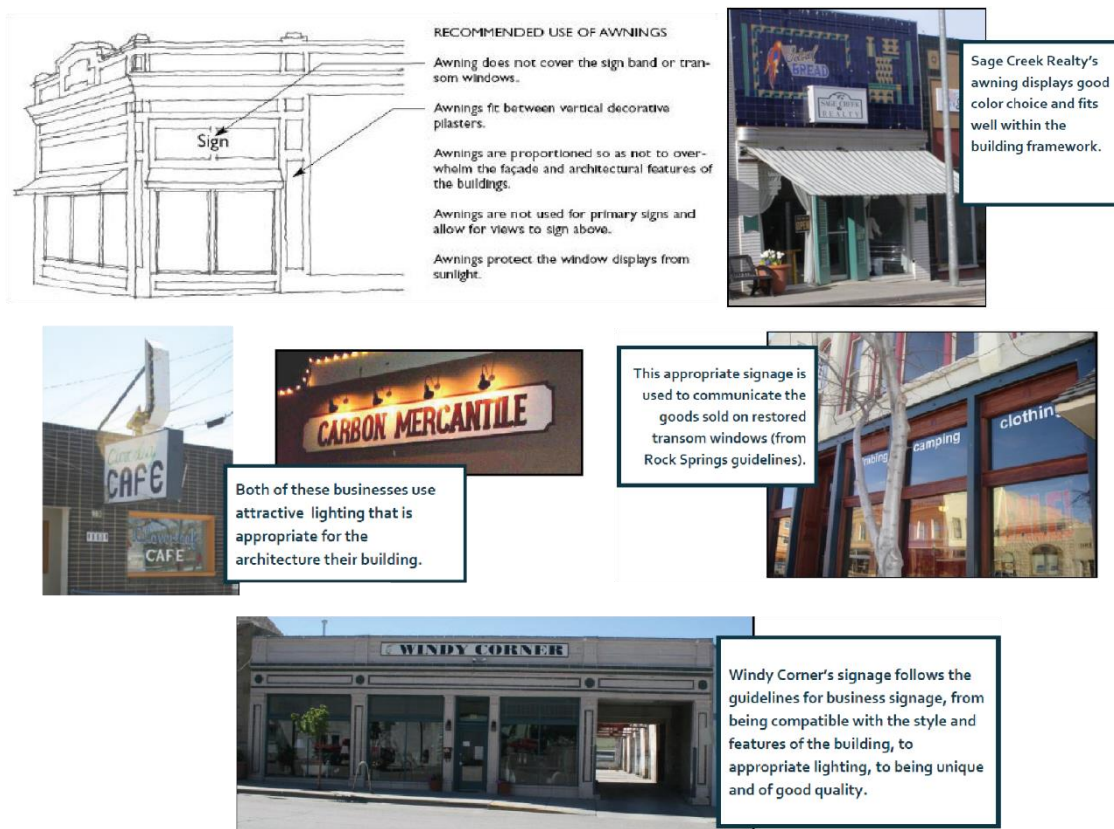
[...]

Utilize o DDA/Main Street Design Committee ou apoio profissional para projetos de sinalização e escolha um fabricante de placas com cuidado.

Entre em contato com Rawlins DDA/Main Street para obter uma lista de fabricantes e instaladores de placas locais (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 21-23, tradução própria).

Outro fator de destaque se dá à acessibilidade linguística proporcionada por meio de fotografias e esquemas gráficos que traduzem as diretrizes específicas que recaem sobre os bens que integram a paisagem urbana local (Figura 80).

Figura 80. *Downtown Rawlins Design Guidelines: parte 4 – capítulos 1 a 3*



Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 20-24. Organizado pela autora, 2024.

A quinta e última parte do Guia de Design de Rawlins, intitulado “*Site Maintenance*”, apresenta três capítulos que versam sobre a manutenção do lugar em

seus aspectos gerais. Para tanto, os capítulos abordam, respectivamente, (1) *Back Entrances*, (2) *General Upkeep and Site Maintenance* e (3) *Additional Information*. No primeiro capítulo, o instrumento resgata os espaços intersticiais, como becos e fundos das edificações/lotês, destacando que são “frequentemente uma área esquecida, considerada um lugar onde as entregas são feitas e o lixo é levado embora” (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 25, tradução própria). Contudo, o Guia também reforça que, no contexto local, frequentemente esses espaços também são utilizados como estacionamento dos estabelecimentos comerciais, compondo grandes áreas abertas secundárias, mas primordiais ao acesso ao comércio local. Diante disso, o instrumento reconhece que “a aparência dos fundos dos edifícios é importante para a imagem de toda a área central. Além disso, as entradas traseiras para lojas podem beneficiar todos os negócios no centro da cidade” (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 25, tradução própria). Frente a isso, apresentam-se cinco diretrizes gerais para estes espaços intersticiais que também possuem implicações diretas sobre o caráter da paisagem urbana da *main street* de Rawlins, como pode ser observado no Quadro 33.

Quadro 33. *Downtown Rawlins Design Guidelines*: Parte 5 – capítulo 1

PARTE 5 – capítulo 1 <i>Downtown Rawlins Design Guidelines – Rawlins DDA Main Street</i>	
Diretrizes	Implicações ao caráter da paisagem
“Em locais onde os fundos de lojas ou edifícios comerciais são adjacentes a estacionamentos públicos ou privados, considere fornecer uma entrada traseira direta para a loja a partir da área de estacionamento. A entrada traseira deve ocupar uma porção relativamente pequena da fachada de fundo e não deve competir com a fachada principal da loja em importância.”	Articulação dos espaços, usos, fluxos e forma plástica
“As entradas traseiras exigem uma identidade e devem ser atraentes e convidativas. Considere fornecer elementos de design apropriados, como uma placa iluminada discreta, um toldo e/ou uma pequena vitrine.”	Forma plástica, identidade visual, articulação dos espaços, escala/ proporções, placas e sinalizações
“As entradas dos fundos devem fazer parte de um programa geral de ações de design para a parte de trás dos edifícios, que inclui a limpeza de fachada e serviços públicos, fornecendo compartimentos apropriados para lixo, atualizando a fachada e o tratamento das janelas superiores quando apropriado, coordenando cores, etc.”	Identidade visual, ritmos e conservação integrada
“Não coloque apenas uma porta - atualize toda a parte de trás do edifício.”	Forma plástica, ritmos e identidade visual
“Certifique-se de manter as entradas dos fundos limpas.”	Limpeza urbana

Fonte: Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 25, tradução própria; elaborado pela autora, 2024.

Em contrapartida à especificidade da primeira seção da quinta parte do

instrumento, o segundo capítulo – *General Upkeep and Site Maintenance* – vai abordar aspectos mais gerais e abrangentes sobre a manutenção do espaço urbano da *main street*. Para tanto, apresentam-se quatro diretrizes procedimentais que se articulam diretamente com demais leis e ordenanças municipais, resgatando brevemente a dimensão da conservação integrada ao instrumento:

Todos os edifícios e características no distrito devem ser preservados contra decadência, deterioração e defeitos estruturais. Isso inclui:

- Fundações deterioradas
- Paredes externas que não apresentem segurança
- Substituição de partes da fachada que estão faltando
- Telhados defeituosos
- Materiais externos soltos ou em ruínas
- Tinta descascada
- Toldos desbotados, desgastados ou rasgados

Qualquer vandalismo que desfigure ou estrague a superfície [das edificações] deve ser mitigado em 48 horas.

Todas as placas, juntamente com seus suportes, braços, tirantes e âncoras, devem estar em bom estado de conservação ou preservação, e em um estado contínuo de funcionamento.

Mantenha toda a área da loja limpa. A limpeza e a manutenção da propriedade são exigidas pelas Portarias Municipais 8.08.040, 8.08.070, 8.080.170, 8.16.020, 8.16.090, 8.18.020, 9.12.030, 12.24.010, 12.24.020, 15.04.060 e 15.08.090. Todas as portarias municipais podem ser encontradas no site da Cidade de Rawlins: www.rawlins-wyoming.com na aba Governo (Rawlins DDA Main Street, 2012, p. 26, tradução e comentário próprios).

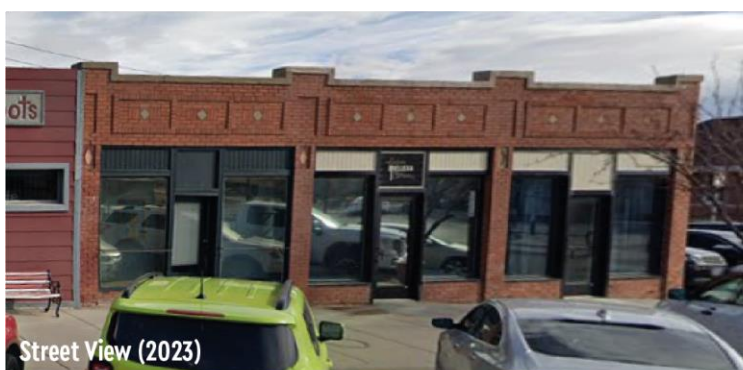
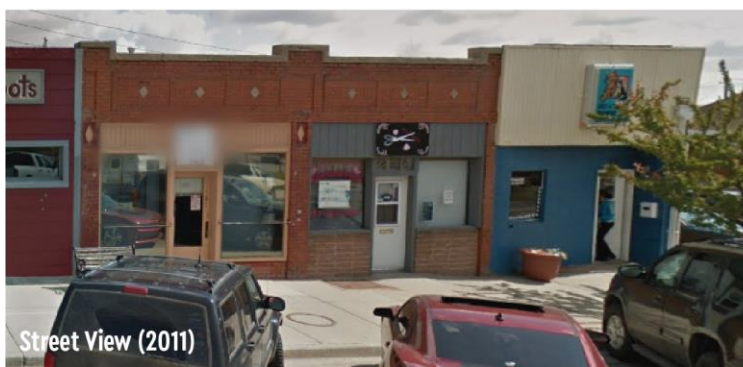
O último capítulo do *Downtown Rawlins Design Guidelines*, por sua vez, apresenta informações adicionais que versam sobre apoio técnico e procedimental que o programa *Rawlins DDA Main Street* pode oferecer à comunidade geral, especialmente aquela diretamente envolvida com a intervenção nos espaços terciários e os bens que integram o patrimônio ambiental urbano e a paisagem local (Rawlins DDA Main Street, 2012).

Assim como nas demais análises aqui realizadas, a aplicabilidade e adesão do Guia de Design para a *main street* de Rawlins pode ser observada a partir do comparativo entre imagens do *Street View* anteriores e posteriores ao ano de publicação do instrumento, especialmente da *Cedar Street*, uma das ruas principais do distrito central da cidade. Com isso, a Figura 81 apresenta alguns exemplos distintos àqueles já englobados no próprio instrumento, destacando os principais elementos e atributos básicos – que foram alvo de intervenção – identificados no comparativo antes e após a implementação do Guia de Design.

Figura 81. Aplicabilidade do *Downtown Rawlins Design Guidelines*: comparativo entre paisagem urbana de 2011 e 2021

4th Street

(Relações de conjunto, materiais, cores, texturas, ritmos, moldura das vitrines, escala/proporções, ornamentação, placas e sinalizações)



Cedar Street

(Materiais, texturas, ritmos, escala/proporções, moldura das vitrines, transoms)



Cedar Street

(Coroamento, materiais, cores, texturas, ritmos, escala/proporções, toldos e vitrines)



Fonte: Street View, 2011; 2021. Organizado pela autora, 2024.

Em síntese, ainda se faz possível identificar as correspondências entre a estrutura analisada do próprio Guia de Design para a *main street* do município de Rawlins (WY) com as macrocategorias fundantes da anatomia de um Guia de Design, como é possível verificar pela Figura 82.

Figura 82. Correspondências entre o *Downtown Rawlins Design Guidelines* e a anatomia de um Guia de Design



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Por fim, em um comparativo entre os dois Guias de Design analisados para o Padrão 3 dos estudos de caso, observa-se que o programa mais antigo – *Main Street Marshfield*, vinculado desde 1990 ao *Main Street America* – apresenta maior consolidação, reconhecendo dinâmicas próprias de seu contexto que surgem e agem em função das três dimensões aqui tratadas: espacial, sociocultural e, especialmente, temporal. Diante disso, o programa consagrou dois Guias de Design que conferem à última versão do instrumento publicado – e aqui analisado – uma condição fiel ao contexto local, o qual demandou atualizações que versassem sobre as mudanças que acometeram o comércio, a paisagem e o patrimônio local. Já o programa *Rawlins DDA Main Street*, com vínculo mais recente ao *Main Street America*, não apresenta demais versões do instrumento, talvez pelo seu nível de consolidação temporal e/ou grau de mudanças locais. Contudo, dentro de suas potencialidades e dimensões fiéis ao contexto urbano de sua *main street*, o programa já prevê possíveis atualizações e revisões em edições posteriores do *Downtown Rawlins Design Guidelines*.

5.3 Intersecções

Neste subcapítulo, objetiva-se apresentar as intersecções entre os padrões analisados, ao longo da pesquisa, para além daquelas já realizadas nos subcapítulos anteriores. Neste sentido, dentre as principais similaridades na esfera das potencialidades compositivas a se destacar entre todos os casos analisados, tem-se: a acessibilidade linguística, na qual são contemplados fotografias, esquemas gráficos e simulações de possibilidades projetuais para se complementar e “traduzir” as informações e diretrizes técnicas que compõem os instrumentos; o uso de capítulos introdutórios e preambulares que versam sobre as abordagens e critérios basilares, sustentando todos conteúdos que integram os Guias de Design; diretrizes específicas que atuam e atingem diretamente as três dimensões que interagem e delineiam a paisagem urbana: espacial, temporal e sociocultural; e, seções destinadas à gestão da mudança e da transformação, especialmente no que concerne às novas construções/adições nas *main streets*.

Outro fato também identificado se refere ao tema da conservação integrada. Nos instrumentos que apresentam maior área territorial de incidência (federal e estadual), o tema da conservação integrada emerge como ponto de partida fundamental para se elaborar Guias de Design e projetos de intervenção sobre a paisagem urbana. Em contrapartida, nos Guias que incidem sobre pequenas porções territoriais, o tema da conservação integrada já se apresenta frente à sua aplicabilidade, uma vez que a dimensão do planejamento urbano, das leis e ordenanças locais/municipais já são incorporadas ao instrumento. Nesse sentido, para os estudos de caso da esfera municipal/local, o tema surge pela sua ordem prática de aplicação, enquanto para o *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties* e para o *Downtown Design Guide* do estado de Iowa, a conservação integrada emerge pela sua condição de importância e valor à gestão, conservação e salvaguarda da paisagem urbana e do patrimônio ambiental urbano.

Dentre outras intersecções passíveis de serem extraídas dos padrões avaliados, tem-se a esfera dos elementos, signos e/ou atributos básicos que são abordados como aqueles que definem a paisagem urbana federal, estadual e/ou local dos EUA. Em síntese, a partir dos quadros de análise de cada estudo de caso, faz-se possível elencar o grau de importância conferido aos atributos que possuem implicações diretas à paisagem urbana para cada instrumento. Nesse sentido, o

Quadro 34 apresenta a síntese dos atributos básicos levantados em ordem decrescente de grau de importância atribuído por cada Guia.

Quadro 34. Síntese comparativa entre os estudos de caso: padrões 1, 2 e 3

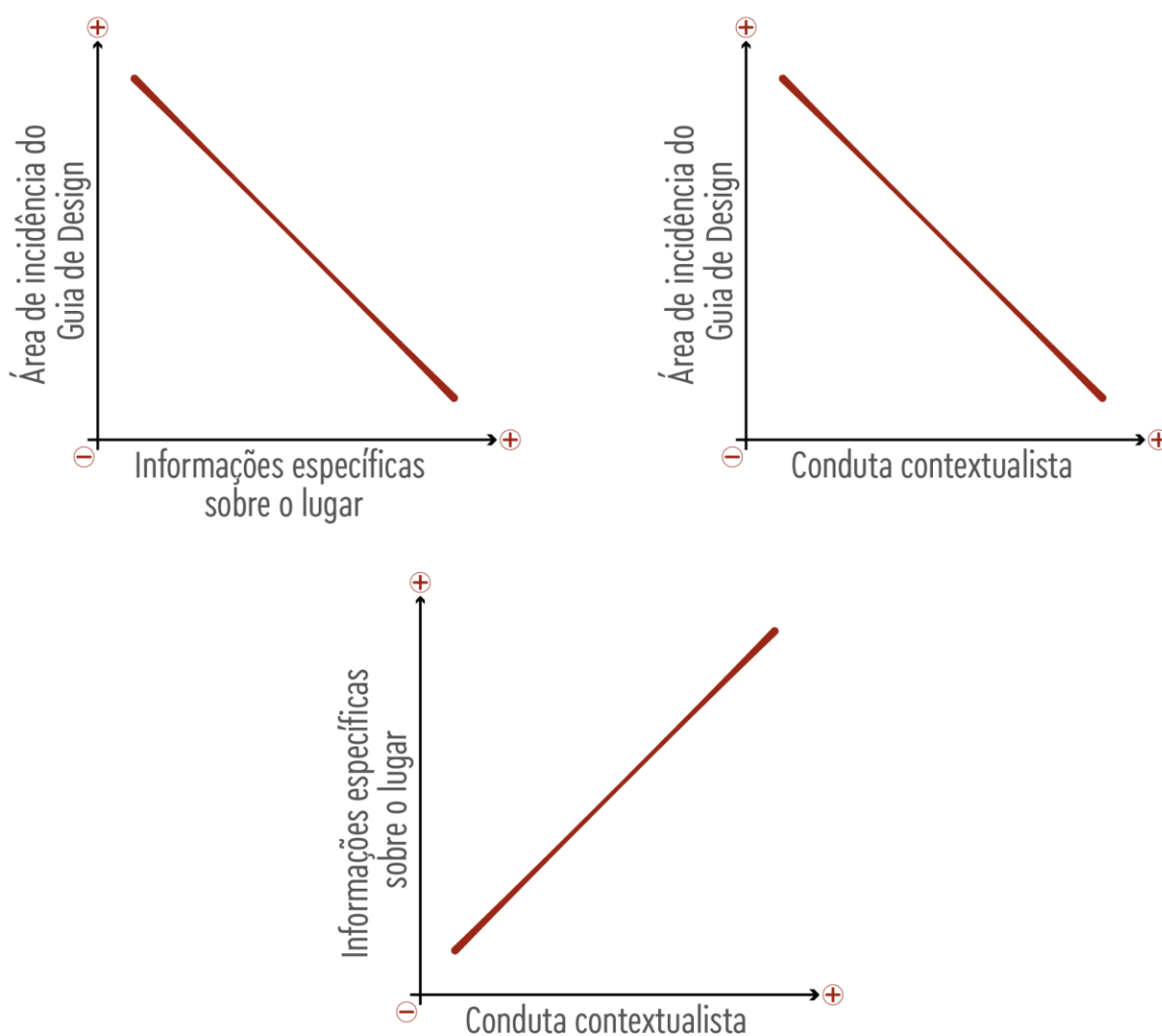
Síntese comparativa entre os estudos de caso			
Padrão	Esfera	Caso – Guia de Design	Elementos/atributos básicos em ordem decrescente de grau de importância
1	Federal	<i>The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties – EUA</i>	Materiais, texturas, cores, forma plástica, forma dos materiais, técnicas construtivas, ornamentação, ritmos, Articulação dos espaços, escala/proporções, relações de conjunto, usos, implantação, recuos, cercamentos, vistas, calçadas e vegetações
2	Estadual	<i>Downtown Design Guide – Iowa</i>	Usos, relações de conjunto, materiais, texturas, cores, fluxos, articulação dos espaços, placas e sinalizações, técnicas construtivas, escala/proporções, forma plástica e ornamentação, toldos, volume, coroamento, iluminação, Morfologia urbana
	Municipal local	<i>Uptown Design Guidelines – Marion (IA)</i>	Relações de conjunto, escala/proporções, placas e sinalizações, materiais, texturas, cores, ornamentação, toldos, ritmos, vitrines, forma plástica, implantação e forma dos materiais
3	Municipal local	<i>Downtown Marshfield Design Guidelines - Marshfield (WI)</i>	Relações de conjunto, escala/proporções, ritmos, vitrines, materiais, texturas, cores, placas e sinalizações, toldos, forma plástica, implantação, articulação dos espaços, identidade visual, forma dos materiais e iluminação
	Municipal local	<i>Downtown Rawlins Design Guidelines – Rawlins (WY)</i>	Relações de conjunto, escala/proporções, ritmos, vitrines, forma plástica, cores, placas e sinalizações, toldos, coroamento, silhueta, volume, ornamentação, iluminação, implantação, articulação dos espaços, usos, materiais, texturas e forma dos materiais

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A partir disso, e em conjunto com a estrutura e o conteúdo compositivo dos Guias de Design, pode-se inferir um conjunto de análises que articulam diretamente os aspectos que circunscrevem as dimensões abordadas na presente pesquisa. Com isso, o primeiro aspecto identificado se refere à relação inversamente proporcional entre a abrangência federativa do programa e a área territorial de incidência do Guia de Design com o grau de especificidade e complexidade das informações sobre este lugar. A partir dos estudos de caso, observa-se que quanto maior a área de incidência do instrumento, menor o grau e quantidade de informações específicas sobre o lugar. A exemplo, o *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties*, dentre os casos avaliados, corresponde ao instrumento que apresenta

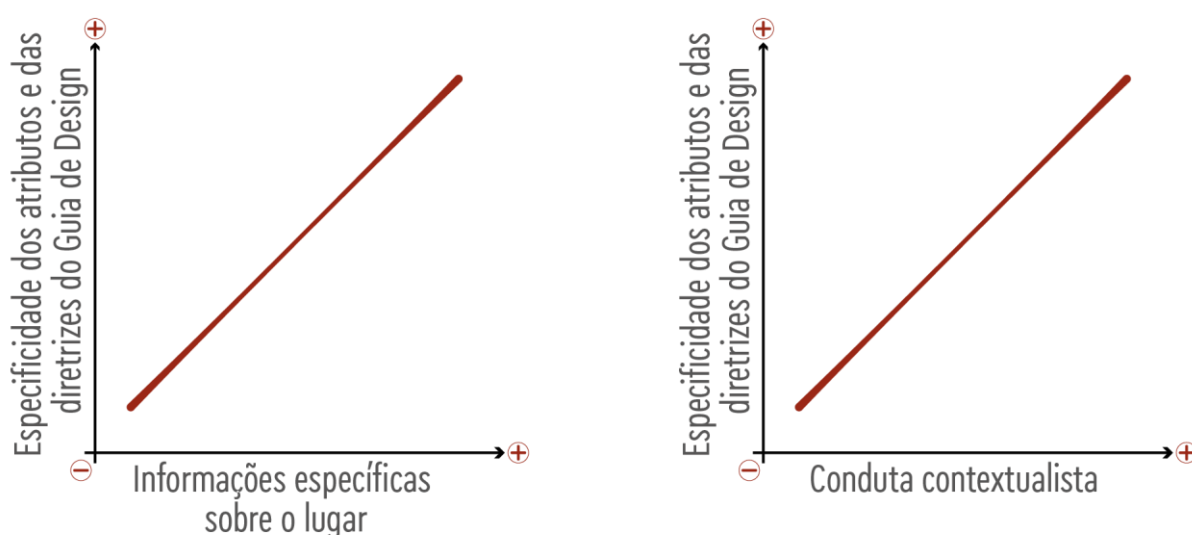
uma maior área de incidência (federal), contudo o grau de especificidade das informações apresentadas sobre os lugares são simplificadas, uma vez que é justamente na escala e esfera local onde se encontram maiores informações sobre o contexto. Diante disso, pode-se extrair que aquilo que se entende por conduta contextual, para a presente pesquisa, também é impactada em maior ou menor grau a depender da área de incidência e da quantidade de informações específicas disponíveis sobre determinado lugar. Para visualização destas relações e aspectos o Gráfico 3 apresenta um conjunto esquemático de gráficos conceituais que sintetizam as informações aqui dissertadas:

Gráfico 3. Gráficos conceituais: relações entre informações específicas sobre o lugar, área de incidência de um Guia de Design e conduta contextual



Ainda diante das relações entre informações sobre o lugar e conduta contextual, estes dois aspectos se relacionam diretamente com o grau de especificidade que os atributos básicos e as diretrizes do instrumento irão apresentar. Frente a isso, pode-se induzir e deduzir que, numa relação diretamente proporcional, quanto maior o grau de informações sobre o lugar e quanto maior a conduta contextual, mais específicas as diretrizes serão à realidade local da paisagem urbana e do patrimônio ambiental urbano que a integra (Gráfico 4).

Gráfico 4. Gráficos conceituais: relações entre informações específicas sobre o lugar, conduta contextual, especificidade dos atributos básicos e das diretrizes de um Guia de Design

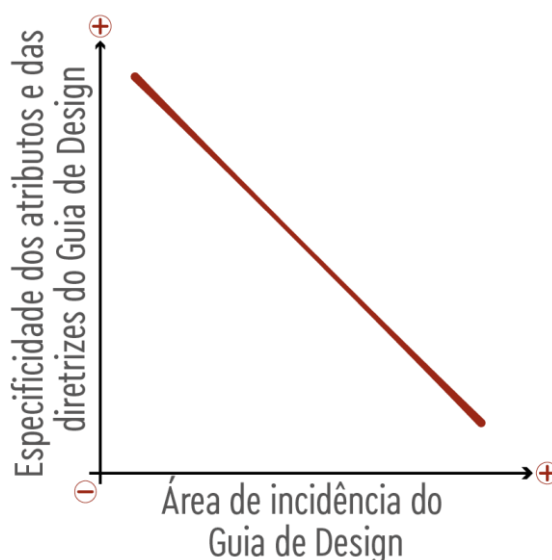


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Isto pode ser exemplificado à medida que se observa o Quadro 34, uma vez que os instrumentos que incidem para grandes áreas, com informações mais abrangentes e um menor grau quanto à sua dimensão contextual, apresentam diretrizes e atributos básicos gerais, passíveis de serem incorporados e adaptados para contextos distintos. A exemplo, aquilo que se entende como o elemento de maior importância ao caráter da paisagem urbana e o foco das diretrizes do *The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties* se dá justamente aos materiais e seus atributos básicos (texturas e cores). Isso ocorre por ser um elemento integrante em todo ambiente urbano, passível de ser compreendido frente à sua importância simbólica à cada contexto específico. Este fato também possui ressonância no Guia de Design para o estado de Iowa, o qual agrega um grau a mais de especificidade aos atributos básicos

e diretrizes à medida que apresenta como enfoque os usos comerciais e demais elementos que os acompanham, como placas e sinalizações. Já os Guias que incidem sobre pequenas áreas (local e/ou municipal), adentram em aspectos distintivos ao seu contexto, salientando as relações de conjunto que emergem em detrimento desses atributos. Em vista disso, os aspectos relacionados à escala/proporções, ritmos, sinalizações, vitrines, toldos, ornamentação e forma plástica, por exemplo, ganham especial destaque e atenção nas diretrizes que compõem os instrumentos. Nesse sentido, em síntese, quanto maior a esfera territorial e área de incidência de um Guia, mais permissível e aberta são as diretrizes, consolidando-se como orientações que devem ser cuidadosamente avaliadas pelas comunidades conforme a realidade e contexto locais; e quanto menor a esfera territorial (local), maior é o grau de especificidade das diretrizes, uma vez que o processo de análise e avaliação do contexto já está concretizado, apresentado e inserido dentro do próprio instrumento da comunidade local. Com isso, o nível de especificidade é inversamente proporcional à dimensão territorial a qual o guia vai incidir, como pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5. Gráficos conceituais: área de incidência e especificidade dos atributos básicos e das diretrizes de um Guia de Design

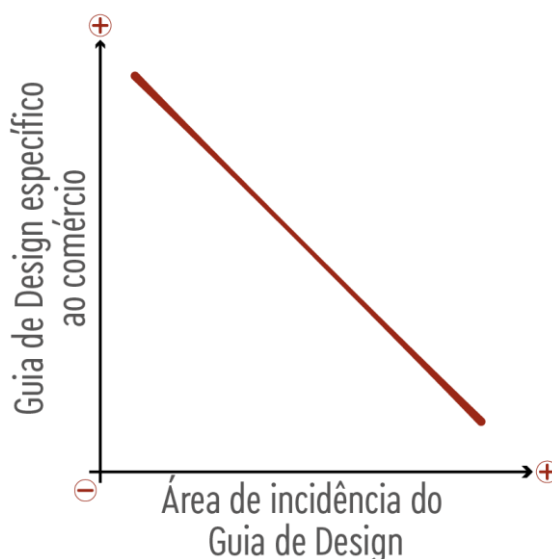


Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Por fim, ao que se refere ao comércio, também se observa que os instrumentos que incidem sobre uma maior área territorial apresentam estruturação e diretrizes menos específicas ao espaço terciário e aos aspectos distintivos que o integram, como

sinalizações, vitrines, toldos, iluminação e articulação entre espaços públicos e privado. Desta maneira, o Gráfico 6 exemplifica a relação inversamente proporcional que os dois aspectos apresentam entre si:

Gráfico 6. Gráficos conceituais: área de incidência e Guia de Design específico ao comércio



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Aqui, vale destacar que a sistematização destes dados em gráficos conceituais consiste em uma maneira pela qual se faz possível codificar os resultados qualitativos. Nesse sentido, ressalta-se que a abordagem quantitativa de representação de dados (gráficos), para o presente trabalho, consolida-se como uma ferramenta para codificação e comunicação objetiva das relações diretas e indiretas entre os aspectos analisados na pesquisa, garantindo uma visualização articulada e “imediate” das informações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa viabilizou a investigação e, principalmente, redescoberta de um instrumento passível de contemplar as complexidades presentes no processo interventivo sobre o caráter da paisagem urbana de áreas comerciais: o Guia de Design.

Partiu-se da hipótese de que os Guias de Design podem exercer o papel de instrumento para promoção da conservação integrada da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas, articulando a salvaguarda do patrimônio ambiental urbano com o planejamento urbano das cidades. Com isso, propôs-se uma discussão sobre como lidar com a gestão da paisagem urbana por meio da conservação integrada do caráter formal que a compõe. Frente a isso, a pesquisa partiu de dois questionamentos principais para se comprovar a hipótese inicial: (1) como esse instrumento – Guia de Design – se comporta perante a gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana no contexto de áreas comerciais, em especial as históricas?; e, (2) quais as fragilidades e potencialidades que o instrumento apresenta quando em enfoque a gestão da paisagem urbana através da conservação integrada do caráter que a compõe?. Para respondê-los, o trabalho ainda fez usufruto de um recorte de pesquisa de Guias de Design vinculados ao programa *Main Street America* dos EUA.

Para tanto, estruturalmente, buscou-se uma narrativa textual que contemplasse a pesquisa de maneira processual, apresentando as existências, lacunas, alternativas, possibilidades e os casos que versassem sobre a gestão, conservação e salvaguarda dos espaços terciários, o patrimônio ambiental urbano e, especialmente, a paisagem. Na primeira parte – existências e lacunas – a pesquisa possibilitou identificar que a compreensão da paisagem urbana enquanto um campo complexo de permanências e transformações traz grandes desafios à sua assimilação na alçada do patrimônio cultural, especialmente ao contemplar três dimensões existenciais: espacial, temporal e sociocultural. Quando em enfoque áreas comerciais, os desafios associados à conservação de sua paisagem urbana vão de encontro direto com as rápidas mudanças condicionadas pelo setor terciário.

Para além, ainda se observou o papel que os elementos, signos, atributos básicos e marcas distintivas de ordem formal e material vão empregar à identidade dos lugares e ao caráter da paisagem urbana. Quando articuladas ambas as

discussões, este desafio à conservação patrimonial da paisagem urbana dos espaços terciários se agrava quando se observa que o comércio, ainda na contemporaneidade, é permeado de estigmas (mesmo que muitas vezes verdadeiros) e preconceitos, colocando-o à margem do processo de valoração do seu caráter patrimonial. Não se é levemente que os signos, marcas distintivas e atributos básicos que definem o caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, por muito, não são contemplados por instrumentos e planos de gestão que incidem sobre os conjuntos, como as placas, sinalizações e toldos, por exemplo.

Também se observou que esse paradigma ainda se agrava à medida que a conservação da paisagem urbana – e seus elementos formais – é impactada por dois campos que, apesar de suas convergências quanto aos objetos de intervenção, não apresentam articulação direta: a preservação patrimonial e o planejamento urbano. Com isso, concluiu-se que, para a gestão, conservação e salvaguarda da paisagem urbana, especialmente daqueles elementos formais que atribuem caráter, faz-se necessário o uso de políticas e, especialmente, instrumentos que articulem ambos os campos, integrando-os frente ao objeto e objetivo final de intervenção. Quando em enfoque as áreas comerciais, ainda se observou a necessidade de tais instrumentos serem abrangentes, passíveis de integração para com demais estratégias e, especialmente, para com a realidade local, conformando uma conduta contextual.

Diante disso, a segunda parte do presente trabalho (terceiro capítulo) versou sobre uma das alternativas que, para a presente autora, demonstrou-se potencial: o Guia de Design. Aqui, redescobriu-se o instrumento alvo da pesquisa. Dentre as discussões levantadas, observou-se a falta – ou até mesmo inexistência – de um conceito e uma caracterização específicos que transmitissem a complexidade técnica do instrumento frente ao que se propunha a dissertação. Com isso, concluiu-se que o Guia de Design consiste em um instrumento que aglutina, junta, contempla e aglomera as ações transformadoras dos signos, do desenho, das marcas distintivas, para que assim seja possível conduzi-los e ordená-los ao longo do processo transformativo. Frente a isso, observou-se e se destacou seu papel para com a gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana. Por fim, nesta seção, também se observou a ampla aderência deste instrumento – Guia de Design – por entre os países. Este fato se destacou a partir dos documentos pelos quais a pesquisa cruzou, nos quais são apresentados casos concretos e/ou são citados a existência do instrumento. Destacam-se documentos escritos, principalmente, em língua inglesa,

turca, japonesa e chinesa, as quais foram identificadas graças às ferramentas *online* de reconhecimento de idiomas³⁸.

A terceira seção central da pesquisa – quarto capítulo – se destinou a uma das possibilidades onde se faz uso do Guia de Design: o programa *Main Street America* dos EUA. Aqui, verificou-se a importância do uso de abordagens integradas e abrangentes para a gestão das áreas comerciais, valorando os ativos locais, desde seus bens patrimoniais à paisagem urbana que os contempla. Nesse capítulo, observou-se a contribuição que cada âmbito federativo (nacional, estadual e municipal) pode prover às ações que envolvem as áreas comerciais e suas paisagens, alavancando os ativos e sobrevivência das comunidades locais. Dentre as estratégias utilizadas pelo programa, concluiu-se que os Guias de Design compatibilizam uns dos instrumentos fundamentais para a responsabilização coletiva de todos os agentes envolvidos (públicos e privados) no processo interventivo das *main streets*.

Por fim, na última parte central da pesquisa – capítulo cinco –, foram discutidos os casos específicos de comunidades oficiais (integrantes do programa *Main Street America*) que apresentassem Guias de Design aplicados à *main street* da cidade. A partir dos estudos de caso, e em consonância aos demais capítulos da dissertação, foi possível responder aos questionamentos que impulsionaram o desenvolvimento da pesquisa³⁹. Assim, diante do primeiro questionamento, concluiu-se que o comportamento do instrumento – no recorte avaliado – se dá por uma conduta contextual que age potencialmente às dinâmicas e movimentos presentes nas áreas urbanas comerciais. Vinculado às conclusões alcançadas pelo segundo questionamento, isso se dá uma vez que representa um dos instrumentos pelos quais se pode gerir o patrimônio ambiental urbano que integra a paisagem. Frente às potencialidades e fragilidades, observou-se que os Guias de Design atuam e atingem essencialmente as três dimensões que competem à abordagem de paisagem aqui adotada: espacial, temporal e sociocultural.

Quanto aos Guias avaliados das comunidades oficiais vinculadas ao programa *Main Street America*, observou-se que os instrumentos coordenam conteúdos e

³⁸ Os documentos aqui utilizados e referenciados foram apenas aqueles redigidos em Inglês, uma vez que as línguas turca, japonesa e chinesa não fazem parte da alçada linguística da autora.

³⁹ (1) como esse instrumento – Guia de Design – se comporta perante a gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana no contexto de áreas comerciais, em especial as históricas?; e, (2) quais as fragilidades e potencialidades que o instrumento apresenta quando em enfoque a gestão da paisagem urbana através da conservação integrada do caráter que a compõe?.

diretrizes específicas que residem na esfera da potencialidade (também) pela sua abrangência e articulação conjunta para com a abordagem *Four-point* do programa e pela integração com demais leis e ordenanças nos três âmbitos federativos.

Diante disso, destaca-se que a construção da narrativa textual da dissertação foi proposta de maneira a se contemplar e atingir o objetivo geral⁴⁰ e todos os objetivos específicos elencados à pesquisa. Em síntese, ressalta-se que os capítulos destinados às existências, lacunas e alternativas foram base para alcançar os seguintes objetivos específicos: (A) identificar valor da paisagem urbana de áreas comerciais no campo do patrimônio cultural; (B) compreender as práticas/sistemas do comércio; (C) articular o campo do patrimônio cultural e da paisagem urbana; (D) identificar as lacunas presentes nos campos da preservação patrimonial e planejamento urbano quando em enfoque a gestão, conservação e salvaguarda da paisagem urbana de áreas comerciais; e, (E) conceituar e caracterizar os Guias de Design. Por fim, os capítulos destinados às possibilidades e os casos, por sua vez, contemplaram os três últimos objetivos específicos, a saber: (F) identificar o funcionamento do *Main Street America* e onde – e como – os Guias de Design atuam no programa; (G) levantar e mapear as comunidades oficiais associadas ao programa *Main Street America*; e, (H) sistematizar e articular os estudos de caso, a fim de avaliar as possibilidades, potencialidade e/ou fragilidades do instrumento para a conservação integrada da paisagem urbana de áreas comerciais.

Ressalta-se que demais análises sobre o tema poderiam ser realizadas a partir de outros (numerosos) programas e materiais – Guias de Design – e, por esta razão, parte do presente trabalho intentou em contribuir para a discussão, em especial para o estado da arte no Brasil, em língua portuguesa, não cessando o amplo debate passível de ocorrer, seja através de outras organizações que utilizam o instrumento aqui discutido, seja através de um conjunto mais amplo, e distinto, de Guias de Design, subsidiado por demais parâmetros de análise.

Frente a isso, a redescoberta desse instrumento – por meio da pesquisa e da discussão proposta – também levantou outras indagações à pesquisadora. Como

⁴⁰ O objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar um conjunto de Guias de Design direcionados à gestão, conservação e salvaguarda do caráter da paisagem urbana de áreas comerciais, em especial as históricas, tendo como recorte de pesquisa os Guias desenvolvidos para os conjuntos urbanos integrantes do programa *Main Street America*, a fim de identificar potencialidade e fragilidades que esse instrumento apresenta quando em enfoque a gestão da paisagem urbana através da conservação integrada do caráter formal que a compõe.

primeiro ponto, observou-se que dentre o levantamento das bibliografias e Guias de Design, pouco – ou quase nada – foi tratado sobre metodologias específicas que verssem sobre todo o processo de elaboração do instrumento. Com isso, o primeiro desdobramento investigativo aqui levantado se refere a: qual a metodologia para se elaborar um Guia de Design que contemple todos os processos que o permeia? As indagações seguintes, por sua vez, surgem como um recorte atrelado à pouca – ou até menos inexistente – bibliografia sobre o tema em língua portuguesa e/ou espanhola de países origem latina e, especialmente, de origem brasileira. Dessa forma, o segundo e terceiro questionamentos residem em: Guias de Design são instrumentos utilizados e apropriados para o contexto da América Latina? Caso sim, há casos concretos de uso? Diante disso, a quarta e quinta indagações, por fim, articulam os questionamentos anteriores: qual a metodologia para se elaborar um Guia de Design que contemple todos os processos que o permeia para o contexto da América Latina? E, nesse mesmo viés, para o contexto brasileiro?

Uma vez levantadas, essas indagações podem contribuir diretamente para o desenvolvimento de pesquisas futuras que verssem sobre o tema e que, assim como eu, sintam-se instigadas pelos processos que a paisagem, o patrimônio, o comércio e a pesquisa podem estimular.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. P. **Ambientes comerciais e a influência do design visual**. 2016. 231f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-16022017-123447/publico/karinepetry.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- ALMEIDA, A. N.; SILVA, J. C. G. L.; ANGELO, H. Importância dos setores primário, secundário e terciário para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 9, n. 1, p. 146-162, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/874>. Acesso em: 5 jan. 2024.
- ALVARENGA, R. A. M.; MATOS, F. R. N.; MACHADO, D. Q.; SOBREIRA, M. C.; MATOS, L. B. S. Arranjo produtivo local e desenvolvimento sustentável: uma relação sinérgica no município de Marco (CE). **RAM - Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 5, p. 15-42, set./out. 2013. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/5088>. Acesso em: 15 out. 2023.
- ANTROP, M. Landscape change: plan or chaos?. **Landscape and Urban Planning**, Bélgica, v. 41, p. 155-161. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169204698000681>. Acesso em 20 nov. 2022.
- ARLINGTON. **Olympic avenue Design Guidelines**. Arlington: NWCLC, jun. 2007. Disponível em: <https://arlingtonva.gov/DocumentCenter/View/491/Olympic-Avenue-Design-Guidelines>. Acesso em: 20 set. 2023.
- ASSIS, M. **Dom Casmurro**. Brasília: Edições Câmara, 2016 [1899].
- BALSAS, C. J. L. **Walkable cities**: revitalization, vibrancy and sustainable consumption across the Atlantic Ocean. Nova Iorque: State University of New York Press, 2019.
- BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.
- BONFIM, V. C. **Os espaços edificados vazios na área central da cidade de São Paulo e a dinâmica urbana**. 2004. 131f. v.1. Dissertação (Mestrado em Engenharia), Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde-26052004-103020/publico/ValeriaBomfimVol1.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BOTELHO, A. A cidade como negócio: produção do espaço e a acumulação do capital no município de São Paulo. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 18, p. 15-38,

2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8727>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BOSI, A. Cultura como tradição. *In*: FUNARTE (org.). **Cultura Brasileira: Tradição Contradição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 31–58.

BRAIDA, C. R.; KRAUSE, D. **Ontologia II**. Florianópolis: UFSC, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Distrito Federal: Presidência da República, 1988.

BRUSADIN, L. B. (org.). **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

BRUSADIN, L. B.; NETTO, A. P. O sacrifício e o espírito das coisas perante o dom e a hospitalidade: (des)entendimentos científicos. *In*: BRUSADIN, L. B (org.). **Hospitalidade e dádiva: a alma dos lugares e a cultura do acolhimento**. 1. ed. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 23-41.

BYRNES, M. J. **Creating Design Guidelines for the historic commercial district**. Michigan: Michigan Historical Center, 2007?.

CACHINHO, H. Bem-vindo ao mundo das marcas: da magia e liminaridade dos lugares de compras na cidade contemporânea. *In*: VARGAS, H. C.; PAIVA, R. A. **Terciário, arquitetura e cidade na era digital: permanências e transformações**. Fortaleza: SEBRAE, Expressão gráfica e editora, 2021.

CAMPOS, A. L.; OLIVEIRA, C. S.; RODRIGUES, E. R. R. Avenida Duque de Caxias: um roteiro de memórias. *In*: CACHEL, A.; FERREIRA, C. C. (org.). **Conexões humanas: reflexões do XIII SEPECH – UEL**. Vol. II. Londrina: UEL, 2022. Disponível em: <https://sites.google.com/uel.br/xiii-sepech/e-book?authuser=0>. Acesso em: 20 maio 2023.

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARMONA, M. Decoding design guidance. *In*: BANERJEE, T.; LOUKAITOU-SIDERIS, A. (org.). **Companion to Urban Design**. Oxford: Routledge, 2011. p. 288-303.

CARMONA, M.; HEATH, T.; OC, T.; TIESDELL, S. **Public places – urban spaces: the dimensions of urban design**. Oxford: Architectural Press, 2003.

CARSALADE, F. L. **Desenho Contextual: uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem**. 2007. 474f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade

Federal da Bahia, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8815>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CARUSO, N.; FREDERICKS, A.; MERRITT, C.; PITT, S.; WILSON, K. **Revitalizing Woonsocket**: a Main Street implementation plan: an approach to downtown revitalization through historic preservation. Rhode Island: cpc, 2013.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas instrumentos. São Paulo; Belo Horizonte: Anablume, IEDS, 2009.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

CHOAY, F. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2014.

CMMAD – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

COLLOT, M. Pontos de vista sobre a percepção de paisagens. *In*: CARMEM, N.; ALVES, I. LEMOS, M. (org.). **Leitura e Paisagem em diálogo**. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012. p. 11-29

CONSELHO DA EUROPA. **Convenção Europeia Da Paisagem**. Florença: Conselho da Europa, 2000. Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, D. M. **O futuro da tradição**: uma atualização do valor de patrimônio no Brasil através da observação de cidades históricas no Brasil e nos Estados Unidos. 2017. 265f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal Fluminense, 2017. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24000>. Acesso em: 20 set. 2023.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

DEL RIO, V. Urban Design And City Images Of Brazil: Rio de Janeiro And Curitiba. **Cities - International Journal of Urban Policy and Planning**, [s. l.], v. 9, n. 4, p. 270-279, 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0264275192900273#preview-section-cited-by>. Acesso em: 20 set. 2023.

DEPARTMENT OF THE INTERIOR. **The preservation of historic architecture**. Connecticut: The Lyons Press, 2004.

DEPARTMENT OF THE INTERIOR. **The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties with guidelines for preserving, rehabilitating, restoring & reconstructing historic buildings.** Revisado por Anne E. Grimmer. Washington: Department of the Interior; National Park Service; Technical Preservation Services, 2017. Disponível em: <https://www.nps.gov/orgs/1739/secretary-standards-treatment-historic-properties.htm>. Acesso em 23 abr. 2023.

EUA – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **National Historic Preservation Act.** 1966. Disponível em: <https://ncshpo.org/resources/national-historic-preservation-act-of-1966/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 5ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

FARIA, E (org.). **Dicionário escolar latino-português.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

FISHER, C. E. Promoting the preservation of historic buildings: historic preservation policy in the United States. **APT Bulletin: The Journal of Preservation Technology**, [s. l.], v. 29, n. 3-4, p. 6-11, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1504604>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FITCH, J. M. **James Marston Fitch: selected writings 1933-1997.** New York: W.W. Norton & Company, 2007.

FLUSSER, V. **O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação.** São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FONSECA, T. P. Participação em ações de preservação: o caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro. **Risco - revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, São Paulo, n. 10, p. 35-44, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/44778>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 4ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

FRANCAVIGLIA, R. V. **Main Street revisited: time, space, and image building in small-town America.** Iowa: University of Iowa Press, 1996.

GRAŽULEVIČIŪTĒ, I. Cultural heritage in the context of sustainable development. **Environmental research, engineering and management**, [s. l.], v. 3, n. 37, p. 74–79, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Indre-Grazuleviciute-Vileniske/publication/228466259_Cultural_Heritage_in_the_Context_of_Sustainable_Development/links/575e77ec08ae414b8e52796c/Cultural-Heritage-in-the-Context-of-Sustainable-Development.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

HENNING, P.; RODRIGUES, E. R. R.; OLIVEIRA, C. S.; ZANON, E. R.; SANTOS, A. C. S. Avenida Duque de Caxias: a primeira rua comercial como patrimônio cultural

de Londrina-PR. *In*: CINCCI – Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade, VIII, 2023, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, Even3, 2023. p. 1-15. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viii-cincci-coloquio-internacional-sobre-comercio-e-cidade-272407/614291-avenida-duque-de-caxias--a-primeira-rua-comercial-como-patrimonio-cultural-de-londrina-pr/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **A condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyla, 2008.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. 4ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

ICOMOS – CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Carta de Washington**. [S. l.]: IPHAN, 1986. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201986.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

IEDA – IOWA ECONOMIC DEVELOPMENT AUTHORITY'S; MSI – MAIN STREET IOWA. **Main Street Iowa Program**. Iowa: IEDA; MSI, c.2024. Disponível em: <https://www.iowaeda.com/main-street-iowa/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

JMA – JOHN MILNER ASSOCIATES. **New Castle County: historic and cultural resource Design Guidelines**. Delaware: [S. l.], 2006. Disponível em: <https://www.newcastlede.gov/DocumentCenter/View/756/Historic-Design-Guidelines-PDF>. Acesso em: 20 jun. 2023.

KAPP, P. H. Historic preservation design: using ethnographic-based fieldwork to introduce theory and history in the architecture studio. **Future Anterior**, Minnesota, v. 17, n. 2, p. 16-29, 2020. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/23/article/812784/summary?casa_token=qWztX6NHo0EAAA:Oxw5ukUWiPsBIA86PNqZ_j7BJcYVqUwsCt_pCiDAclWG9GHIPSYHyf9ctUMp3F50ldOYF5M4-oU. Acesso em: 20 jun. 2023.

LAGE, L. B. **Paisagem como modo de entender o mundo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

LAGE, L. B.; CURY, I. Paisagem e planejamento territorial: abordagens e metodologias de análise do território. *In*: LAGE, L. B.; CURY, I. (org.). **Paisagem e planejamento territorial: estratégias e instrumentos de gestão integrada**. Rio de Janeiro: Paisagens híbridas, 2023. p. 40-48.

LANG, J. **Urban design: a typology of procedures and products**. 2ª ed. New York: Routledge, 2017.

LE GOFF. **Por amor das cidades: conversas com Jean Lebrun**. Lisboa: Editorial Teorema, 1997.

LE GOFF, J. (org.). **Patrimoine et passions identitaires**. Paris: Fayard, 1998.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1991.

MACHADO, J. P. **Dicionário etimológico da língua portuguesa: com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados**. 1ª ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1952-59.

MAIN STREET IOWA. **Downtown Design Guide**. Iowa: IEDA; Main Street Iowa, [2022?]. Disponível em: <https://www.iowaeda.com/UserDocs/downtowndesignguide.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022

MAIN STREET MARSHFIELD. **Main Street Marshfield Design Guidelines**. Marshfield: Main Street Marshfield, 2016. Disponível em: <https://mainstreetmarshfield.com/resources/pdf/2017/main-street-marshfield-design-guidelines.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MAIN STREET MARSHFIELD. **Downtown Marshfield Design Guidelines**. Marshfield: Main Street Marshfield, 2022. Disponível em: <https://mainstreetmarshfield.com/resources/pdf/2022/design-guidelines-2022.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MAIN STREET MARSHFIELD. **Main Street Marshfield**. c.2024. Disponível em: <https://mainstreetmarshfield.com>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARTINS, J. C. O. Patrimônio Cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. In: PINHEIRO, A. R. S. (Org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural**. v. 1. Fortaleza: Secultfor; Iphan, 2015. p. 47-58.

MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo; Cosac Naify, 2003.

MEANS, M. **Main Street's comeback: and how it can come back again**. [s.l.]: HammondWood Press, 2021.

MELBOURNE. **Heritage Design Guide**. Melbourne: [s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.melbourne.vic.gov.au/building-and-development/heritage-planning/heritage-design-guide/Pages/heritage-design-guide.aspx>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MENESES, U. B. Patrimônio Ambiental Urbano: do lugar comum ao lugar de todos. **CJ Arquitetura**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 45-46, 1978.

MICELI, S.; GOUVEIA, M. A. **Política cultural comparada**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1985.

MOUNT VERNON LADIES' ASSOCIATION. **Mount Vernon**. c.2023. Disponível em: <https://www.mountvernon.org/>. Acesso em: 20 set. 2023.

MOURA, C. G. A palavra Design. **Eikon: journal on semiotics and culture**, Portugal, n. 5, p. 63-68, 2019. Disponível em: <http://doc.ubi.pt/ojs/index.php/eikon/article/view/646>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MTA – MENELAOS TRIANTAFILLOU & ASSOCIATES. **Design Guidelines: City Center Heritage Overlay District Urbana**, Ohio. Ohio: Planning Urban Design, Landscape Consultants, 1999. Disponível em: https://www.urbanaohio.com/uploads/1/2/4/6/124631710/overlay_-_heritage_design_guidelines_2.pdf. Acesso em: 17abr. 2023.

NASCENTES, A. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 1955.

NASCIMENTO, K. L. C.; CAMPOS, A. L.; RODRIGUES, E. R. R. **Inventário arquitetônico**: Avenida Duque de Caxias – Quadra 12, Lote 7. Londrina, 2019. Disponível em: <https://geo.londrina.pr.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=5360a454d15146a3bcf4ebdbe8e49e03>. Acesso em: jun. 2023.

NATIONAL MAIN STREET CENTER. **Revitalizing Main Street**: a practitioner's guide to commercial district revitalization. Whashington: NTHP, 2009.

NATIONAL MAIN STREET CENTER. **Main Street approach handbook**: design. Chicago: National Main Street Center, 2018. Disponível em: <https://www.mainstreet.org/howwecanhelp/resourcecenter/designhandbook>. Acesso em: 20 jun. 2023.

NATIONAL MAIN STREET CENTER. **Main Street America**. c.2023. Disponível em: <https://www.mainstreet.org/home>. Acesso em: 25 maio 2023.

NATIONAL PARK SERVICE. **The Secretary of the Interior's Standards for the Treatment of Historic Properties**: history of the Standards, set. 2022 Disponível em: <https://www.nps.gov/articles/000/treatment-standards-history.htm>. Acesso em: 23 nov. 2023.

NATIONAL PARK SERVICE. **Preservation briefs**. 2023. Disponível em: <https://www.nps.gov/orgs/1739/preservation-briefs.htm>. Acesso em: 23 dez. 2023.

NATIONAL PARK SERVICE. **National Park Service**. c.2023. Disponível em: <https://www.nps.gov/index.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION. **The Main Street board member's handbook**. 3ª ed. [S.l.]: National Trust for Historic Preservation, 2014.

NEA – NATIONAL ENDOWMENT FOR THE ARTS. **About**. c.2023. Disponível em: <https://www.arts.gov/about>. Acesso em: 20 jun. 2023.

NELSON, L. H. Architectural Character - Identifying the Visual Aspects of Historic Buildings as an Aid to Preserving their Character. **Preservation Brief**. United States, National Park Service U.S. Department of the interior, n. 17, p. 1-12, 1988. Disponível em: <https://www.nps.gov/orgs/1739/upload/preservation-brief-17-architectural-character.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

NORBERG-SCHULZ, C. O fenômeno do lugar [1976]. *In*: NESBITT, K. (org.). **Uma nova agenda para a arquitetura**: antologia teórica (1965–1995). São Paulo, Cosac Naify, 2006. p. 444-461.

OLIVEIRA, C. S.; HENNING, P.; ZANON, E. R.; RODRIGUES, E. R. R.; SANTOS, A. C. S. **Avenida Duque de Caxias**: o patrimônio entre permanências e transformações. Londrina: Museu Histórico de Londrina, 2022.

OLIVEIRA, C. S. **Guia de Design urbano para ruas comerciais históricas**: uma proposta para a Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR). 2022 [2021]. 229f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Tecnologia e Urbanismo, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022 [2021]. Não publicada online.

OLIVEIRA, C. S.; CAMPOS, A. L.; RODRIGUES, E. R. R. Ruas comerciais históricas: instrumentos para preservação patrimonial – o caso da Avenida Duque de Caxias, Londrina (PR). *In*: CINCCI – Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade, VIII, 2023, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, Even3, 2023. p. 1-14. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/viii-cincci-coloquio-internacional-sobre-comercio-e-cidade-272407/612012-ruas-comerciais-historicas--instrumentos-para-preservacao-patrimonial--o-caso-da-avenida-duque-de-caxias-londri/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

OLIVEIRA, L. N. **Arcaicó**, modo de amar: proposta de boas práticas para o casario antigo caicoense. 2020. 185f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/32962>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ORTIGOZA, S. A.G. O fast-food e a mundialização do gosto. **Revista Cadernos de Debate**, Campinas, v. 5, p. 1-25, 1997. Disponível em: https://uerjsa.files.wordpress.com/2013/04/o_fast_food_e_a_mundializacao_do_gosto.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

PAGE, M. **Why preservation matters**. New Haven: Yale University Press, 2016.

PERRONE, R. A. C. Prefácio. *In*: VARGAS, H. C. **Espaço Terciário**. O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. 2º ed. São Paulo: Editora Manole, 2018. p. IX-XIII.

PINHEIRO, A. I. F.; DEL RIO, V. Cultural Corridor: a preservation district in downtown Rio de Janeiro, Brazil. **Traditional settlements and design review**, Spring, v. 5, n. 1, p. 51-64, 1993. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23566070>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PLANNING DEPARTMENT OF THE HONG KONG SPECIAL ADMINISTRATIVE REGION. Chapter 11: Urban Design Guidelines. *In*: PLANNING DEPARTMENT OF THE HONG KONG SPECIAL ADMINISTRATIVE REGION. **Hong Kong Planning Standards and Guidelines**. Hong Kong: Special Administrative Region, 2015. [n. p.]. Disponível em: https://www.pland.gov.hk/pland_en/tech_doc/hkpsg/full/pdf/ch11.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

POLAT, S.; TÜMER YILDIZ, H. Ö. Community engagement in developing urban design guidance for heritage sites: the case of Bursa, Turkey. **Urbani Izziv**, Eslovênia, v. 30, n. 2, p. 70–84, 2019. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26843923#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 30 nov. 2022.

RAWLINS DDA MAIN STREET. **Downtown Rawlins Design Guidelines**. Rawlins: Rawlins DDA Main Street; Design Committee, 2012. Disponível em: <https://www.rawlinswy.gov/DocumentCenter/View/6359/DDA-Main-Street-Design-Guidelines?bidId=>. Acesso em 20 jan. 2024.

RAWLINS DDA MAIN STREET. **Downtown Rawlins**. c.2022. Disponível em: <https://www.downtownrawlins.org/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RIOARTE; IPLANRIO. **Corredor Cultural**: Como Recuperar, Reformar ou Construir seu Imóvel. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1985.

ROBERTSON, K. A. The Main Street Approach to downtown development: an examination of the Four-Point program. **Journal of Architectural and Planning Research**, Spring, v. 21, n. 1, p. 55-73, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43031059>. Acesso em: 28 jun. 2023.

RODRIGUES, E. R. **Shopping a céu aberto no Brasil**: transformações, estratégias e perspectivas da rua comercial na sociedade de consumo contemporânea. 2012. 214f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-30112012-145901/publico/tese_eloisa_original.pdf. Acesso: 17 abr. 2023.

ROSSI, A. **A Arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RUBINSTEIN, E. **Introdução ao estudo da anatomia**. c.2000. Disponível em: http://labs.icb.ufmg.br/anatefis/introducao_Anatomia. Acesso em: 20 jun. 2023.

RYBERG-WEBSTER, S.; KINAHAN, K. L. Historic preservation and urban revitalization in the twenty-first century. **Journal of Planning Literature**, Ohio, v. 29, n. 2, p. 119-139, 2014. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0885412213510524>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, C. N. F. Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo. **Revista Projeto**, São Paulo, v. 86 p. 59-63, 1986.

SANTOS, M. **A natureza do espaço** - técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SARAMAGO, J. **Provavelmente alegria**. 3ª ed. Lisboa: Caminho, 1987.

SCHIESSL, M.; BRÄSCHER, M. Do texto às ontologias: uma perspectiva para a ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 301-311, 2011. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1318>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SEBRAE. **Diferença entre nome fantasia e razão social**. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ac/artigos/diferenca-entre-nome-fantasia-e-razao-social,82c78aa15f223810VgnVCM100000d701210aRCRD#:~:text=O%20nome%20fantasia%20de%20uma,Nota%20Fiscal%20e%20documentos%20oficiais>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SETOGUCHI, T.; KOBAYASHI, H. A study on the Design Guidelines for downtown revitalization in local communities: a case studies on the Main Street Program in United States. **AIJ J. Technology Design**, Japão, v. 7, n. 14, p. 265-270, 2001. Disponível em: https://www.jstage.jst.go.jp/article/aijt/7/14/7_KJ00003288472/_article/-char/ja. Acesso em: 20 jun. 2023.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia – BPG**, São Paulo, n. 57, p. 77-92, dez., 1980. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1044/932>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SMITH, K. **Revitalizing downtown**. Washington, D.C.: National Main Street Center, 1988.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SWANWICK, C. **Landscape Character Assessment**: guidance for England and Scotland. The Countryside Agency: Cheltenham, 2002.

TOFANI, F. P. Teorias e práticas contemporâneas de restauração, reabilitação e requalificação do patrimônio cultural edificado: uma experiência de ensino de pós-graduação interdisciplinar. **Fórum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-26, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34374>. Acesso em: 20 dez. 2023.

TORRINHA, F. **Dicionário latino-português**. 3ª ed. Porto: Edições Marãnus, 1945.

UNESCO. **Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana**. Paris: UNESCO, 2011. Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/cultura/recomendacao_sobre_a_paisagem_historica_urbana_unesco_2011.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

UPTOWN MARION. **Uptown Design Guidelines**. Marion: Uptown Marion, 2016. Disponível em: https://www.uptownmarion.com/uploads/1/4/6/9/146962393/uptown_marion_design_guidelines__2016_.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

UPTOWN MARION. **Business Investment Guide**: Marion Iowa. Marion: Uptown Marion; City of Marion; Marion Chmaber; MEDCO, 2020. Disponível em: https://www.uptownmarion.com/uploads/1/4/6/9/146962393/2022_business_investment_guide_final.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

UPTOWN MARION. **Uptown Marion Main Street**. c.2024. Disponível em: <https://www.uptownmarion.com/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

U.S. CENSUS BUREAU. **2020 Census results**. 2020. Disponível em: <https://www.census.gov/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

VARGAS, H. C. Comércio e cidade: uma relação de origem. **Portal do Estado de São Paulo**, São Paulo, [s. n.], p. 1-5, 2000. Disponível em: <http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/08/2000.-Com%C3%A9rcio-e-Cidade.-Uma-rela%C3%A7%C3%A3o-de-origem.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VARGAS, H. C. **Espaço Terciário**. O lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. 2º ed. São Paulo: Editora Manole, 2018.

WATKINS, J. Private property rights versus heritage ownership: the conflict between individual and collective rights. **The SAA archaeological record**, Missoula, v. 15, n. 5, p. 14-16, nov. 2015. Disponível em: http://onlinedigeditions.com/publication/?i=279797&article_id=2317827&view=article Browser. Acesso em 20 dez. 2023.

WEBSTER, N. **Webster's new international dictionary of the English language**. Vol. 1. 2ª ed. Springfield: G & C Merriam Company, 1953.

WEISSHEIMER, A. M. R. Preservação do patrimônio urbano no Brasil: uma análise de tendências para uma mudança de abordagem. In: SIIU – Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, XII, 2020, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, 2020. Disponível em: <https://revistes.upc.edu/index.php/SIIU/article/view/9871>. Acesso em: 25 jun. 2023.

WHITTAKER, C. L. **Design Guidelines and the law: the history and analysis of Design Guidelines in zoning ordinances**. 1989. 149f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura da Paisagem), Universidade de Arizona, Arizona, 1989. Disponível em: <https://repository.arizona.edu/handle/10150/291666>. Acesso em: 20 jun. 2023.

YÁZIGI, E. A conceituação de patrimônio ambiental urbano em países emergentes. **Revista GeoInova**, Nova Lisboa, n. 12, p. 65-81, 2006. Disponível em: <https://geoinova.fcsh.unl.pt/revistas/files/n12-3.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

YÁZIGI, E. O patrimônio ambiental urbano: uma conceituação ampliada e aperfeiçoada, **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. 9, n.1, p. 22-51, jun. 2012. Disponível em: <http://www.revhosp.org/ojs/index.php/hospitalidade/article/viewFile/471/499>. Acesso em: 5 jan. 2024.

YILDIRIM ESEN, S. **Revitalization of historic commercial areas through the Main Street program in the U.S.A: a case study from the Boston Main Streets program**. 2006. 249f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura), Escola de Ciências Naturais e Aplicadas, Universidade Técnica do Oriente Médio, Turquia, 2006. Disponível em: <https://open.metu.edu.tr/handle/11511/15970>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ZANCHETI, S. M. Conservação Integrada e Planejamento Urbano: uma revisão. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 19, n. 1, p. 107-124, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1312/1032>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ZANCHETI, S. M.; LAPA, T. Conservação integrada: evolução conceitual. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. **Plano de gestão e conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p. 18-30. Disponível em: https://us.gemfi.com.br/wp-content/uploads/plano_de_gestao_da_conservacao_urbana.pdf#page=10. Acesso em: 13 jun. 2023.

**APÊNDICE – LEVANTAMENTO DAS COMUNIDADES OFICIAIS DO MAIN
STREET AMERICA**

Quadro 35. Comunidades Oficiais do *Main Street America*: programas Filiados em 2022

2022 – Programas Filiados (<i>Affiliate</i>)					
Id.	Estado	Programa Coordenador	Programa Credenciado	Município / local	Ano de Vínculo
1	Alabama	Main Street Alabama	Main Street Anniston	Anniston	s.i.
2	Alabama	Main Street Alabama	Atmore Main Street	Atmore	2020
3	Alabama	Main Street Alabama	Historic 4th Avenue Business District in Birmingham	Birmingham	2019
4	Alabama	Main Street Alabama	Calera Main Street	Calera	2019
5	Alabama	Main Street Alabama	Columbiana Main Street	Columbiana	2016
6	Alabama	Main Street Alabama	Dothan Downtown Redevelopment Authority	Dothan	s.i.
7	Alabama	Main Street Alabama	Headland Main Street	Headland	2019
8	Alabama	Main Street Alabama	REV Birmingham, Inc.	Birmingham	s.i.
9	Alabama	Main Street Alabama	Decatur Downtown Redevelopment Authority	Decatur	s.i.
10	Alabama	Main Street Alabama	Main Street Elba	Elba	2015
11	Alabama	Main Street Alabama	Eufaula Main Street, Inc.	Eufaula	s.i.
12	Alabama	Main Street Alabama	Downtown Florence Alliance	Florence	s.i.
13	Alabama	Main Street Alabama	Main Street Marion (AL)	Marion	2017
14	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Blytheville	Blytheville	2022
15	Arkansas	Main Street Arkansas	Camden Downtown Network	Camden	s.i.
16	Arkansas	Main Street Arkansas	Clarksville - Johnson County Chamber of Commerce	Clarksville	2012
17	Arkansas	Main Street Arkansas	Forrest City Downtown Revitalization Project, Inc.	Forrest City	s.i.
18	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Helena	Helena	s.i.
19	Arkansas	Main Street Arkansas	Hope Downtown Network Inc	Hope	s.i.
20	Arkansas	Main Street Arkansas	SoMa 501 Little Rock, Inc	Little Rock	2004
21	Arkansas	Main Street Arkansas	Downtown Lonoke, Inc.	Lonoke	2021
22	Arkansas	Main Street Arkansas	Malvern Downtown Development Corp.	Malvern	s.i.
23	Arkansas	Main Street Arkansas	Mena Downtown Partners	Mena	s.i.
24	Arkansas	Main Street Arkansas	City of Monticello	Monticello	2010
25	Arkansas	Main Street Arkansas	Newport Economic Development Commission	Newport	2016
26	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Prairie Grove	Prairie Grove	s.i.
27	Arkansas	Main Street Arkansas	Wynne Downtown Revitalization Committee	Wynne	s.i.
28	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Calico Rock	Calico Rock	2019
29	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street of Hardy	Hardy	s.i.
30	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Morrilton	Morrilton	s.i.
31	Arkansas	Main Street Arkansas	Bradley County Chamber of Commerce	Warren	s.i.
32	California	California Main Street	Arcata Main Street	Arcata	1988

33	California	California Main Street	Bellflower Department of Economic Development	Bellflower	2018
34	California	California Main Street	Downtown Brentwood Coalition	Brentwood	2018
35	California	California Main Street	Carlsbad Village Business Association	Carlsbad	2018
36	California	California Main Street	Downtown Chico Business Association	Chico	2018
37	California	California Main Street	City of Coachella	Coachella	2018
38	California	California Main Street	City of Fremont	Fremont	s.i.
39	California	California Main Street	Main Street Mariposa	Mariposa	2020
40	California	California Main Street	Black Cultural Zone Community Development Corporation	Oakland	2020
41	California	California Main Street	City of Oakley	Oakley	2022
42	California	California Main Street	Ocean Beach Main Street Association	San Diego	s.i.
43	California	California Main Street	Gilroy Downtown Business Association	Gilroy	s.i.
44	Colorado (CO)	Colorado Main Street	City of Trinidad	Trinidad	s.i.
45	Delaware	Delaware on Main	Middletown Main Street	Middletown	s.i.
46	Delaware	Delaware on Main	Downtown Newark Partnership	Newark	s.i.
47	Delaware	Delaware on Main	Main Street Delaware City, Inc.	Delaware City	s.i.
48	Delaware	Delaware on Main	Town of Georgetown	Georgetown	s.i.
49	Delaware	Delaware on Main	City of Seaford	Seaford	s.i.
50	Delaware	Delaware on Main	Smyrna Downtown Renaissance Assoc.	Smyrna	s.i.
51	Delaware	Delaware on Main	Cornerstone West CDC	Wilmington	2022
52	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Chevy Chase Main Street	Washington	s.i.
53	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Minnesota Avenue Main Street	Washington	s.i.
54	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Palisades	Washington	2022
55	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Pennsylvania Avenue East	Washington	s.i.
56	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Petworth	Washington	2022
57	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Woodley Park Main Street	Washington	s.i.
58	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Upper Georgia Avenue Main Street	Washington	s.i.
59	Florida	Florida Main Street	Town of Eatonville	Eatonville	s.i.
60	Florida	Florida Main Street	Main Street Fort Meade	Ft Meade	2020
61	Florida	Florida Main Street	Allapattah Main Street	Miami	2019
62	Florida	Florida Main Street	City of Panama City, CRA	Panama City	2010
63	Florida	Florida Main Street	The Historic Goldsboro Main Street District	Sanford	2020
64	Florida	Florida Main Street	Tallahassee Downtown Improvement Authority	Tallahassee	s.i.
65	Florida	Florida Main Street	Main Street Opa-Locka	Opa-Locka	2022
66	Florida	Florida Main Street	Palmetto Downtown Main Street	Palmetto	2022
67	Florida	Orlando Main Streets	City District	Orlando	2010
68	Florida	Orlando Main Streets	Curry Ford West	Orlando	2017
69	Florida	Orlando Main Streets	Gateway Orlando District	Orlando	2010
70	Florida	Orlando Main Streets	West Lakes District	Orlando	2022
71	Georgia	Georgia Main Street	Sweet Auburn Works	Atlanta	2019

72	Georgia	Georgia Main Street	City of Avondale Estates	Avondale Estates	s.i.
73	Georgia	Georgia Main Street	City of Fairburn	Fairburn	2017
74	Georgia	Georgia Main Street	Hawkinsville Main Street	Hawkinsville	2004
75	Georgia	Georgia Main Street	City of Hiawasse	Hiawasse	2019
76	Georgia	Georgia Main Street	Homerville Main Street	Homerville	1998
77	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Irwinton	Irwinton	2022
78	Georgia	Georgia Main Street	City Of Jesup Dda	Jesup	2018
79	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Metter	Metter	2022
80	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Millen	Millen	2013
81	Georgia	Georgia Main Street	Sandersville Main Street	Sandersville	2022
82	Georgia	Georgia Main Street	City of Sugar Hill	Sugar Hill	2017
83	Georgia	Georgia Main Street	Summerville Main Street	Summerville	2000
84	Georgia	Georgia Main Street	City of Thomaston	Thomaston	2022
85	Idaho	Main Street Idaho	Downtown Boise Association	Boise	2022
86	Illinois	Illinois Main Street	Batavia Mainstreet	Batavia	1999
87	Illinois	Illinois Main Street	Historic Main Street Columbia Association	Columbia	2022
88	Illinois	Illinois Main Street	Dixon Chamber of Commerce & Main Street	Dixon	1993
89	Illinois	Illinois Main Street	Main Street Momence	Momence	2003
90	Illinois	Illinois Main Street	Monticello Main Street	Monticello	1996
91	Illinois	Illinois Main Street	City of Pontiac	Pontiac	2019
92	Illinois	Illinois Main Street	Village of Silvis	Silvis	2013
93	Illinois	Illinois Main Street	Waukegan Main Street	Waukegan	2003
94	Indiana	Indiana Main Street	Downtown Angola Coalition	Angola	s.i.
95	Indiana	Indiana Main Street	Auburn Main Street	Auburn	2009
96	Indiana	Indiana Main Street	Batesville Main Street	Batesville	s.i.
97	Indiana	Indiana Main Street	Main Street Brookville, Inc.	Brookville	2003
98	Indiana	Indiana Main Street	Coatesville Downtown Revitalization, Inc.	Coatesville	s.i.
99	Indiana	Indiana Main Street	Columbia City Connect	Columbia City	s.i.
100	Indiana	Indiana Main Street	Main Street Corydon	Corydon	s.i.
101	Indiana	Indiana Main Street	Crawfordsville Main Street Program, Inc	Crawfordsville	s.i.
102	Indiana	Indiana Main Street	Greenfield Main Street	Greenfield	s.i.
103	Indiana	Indiana Main Street	Main Street Greensburg	Greensburg	s.i.
104	Indiana	Indiana Main Street	Heart of Jasper	Jasper	2020
105	Indiana	Indiana Main Street	Historic Downtown Kendallville	Kendallville	2015
106	Indiana	Indiana Main Street	The Heart of Lebanon	Lebanon	2016
107	Indiana	Indiana Main Street	Develop New Albany, Inc.	New Albany	s.i.
108	Indiana	Indiana Main Street	New Castle Main Street, Inc.	New Castle	2014
109	Indiana	Indiana Main Street	Center City Development Corporation	Richmond	1987
110	Indiana	Indiana Main Street	Rising Sun Main Street	Rising Sun	s.i.
111	Iowa	Main Street Iowa	Bloomfield Main Street	Bloomfield	1995
112	Iowa	Main Street Iowa	Hilltop Campus Village	Davenport	2009
113	Iowa	Main Street Iowa	JADE	Jewell	2019
114	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Manning (IA)	Manning	2009
115	Iowa	Main Street Iowa	Sac City Chamber-Main Street	Sac City	1996
116	Kansas	Kansas Main Street	Holton/Jackson Co. Chamber	Holton	2008
117	Kansas	Kansas Main Street	Ottawa Main Street	Ottawa	s.i.

118	Kansas	Kansas Main Street	Parsons Chamber of Commerce	Parsons	2001
119	Kansas	Kansas Main Street	Phillipsburg Chamber/Main Street	Phillipsburg	2008
120	Kentucky	Kentucky Main Street	Middlesboro Main Street	Middlesborough	s.i.
121	Kentucky	Kentucky Main Street	Heart of Scottsville	Scottsville	2001
122	Kentucky	Kentucky Main Street	City Of Williamsburg	Williamsburg	2008
123	Louisiana	Louisiana Main Street	Abbeville Main Street	Abbeville	1994
124	Louisiana	Louisiana Main Street	Main Street Columbia	Columbia	1995
125	Louisiana	Louisiana Main Street	Minden Main Street	Minden	1987
126	Louisiana	Louisiana Main Street	Plaquemine Main Street	Plaquemine	1993
127	Louisiana	Louisiana Main Street	Winnsboro Main Street	Winnsboro	1988
128	Louisiana	Louisiana Main Street	Bastrop Main Street	Bastrop	2000
129	Louisiana	Louisiana Main Street	Rivertown Main Street	Kenner	2014
130	Louisiana	Louisiana Main Street	Broad Community Connections	New Orleans	2009
131	Louisiana	Louisiana Main Street	Lower Ninth Ward Main Street	New Orleans	2022
132	Louisiana	Louisiana Main Street	North Rampart Main Street, Inc.	New Orleans	2006
133	Louisiana	Louisiana Main Street	O. C. Haley Boulevard Main Street	New Orleans	2006
134	Louisiana	Louisiana Main Street	Downtown Ponchatoula Revitalization Program	Ponchatoula	1992
135	Louisiana	Louisiana Main Street	Springhill Main Street	Springhill	1996
136	Louisiana	Louisiana Main Street	Monroe Main Street (City of West Monroe)	West Monroe	2020
137	Maine	Maine Downtown Center	Town Of Bucksport	Bucksport	2009
138	Maine	Maine Downtown Center	City of Calais	Calais	s.i.
139	Maine	Maine Downtown Center	Town Of Dover-Foxcroft	Dover-Foxcroft	2010
140	Maine	Maine Downtown Center	Heart of Ellsworth	Ellsworth	2020
141	Maine	Maine Downtown Center	Vision Hallowell	Hallowell	2019
142	Maine	Maine Downtown Center	Town Of Houlton	Houlton	2011
143	Maine	Maine Downtown Center	Town Of Lisbon Maine	Lisbon	2010
144	Maine	Maine Downtown Center	Town Of Madawaska	Madawaska	2010
145	Maine	Maine Downtown Center	Norway Downtown	Norway	2003
146	Maine	Maine Downtown Center	Friends of Woodfords Corner	Portland	2018
147	Maine	Maine Downtown Center	Envision Rumford	Rumford	2013
148	Maine	Maine Downtown Center	Town Of Stonington	Stonington	2011
149	Maryland	Main Street Maryland	City of Hagerstown	Hagerstown	2014
150	Maryland	Main Street Maryland	Town of La Plata	La Plata	2022
151	Maryland	Main Street Maryland	Downtown Snow Hill Inc.	Snow Hill	2022
152	Michigan	Main Street Oakland County	Lathrup Village	Lathrup Village	1998
153	Michigan	Main Street Oakland County	City of South Lyon DDA	South Lyon	2016
154	Michigan	Main Street Oakland County	Auburn Hills DDA	Auburn Hills	s.i.
155	Michigan	Main Street Oakland County	Clarkston	Clarkston	s.i.
156	Michigan	Main Street Oakland County	Hazel Park DDA	Hazel Park	s.i.
157	Michigan	Michigan Main Street	DDA for the City of Adrian	Adrian	2022
158	Michigan	Michigan Main Street	Cheboygan DDA/Main Street	Cheboygan	2019
159	Michigan	Michigan Main Street	Coldwater Main Street DDA	Coldwater	2022
160	Michigan	Michigan Main Street	Main Street Grosse Pointe	Grosse Pointe	2020
161	Michigan	Michigan Main Street	Historic North End	Detroit	2022

162	Michigan	Michigan Main Street	Rogers City DDA/Main Street	Rogers City	2022
163	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Olivia Main Street	Olivia	2019
164	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Wabasha Main Street	Wabasha	2018
165	Mississippi	Mississippi Main Street	Aberdeen Main Street	Aberdeen	1993
166	Mississippi	Mississippi Main Street	City Of Forest	Forest	2011
167	Mississippi	Mississippi Main Street	Itawamba Main Street	Fulton	2022
168	Mississippi	Mississippi Main Street	Leake County Main Street Chamber	Carthage	s.i.
169	Mississippi	Mississippi Main Street	Moss Point Main Street Association	Moss Point	2009
170	Mississippi	Mississippi Main Street	Indianola Main Street	Indianola	2005
171	Mississippi	Mississippi Main Street	Main Street Pearl	Pearl	2022
172	Mississippi	Mississippi Main Street	Woodville/Wilkinson County	Woodville	s.i.
173	Mississippi	Mississippi Main Street	Sumrall Main Street	Sumrall	2019
174	Missouri	Missouri Main Street Connection	Main Street - Brookfield	Brookfield	2022
175	Missouri	Missouri Main Street Connection	Campbell Main Street	Campbell	2022
176	Missouri	Missouri Main Street Connection	Vision Carthage	Carthage	2022
177	Missouri	Missouri Main Street Connection	Clinton Main Street Inc.	Clinton	1989
178	Missouri	Missouri Main Street Connection	Fayette Main Street	Fayette	s.i.
179	Missouri	Missouri Main Street Connection	Glasgow Main Street Association	Glasgow	2004
180	Missouri	Missouri Main Street Connection	Love the Harrisonville Square	Harrisonville	2019
181	Missouri	Missouri Main Street Connection	Independence Square Association	Independence	2018
182	Missouri	Missouri Main Street Connection	Uptown Jackson Revitalization Organization	Jackson	2015
183	Missouri	Missouri Main Street Connection	Downtown Joplin Alliance	Joplin	1989
184	Missouri	Missouri Main Street Connection	Kirksville Downtown Improvement Committee	Kirksville	s.i.
185	Missouri	Missouri Main Street Connection	Lebanon Missouri Main Street	Lebanon	2022
186	Missouri	Missouri Main Street Connection	Downtown Marceline	Marceline	2018
187	Missouri	Missouri Main Street Connection	Downtown Monroe City	Monroe City	2018
188	Missouri	Missouri Main Street Connection	Historic Downtown Sikeston	Sikeston	2017
189	Missouri	Missouri Main Street Connection	Main Street Trenton - Trenton Downtown Improvement Association	Trenton	2018
190	Nevada	Nevada Main Street	Downtown Reno Partnership	Reno	s.i.
191	Nevada	Nevada Main Street	Tonopah Main Street	Tonopah	2019
192	New Jersey	New Jersey Main Street	Downtown Bernardsville	Bernardsville	2022
193	New Jersey	New Jersey Main Street	Fair Lawn Economic Development Corporation	Fair Lawn	2022
194	New Jersey	New Jersey Main Street	Main Street Highland Park	Highland Park	s.i.
195	New Jersey	New Jersey Main Street	Jackson Hill Main Street Mgmt Corporation	Jersey City	s.i.

196	New Jersey	New Jersey Main Street	Springfield Avenue Maplewood	Maplewood	2022
197	New Jersey	New Jersey Main Street	Downtown Somerville Alliance	Somerville	s.i.
198	New Mexico	New Mexico MainStreet	Downtown Art & Cultural District - a NM MainStreet	Albuquerque	s.i.
199	New Mexico	New Mexico MainStreet	Clayton MainStreet	Clayton	s.i.
200	New Mexico	New Mexico MainStreet	Grants MainStreet Project	Grants	s.i.
201	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Aberdeen	Aberdeen	1990
202	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Ayden	Ayden	2015
203	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Belhaven	Belhaven	2013
204	North Carolina	North Carolina Main Street	Town Of Benson	Benson	2015
205	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Dunn Development Corp.	Dunn	2020
206	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Elon	Elon	2019
207	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Forest City	Forest City	2003
208	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Garner Association	Garner	2009
209	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Hayesville	Hayesville	2013
210	North Carolina	North Carolina Main Street	Historic Hertford	Hertford	2000
211	North Carolina	North Carolina Main Street	Pride of Kinston, Inc.	Kinston	1986
212	North Carolina	North Carolina Main Street	Community Development Corporation	Mocksville	1991
213	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Mount Olive	Mount Olive	2003
214	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown North Wilkesboro Partnership,	North Wilkesboro	2000
215	North Carolina	North Carolina Main Street	City of Oxford	Oxford	1998
216	North Carolina	North Carolina Main Street	Main Street Pittsboro	Pittsboro	s.i.
217	North Carolina	North Carolina Main Street	Town Of Plymouth	Plymouth	2010
218	North Carolina	North Carolina Main Street	Town Of Richlands	Richlands	2012
219	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Robersonville	Robersonville	2013
220	North Carolina	North Carolina Main Street	The City of Rocky Mount & Downtown Rocky	Rocky Mount	1982
221	North Carolina	North Carolina Main Street	Town Of Roseboro	Roseboro	2008
222	North Carolina	North Carolina Main Street	Rutherford Town Revitalization	Rutherfordton	1990
223	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Smithfield Development Corp	Smithfield	1986
224	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Spring Hope	Spring Hope	2004
225	North Carolina	North Carolina Main Street	Spruce Pine Main Street Program	Spruce Pine	1991
226	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Troy	Troy	2016

227	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Warrenton	Warrenton	s.i.
228	North Carolina	North Carolina Main Street	Town Of Waxhaw	Waxhaw	2015
229	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Waynesville Association	Waynesville	1986
230	North Carolina	North Carolina Main Street	Town Of West Jefferson	West Jefferson	2008
231	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Wilkesboro	Wilkesboro	2009
232	North Carolina	North Carolina Main Street	City of Whiteville	Whiteville	2022
233	North Carolina	North Carolina Main Street	Williamston Downtown, Inc.	Williamston	2015
234	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Ardmore Main Street Authority	Ardmore	1989
235	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Main Street Duncan, Inc.	Duncan	1986
236	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	El Reno Main Street	El Reno	1988
237	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Hobart Main Street Inc.	Hobart	2002
238	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Main Street of Perry	Perry	1995
239	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Poteau Mainstreet Matters	Poteau	2005
240	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Historic Greenwood District Main Street	Tulsa	2020
241	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Tulsa Global Main Street	Tulsa	2020
242	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Tulsa Route 66 Main Street	Tulsa	2007
243	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Woodward Main Street	Woodward	1990
244	Oregon	Oregon Main Street	Greater Bandon By The Sea Association	Bandon	2009
245	Oregon	Oregon Main Street	City of Beaverton	Beaverton	2011
246	Oregon	Oregon Main Street	Carlton Business Association	Carlton	2008
247	Oregon	Oregon Main Street	Coos Bay Downtown Association	Coos Bay	1982
248	Oregon	Oregon Main Street	Downtown Cottage Grove	Cottage Grove	2010
249	Oregon	Oregon Main Street	Dallas Downtown Association	Dallas	2015
250	Oregon	Oregon Main Street	Dayton Community Development Assoc.	Dayton	2009
251	Oregon	Oregon Main Street	Downtown Estacada Commission	Estacada	2010
252	Oregon	Oregon Main Street	Hillsboro Downtown Partnership	Hillsboro	2015
253	Oregon	Oregon Main Street	La Grande Main Street Downtown	La Grande	2008
254	Oregon	Oregon Main Street	Downtown Medford Association	Medford	2022
255	Oregon	Oregon Main Street	Milton-Freewater Downtown Alliance	Milton-Freewater	2013
256	Oregon	Oregon Main Street	Newberg Downtown Coalition	Newberg	2011
257	Oregon	Oregon Main Street	Pendleton Downtown Association	Pendleton	2016

258	Oregon	Oregon Main Street	Port Orford Street Revitalization Assn.	Port Orford	2009
259	Oregon	Oregon Main Street	The Dalles Main Street	The Dalles	2009
260	Oregon	Oregon Main Street	Tigard Downtown Alliance	Tigard	2022
261	Oregon	Oregon Main Street	Historic Willamette Main Street	West Linn	2022
262	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Downtown Bellefonte Inc.	Bellefonte	2007
263	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Downtown Hazleton Alliance for Progress	Hazleton	2016
264	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Greater Honesdale Partnership	Honesdale	2022
265	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Monongahela Main Street Program	Monongahela City	2015
266	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	City of Pittston/Redevelopment Authority	Pittston	s.i.
267	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Scranton Tomorrow	Scranton	s.i.
268	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Downtown Shenandoah, Inc.	Shenandoah	2006
269	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Somerset, Inc.	Somerset	s.i.
270	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Downtown State College Improvement Distr	State College	s.i.
271	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Mainstreet Waynesboro Inc.	Waynesboro	s.i.
272	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	West Reading Community Revitalization Foundation	West Reading	2000
273	South Carolina	Main Street South Carolina	Downtown Camden	Camden	2017
274	South Carolina	Main Street South Carolina	Main Street Cheraw	Cheraw	2019
275	South Carolina	Main Street South Carolina	Main Street Clinton (SC)	Clinton	s.i.
276	South Carolina	Main Street South Carolina	Town of Kingstree	Kingstree	2018
277	South Carolina	Main Street South Carolina	City Of Lancaster	Lancaster	s.i.
278	South Carolina	Main Street South Carolina	Main Street Manning (SC)	Manning	2008
279	South Carolina	Main Street South Carolina	Corner Renaissance	Moncks Corner	s.i.
280	South Carolina	Main Street South Carolina	North Augusta Forward	North Augusta	s.i.
281	South Carolina	Main Street South Carolina	Downtown Orangeburg Revitalization Assoc	Orangeburg	1992
282	South Carolina	Main Street South Carolina	Downtown Sumter	Sumter	2015
283	Tennessee	Tennessee Main Street	Covington Economic Development Corporation	Covington	2022
284	Tennessee	Tennessee Main Street	City of Dickson	Dickson	2022
285	Tennessee	Tennessee Main Street	City of Dunlap	Dunlap	2022
286	Tennessee	Tennessee Main Street	Greenfield Advancement Association	Greenfield	2022
287	Tennessee	Tennessee Main Street	Hartsville/Trousdale County Government	Hartsville	2022
288	Tennessee	Tennessee Main Street	Mossy Creek Foundation	Jefferson City	2022
289	Tennessee	Tennessee Main Street	City of Manchester	Manchester	2022
290	Tennessee	Tennessee Main Street	Town of Somerville	Somerville	2022

291	Tennessee	Tennessee Main Street	City of Tullahoma	Tullahoma	2022
292	Tennessee	Tennessee Main Street	Clifton Main Street	Waynesboro	s.i.
293	Tennessee	Tennessee Main Street	Town of Whiteville	Whiteville	2022
294	Texas	Texas Main Street	Beeville Main Street Program	Beeville	s.i.
295	Texas	Texas Main Street	Main Street Brownsville	Brownsville	s.i.
296	Texas	Texas Main Street	City of Buda Main Street	Buda	s.i.
297	Texas	Texas Main Street	Childress Main Street Program	Childress	s.i.
298	Texas	Texas Main Street	City of Conroe	Conroe	2022
299	Texas	Texas Main Street	Corpus Christi Downtown Management District	Corpus Christi	s.i.
300	Texas	Texas Main Street	Freeport Historical Museum	Freeport	2022
301	Texas	Texas Main Street	Grand Saline Main Street Program	Grand Saline	s.i.
302	Texas	Texas Main Street	Granger Main Street Program	Granger	s.i.
303	Texas	Texas Main Street	Houston Emancipation Avenue Main Street	Houston	s.i.
304	Texas	Texas Main Street	Kerrville Main Street	Kerrville	s.i.
305	Texas	Texas Main Street	Kingsville Main Street	Kingsville	s.i.
306	Texas	Texas Main Street	Laredo Main Street Program	Laredo	s.i.
307	Texas	Texas Main Street	City of Marshall	Marshall	s.i.
308	Texas	Texas Main Street	Mineral Wells Main Street Program	Mineral Wells	2022
309	Texas	Texas Main Street	Mount Pleasant Main Street Program	Mount Pleasant	2022
310	Texas	Texas Main Street	Mount Vernon Main Street Program	Mount Vernon	s.i.
311	Texas	Texas Main Street	Stephenville Main Street	Stephenville	s.i.
312	Texas	Texas Main Street	Waco Main Street Program	Waco	2022
313	Virginia	Virginia Main Street	Town of Big Stone Gap	Big Stone Gap	2016
314	Virginia	Virginia Main Street	City of Buena Vista	Buena Vista	s.i.
315	Virginia	Virginia Main Street	Callao Revitalization Project	Callao	s.i.
316	Virginia	Virginia Main Street	Clifton Forge Main Street	Clifton Forge	1992
317	Virginia	Virginia Main Street	Downtown Colonial Beach, Inc.	Colonial Beach	2015
318	Virginia	Virginia Main Street	Farmville Downtown Partnership	Farmville	2012
319	Virginia	Virginia Main Street	Downtown Franklin Assoc.	Franklin	s.i.
320	Virginia	Virginia Main Street	Town of Halifax	Halifax	2003
321	Virginia	Virginia Main Street	Nelson County	Lovingston	s.i.
322	Virginia	Virginia Main Street	Martinsville Uptown Revitalization	Martinsville	2020
323	Virginia	Virginia Main Street	Main Street Petersburg, Inc.	Petersburg	2022
324	Virginia	Virginia Main Street	City of Roanoke	Roanoke	2022
325	Virginia	Virginia Main Street	Toano Historical Society	Toano	2020
326	Virginia	Virginia Main Street	Town of Warrenton	Warrenton	2022
327	Virginia	Virginia Main Street	City of Williamsburg	Williamsburg	2019
328	Washington	Washington Main Street	Aberdeen Revitalization Movement	Aberdeen	s.i.
329	Washington	Washington Main Street	City of Arlington	Arlington	2022
330	Washington	Washington Main Street	Centralia Downtown Association	Centralia	2011
331	Washington	Washington Main Street	Chehalis Community Renaissance Team	Chehalis	2014

332	Washington	Washington Main Street	Cle Elum Downtown Association	Cle Elum	2015
333	Washington	Washington Main Street	Colville Together	Colville	s.i.
334	Washington	Washington Main Street	Downtown Everett Association	Everett	2018
335	Washington	Washington Main Street	Downtown Issaquah Association	Issaquah	2013
336	Washington	Washington Main Street	Langley Main Street Association	Langley	2012
337	Washington	Washington Main Street	Moses Lake Business Association	Moses Lake	s.i.
338	Washington	Washington Main Street	Oak Harbor Main Street Association	Oak Harbor	2016
339	Washington	Washington Main Street	Downtown Pullman Association	Pullman	2022
340	Washington	Washington Main Street	City of Renton	Renton	2022
341	Washington	Washington Main Street	Ridgefield Main Street	Ridgefield	2016
342	Washington	Washington Main Street	Ritzville Downtown Development Assoc.	Ritzville	2022
343	Washington	Washington Main Street	Roslyn Downtown Association	Roslyn	2006
344	Washington	Washington Main Street	Selah Downtown Association	Selah	2013
345	Washington	Washington Main Street	Stevenson Downtown Association	Stevenson	2018
346	Washington	Washington Main Street	Historic Downtown Snohomish Association	Snohomish	2022
347	Washington	Washington Main Street	City of Snoqualmie	Snoqualmie	2022
348	Washington	Washington Main Street	Sumner Main Street Association	Sumner	2021
349	Washington	Washington Main Street	Vancouver's Downtown Association	Vancouver	2010
350	West Virginia	West Virginia Main Street	Belington ON TRAC	Belington	2008
351	West Virginia	West Virginia Main Street	Bath/Berkeley Springs ON TRAC	Berkeley Springs	2018
352	West Virginia	West Virginia Main Street	Beverly ON TRAC	Beverly	s.i.
353	West Virginia	West Virginia Main Street	Kenova ON TRAC	Ceredo	s.i.
354	West Virginia	West Virginia Main Street	Charleston Main Streets - East End	Charleston	s.i.
355	West Virginia	West Virginia Main Street	Elkins Main Street	Elkins	2015
356	West Virginia	West Virginia Main Street	RenewAll, Inc.	Huntington	2018
357	West Virginia	West Virginia Main Street	Main Street Kingwood	Kingwood	1995
358	West Virginia	West Virginia Main Street	Mannington Main Street	Mannington	s.i.
359	West Virginia	West Virginia Main Street	Marlinton ON TRAC	Marlinton	s.i.
360	West Virginia	West Virginia Main Street	Parsons ON TRAC	Parsons	s.i.
361	West Virginia	West Virginia Main Street	Ronceverte Main Street	Ronceverte	2004
362	West Virginia	West Virginia Main Street	Rowlesburg ON TRAC	Rowlesburg	s.i.
363	West Virginia	West Virginia Main Street	Shinnston On Trac	Shinnston	2022
364	West Virginia	West Virginia Main Street	Sutton ON TRAC	Sutton	2009
365	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Ashland Main Street	Ashland	2020
366	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Future Omro Chamber-Main Street	Omro	s.i.
367	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Prairie du Chien Main Street	Prairie Du Chien	2006
368	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Advance Shullsburg, Inc.	Shullsburg	2016
369	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Tomahawk Main Street	Tomahawk	s.i.
370	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Viroqua Chamber-Main Street	Viroqua	s.i.
371	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Downtown West Allis	West Allis	s.i.
372	Wyoming	Wyoming Main Street	Main Street Douglas	Douglas	2009
373	Wyoming	Wyoming Main Street	Evanston Urban Renewal Agency	Evanston	2008

374	Wyoming	Wyoming Main Street	Main Street Thermopolis	Thermopolis	2015
375	Wyoming	Wyoming Main Street	Goshen Main Street	Torrington	2022
376	Wyoming	Wyoming Main Street	Platte County Main Street	Wheatland	2012

Fonte: National Main Street Center, c.2023. Elaborado e organizado pela autora, 2024.

Quadro 36. Comunidades Oficiais do *Main Street America*: programas Credenciados em 2022

2022 – Programas Credenciados (<i>Accredited</i>)					
Id.	Estado	Programa Coordenador	Programa Credenciado	Município / local	Ano de Vínculo
1	Alabama	Main Street Alabama	Mainstreet Alexander City	Alexander City	2006
2	Alabama	Main Street Alabama	Athens Main Street	Athens	s.i.
3	Alabama	Main Street Alabama	Enterprise Main Street	Enterprise	2019
4	Alabama	Main Street Alabama	Foley Main Street	Foley	2017
5	Alabama	Main Street Alabama	Fort Payne Main Street	Fort Payne	2015
6	Alabama	Main Street Alabama	Downtown Gadsden Inc.	Gadsden	s.i.
7	Alabama	Main Street Alabama	Heflin Main Street	Heflin	2016
8	Alabama	Main Street Alabama	South Huntsville Business Association	Huntsville	2018
9	Alabama	Main Street Alabama	Downtown Jasper Business Association	Jasper	2014
10	Alabama	Main Street Alabama	Monroeville Main Street	Monroeville	2014
11	Alabama	Main Street Alabama	Montevallo Main Street	Montevallo	2016
12	Alabama	Main Street Alabama	Opelika Main Street	Opelika	1987
13	Alabama	Main Street Alabama	Historic Main Street Oxford	Oxford	2014
14	Alabama	Main Street Alabama	Downtown Scottsboro	Scottsboro	2018
15	Alabama	Main Street Alabama	Wetumpka Main Street	Wetumpka	2016
16	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Batesville	Batesville	1984
17	Arkansas	Main Street Arkansas	Conway Downtown Partnership	Conway	2016
18	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Dumas	Dumas	1999
19	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street El Dorado	El Dorado	1988
20	Arkansas	Main Street Arkansas	Eureka Springs Downtown Network	Eureka Springs	2013
21	Arkansas	Main Street Arkansas	64.6 Downtown	Fort Smith	2019
22	Arkansas	Main Street Arkansas	Downtown Jonesboro Alliance	Jonesboro	2014
23	Arkansas	Main Street Arkansas	Downtown Little Rock Partnership	Little Rock	2016
24	Arkansas	Main Street Arkansas	Argenta Downtown Council	North Little Rock	2018
25	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Paragould, Inc.	Paragould	1999
26	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Paris	Paris	2020
27	Arkansas	Main Street Arkansas	Pine Bluff Downtown Development, Inc.	Pine Bluff	2018
28	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Russellville	Russellville	1992
29	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Searcy	Searcy	2005
30	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street Siloam Springs	Siloam Springs	2011

31	Arkansas	Main Street Arkansas	Main Street West Memphis	West Memphis	1990
32	California	California Main Street	Benicia Main Street	Benicia	s.i.
33	California	California Main Street	Cardiff 101 Main Street	Cardiff-By-The-Sea	2016
34	California	California Main Street	Coronado Main Street	Coronado	s.i.
35	California	California Main Street	Encinitas 101 Main Street Association	Encinitas	s.i.
36	California	California Main Street	Eureka Main Street	Eureka	s.i.
37	California	California Main Street	Grass Valley Downtown Association	Grass Valley	s.i.
38	California	California Main Street	Main Street Hanford	Hanford	2000
39	California	California Main Street	Hollister Downtown Association	Hollister	2007
40	California	California Main Street	Livermore Downtown, Inc.	Livermore	s.i.
41	California	California Main Street	Main Street Martinez	Martinez	s.i.
42	California	California Main Street	Main Street Oceanside	Oceanside	s.i.
43	California	California Main Street	Paso Robles Main Street	Paso Robles	1988
44	California	California Main Street	Pleasanton Downtown Association	Pleasanton	s.i.
45	California	California Main Street	Viva Downtown Redding	Redding	s.i.
46	California	California Main Street	Richmond Main Street Initiative	Richmond	s.i.
47	California	California Main Street	Downtown SLO	San Luis Obispo	1998
48	Colorado	Colorado Main Street Program	Brush Area Chamber of Commerce	Brush	s.i.
49	Colorado	Colorado Main Street Program	City of Central	Central City	2015
50	Colorado	Colorado Main Street Program	Town of Elizabeth	Elizabeth	2016
51	Colorado	Colorado Main Street Program	Town of Granby	Granby	s.i.
52	Colorado	Colorado Main Street Program	Main Street La Junta	La Junta	2018
53	Colorado	Colorado Main Street Program	Lake City DIRT	Lake City	2005
54	Colorado	Colorado Main Street Program	Lamar Partnership Inc.	Lamar	2010
55	Colorado	Colorado Main Street Program	Leadville Lake County Economic Development Corp.	Leadville	2015
56	Colorado	Colorado Main Street Program	Town of Lyons	Lyons	2013
57	Colorado	Colorado Main Street Program	Meeker Chamber of Commerce	Meeker	2016
58	Colorado	Colorado Main Street Program	City of Montrose	Montrose	2017
59	Colorado	Colorado Main Street Program	The Town of Rangely	Rangely	2020
60	Colorado	Colorado Main Street Program	Town of Ridgway	Ridgway	2012
61	Colorado	Colorado Main Street Program	Main Street Steamboat Springs	Steamboat Springs	2022
62	Colorado	Colorado Main Street Program	City of Victor	Victor	2012
63	Colorado	Colorado Main Street Program	Wellington Main Street Program	Wellington	2014
64	Colorado	Colorado Main Street Program	Woodland Park Main Street	Woodland Park	2014

65	Connecticut	Connecticut Main Street Center	Upper Albany Main Street	Hartford	2013
66	Connecticut	Connecticut Main Street Center	Westville Village Renaissance Alliance	New Haven	2008
67	Connecticut	Connecticut Main Street Center	Simsbury Main Street Partnership	Simsbury	s.i.
68	Connecticut	Connecticut Main Street Center	Main Street Waterbury	Waterbury	s.i.
69	Delaware	Delaware on Main	Main Street Dover	Dover	s.i.
70	Delaware	Delaware on Main	Downtown Milford, Inc.	Milford	s.i.
71	Delaware	Delaware on Main	Rehoboth Beach Main Street	Rehoboth Beach	s.i.
72	Delaware	Delaware on Main	Main Street Wilmington	Wilmington	s.i.
73	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Barracks Row Main Street, Inc.	Washington	2022
74	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Bladensburg Main Street	Washington	s.i.
75	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Deanwood Heights Main Streets/Ward 7 Business Partnership	Washington	s.i.
76	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Destination Congress Heights	Washington	s.i.
77	Distrito de Columbia	DC Main Streets	District Bridges - Cleveland Park Main Street	Washington	s.i.
78	Distrito de Columbia	DC Main Streets	District Bridges - Columbia Heights Mount Pleasant	Washington	s.i.
79	Distrito de Columbia	DC Main Streets	District Bridges - Logan Circle Main Street	Washington	s.i.
80	Distrito de Columbia	DC Main Streets	District Bridges - Lower Georgia Avenue	Washington	s.i.
81	Distrito de Columbia	DC Main Streets	District Bridges - U Street Main Street	Washington	s.i.
82	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Eastern Market Main Street	Washington	2022
83	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Friends Of Rhode Island Ave NE	Washington	s.i.
84	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Georgetown Main Street	Washington	s.i.
85	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Glover Park Main Street	Washington	s.i.
86	Distrito de Columbia	DC Main Streets	H Street Main Street, NE	Washington	s.i.
87	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Historic DuPont Circle Main Streets	Washington	s.i.
88	Distrito de Columbia	DC Main Streets	North Capitol Main Street	Washington	s.i.
89	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Shaw Main Streets	Washington	s.i.
90	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Tenleytown Main Street	Washington	s.i.
91	Distrito de Columbia	DC Main Streets	The Parks Main Street	Washington	s.i.
92	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Uptown Main Street	Washington	s.i.
93	Distrito de Columbia	DC Main Streets	Van Ness Main Street	Washington	s.i.
94	Florida	Florida Main Street Program	Apalachicola Main Street	Apalachicola	2011
95	Florida	Florida Main Street Program	Arcadia Main Street Program	Arcadia	s.i.

96	Florida	Florida Main Street Program	Main Street Bartow	Bartow	s.i.
97	Florida	Florida Main Street Program	Brooksville Main Street	Brooksville	s.i.
98	Florida	Florida Main Street Program	Chattahoochee Main Street	Chattahoochee	s.i.
99	Florida	Florida Main Street Program	Historic Cocoa Village Main Street	Cocoa	s.i.
100	Florida	Florida Main Street Program	Main Street Crestview Association	Crestview	s.i.
101	Florida	Florida Main Street Program	Crystal River Main Street	Crystal River	s.i.
102	Florida	Florida Main Street Program	Main Street DeFuniak Springs	DeFuniak Springs	2017
103	Florida	Florida Main Street Program	Mainstreet Deland Association	Deland	1985
104	Florida	Florida Main Street Program	Fernandina Beach Main Street	Fernandina Beach	2015
105	Florida	Florida Main Street Program	Lincoln Park Main Street (FL)	Fort Pierce	s.i.
106	Florida	Florida Main Street Program	Main Street Fort Pierce, Inc.	Fort Pierce	1988
107	Florida	Florida Main Street Program	Homestead Main Street	Homestead	1993
108	Florida	Florida Main Street Program	Kissimmee Main Street	Kissimmee	s.i.
109	Florida	Florida Main Street Program	LaBelle Downtown Revitalization Corporation	Labelle	2014
110	Florida	Florida Main Street Program	Leesburg Partnership	Leesburg	1994
111	Florida	Florida Main Street Program	Marianna Main Street	Marianna	1992
112	Florida	Florida Main Street Program	EAU Gallie Arts District Main Street	Melbourne	s.i.
113	Florida	Florida Main Street Program	Melbourne Main Street	Melbourne	2004
114	Florida	Florida Main Street Program	Newberry Main Street Organization, Inc.	Newberry	s.i.
115	Florida	Florida Main Street Program	Lake Wales Main Street	Lake Wales	1987
116	Florida	Florida Main Street Program	Havana Main Street	Havana	s.i.
117	Florida	Florida Main Street Program	New Port Richey Main Street, Inc.	New Port Richey	s.i.
118	Florida	Florida Main Street Program	Okeechobee Main Street, Inc.	Okeechobee	s.i.
119	Florida	Florida Main Street Program	Ormond Mainstreet, Inc.	Ormond Beach	1995
120	Florida	Florida Main Street Program	Plant City Main Street	Plant City	2017
121	Florida	Florida Main Street Program	Quincy Main Street, Inc.	Quincy	1987
122	Florida	Florida Main Street Program	Vilano Beach Main Street	St. Augustine	s.i.
123	Florida	Florida Main Street Program	St. Cloud Main Street Program	St. Cloud	1999
124	Florida	Florida Main Street Program	EDGE Business District Association	St. Petersburg	2014
125	Florida	Florida Main Street Program	Grand Central District Association, Inc.	St. Petersburg	2001
126	Florida	Florida Main Street Program	Stuart Main Street, Inc.	Stuart	1987

127	Florida	Florida Main Street Program	Venice Mainstreet	Venice	1987
128	Florida	Florida Main Street Program	Main Street Vero Beach	Vero Beach	1998
129	Florida	Florida Main Street Program	Main Street Wauchula, Inc.	Wauchula	s.i.
130	Florida	Florida Main Street Program	Main Street Winter Haven, Inc.	Winter Haven	s.i.
131	Florida	Florida Main Street Program	Main Street Zephyrhills, Inc.	Zephyrhills	1994
132	Florida	Orlando Main Streets	Audubon Park Garden District	Orlando	2009
133	Florida	Orlando Main Streets	College Park Main Street	Orlando	s.i.
134	Florida	Orlando Main Streets	Ivanhoe Village Main Street	Orlando	2008
135	Florida	Orlando Main Streets	Mills 50 District	Orlando	2008
136	Florida	Orlando Main Streets	SoDo District	Orlando	2010
137	Florida	Orlando Main Streets	The Milk District	Orlando	2016
138	Florida	Orlando Main Streets	Thornton Park District	Orlando	2012
139	Georgia	Georgia Main Street	City Of Acworth	Acworth	s.i.
140	Georgia	Georgia Main Street	Adel Mainstreet	Adel	2019
141	Georgia	Georgia Main Street	City of Albany	Albany	2019
142	Georgia	Georgia Main Street	Americus Main Street	Americus	1983
143	Georgia	Georgia Main Street	Athens Downtown Development Authority	Athens	1980
144	Georgia	Georgia Main Street	Downtown Development Authority of Bainbr	Bainbridge	s.i.
145	Georgia	Georgia Main Street	Blackshear Better Hometown	Blackshear	2012
146	Georgia	Georgia Main Street	City Of Bowdon	Bowdon	2014
147	Georgia	Georgia Main Street	Braselton Main Street	Braselton	2014
148	Georgia	Georgia Main Street	Brunswick Main Street	Brunswick	1986
149	Georgia	Georgia Main Street	City of Cairo	Cairo	s.i.
150	Georgia	Georgia Main Street	Calhoun Main Street	Calhoun	1988
151	Georgia	Georgia Main Street	Canton Main Street Program (GA)	Canton	2010
152	Georgia	Georgia Main Street	Carrollton Main Street	Carrollton	1985
153	Georgia	Georgia Main Street	Cartersville DDA	Cartersville	1987
154	Georgia	Georgia Main Street	Downtown Cedartown Association	Cedartown	s.i.
155	Georgia	Georgia Main Street	City of Clarkesville	Clarkesville	2011
156	Georgia	Georgia Main Street	College Park Main Street Association	College Park	2011
157	Georgia	Georgia Main Street	Uptown Columbus, Inc.	Columbus	s.i.
158	Georgia	Georgia Main Street	Commerce Downtown Development Authority	Commerce	2009
159	Georgia	Georgia Main Street	Cordele Main Street	Cordele	1987
160	Georgia	Georgia Main Street	City of Cornelia	Cornelia	2011
161	Georgia	Georgia Main Street	Dahlonega Main Street Program	Dahlonega	s.i.
162	Georgia	Georgia Main Street	Dalton Downtown Development	Dalton	s.i.
163	Georgia	Georgia Main Street	Douglas Main Street Program	Douglas	1983
164	Georgia	Georgia Main Street	The City Of Douglasville	Douglasville	2001

165	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Dublin The Downtown Developm	Dublin	1989
166	Georgia	Georgia Main Street	Eatonton Main Street	Eatonton	1999
167	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Elberton	Elberton	s.i.
168	Georgia	Georgia Main Street	City of Fayetteville	Fayetteville	1995
169	Georgia	Georgia Main Street	City of Forsyth	Forsyth	s.i.
170	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Gainesville	Gainesville	1995
171	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Gray	Gray	2000
172	Georgia	Georgia Main Street	Greensboro Main Street	Greensboro	1997
173	Georgia	Georgia Main Street	Griffin Main Street	Griffin	1980
174	Georgia	Georgia Main Street	City of Hahira	Hahira	2021
175	Georgia	Georgia Main Street	Hampton Main Street	Hampton	s.i.
176	Georgia	Georgia Main Street	City Of Hapeville	Hapeville	2003
177	Georgia	Georgia Main Street	Hartwell Main Street	Hartwell	1997
178	Georgia	Georgia Main Street	Hinesville Downtown Development Auth	Hinesville	2016
179	Georgia	Georgia Main Street	City of Holly Springs	Holly Springs	s.i.
180	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Jefferson	Jefferson	2006
181	Georgia	Georgia Main Street	City of Jonesboro	Jonesboro	2018
182	Georgia	Georgia Main Street	Downtown LaGrange Development Authority	Lagrange	s.i.
183	Georgia	Georgia Main Street	Lavonia Main Street	Lavonia	1999
184	Georgia	Georgia Main Street	City of Lawrenceville	Lawrenceville	2014
185	Georgia	Georgia Main Street	City Of Locust Grove	Locust Grove	2006
186	Georgia	Georgia Main Street	Lyons Main Street	Lyons	2000
187	Georgia	Georgia Main Street	New Town Macon	Macon	2011
188	Georgia	Georgia Main Street	City of Madison	Madison	1984
189	Georgia	Georgia Main Street	Main Street McDonough	Mcdonough	2001
190	Georgia	Georgia Main Street	Milledgeville Main Street	Milledgeville	1988
191	Georgia	Georgia Main Street	Moultrie Main Street	Moultrie	s.i.
192	Georgia	Georgia Main Street	Nashville Ga Mainstreet	Nashville	2005
193	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Newnan	Newnan	1986
194	Georgia	Georgia Main Street	Downtown Development Authority of Pembroke	Pembroke	2012
195	Georgia	Georgia Main Street	City of Perry - Perry, GA	Perry	s.i.
196	Georgia	Georgia Main Street	City of Ringgold	Ringgold	2015
197	Georgia	Georgia Main Street	Rome Downtown Development Authority	Rome	1981
198	Georgia	Georgia Main Street	Royston Main Street	Royston	1999
199	Georgia	Georgia Main Street	St Marys Main Street	St. Marys	2016
200	Georgia	Georgia Main Street	Downtown Statesboro Development Authority	Statesboro	1991
201	Georgia	Georgia Main Street	Stockbridge Main Street	Stockbridge	2015
202	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Stone Mountain	Stone Mountain	2012
203	Georgia	Georgia Main Street	City of Suwanee	Suwanee	2006
204	Georgia	Georgia Main Street	City Of Swainsboro	Swainsboro	s.i.
205	Georgia	Georgia Main Street	City of Sylvester	Sylvester	2015
206	Georgia	Georgia Main Street	Downtown Thomasville Mainstreet	Thomasville	1981
207	Georgia	Georgia Main Street	Tifton Main Street	Tifton	1986

208	Georgia	Georgia Main Street	Main Street Toccoa	Toccoa	1990
209	Georgia	Georgia Main Street	City Of Tybee Island Devl Authority M.	Tybee Island	2014
210	Georgia	Georgia Main Street	Valdosta Main Street	Valdosta	1984
211	Georgia	Georgia Main Street	Downtown Vidalia Association	Vidalia	1989
212	Georgia	Georgia Main Street	Villa Rica Main Street	Villa Rica	2007
213	Georgia	Georgia Main Street	Hometown Warrenton, Inc.	Warrenton	1998
214	Georgia	Georgia Main Street	Washington Main Street Program	Washington	s.i.
215	Georgia	Georgia Main Street	City of Winder	Winder	2021
216	Idaho	Main Street Idaho	Coeur d'Alene Downtown Association	Coeur d'Alene	2022
217	Idaho	Main Street Idaho	City of Driggs	Driggs	2022
218	Idaho	Main Street Idaho	Idaho Falls Downtown Development	Idaho Falls	2022
219	Idaho	Main Street Idaho	Beautiful Downtown Lewiston	Lewiston	2022
220	Idaho	Main Street Idaho	Downtown Nampa	Nampa	2022
221	Illinois	Illinois Main Street	Alton Main Street	Alton	1995
222	Illinois	Illinois Main Street	City of Bloomington	Bloomington	2005
223	Illinois	Illinois Main Street	Carbondale Main Street	Carbondale	2022
224	Illinois	Illinois Main Street	Six Corners Association	Chicago	2018
225	Illinois	Illinois Main Street	Historic Downtown District of Crystal Lake	Crystal Lake	s.i.
226	Illinois	Illinois Main Street	Jacksonville Main Street	Jacksonville	1999
227	Illinois	Illinois Main Street	Main Street Libertyville, Inc.	Libertyville	1989
228	Illinois	Illinois Main Street	The District	Quincy	2017
229	Illinois	Illinois Main Street	Downtown Springfield, Inc.	Springfield	1993
230	Illinois	Illinois Main Street	Sterling Main Street	Sterling	2009
231	Indiana	Indiana Main Street	Main Street Aurora, Inc.	Aurora	s.i.
232	Indiana	Indiana Main Street	Downtown Bloomington, Inc.	Bloomington	s.i.
233	Indiana	Indiana Main Street	Frankfort Main Street	Frankfort	s.i.
234	Indiana	Indiana Main Street	City of Franklin	Franklin	s.i.
235	Indiana	Indiana Main Street	Jeffersonville Main Street, Inc.	Jeffersonville	s.i.
236	Indiana	Indiana Main Street	Greater Kokomo Downtown Alliance	Kokomo	s.i.
237	Indiana	Indiana Main Street	Lawrenceburg Main Street, Inc.	Lawrenceburg	s.i.
238	Indiana	Indiana Main Street	Logans Landing Association	Logansport	s.i.
239	Indiana	Indiana Main Street	Madison Main Street Program	Madison	1979
240	Indiana	Indiana Main Street	Muncie Downtown Development Partnership	Muncie	2013
241	Indiana	Indiana Main Street	Historic Newburgh, Inc.	Newburgh	s.i.
242	Indiana	Indiana Main Street	Noblesville Main Street, Inc.	Noblesville	1990
243	Indiana	Indiana Main Street	Seymour Main Street	Seymour	s.i.
244	Indiana	Indiana Main Street	Main Street Shelbyville Inc.	Shelbyville	s.i.
245	Indiana	Indiana Main Street	Wabash Marketplace, Inc.	Wabash	1981
246	Iowa	Main Street Iowa	Ames Main Street	Ames	2009
247	Iowa	Main Street Iowa	Avoca Main Street	Avoca	2014

248	Iowa	Main Street Iowa	Belle Plaine Community Development Corp.	Belle Plaine	2008
249	Iowa	Main Street Iowa	Burlington Downtown Partners, Inc.	Burlington	1986
250	Iowa	Main Street Iowa	Cedar Falls Community Main Street	Cedar Falls	1987
251	Iowa	Main Street Iowa	The District - Czech Village/New Bohemia Main Street	Cedar Rapids	2009
252	Iowa	Main Street Iowa	Centerville Main Street	Centerville	2015
253	Iowa	Main Street Iowa	Central City Main Street	Central City	2000
254	Iowa	Main Street Iowa	Chariton Area Chamber Main Street	Chariton	2012
255	Iowa	Main Street Iowa	6th Avenue Corridor	Charles City	2009
256	Iowa	Main Street Iowa	Clarence Main Street	Clarence	2017
257	Iowa	Main Street Iowa	Colfax Main Street	Colfax	2009
258	Iowa	Main Street Iowa	Conrad Chamber- Main Street	Conrad	1991
259	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Coon Rapids	Coon Rapids	2019
260	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Corning	Corning	1990
261	Iowa	Main Street Iowa	Dubuque Main Street, Ltd.	Dubuque	1985
262	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Elkader	Elkader	1991
263	Iowa	Main Street Iowa	6th Avenue Corridor Inc.	Des Moines	2009
264	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Fort Dodge	Fort Dodge	2017
265	Iowa	Main Street Iowa	Greenfield Chamber-Main Street	Greenfield	1995
266	Iowa	Main Street Iowa	Grundy Center Chamber-Main Street	Grundy Center	2015
267	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Guthrie Center	Guthrie Center	2014
268	Iowa	Main Street Iowa	Greater Franklin County Area Chamber	Hampton	1991
269	Iowa	Main Street Iowa	Iowa Falls Chamber-Main Street	Iowa Falls	1990
270	Iowa	Main Street Iowa	Jefferson Matters: Main Street	Jefferson	2012
271	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Keokuk	Keokuk	1986
272	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Lansing	Lansing	2012
273	Iowa	Main Street Iowa	Le Mars Area Chamber Of Commerce	Le Mars	1995
274	Iowa	Main Street Iowa	Uptown Marion Main Street	Marion	2013
275	Iowa	Main Street Iowa	Marshalltown CBD	Marshalltown	2002
276	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Mason City	Mason City	2004
277	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Mount Pleasant	Mount Pleasant	2002
278	Iowa	Main Street Iowa	Mount Vernon-Lisbon Community Development	Mount Vernon	2008
279	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Nevada	Nevada	2019
280	Iowa	Main Street Iowa	Newton Main Street	Newton	2014
281	Iowa	Main Street Iowa	Osceola Chamber-Main Street	Osceola	1997
282	Iowa	Main Street Iowa	Oskaloosa Main Street	Oskaloosa	1986
283	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Ottumwa	Ottumwa	2006
284	Iowa	Main Street Iowa	Spencer Main Street Company	Spencer	1987
285	Iowa	Main Street Iowa	State Center Development Association	State Center	2000

286	Iowa	Main Street Iowa	Story City Greater Chamber Connection	Story City	2000
287	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Washington	Washington	2008
288	Iowa	Main Street Iowa	Main Street Waterloo	Waterloo	s.i.
289	Iowa	Main Street Iowa	Waverly Chamber Of Commerce-Main Street	Waverly	1989
290	Iowa	Main Street Iowa	West Branch Community Development Group	West Branch	2006
291	Iowa	Main Street Iowa	Historic Valley Junction Foundation	West Des Moines	1987
292	Iowa	Main Street Iowa	West Union Main Street Chamber	West Union	2006
293	Iowa	Main Street Iowa	Woodbine Main Street	Woodbine	2008
294	Kansas	Kansas Main Street	Atchison Area Chamber of Commerce	Atchison	2021
295	Kansas	Kansas Main Street	Downtown Augusta, Inc.	Augusta	2002
296	Kansas	Kansas Main Street	Baldwin City Main Street	Baldwin City	2021
297	Kansas	Kansas Main Street	Belleville Main Street	Belleville	2002
298	Kansas	Kansas Main Street	Chanute Main Street, Inc.	Chanute	s.i.
299	Kansas	Kansas Main Street	Main Street Dodge City	Dodge City	s.i.
300	Kansas	Kansas Main Street	El Dorado Main Street	El Dorado	1998
301	Kansas	Kansas Main Street	Emporia Main Street	Emporia	s.i.
302	Kansas	Kansas Main Street	Eureka Main Street	Eureka	2022
303	Kansas	Kansas Main Street	Garden City Downtown Vision	Garden City	2004
304	Kansas	Kansas Main Street	Great Bend Economic Development Inc. Great Bend Alive	Great Bend	2021
305	Kansas	Kansas Main Street	Downtown Hays Development Corp	Hays	2022
306	Kansas	Kansas Main Street	Hutchinson Chamber of Commerce (KS)	Hutchinson	1985
307	Kansas	Kansas Main Street	Independence Main Street	Independence	1985
308	Kansas	Kansas Main Street	Junction City	Junction City	2021
309	Kansas	Kansas Main Street	Leavenworth Main Street	Leavenworth	1995
310	Kansas	Kansas Main Street	Marysville Main Street	Marysville	2000
311	Kansas	Kansas Main Street	Choose Newton	Newton	2022
312	Kansas	Kansas Main Street	Downtown Overland Park Partnership	Overland Park	2011
313	Kansas	Kansas Main Street	Russell Main Street	Russell	s.i.
314	Kansas	Kansas Main Street	Salina Downtown Inc.	Salina	2022
315	Kansas	Kansas Main Street	Seneca Downtown Impact, Inc.	Seneca	s.i.
316	Kansas	Kansas Main Street	Main Street Sterling	Sterling	1998
317	Kansas	Kansas Main Street	Downtown Topeka Inc	Topeka	2022
318	Kansas	Kansas Main Street	Main Street Valley Center	Valley Center	2022
319	Kansas	Kansas Main Street	Winfield Chamber of Commerce	Winfield	s.i.
320	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Bardstown Main Street Program	Bardstown	1992
321	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Beattyville Main Street	Beattyville	2022
322	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Campbellsville Main Street	Campbellsville	s.i.

323	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Carrollton Main Street Program	Carrollton	1998
324	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Renaissance Covington	Covington	2003
325	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Cynthiana Main Street	Cynthiana	2014
326	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Heart of Danville	Danville	s.i.
327	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Guthrie Partners for Main Street	Guthrie	2002
328	Kentucky	Kentucky Main Street Program	La Grange Kentucky Main Street	La Grange	s.i.
329	Kentucky	Kentucky Main Street Program	London Downtown Inc	London	2004
330	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Maysville Main Street	Maysville	1980
331	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Downtown Morehead, Inc.	Morehead	1999
332	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Murray Main Street, Inc.	Murray	1998
333	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Paducah Main Street	Paducah	2013
334	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Main Street Perryville, Inc.	Perryville	2007
335	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Pikeville Main Street	Pikeville	s.i.
336	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Main Street Pineville	Pineville	2003
337	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Salyersville Main Street	Salyersville	2016
338	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Shelby Main Street	Shelbyville	1984
339	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Springfield Main Street	Springfield	1986
340	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Historic Taylorsville Main Street	Taylorsville	2003
341	Kentucky	Kentucky Main Street Program	Main Street Winchester	Winchester	1979
342	Louisiana	Louisiana Main Street	Crowley Main Street	Crowley	1999
343	Louisiana	Louisiana Main Street	Denham Springs Main Street	Denham Springs	1997
344	Louisiana	Louisiana Main Street	DeRidder Main Street	Deridder	2008
345	Louisiana	Louisiana Main Street	Donaldsonville Downtown Development Dist	Donaldsonville	1984
346	Louisiana	Louisiana Main Street	Hammond Downtown Development District	Hammond	1984
347	Louisiana	Louisiana Main Street	Main Street Homer	Homer	2014
348	Louisiana	Louisiana Main Street	Houma Downtown Development Corporation	Houma	1984
349	Louisiana	Louisiana Main Street	Morgan City Main Street	Morgan City	1996
350	Louisiana	Louisiana Main Street	Franklin Main Street	Franklin	1984
351	Louisiana	Louisiana Main Street	Leesville Main Street	Leesville	s.i.
352	Louisiana	Louisiana Main Street	Ruston Main Street	Ruston	s.i.
353	Louisiana	Louisiana Main Street	Natchitoches Main Street	Natchitoches	1993
354	Louisiana	Louisiana Main Street	New Iberia Main Street	New Iberia	1993
355	Louisiana	Louisiana Main Street	Old Algiers Main Street	New Orleans	s.i.
356	Louisiana	Louisiana Main Street	New Roads Main Street	New Roads	2000
357	Louisiana	Louisiana Main Street	Opelousas Main Street	Opelousas	1991

358	Louisiana	Louisiana Main Street	Olde Towne Slidell Main Street	Slidell	2009
359	Louisiana	Louisiana Main Street	St. Francisville Main Street	St. Francisville	1994
360	Louisiana	Louisiana Main Street	St. Martinville Main Street	St. Martinville	1993
361	Louisiana	Louisiana Main Street	Thibodaux Main Street, Inc.	Thibodaux	2009
362	Maine	Maine Downtown Center	Augusta Downtown Alliance	Augusta	2012
363	Maine	Maine Downtown Center	Main Street Bath	Bath	2001
364	Maine	Maine Downtown Center	Our Town Belfast	Belfast	2010
365	Maine	Maine Downtown Center	Heart of Biddeford	Biddeford	2005
366	Maine	Maine Downtown Center	Brunswick Downtown Association	Brunswick	2012
367	Maine	Maine Downtown Center	Gardiner Main Street	Gardiner	2004
368	Maine	Maine Downtown Center	Rockland Main Street, Inc.	Rockland	2009
369	Maine	Maine Downtown Center	Saco Main Street	Saco	2004
370	Maine	Maine Downtown Center	Main Street Skowhegan	Skowhegan	2005
371	Maine	Maine Downtown Center	Discover Downtown Westbrook	Westbrook	2017
372	Maryland	Main Street Maryland	City of Aberdeen	Aberdeen	2019
373	Maryland	Main Street Maryland	Bel Air Downtown Alliance, Inc.	Bel Air	2001
374	Maryland	Main Street Maryland	Town of Berlin	Berlin	2008
375	Maryland	Main Street Maryland	Brunswick Main Street, Inc.	Brunswick	2004
376	Maryland	Main Street Maryland	Town of Centreville	Centreville	2011
377	Maryland	Main Street Maryland	Main Street Historic Chestertown	Chestertown	2008
378	Maryland	Main Street Maryland	Cumberland Downtown Development Commission	Cumberland	1998
379	Maryland	Main Street Maryland	Downtown Denton Main Street, Inc.	Denton	1999
380	Maryland	Main Street Maryland	Dundalk Renaissance Corporation	Dundalk	2004
381	Maryland	Main Street Maryland	Easton Economic Development Corporation	Easton	1998
382	Maryland	Main Street Maryland	Elkton Alliance, Inc.	Elkton	2003
383	Maryland	Main Street Maryland	Ellicott City Partnership	Ellicott City	2014
384	Maryland	Main Street Maryland	Downtown Frederick Partnership, Inc.	Frederick	2001
385	Maryland	Main Street Maryland	FrostburgFirst	Frostburg	2001
386	Maryland	Main Street Maryland	Havre de Grace Alliance	Havre De Grace	2005
387	Maryland	Main Street Maryland	City of Laurel	Laurel	2018
388	Maryland	Main Street Maryland	Main Street Middletown	Middletown	2008
389	Maryland	Main Street Maryland	Town of Mount Airy	Mount Airy	2004
390	Maryland	Main Street Maryland	Town of New Market	New Market	2018
391	Maryland	Main Street Maryland	Town of Oakland	Oakland	1998
392	Maryland	Main Street Maryland	Reisterstown Improvement Association	Reisterstown	2020
393	Maryland	Main Street Maryland	City of Salisbury	Salisbury	2001
394	Maryland	Main Street Maryland	Downtown Sykesville Connection	Sykesville	2012
395	Maryland	Main Street Maryland	Old Takoma Business Association	Takoma Park	2004
396	Maryland	Main Street Maryland	City of Taneytown	Taneytown	2000
397	Maryland	Main Street Maryland	Town of Thurmont	Thurmont	2005

398	Maryland	Main Street Maryland	City of Westminster	Westminster	1999
399	Maryland	Main Street Maryland	Town of Williamsport	Williamsport	2020
400	Massachusetts	Boston Main Streets	Allston Village Main Streets, Inc.	Boston	s.i.
401	Massachusetts	Boston Main Streets	Chinatown Main Street, Inc.	Boston	s.i.
402	Massachusetts	Boston Main Streets	JP Centre/South Main Streets	Boston	s.i.
403	Massachusetts	Boston Main Streets	Washington Gateway Main Street, Inc.	Boston	s.i.
404	Massachusetts	Boston Main Streets	Brighton Main Streets, Inc.	Brighton	s.i.
405	Massachusetts	Boston Main Streets	Bowdoin/Geneva Main Streets Inc.	Dorchester	s.i.
406	Massachusetts	Boston Main Streets	Fields Corner Main Street	Dorchester	s.i.
407	Massachusetts	Boston Main Streets	Four Corners Main Street	Dorchester	s.i.
408	Massachusetts	Boston Main Streets	Greater Ashmont Main Street	Dorchester	s.i.
409	Massachusetts	Boston Main Streets	Greater Grove Hall Main Streets	Dorchester	s.i.
410	Massachusetts	Boston Main Streets	Uphams Corner Main Street	Dorchester	s.i.
411	Massachusetts	Boston Main Streets	East Boston Main Streets	East Boston	s.i.
412	Massachusetts	Boston Main Streets	Hyde Park Main Street, Inc.	Hyde Park	s.i.
413	Massachusetts	Boston Main Streets	Three Squares Main Street	Jamaica Plain	s.i.
414	Massachusetts	Boston Main Streets	Mattapan Square Main Street	Mattapan	s.i.
415	Massachusetts	Boston Main Streets	Roslindale Village Main Street	Roslindale	s.i.
416	Massachusetts	Boston Main Streets	Dudley Square Main Street Revitalization	Roxbury	s.i.
417	Massachusetts	Boston Main Streets	Egleston Square Main Street, Inc.	Roxbury	s.i.
418	Massachusetts	Boston Main Streets	Mission Hill Main Streets	Roxbury	s.i.
419	Massachusetts	Boston Main Streets	West Roxbury Main Streets	West Roxbury	s.i.
420	Michigan	Main Street Oakland County	Berkley Michigan Downtown Development Authority	Berkley	s.i.
421	Michigan	Main Street Oakland County	Clawson Main Street DDA	Clawson	s.i.
422	Michigan	Main Street Oakland County	Farmington DDA	Farmington	s.i.
423	Michigan	Main Street Oakland County	Ferndale DDA	Ferndale	s.i.
424	Michigan	Main Street Oakland County	Main Street Franklin	Franklin	2008
425	Michigan	Main Street Oakland County	Highland Downtown Development Authority	Highland	s.i.
426	Michigan	Main Street Oakland County	Village of Holly DDA	Holly	2000
427	Michigan	Main Street Oakland County	Village Of Lake Orion DDA	Lake Orion	2006
428	Michigan	Main Street Oakland County	Ortonville Downtown Development	Ortonville	s.i.
429	Michigan	Main Street Oakland County	Oxford DDA	Oxford	2004
430	Michigan	Main Street Oakland County	Main Street Pontiac	Pontiac	2010
431	Michigan	Main Street Oakland County	Downtown Rochester	Rochester	s.i.

432	Michigan	Main Street Oakland County	Royal Oak Downtown Development Authority	Royal Oak	s.i.
433	Michigan	Michigan Main Street	Blissfield Main Street	Blissfield	s.i.
434	Michigan	Michigan Main Street	Boyne City Main Street	Boyne City	2003
435	Michigan	Michigan Main Street	Charlevoix Main Street / DDA	Charlevoix	2014
436	Michigan	Michigan Main Street	CharlotteRising	Charlotte	s.i.
437	Michigan	Michigan Main Street	Eaton Rapids DDA/Main Street	Eaton Rapids	2019
438	Michigan	Michigan Main Street	Ewart DDA/Main Street	Ewart	2017
439	Michigan	Michigan Main Street	Grand Haven Main Street	Grand Haven	2005
440	Michigan	Michigan Main Street	Grayling Main Street	Grayling	2015
441	Michigan	Michigan Main Street	Howell Main Street Inc.	Howell	2005
442	Michigan	Michigan Main Street	Downtown Lansing Inc.	Lansing	s.i.
443	Michigan	Michigan Main Street	Old Town Commercial Association	Lansing	2000
444	Michigan	Michigan Main Street	City of Lapeer Downtown Development Auth	Lapeer	2017
445	Michigan	Michigan Main Street	City of Milan	Milan	s.i.
446	Michigan	Michigan Main Street	Niles Main Street	Niles	s.i.
447	Michigan	Michigan Main Street	Otsego DDA/Main Street	Otsego	s.i.
448	Michigan	Michigan Main Street	Owosso Main Street	Owosso	s.i.
449	Michigan	Michigan Main Street	Saline Main Street	Saline	2012
450	Michigan	Michigan Main Street	Sault Ste. Marie Downtown Development Authority	Sault Ste. Marie	2017
451	Michigan	Michigan Main Street	Three Rivers DDA/Main Street	Three Rivers	s.i.
452	Michigan	Michigan Main Street	Wayland Main Street	Wayland	2010
453	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Albert Lea Main Street Program	Albert Lea	2020
454	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Faribault Main Street	Faribault	2013
455	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	City Center Partnership	Mankato	2018
456	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Northfield Downtown Development Corporation	Northfield	2018
457	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Lincoln Park Main Street (MN)	Duluth	2021
458	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Owatonna MainStreet	Owatonna	2014
459	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Red Wing Downtown Main Street	Red Wing	2010
460	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Shakopee Main Street	Shakopee	2014
461	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Willmar Main Street	Willmar	2013
462	Minnesota	Minnesota Main Streets, Rethos	Winona Main Street Program	Winona	2013
463	Mississippi	Mississippi Main Street	Amory Main Street, Inc.	Amory	2004
464	Mississippi	Mississippi Main Street	Baldwyn Main Street Chamber	Baldwyn	2011
465	Mississippi	Mississippi Main Street	Batesville Main Street Program	Batesville	1999
466	Mississippi	Mississippi Main Street	Biloxi Main Street District	Biloxi	1990
467	Mississippi	Mississippi Main Street	Booneville Main Street Association	Booneville	2007

468	Mississippi	Mississippi Main Street	Team Cleveland Main Street	Cleveland	1990
469	Mississippi	Mississippi Main Street	Main Street Clinton (MS)	Clinton	2007
470	Mississippi	Mississippi Main Street	Columbia Main Street, Inc.	Columbia	1991
471	Mississippi	Mississippi Main Street	Columbus Main Street	Columbus	1985
472	Mississippi	Mississippi Main Street	Main Street Corinth	Corinth	1985
473	Mississippi	Mississippi Main Street	Main Street Crystal Springs	Crystal Springs	2016
474	Mississippi	Mississippi Main Street	Main Street Greenville	Greenville	1994
475	Mississippi	Mississippi Main Street	Main Street Greenwood	Greenwood	1995
476	Mississippi	Mississippi Main Street	Gulfport Main Street Association	Gulfport	2006
477	Mississippi	Mississippi Main Street	Downtown Hattiesburg Associatio	Hattiesburg	1996
478	Mississippi	Mississippi Main Street	Hernando Main Street Chamber Of Commerce	Hernando	1997
479	Mississippi	Mississippi Main Street	Holly Springs Main Street Chamber	Holly Springs	2012
480	Mississippi	Mississippi Main Street	Kosciusko Main Street	Kosciusko	1998
481	Mississippi	Mississippi Main Street	Laurel Main Street	Laurel	2008
482	Mississippi	Mississippi Main Street	Louisville Noxapater Main Street	Louisville	2002
483	Mississippi	Mississippi Main Street	Ocean Springs Chamber Main Street	Ocean Springs	1990
484	Mississippi	Mississippi Main Street	Pascagoula Main Street	Pascagoula	2000
485	Mississippi	Mississippi Main Street	Philadelphia Main Street Assn	Philadelphia	2000
486	Mississippi	Mississippi Main Street	Picayune Main Street, Inc.	Picayune	1996
487	Mississippi	Mississippi Main Street	Ripley Main Street Association	Ripley	2003
488	Mississippi	Mississippi Main Street	Senatobia Main Street	Senatobia	1992
489	Mississippi	Mississippi Main Street	Starkville Main Street Association	Starkville	2010
490	Mississippi	Mississippi Main Street	Tunica Main Street, Inc.	Tunica	2000
491	Mississippi	Mississippi Main Street	Downtown Tupelo Main Street Association	Tupelo	1991
492	Mississippi	Mississippi Main Street	Vicksburg Main Street	Vicksburg	1984
493	Mississippi	Mississippi Main Street	Water Valley Main Street Association	Water Valley	2007
494	Mississippi	Mississippi Main Street	West Point Main Street Association	West Point	1984
495	Mississippi	Mississippi Main Street	Town of Byhalia & Byhalia Area Chamber of Commerce	Byhalia	s.i.
496	Mississippi	Mississippi Main Street	New Albany Main Street	New Albany	1996
497	Mississippi	Mississippi Main Street	Okolona Area Chamber Of Commerce Main St	Okolona	2010
498	Mississippi	Mississippi Main Street	Meridian Main Street	Meridian	1986
499	Mississippi	Mississippi Main Street	Nettleton City	Nettleton	2020
500	Mississippi	Mississippi Main Street	Saltillo Main Street	Saltillo	2016
501	Missouri	Missouri Main Street Connection	Old Town Cape, Inc.	Cape Girardeau	1999
502	Missouri	Missouri Main Street Connection	Main Street Chillicothe	Chillicothe	s.i.
503	Missouri	Missouri Main Street Connection	Downtown Excelsior Partnership, Inc.	Excelsior Springs	s.i.

504	Missouri	Missouri Main Street Connection	Downtown Lee's Summit Main Street, Inc.	Lee's Summit	1989
505	Missouri	Missouri Main Street Connection	Historic Downtown Liberty	Liberty	2009
506	Missouri	Missouri Main Street Connection	Warrensburg Main Street	Warrensburg	1994
507	Missouri	Missouri Main Street Connection	Downtown Washington, Inc.	Washington	1989
508	Montana	Montana Main Street Program	Anaconda Local Development Corporation	Anaconda-Deer Lodge County	s.i.
509	Montana	Montana Main Street Program	Mainstreet Uptown Butte, Inc.	Butte-Silver Bow	s.i.
510	Montana	Montana Main Street Program	Downtown Development Partnership of Great Falls	Great Falls	s.i.
511	Montana	Montana Main Street Program	Downtown Development Partnership of Great Falls	Helena	s.i.
512	Montana	Montana Main Street Program	Kalispell Business Improvement District	Kalispell	s.i.
513	Nebraska	Nebraska Main Street	Main Street Beatrice	Beatrice	1997
514	Nebraska	Nebraska Main Street	Falls City Area Chamber of Commerce & Main Street	Falls City	2010
515	Nebraska	Nebraska Main Street	Mainstreet Of Fremont, Inc.	Fremont	s.i.
516	Nebraska	Nebraska Main Street	Railside BID	Grand Island	s.i.
517	Nebraska	Nebraska Main Street	Main Street Wayne	Wayne	s.i.
518	Nevada	Nevada Main Street	Main Street Gardnerville	Gardnerville	s.i.
519	New Jersey	New Jersey Main Street	Bloomfield Center Alliance	Bloomfield	s.i.
520	New Jersey	New Jersey Main Street	Downtown Denville BID	Denville	s.i.
521	New Jersey	New Jersey Main Street	Metuchen Downtown Alliance	Metuchen	s.i.
522	New Jersey	New Jersey Main Street	Red Bank RiverCenter	Red Bank	s.i.
523	New Jersey	New Jersey Main Street	Summit Downtown, Inc.	Summit	s.i.
524	New Jersey	New Jersey Main Street	Bridgeton Main Street Association	Bridgeton	2022
525	New Jersey	New Jersey Main Street	Main Street Hammonton	Hammonton	s.i.
526	New Jersey	New Jersey Main Street	Lawrenceville Main Street	Lawrenceville	2022
527	New Jersey	New Jersey Main Street	Main Street Millville	Millville	s.i.
528	New Jersey	New Jersey Main Street	Montclair Center Corp.	Montclair	s.i.
529	New Jersey	New Jersey Main Street	Main Street Mount Holly Organization	Mount Holly	s.i.
530	New Jersey	New Jersey Main Street	Stand Up For Salem	Salem	s.i.
531	New Jersey	New Jersey Main Street	South Orange Village Center Alliance	South Orange Village	s.i.
532	New Jersey	New Jersey Main Street	Downtown Toms River Business Improvement District	Toms River	2022
533	New Jersey	New Jersey Main Street	Main Street Vineland Vdid	Vineland	s.i.
534	New Jersey	New Jersey Main Street	Downtown West Orange Alliance	West Orange	s.i.
535	New Jersey	New Jersey Main Street	Downtown Westfield Corp.	Westfield	s.i.
536	New Jersey	New Jersey Main Street	Main Street Woodbury	Woodbury	s.i.
537	New Mexico	New Mexico MainStreet	Alamogordo MainStreet	Alamogordo	s.i.
538	New Mexico	New Mexico MainStreet	Barelas MainStreet	Albuquerque	s.i.
539	New Mexico	New Mexico MainStreet	Nob Hill MainStreet	Albuquerque	s.i.
540	New Mexico	New Mexico MainStreet	South Valley MainStreet	Albuquerque	s.i.
541	New Mexico	New Mexico MainStreet	Artesia MainStreet, Inc.	Artesia	s.i.

542	New Mexico	New Mexico MainStreet	Belen MainStreet Partnership	Belen	s.i.
543	New Mexico	New Mexico MainStreet	Carlsbad MainStreet	Carlsbad	s.i.
544	New Mexico	New Mexico MainStreet	Clovis MainStreet	Clovis	s.i.
545	New Mexico	New Mexico MainStreet	Corrales MainStreet, Inc.	Corrales	s.i.
546	New Mexico	New Mexico MainStreet	Deming MainStreet	Deming	s.i.
547	New Mexico	New Mexico MainStreet	Downtown Farmington: A MainStreet Project	Farmington	s.i.
548	New Mexico	New Mexico MainStreet	Gallup MainStreet	Gallup	s.i.
549	New Mexico	New Mexico MainStreet	Downtown Las Cruces Partnership	Las Cruces	s.i.
550	New Mexico	New Mexico MainStreet	Mainstreet de Las Vegas & Arts and Cultu	Las Vegas	s.i.
551	New Mexico	New Mexico MainStreet	Los Alamos MainStreet & Creative Distric	Los Alamos	s.i.
552	New Mexico	New Mexico MainStreet	Lovington MainStreet	Lovington	s.i.
553	New Mexico	New Mexico MainStreet	Mora MainStreet and Arts & Cultural Compound	Mora	s.i.
554	New Mexico	New Mexico MainStreet	Harding County MainStreet	Mosquero	s.i.
555	New Mexico	New Mexico MainStreet	Raton MainStreet & Arts and Cultural Dis	Raton	s.i.
556	New Mexico	New Mexico MainStreet	MainStreet Roswell	Roswell	s.i.
557	New Mexico	New Mexico MainStreet	Ruidoso Midtown Association	Ruidoso	s.i.
558	New Mexico	New Mexico MainStreet	Santa Rosa MainStreet	Santa Rosa	s.i.
559	New Mexico	New Mexico MainStreet	Silver City MainStreet Project	Silver City	s.i.
560	New Mexico	New Mexico MainStreet	Downtown Taos MainStreet	Taos	s.i.
561	New Mexico	New Mexico MainStreet	MainStreet Truth or Consequences	Truth Or Consequences	s.i.
562	New Mexico	New Mexico MainStreet	Tucumcari MainStreet	Tucumcari	s.i.
563	New Mexico	New Mexico MainStreet	Zuni Pueblo MainStreet	Zuni	s.i.
564	North Carolina	North Carolina Main Street	Albemarle Downtown Development Corp.	Albemarle	1993
565	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Asheboro Inc	Asheboro	2020
566	North Carolina	North Carolina Main Street	Belmont Main Street	Belmont	2000
567	North Carolina	North Carolina Main Street	Bessemer City Downtown Development	Bessemer City	2015
568	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Boone Development Association	Boone	1993
569	North Carolina	North Carolina Main Street	Heart Of Brevard, Inc.	Brevard	1993
570	North Carolina	North Carolina Main Street	Burlington Downtown Corporation	Burlington	1988
571	North Carolina	North Carolina Main Street	City of Cherryville	Cherryville	2014
572	North Carolina	North Carolina Main Street	City Of Clinton	Clinton	1982
573	North Carolina	North Carolina Main Street	Concord Downtown Development Corporation	Concord	1990
574	North Carolina	North Carolina Main Street	Eden Downtown Development, Inc.	Eden	2003
575	North Carolina	North Carolina Main Street	Destination Downtown Edenton	Edenton	2003
576	North Carolina	North Carolina Main Street	Elizabeth City Downtown, Inc.	Elizabeth City	1982

577	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Elkin	Elkin	1998
578	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Fuquay-Varina	Fuquay-Varina	2006
579	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Goldsboro Development Corp.	Goldsboro	1984
580	North Carolina	North Carolina Main Street	City of Henderson (NC)	Henderson	2021
581	North Carolina	North Carolina Main Street	Historic Downtown Hendersonville	Hendersonville	1986
582	North Carolina	North Carolina Main Street	Hickory DDA	Hickory	2006
583	North Carolina	North Carolina Main Street	City of Laurinburg	Laurinburg	2018
584	North Carolina	North Carolina Main Street	City of Lenoir, NC	Lenoir	1984
585	North Carolina	North Carolina Main Street	Uptown Lexington, Inc.	Lexington	1993
586	North Carolina	North Carolina Main Street	City of Lumberton	Lumberton	1988
587	North Carolina	North Carolina Main Street	Marion Business Association	Marion	2003
588	North Carolina	North Carolina Main Street	City of Monroe	Monroe	1998
589	North Carolina	North Carolina Main Street	Mooresville Downtown Commission	Mooresville	1988
590	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Morehead City, Inc.	Morehead City	2000
591	North Carolina	North Carolina Main Street	City Of Morganton	Morganton	1982
592	North Carolina	North Carolina Main Street	Mount Airy Downtown, Inc.	Mount Airy	2013
593	North Carolina	North Carolina Main Street	Swiss Bear, Inc.	New Bern	1980
594	North Carolina	North Carolina Main Street	City Of Newton Main Street Program	Newton	1990
595	North Carolina	North Carolina Main Street	Reidsville Downtown Corporation	Reidsville	1978
596	North Carolina	North Carolina Main Street	Roanoke Avenue Business Alliance	Roanoke Rapids	s.i.
597	North Carolina	North Carolina Main Street	Uptown Roxboro Group	Roxboro	1995
598	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Salisbury, Inc.	Salisbury	1980
599	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Sanford, Inc.	Sanford	1984
600	North Carolina	North Carolina Main Street	Uptown Shelby Association, Inc.	Shelby	1980
601	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Statesville Development Corp.	Statesville	s.i.
602	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Sylva Association	Sylva	s.i.
603	North Carolina	North Carolina Main Street	Town Of Tarboro	Tarboro	s.i.
604	North Carolina	North Carolina Main Street	Tryon Downtown Development Association	Tryon	2015
605	North Carolina	North Carolina Main Street	Town of Valdese	Valdese	2014
606	North Carolina	North Carolina Main Street	Wake Forest Downtown	Wake Forest	2006
607	North Carolina	North Carolina Main Street	Downtown Washington On The Water	Washington	1980

608	North Carolina	North Carolina Main Street	City Of Wilson	Wilson	1982
609	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Cambridge Main Street	Cambridge	2004
610	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Main Street Delaware, Inc.	Delaware	1999
611	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Main Street Kent	Kent	2006
612	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Marietta Main Street	Marietta	2013
613	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Main Street Medina	Medina	2007
614	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Downtown Middletown Inc.	Middletown	2016
615	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Historic Downtown Millersburg Inc	Millersburg	2009
616	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Downtown Painesville Organization	Painesville	s.i.
617	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Mainstreet Piqua, Inc.	Piqua	1999
618	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Main Street Ravenna	Ravenna	s.i.
619	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Wellington	Wellington	s.i.
620	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Tiffin-Seneca Economic Partnership - Downtown Tiffin	Tiffin	s.i.
621	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Downtown Tipp City Partnership	Tipp City	2009
622	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Troy Main Street	Troy	1990
623	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Main Street Van Wert	Van Wert	2002
624	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Main Street Vermilion, Inc.	Vermilion	2022
625	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Main Street Wadsworth	Wadsworth	2016
626	Ohio	Ohio Main Street Program, Heritage Ohio	Main Street Wooster, Inc.	Wooster	1985
627	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Ada Main Street	Ada	1987
628	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Main Street Altus	Altus	1992
629	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Cherokee Main Street	Cherokee	2001
630	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Durant Main Street	Durant	1997
631	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Main Street Enid	Enid	1994
632	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Main Street Guymon	Guymon	2005

633	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Newkirk Main Street Inc.	Newkirk	1992
634	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Stockyards City Main Street	Oklahoma City	1992
635	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Okmulgee Main Street Inc.	Okmulgee	1986
636	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Ponca City Main Street	Ponca City	1987
637	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Pryor Main Street	Pryor	2013
638	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Sapulpa Main Street	Sapulpa	1990
639	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Tahlequah Main Street Association	Tahlequah	1986
640	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Kendall-Whittier (Tulsa)	Tulsa	2010
641	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Wilburton Main Street, Inc.	Wilburton	2001
642	Oklahoma	Oklahoma Main Street Center	Yukon Main Street	Yukon	2014
643	Oregon	Oregon Main Street	Albany Downtown Association	Albany	1982
644	Oregon	Oregon Main Street	Astoria Downtown Historic District Assoc	Astoria	2010
645	Oregon	Oregon Main Street	Klamath Falls Downtown Association	Klamath Falls	2008
646	Oregon	Oregon Main Street	McMinnville Downtown Association	Mcminville	1986
647	Oregon	Oregon Main Street	Downtown Oregon City Association	Oregon City	2008
648	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	The Ardmore Initiative	Ardmore	1993
649	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Downtown Bedford, Inc.	Bedford	2001
650	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Building a Better Boyertown	Boyertown	2002
651	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	City Of Bradford	Bradford	s.i.
652	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Downtown Carlisle Assoc.	Carlisle	1981
653	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Downtown Chambersburg, Inc.	Chambersburg	s.i.
654	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Clearfield Revitalization Corp	Clearfield	2008
655	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Danville Business Alliance	Danville	2008
656	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Easton Main Street Initiative	Easton	2005
657	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Ebensburg Main Street Partnership	Ebensburg	s.i.
658	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Erie Downtown Partnership	Erie	2010
659	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Main Street Gettysburg, Inc.	Gettysburg	1984
660	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Our Town Foundation	Hamburg	2002
661	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Main Street Hanover	Hanover	2014
662	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Lansdowne Economic Development Corporation	Lansdowne	2017
663	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Lewisburg Downtown Partnership	Lewisburg	2000

664	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Downtown Lewistown, Inc.	Lewistown	2000
665	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Venture Lititz	Lititz	s.i.
666	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Main Street Mount Joy	Mount Joy	2003
667	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Mt. Lebanon Partnership	Mt. Lebanon	2005
668	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Oil City Main Street Program	Oil City	2011
669	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Quakertown Alive!	Quakertown	s.i.
670	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Washington Business District Authority	Washington	2020
671	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Waynesburg Prosperous & Beautiful	Waynesburg	2001
672	Pennsylvania	Pennsylvania Downtown Center	Diamond City Partnership	Wilkes-Barre	2020
673	South Carolina	Main Street South Carolina	Aiken Downtown Development Alliance	Aiken	s.i.
674	South Carolina	Main Street South Carolina	Florence Downtown Development Corp.	Florence	s.i.
675	South Carolina	Main Street South Carolina	Uptown Greenwood Development Corp.	Greenwood	2018
676	South Carolina	Main Street South Carolina	Main Street Hartsville	Hartsville	s.i.
677	South Carolina	Main Street South Carolina	Main Street Laurens, USA	Laurens	1996
678	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Athens	Athens	2016
679	Tennessee	Tennessee Main Street Program	City Of Bolivar	Bolivar	2015
680	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Believe In Bristol	Bristol	2006
681	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Brownsville-Haywood County	Brownsville	2014
682	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Hickman County Chamber of Commerce	Centerville	2021
683	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Anderson County Chamber of Commerce	Clinton	s.i.
684	Tennessee	Tennessee Main Street Program	MainStreet Cleveland	Cleveland	1990
685	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Collierville	Collierville	1991
686	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Columbia Main Street	Columbia	1984
687	Tennessee	Tennessee Main Street Program	CityScape	Cookeville	1992
688	Tennessee	Tennessee Main Street Program	MainStreet Dayton	Dayton	2006
689	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Dyersburg	Dyersburg	2006
690	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Elizabethton	Elizabethton	2020
691	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Fayetteville Main Street	Fayetteville	1990
692	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Downtown Franklin Association	Franklin	1984
693	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Greater Gallatin, Inc.	Gallatin	1984
694	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street: Greeneville	Greeneville	1983

695	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Humboldt Chamber of Commerce	Humboldt	2020
696	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Connect Downtown Johnson City	Johnson City	2017
697	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Jonesborough	Jonesborough	s.i.
698	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Downtown Kingsport Association	Kingsport	1974
699	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Lawrenceburg	Lawrenceburg	1989
700	Tennessee	Tennessee Main Street Program	HistoricLebanon	Lebanon	2013
701	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Livingston-Overton County Chamber of	Livingston	2020
702	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Historic Downtown Madisonville	Madisonville	2022
703	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Maryville Downtown Association	Maryville	2016
704	Tennessee	Tennessee Main Street Program	McKenzie Main St	Mckenzie	s.i.
705	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street McMinnville	Mcminnville	s.i.
706	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Morristown Chamber Area of Commerce, Inc.	Morristown	s.i.
707	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Mount Pleasant Forward Foundation	Mount Pleasant	2020
708	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Murfreesboro	Murfreesboro	1985
709	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Main Street Pulaski	Pulaski	2016
710	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Downtown Ripley	Ripley	2010
711	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Rogersville Main Street	Rogersville	2006
712	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Savannah Main Street	Savannah	s.i.
713	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Sevierville Commons	Sevierville	2016
714	Tennessee	Tennessee Main Street Program	City Of Sweetwater	Sweetwater	2014
715	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Tiptonville Main Street Association	Tiptonville	1999
716	Tennessee	Tennessee Main Street Program	Winchester Downtown Program Corporation	Winchester	2014
717	Texas	Texas Main Street Program	Center City of Amarillo, Inc.	Amarillo	s.i.
718	Texas	Texas Main Street Program	City of Bastrop Main Street	Bastrop	s.i.
719	Texas	Texas Main Street Program	Bay City Main Street	Bay City	s.i.
720	Texas	Texas Main Street Program	Beaumont Main Street	Beaumont	s.i.
721	Texas	Texas Main Street Program	Brenham Main Street Program	Brenham	2022
722	Texas	Texas Main Street Program	Bridgeport Main Street Program	Bridgeport	s.i.
723	Texas	Texas Main Street Program	Caldwell Main Street	Caldwell	s.i.
724	Texas	Texas Main Street Program	Canton Main Street Program (TX)	Canton	2001
725	Texas	Texas Main Street Program	Canyon Main Street	Canyon	s.i.

726	Texas	Texas Main Street Program	Carthage Main Street	Carthage	s.i.
727	Texas	Texas Main Street Program	Celina Main Street Program	Celina	s.i.
728	Texas	Texas Main Street Program	Clarksville Main Street	Clarksville	s.i.
729	Texas	Texas Main Street Program	Clifton Main Street	Clifton	s.i.
730	Texas	Texas Main Street Program	Corsicana Main Street	Corsicana	s.i.
731	Texas	Texas Main Street Program	Cotulla Main Street	Cotulla	s.i.
732	Texas	Texas Main Street Program	Cuero Main Street	Cuero	s.i.
733	Texas	Texas Main Street Program	Decatur Main Street	Decatur	s.i.
734	Texas	Texas Main Street Program	Del Rio Main Street Program	Del Rio	s.i.
735	Texas	Texas Main Street Program	Denison Main Street	Denison	s.i.
736	Texas	Texas Main Street Program	City of Denton	Denton	s.i.
737	Texas	Texas Main Street Program	City of Eagle Pass	Eagle Pass	s.i.
738	Texas	Texas Main Street Program	Elgin Main Street Program	Elgin	s.i.
739	Texas	Texas Main Street Program	City of Ennis	Ennis	s.i.
740	Texas	Texas Main Street Program	Farmersville Main Street Program	Farmersville	s.i.
741	Texas	Texas Main Street Program	Georgetown Main Street Program	Georgetown	s.i.
742	Texas	Texas Main Street Program	Goliad Main Street Program	Goliad	s.i.
743	Texas	Texas Main Street Program	City of Gonzales	Gonzales	s.i.
744	Texas	Texas Main Street Program	Grapevine Main Street Program	Grapevine	s.i.
745	Texas	Texas Main Street Program	City of Greenville	Greenville	s.i.
746	Texas	Texas Main Street Program	Hamilton Main Street	Hamilton	s.i.
747	Texas	Texas Main Street Program	Harlingen Main Street Program	Harlingen	s.i.
748	Texas	Texas Main Street Program	City of Henderson (TX)	Henderson	s.i.
749	Texas	Texas Main Street Program	Hillsboro Main Street Program	Hillsboro	s.i.
750	Texas	Texas Main Street Program	City of Huntsville Main Street	Huntsville	s.i.
751	Texas	Texas Main Street Program	Kilgore Main Street	Kilgore	s.i.
752	Texas	Texas Main Street Program	Main Street La Grange	La Grange	s.i.
753	Texas	Texas Main Street Program	Main Street Levelland	Levelland	s.i.
754	Texas	Texas Main Street Program	Linden Main Street	Linden	s.i.
755	Texas	Texas Main Street Program	Llano Main Street Program	Llano	s.i.
756	Texas	Texas Main Street Program	City of Livingston	Livingston	s.i.

757	Texas	Texas Main Street Program	Longview Main Street	Longview	s.i.
758	Texas	Texas Main Street Program	Luling Main Street Program	Luling	s.i.
759	Texas	Texas Main Street Program	McKinney Main Street	Mckinney	s.i.
760	Texas	Texas Main Street Program	City of Mesquite	Mesquite	s.i.
761	Texas	Texas Main Street Program	Mineola Main Street Program	Mineola	s.i.
762	Texas	Texas Main Street Program	City of Nacogdoches Main Street Program	Nacogdoches	s.i.
763	Texas	Texas Main Street Program	City of New Braunfels	New Braunfels	s.i.
764	Texas	Texas Main Street Program	City of Palestine	Palestine	s.i.
765	Texas	Texas Main Street Program	Paris Main Street Project	Paris	s.i.
766	Texas	Texas Main Street Program	City of Pilot Point	Pilot Point	s.i.
767	Texas	Texas Main Street Program	Main Street Pittsburg	Pittsburg	s.i.
768	Texas	Texas Main Street Program	Plainview Main Street	Plainview	s.i.
769	Texas	Texas Main Street Program	Rio Grande City Economic Development Corporation	Rio Grande City	s.i.
770	Texas	Texas Main Street Program	Rockwall Main Street Program	Rockwall	s.i.
771	Texas	Texas Main Street Program	Royse City Main Street Program	Royse City	s.i.
772	Texas	Texas Main Street Program	Downtown San Angelo, Inc.	San Angelo	s.i.
773	Texas	Texas Main Street Program	San Augustine Main Street	San Augustine	s.i.
774	Texas	Texas Main Street Program	City of San Marcos - Main Street Program	San Marcos	s.i.
775	Texas	Texas Main Street Program	Sealy Main Street	Sealy	s.i.
776	Texas	Texas Main Street Program	Seguin Main Street Program	Seguin	s.i.
777	Texas	Texas Main Street Program	Sherman Main Street	Sherman	s.i.
778	Texas	Texas Main Street Program	Taylor Main Street Program	Taylor	s.i.
779	Texas	Texas Main Street Program	Temple Main Street Program	Temple	s.i.
780	Texas	Texas Main Street Program	Main Street Texarkana	Texarkana	s.i.
781	Texas	Texas Main Street Program	Tyler Main Street	Tyler	s.i.
782	Texas	Texas Main Street Program	Uvalde Main Street	Uvalde	s.i.
783	Texas	Texas Main Street Program	Vernon Main Street Program	Vernon	s.i.
784	Texas	Texas Main Street Program	Victoria Main Street Program	Victoria	s.i.
785	Texas	Texas Main Street Program	Waxahachie Main Street Program	Waxahachie	s.i.
786	Texas	Texas Main Street Program	City of Weatherford	Weatherford	s.i.
787	Texas	Texas Main Street Program	Main Street Winnsboro	Winnsboro	s.i.

788	Virginia	Virginia Main Street Program	Altavista On Track	Altavista	2007
789	Virginia	Virginia Main Street Program	Downtown Ashland Association	Ashland	2013
790	Virginia	Virginia Main Street Program	Downtown Blackstone, Inc.	Blackstone	2007
791	Virginia	Virginia Main Street Program	Cape Charles Main Street, Inc.	Cape Charles	2020
792	Virginia	Virginia Main Street Program	Culpeper Renaissance, Inc.	Culpeper	1988
793	Virginia	Virginia Main Street Program	River District Association	Danville	1999
794	Virginia	Virginia Main Street Program	Fredericksburg VA Main Street	Fredericksburg	2013
795	Virginia	Virginia Main Street Program	Main Street Preservation Trust	Gloucester	2016
796	Virginia	Virginia Main Street Program	Harrisonburg Downtown Renaissance	Harrisonburg	2003
797	Virginia	Virginia Main Street Program	Hopewell Downtown Partnership	Hopewell	2007
798	Virginia	Virginia Main Street Program	Main Street Lexington	Lexington	s.i.
799	Virginia	Virginia Main Street Program	Luray Downtown Initiative, Inc.	Luray	2004
800	Virginia	Virginia Main Street Program	Downtown Lynchburg Association	Lynchburg	1998
801	Virginia	Virginia Main Street Program	Historic Manassas, Inc.	Manassas	1987
802	Virginia	Virginia Main Street Program	Marion Downtown Revitalization Association	Marion	1995
803	Virginia	Virginia Main Street Program	Onancock Main Street Initiative	Onancock	2020
804	Virginia	Virginia Main Street Program	Orange Downtown Alliance, Inc.	Orange	1993
805	Virginia	Virginia Main Street Program	St. Paul Tomorrow, Inc.	Saint Paul	2011
806	Virginia	Virginia Main Street Program	Destination Downtown South Boston, Inc.	South Boston	2004
807	Virginia	Virginia Main Street Program	Staunton Downtown Development Assoc.	Staunton	1996
808	Virginia	Virginia Main Street Program	Tappahannock Main Street	Tappahannock	2019
809	Virginia	Virginia Main Street Program	Tazewell Today, Inc.	Tazewell	2020
810	Virginia	Virginia Main Street Program	Experience Old Town Warrenton	Warrenton	1989
811	Virginia	Virginia Main Street Program	Winchester Old Town Advancement Commission	Winchester	1985
812	Virginia	Virginia Main Street Program	Downtown Wytheville Inc.	Wytheville	2015
813	Washington	Washington Main Street Program	Downtown Bellingham Partnership	Bellingham	2014
814	Washington	Washington Main Street Program	Bainbridge Island Downtown Association	Bainbridge Island	2022
815	Washington	Washington Main Street Program	Downtown Camas Assn.	Camas	2009
816	Washington	Washington Main Street Program	Historic Downtown Chelan Association	Chelan	2007
817	Washington	Washington Main Street Program	Ellensburg Downtown Association	Ellensburg	2005
818	Washington	Washington Main Street Program	Gig Harbor Downtown Waterfront Alliance	Gig Harbor	s.i.

819	Washington	Washington Main Street Program	Historic Downtown Kennewick Partnership	Kennewick	2000
820	Washington	Washington Main Street Program	Kent Downtown Partnership	Kent	1992
821	Washington	Washington Main Street Program	Mount Vernon Downtown Association	Mount Vernon	s.i.
822	Washington	Washington Main Street Program	Olympia Downtown Association	Olympia	2008
823	Washington	Washington Main Street Program	Port Townsend Main Street Program	Port Townsend	s.i.
824	Washington	Washington Main Street Program	Historic Downtown Prosser Association	Prosser	2011
825	Washington	Washington Main Street Program	Downtown Walla Walla Foundation	Walla Walla	1992
826	Washington	Washington Main Street Program	Wenatchee Downtown Association	Wenatchee	1986
827	Washington	Washington Main Street Program	Downtown Association of Yakima	Yakima	2015
828	West Virginia	West Virginia Main Street	Discover Downtown Charles Town, Inc.	Charles Town	2018
829	West Virginia	West Virginia Main Street	Main Street Fairmont, Inc	Fairmont	1994
830	West Virginia	West Virginia Main Street	Main Street Martinsburg, Inc	Martinsburg	s.i.
831	West Virginia	West Virginia Main Street	Main Street Morgantown	Morgantown	1994
832	West Virginia	West Virginia Main Street	Downtown PKB	Parkersburg	2014
833	West Virginia	West Virginia Main Street	Philippi Main Street, Inc.	Philippi	1990
834	West Virginia	West Virginia Main Street	Main Street Point Pleasant	Point Pleasant	1988
835	West Virginia	West Virginia Main Street	Main Street Ripley	Ripley	1998
836	West Virginia	West Virginia Main Street	Wheeling Heritage	Wheeling	s.i.
837	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Downtown Beloit Association	Beloit	1988
838	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Chippewa Falls Main Street	Chippewa Falls	s.i.
839	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Darlington Chamber Main Street	Darlington	s.i.
840	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Definitely De Pere	De Pere	s.i.
841	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Eagle River Revitalization Program	Eagle River	s.i.
842	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Downtown Fond Du Lac Partnership	Fond Du Lac	2004
843	Wisconsin	Wisconsin Main Street	On Broadway, Inc.	Green Bay	s.i.
844	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Downtown Kenosha, Inc.	Kenosha	s.i.
845	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Downtown Main Street, Inc.	La Crosse	s.i.
846	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Lake Mills Main Street Program	Lake Mills	s.i.
847	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Main Street Marshfield, Inc.	Marshfield	1990
848	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Main Street Mayville, Inc.	Mayville	2018
849	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Main Street of Menomonie	Menomonie	2015
850	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Historic King Drive BID No. 8	Milwaukee	2017
851	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Main Street Monroe, Inc.	Monroe	s.i.
852	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Osceola Area Chamber Main Street	Osceola	s.i.

853	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Platteville Main Street Program, Inc.	Platteville	s.i.
854	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Port Main Street, Inc.	Port Washington	s.i.
855	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Downtown Racine Corporation	Racine	2018
856	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Rice Lake Main Street Association	Rice Lake	s.i.
857	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Ripon Main Street, Inc.	Ripon	s.i.
858	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Sheboygan Falls Chamber-Main Street	Sheboygan Falls	s.i.
859	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Destination Sturgeon Bay	Sturgeon Bay	s.i.
860	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Tigerton Main Street, Inc.	Tigerton	s.i.
861	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Two Rivers Main Street, Inc.	Two Rivers	s.i.
862	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Watertown Main Street Program	Watertown	s.i.
863	Wisconsin	Wisconsin Main Street	Wausau River District, Inc.	Wausau	s.i.
864	Wyoming	Wyoming Main Street	Cheyenne Downtown Development Authority	Cheyenne	2013
865	Wyoming	Wyoming Main Street	Gillette Main Street	Gillette	2015
866	Wyoming	Wyoming Main Street	Green River Main Street	Green River	2005
867	Wyoming	Wyoming Main Street	Laramie Main Street Alliance	Laramie	2005
868	Wyoming	Wyoming Main Street	Rawlins DDA/Main Street	Rawlins	2006
869	Wyoming	Wyoming Main Street	Rock Springs Urban Renewal Agency	Rock Springs	2006
870	Wyoming	Wyoming Main Street	Downtown Sheridan Association	Sheridan	2008
871	Alaska	Não possui	Juneau Downtown Business Association	Juneau	s.i.

Fonte: National Main Street Center, c.2023. Elaborado e organizado pela autora, 2024.